



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**A VISÃO EM DESLOCAMENTO: UMA HISTÓRIA DE  
PALAVRAS, FIGURAS E PAISAGENS DO RIO SÃO  
FRANCISCO (1930/1970)**

**ELSON DE ASSIS RABELO**

**RECIFE – PE  
2014**

**ELSON DE ASSIS RABELO**

**A VISÃO EM DESLOCAMENTO: UMA HISTÓRIA DE  
PALAVRAS, FIGURAS E PAISAGENS DO RIO SÃO  
FRANCISCO (1930/1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto.

RECIFE – PE  
2014

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB-4 985

R115v Rabelo, Elson de Assis.  
A visão em deslocamento: uma história de palavras, figuras e paisagens do rio São Francisco (1930/1970) / Elson de Assis Rabelo. – Recife: O autor, 2014.  
272 f. : il., 30 cm.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Beatriz Guimarães Neto.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.  
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. São Francisco, Rio Vale. 3. Paisagens – Fotografias. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (23.ed.)

UFPE (BCFCH2014-42)



**ELSON DE ASSIS RABELO**

**A VISÃO EM DESLOCAMENTO: UMA HISTÓRIA DE PALAVRAS, FIGURAS E PAISAGENS DO RIO SÃO FRANCISCO (1930/1970)**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **10/06/2014**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto  
**Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)**

Prof. Dr. Alberto del Castillo Troncoso  
**Membro Titular Externo (Instituto Mora - México)**

---

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## **Agradecimentos**

A feitura deste trabalho, as mudanças em seu percurso e todo o aprendizado que ele implicou se devem, em grande parte, aos encontros, às referências, ao apoio psicológico, afetivo, acadêmico e institucional da parte de muitos, aos quais tentarei fazer jus.

A minha família, especialmente a minha mãe, Janete, e a minha irmã Eliana, pelo carinho de sempre.

A meus amigos de Teresina, sobretudo aos da vida acadêmica, que, desde a graduação em História, na UFPI, têm me acompanhado, em nossas trajetórias tão distintas, mas permeadas de trocas, afetos e saudades: Mairton, Zé Maria, Luciana, Nilsângela, Camila, Ribamar Júnior. Ao Santiago Júnior e ao Jaison Castro, pela grande contribuição dada por seus diálogos. Em particular, a Marylu, melhor amiga na Universidade e fora dela, pelas leituras, pelos conselhos, por dividir tantos momentos.

Aos amigos muito especiais que fiz no Doutorado em História, na UFPE, sobretudo aos colegas do “Bando”: Inácio, Rosário (de velhos carnavais), Erinaldo (que venham carnavais), Márcio, Mário, Pablo, Ana Maria, Airton, Geovani, Hélder, Elizabet, pelos diálogos, pelos risos, pelas inquietações e pelas relações de partilha que criamos.

A minha orientadora, professora Regina Beatriz, desde que aceitou dar sua contribuição fundamental para que este trabalho fosse construído, pela paciência, pela sensibilidade e pela agudeza crítica, nos diversos momentos de aulas, conversas, eventos, orientação e questões institucionais.

Ao meu supervisor do Estágio Sandwich, professor Alberto del Castillo Troncoso, pela generosidade com que me recebeu na Escola Nacional de Antropologia e História e no Instituto Mora, na Cidade do México, pelos diálogos pessoais, culturais e políticos muito fecundos e pela abertura para discussão do meu projeto no âmbito do Seminário La Mirada Documental. Este agradecimento é extensivo a sua família, à estimada Monica, e a todos o que integram aquele importante ambiente acadêmico, em particular à professora Rebeca Monroy e aos estudantes Raquel Navarro e Gerardo Martínez.

A todos os meus camaradas mexicanos pela receptividade com que me acolheram e tornaram a estada no México proveitosa e marcante, em especial: Adolfo e Rosalinda, Tania, Daniel, Cristhian, Alejandra, Perola, Huitzi, Juanjo, José Gutiérrez, Dafne, aos venezuelanos Keren e Ángel, e a todos do grupo de capoeira Longe do Mar. Agradeço, ainda, a Evanni Herrera e a Jonathan Toriz, pela boa amizade e pelo estímulo. A Armando Tate e Sergio Serratos, pelo estímulo e pela companhia.

A todos os amigos e colegas de trabalho que fiz desde que cheguei à Universidade Federal do Vale do São Francisco, em 2009. No Colegiado de Artes Visuais, a Emmanuela Lins, formidável companheira de lutas, a Jane Pontes, a Maurício Alfaya e a Luiz Severino, pelo amistoso ambiente de trabalho que me permitiu ministrar aulas e cumprir as etapas do doutorado a contento, mesmo com os frequentes deslocamentos espaciais. Também na instituição agradeço o afeto de Alex Machado, Marcelo de Maio, Rebeca Barreto e Renato Garcia, e a todos os colegas que me apoiaram, de um modo ou de outro, na realização da pesquisa.

Aos ex-alunos que se tornaram bons amigos: Uriel, Douglas Cândido, Ana Claudia, Cris, André Vitor, Lys. Aos demais amigos que fiz em Petrolina e Juazeiro, nos últimos anos: Johnattan, Paulo Roberto, Sérgio, Gabriel, Cherre, Ronaldo, Mailson, Cláudia, Veronaldo, Pollyana, Evilene, Ítalo.

A todos os meus camaradas capoeiristas, em especial a José Carlos, Laisa, Rinaldo, Reinaldo, Lailson.

Ao querido Bruno Siqueira, amigo de todos os momentos e lugares.

A Adauto e Antônio, pela recepção, pelo estímulo, pela amizade.

Ao meu grande amigo, próximo e distante, Leonardo di Blanda, pelas perdas e reencontros na mesma língua, pelo afeto muito sincero, um agradecimento especial.

A minha fiel revisora de português, Nildes Sousa.

A Odomaria Macedo, por sempre abrir as portas aos pesquisadores nos dois acervos pelos quais é responsável: o Acervo Maria Franca Pires, na Universidade do Estado da Bahia, e ao Acervo Particular de Euvaldo Macedo Filho.

A família do fotógrafo Antonio Bernardo, pela gentileza na disponibilização do acervo, em particular a Victalina Gomes (*in memoriam*), a Rose e a Marcos.

A Sandra Regina, secretária de alto nível do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos professores do PPGH-UFPE, em particular, da Linha de Pesquisa Cultura e Memória, Antonio Jorge Siqueira, Antonio Torres Montenegro e Flavio Weinstein.

A Durval Muniz, pelos diálogos e pelo incentivo, e pela presença virtual, mas impactante, no exame de qualificação.

Aos professores membros da Banca de Defesa da Tese, pela disponibilidade.

À CAPES, pela Bolsa para o Estágio Sandwich.

francisco  
riu  
da lágrima  
sua  
virar um rio  
tão.

garças  
ar para voar

margens

i h s  
l a

aquela garça passou voando  
alto como um concorde  
será que ela vai para são Paulo?

Euvaldo Macedo Filho

## RESUMO

Este trabalho aborda a delimitação e a produção dos espaços do Vale do rio São Francisco, em dois momentos distintos da história do Brasil republicano: o Estado Novo e a ditadura civil-militar. Para a problematização das categorias e práticas de configuração espacial, foram tomados, como vestígios históricos, textos produzidos no passado por diferentes campos de saber, como as Engenharias, a Geografia e a Sociologia, além de matérias jornalísticas e de imagens como fotografias e mapas, atentando-se para seus usos dentro de seus respectivos circuitos sociais. O trabalho questiona determinadas categorias conceituais usadas pelos discursos, no direcionamento das práticas e na ordenação do olhar sobre as paisagens e os grupos sociais, e procura romper com certa naturalização que homogeneiza os espaços e nele fixa os indivíduos de modo a-histórico. Para isso, são discutidas as implicações políticas dos conceitos, imagens e enunciados abordados, bem como os diferentes projetos e disputas que concorreram para a configuração espacial em estudo, a qual se estabeleceu pela investigação e pelas estratégias de governo dos espaços daquele que foi chamado de “rio da integração nacional” e de seus agentes sociais.

**Palavras-chave:** Vale do São Francisco. História do Brasil. Configurações espaciais.

## RESÚMEN

Este trabajo investiga la delimitación y la producción de los espacios del Valle del río de São Francisco, en dos momentos distintos de la historia del Brasil republicano: el llamado “Estado Novo” y la dictadura civil-militar. Para la problematización de las categorías y prácticas de configuración espacial, fueron leídos, como vestigios históricos, textos científicos producidos en el pasado por diferentes campos de saber, como de las Ingenierías, la Geografía y la Sociología, y bien así publicaciones periodísticas e imágenes como fotografías y mapas, poniendo atención en sus usos en sus respectivos circuitos sociales. El trabajo cuestiona determinadas categorías conceptuales usadas por los discursos, en el direccionamiento de las prácticas y en el ordenamiento de la mirada sobre paisajes y grupos sociales, y trata de romper con cierta naturalización que piensa los espacios como homogéneos y fija en él los individuos de modo “no histórico”. Para eso, son discutidas las implicaciones políticas de los conceptos, imágenes y enunciados; y los diferentes proyectos y disputas que hicieron parte de la configuración espacial estudiada, la que se estableció por la investigación y por las estrategias de gobierno de los agentes sociales y de los espacios del que se ha considerado como río de la integración nacional.

**Palabras-clave:** Valle del río São Francisco. Historia de Brasil. Configuraciones espaciales.

## Sumário

Introdução .....	14
PARTE I – AS PAISAGENS .....	26
CAPÍTULO 1: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO ESPAÇO NA GEOPOLÍTICA DA INTEGRAÇÃO.....	27
1.1 Os engenheiros e a medição dos espaços .....	30
1.1.1 Da unidade à integração nacional .....	31
1.2 O rio São Francisco na Geografia nacional.....	60
1.2.1 A visualização dos espaços.....	69
1.2.2 A Geografia Utilitária.....	74
CAPÍTULO 2: O SÃO FRANCISCO E O DESENVOLVIMENTISMO AUTORITÁRIO NACIONAL .....	88
2.1 A revista <i>Realidade</i> e o tempo da esperança.....	89
2.2 A imprensa local e os espaços de conflito .....	112
2.2.1 Sobradinho: o estancamento das discórdias? .....	115
2.2.2 O lento naufrágio: a navegação no São Francisco .....	141
2.2.3 A memória histórica como espaço de batalha .....	151
PARTE II – OS AGENTES SOCIAIS DOS ESPAÇOS.....	160
CAPÍTULO 3: FACES E CORPOS DO “PRIMITIVO”.....	161
3. 1 Do mestiço aos tipos sociais: classificação e localização .....	166
3. 2 Rumo a abordagens científicas: a permanência do “primitivo”.....	175
3.2.1 A Geografia: da tipificação à centralidade da economia .....	175
3.2.2 A ciência social como retrato da sociedade: Donald Pierson e o Vale do São Francisco .....	181
3.2.3 As “culturas de folk” e o retorno do determinismo.....	190
3.3 A intervenção do fotojornalismo: o olhar divulgador sobre as culturas do São Francisco.....	207
CAPÍTULO 4: METAMORFOSES DO OLHAR .....	215
4.1 O “barranqueiro”, problema político.....	218
4.2 Da denúncia ao anedotário: a visão de <i>Realidade</i> .....	226
4.3 A redescoberta do popular pela imprensa local .....	236
4.4 A inscrição dos agentes sociais na prática fotográfica e documental.....	244
Considerações Finais .....	261
Vestígios e Bibliografia.....	267
Anexos .....	281

## Lista de ilustrações

	Página
Figura 1 – “Esquema dos recursos minerais”.....	39
Figura 2 – “Esboço Economico”.....	40
Figura 3 – “Fruteiras cultivadas sobre um lençol freático superficial na zona seca do município de Tacaratu-Pernambuco”.....	45
Figura 4 – “Vista do segundo salto da cachoeira de Itaparica”.....	47
Figura 5 – “Pedra suspensa sobre o leito do São Francisco na cachoeira de Itaparica.”.....	48
Figura 6 – “Em largas extensões da zona seca do Nordeste, só os cactos podem vegetar.”.....	49
Figura 7 – “Esquema da circulação no rio de São Francisco”.....	53
Figura 8 – “Perfil longitudinal”.....	56
Figura 9 – “Regiões da Bacia do rio São Francisco”.....	79
Figura 10 – “Animais de tração e carros de bois numa cidade.....	83
Figura 11 – “Carros de boi e canoas de um só tronco.....	84
Figura 12 – “Vapor típico e barca coberta no Médio São-Francisco”.....	85
Figura 13 – “Barca coberta típica”.....	85
Figura 14 – “Paquete típico no porto da Barra”.....	85
Figura 15 – “Membros da tripulação desencalhando um vapor dum banco de areia”.....	85
Figura 16 – Capa da edição de <i>Realidade</i> de março de 1972.....	96
Figura 17 – “Fim de tarde, águas douradas. O peixe e o banho dos meninos”.....	98
Figuras 18 e 19 – As diferentes paisagens do Vale.....	100
Figuras 20 e 21 – A Cachoeira e a Hidrelétrica de Paulo Afonso e, na página ao lado, eletrobombas, indústrias e mineradora.....	106

Figuras 22 e 23 – O antes e o depois da irrigação.....	109
Figuras 24 e 25 – O Presidente Dutra, o jagunço, o cangaceiro e Delmiro Gouveia.....	111
Figura 26 – “Uma aldeia perdida nas caatingas de Sento Sé”.....	119
Figura 27 – Primeira página da edição de <i>RIVALE</i> , 20 de dez. de 1973.....	126
Figura 28 – Colagem com foto da cidade de Casa Nova e retrato do prefeito Clodoaldo da Silva Castro.....	128
Figura 29 – Mapa do Projeto Sobradinho.....	129
Figura 30 – “Sobradinho, um orgulho para todos nós”.....	134
Figuras 31 e 32 – Os vaqueiros e os políticos.....	138
Figuras 33 e 34 – As autoridades inauguram a Barragem.....	138
Figura 35 – Vista aérea da Barragem do Sobradinho.....	140
Figura 36 – Vista parcial da Barragem do Sobradinho.....	140
Figura 37 – Publicidade da Companhia de Navegação do São Francisco (CNSF).....	149
Figura 38 – Desenho de Percy Lau utilizado na capa do livro <i>O homem no Vale do São Francisco</i> , Tomo III.....	161
Figura 39 – Desenho de Percy Lau utilizado na capa do livro <i>O homem no Vale do São Francisco</i> , Tomo II.....	161
Figura 40 – “Casa de barranqueiro”.....	170
Figura 41 – “Barranqueiros baianos”.....	170
Figura 42 – “Sertanejo vestido de couro”.....	173
Figura 43 – “Cesteiro cego”.....	173
Figura 44 – “Rede de mão ribeirinha”.....	179
Figura 45 – “Vaqueiro”.....	179
Figura 46 – Página de abertura da matéria “Sangue para as almas”.....	211

Figura 47 – Sequência de fotos da “Flagelação dos Penitentes”.....	212
Figura 48 – Sequência de fotos da “Procissão das Almas”.....	213
Figuras 49 e 50 – Fotos de Euvaldo Macedo Filho para capa e contracapa do livro <i>Penitentes: uma chama de fé</i> .....	216
Figura 51 – “O primeiro grupo” de famílias deslocadas.....	224
Figura 52 – “O vapor São Salvador”.....	224
Figura 53 – A “civilização do couro”.....	227
Figura 54 – “Num barranco qualquer, triste como tantas outras, a menina vê o rio passar”.....	230
Figura 55 – “Laudelina e seu menino novo. Espera uma vida melhor para ele”.....	230
Figura 56 – “Pescador em Penedo, AL” e “Pescador em Piumhi, Minas”.....	231
Figura 57 – “O vaqueiro Dioclides na porta de sua casa. É um herói em andrajos”.....	232
Figura 58 – “No alpendre de sua casa perdida na caatinga, em terras de Sento Sé, na Bahia, o vaqueiro José Marques”.....	233
Figura 59 – “No velho rio dos Currais, o jovem sertanejo e a máquina”.....	235
Figura 60 – Pescador.....	247
Figura 61 – Vaqueiro.....	247
Figura 62 – Sertanejo.....	248
Figura 63 – “Lavadeiras”.....	248
Figura 64 – “Lavadeiras”.....	251
Figura 65 – 1973/1974 [Fragmento].....	252
Figuras 66, 67 e 68 – Retratos de Euvaldo Macedo Filho.....	254
Figura 69 – Retrato de Euvaldo Macedo Filho.....	255
Figuras 70 e 71 – Recorte de letreiro com nome de uma barca e recorte de imagem de um gibão de vaqueiro.....	257
Figuras 72 e 73 – Recortes de imagens: o sono e a conversa.....	257

## Introdução

Para fazer uso de uma velha metáfora, poderíamos dizer que quase tão caudaloso como o rio São Francisco são as correntezas sucessivas de imagens, palavras, sons e de tudo quanto já se escreveu, fotografou, filmou, desenhou, planejou e publicou a seu respeito, por muitos intelectuais, artistas, jornalistas, viajantes, homens de Estado. O caudal de registros assoberba como uma enchente, e remonta pelo menos aos primeiros momentos em que esse espaço foi tomado como objeto de conhecimento e de dominação oficiais, ainda no período colonial.

Diante de um conjunto de discursos, práticas e imagens sobre o São Francisco, situado a partir de recortes espaciais e temporais específicos, este trabalho nasce de uma inquietação afetiva, política e institucional, que terminamos por definir como historiográfica. Uma constatação que salta aos olhos é a de que o rio São Francisco tem sido fartamente apresentado a partir de certezas óbvias, autorreferentes, de modo muito parecido como o que foi dito a respeito de outros espaços brasileiros, como a Amazônia e o Nordeste<sup>1</sup>. Assim ocorre sempre que alguém toma a palavra e se precipita a redizer, por exemplo, os epítetos do rio da unidade nacional, do rio da integração nacional.

Entendemos que mobilizar esses epítetos frequentemente é levar a crer que os projetos de Nação, de sua unidade e de sua integração não comportaram historicidade, heterogeneidade, conflito e subordinação na vida social. Repetir esses enunciados acriticamente é atualizar um conjunto de generalizações, de articulações retóricas que fabricam a suposta coesão sobre espaços que, contraditoriamente, são feitos de experiências aleatórias. Com base na argumentação sobre a natureza e o curso do rio, foi construída e reposta a ficção da solidariedade cultural entre os habitantes de suas margens situados a largas distâncias entre si, assim como entre espaços banhados pelo rio e que foram, em dado momento da história, inseridos nas divisões estaduais e regionais. Para além das divisões e das distâncias,

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. São Paulo: Contexto; Recife: FJN, 2006.

afirmou-se que o São Francisco correria perene e incólume, como lastro de uma brasilidade diversa, porém harmônica.

Mesmo quando atenuado o nacionalismo, as imagens narrativas e visuais sobre o rio disponível, a água farta, o suposto vazio populacional do sertão, a força hídrica irracional, subaproveitada e desperdiçada, vigoram até a atualidade, quando o chamado Velho Chico tem sido alvo de olhares e práticas distintos e por vezes convergentes. Da agricultura familiar ao agronegócio, da eletrificação à transposição – ou integração das bacias, conforme o ponto de vista dos atores que nomeiem a obra –, da produção artística ao surgimento da pesquisa acadêmica, da superação dos estereótipos da zona semiárida à indagação sobre o peso político desses espaços que costumeiramente ocuparam o lugar do local e regional, numa estratégia de afastamento, o que se percebe é toda uma articulação que reitera muito do que foi dito e dado a ver no passado.

Nesse sentido, este trabalho pretende indagar: que enunciados foram elaborados historicamente e permitiram a constituição de olhares que, hoje, se entrecruzam, se reforçam, se chocam, e às vezes disputam entre si a verdade sobre o São Francisco, seu fluxo e suas margens<sup>2</sup>? A investigação que resultou neste trabalho procurou responder a questões como essa, ao se debruçar sobre o surgimento de uma preocupação geopolítica moderna com o rio São Francisco e aqueles espaços que foram recortados como parte de sua Bacia, ou o que era definido técnica e predominantemente como “Vale do São Francisco”, em dado momento da história do Brasil republicano no século XX. Buscamos atentar para os campos de conceitos e para as trajetórias socioinstitucionais de autores que estiveram presentes na nomeação e na visualização desse espaço, bem como indicar a contrapartida política das elites locais e do Estado nacional no processo de delimitação do Vale para determinados fins administrativos. A partir dessa definição e de suas implicações sociais, abordaremos outro momento de ressignificação e reconfiguração espacial que, apoiando-se no lastro cultural e político constituído no

---

<sup>2</sup> Para exemplos dessas diferentes formas contemporâneas de perceber e praticar o rio São Francisco, ver, dentre muitos outros, LÓCIO, Airson Bezerra. *Além da Califórnia*. Brasília: [s;e], 1999; CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. *Ideas*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2009; SIQUEIRA FILHO, José Alves de. A extinção inexorável do rio São Francisco. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História natural e conservação*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

passado recente, dele se reapropriou para dar vazão a outras tantas formas de praticar, dominar e transformar esses espaços.

Situemo-nos, então, na discussão historiográfica de nosso problema. A presente abordagem se filia à compreensão teórica dos espaços enquanto *configurações*, isto é, arranjos provisórios da sociedade para os quais concorrem historicamente os indivíduos, suas trajetórias e grupos sociais, as práticas, as instituições, os discursos e as imagens, os posicionamentos, as negociações e as disputas. Tal compreensão se dá a partir de um diálogo do campo da História com diferentes tradições de conhecimento, como os estudos da linguagem, os estudos visuais e a Geografia<sup>3</sup>. Essa conjunção interdisciplinar, por sua vez, tem contribuído para que entendamos que as experiências dos indivíduos e das classes sociais nos espaços e para com os espaços são deles constitutivas. Longe da natureza pura, disponível, vazia, estática, uma espacialidade é um entrecruzamento de elementos considerados naturais – como as variáveis físicas e biológicas de um rio, do clima, da terra –, das práticas que se investem sobre esses elementos, muitas vezes acompanhadas de embates sociais por seu conhecimento, demarcação, utilização e domínio, e ainda de uma ampla produção linguageira sobre esses dois primeiros componentes.

Em torno da articulação de linguagem sobre as variáveis naturais e sociais, como horizonte de abordagem possível para as Ciências Humanas na contemporaneidade, entendemos que tal produção de enunciados se expressa em

---

<sup>3</sup> Para alguns exemplos da produção historiográfica sobre o tema, a partir de diferentes questões e metodologias de trabalho, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira*. Recife: Bagaço, 2008; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Práticas de pesquisa e escrita: espaços e tempos entrecruzados nas histórias (Reflexões sobre os espaços de ocupação na Amazônia)*. In: MONTENEGRO, Antônio Torres. et. al. *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: UFPE; Cuiabá: UFMT, 2008; ARRAIS, Raimundo Pereira A. *O pântano e o riacho*. São Paulo: Humanitas/USP, 2004. Sobre a representação espacial nas imagens, ver: POSSAMAI, Zita Rosane. *Fotografia e Cidade. ArtCultura*. Uberlândia: UFU, Instituto de História, v. 10, n. 16, jan-jun. 2008; ALPERS, Svetlana. *O impulso cartográfico na arte holandesa*. \_\_\_\_\_. *A arte de descrever*. São Paulo: EDUSP, 1999; TAGG, John. *La ley sanitaria de Dios: erradicación de viviendas insalubres y fotografía en el Leeds de finales del siglo XIX*. In: \_\_\_\_\_. *El peso de la representación*. Ensayos sobre fotografías e historias. Barcelona: Gustavo Gili, 2005; SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Para abordagens da configuração dos espaços através dos discursos, ver BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Entre paisagens e homens*. In: \_\_\_\_\_. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: UNESP, 2005. Para a contribuição da Geografia, cf. as reflexões de importantes nomes da área: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005; SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2009. O que Milton Santos chama de *técnicas* é o que chamamos, aqui, de *práticas*.

vestígios visuais, escritos, sonoros, que procuram dar sentido, colocar na forma de signos, projetos, registros, as experiências e práticas econômicas, sociais, políticas, culturais, enfim, que aqui chamamos espaciais, por serem construtoras dos espaços<sup>4</sup>. Um espaço, portanto, não se define apenas pela relação de complementaridade entre homem e meio, como quis determinada escola de pensamento da Geografia moderna, mas também pelas práticas de nomeação, de expressão e de simbolização dos grupos humanos em relação a esse meio e no interior da sociedade. Colocar uma experiência espacial em um texto, qualquer que seja seu suporte, visual ou escrito, e considerando as formas de constituição e circulação desse suporte, implica participar do universo social que convencionou, atribuiu ou rejeitou significados, e que, por outro lado, se dilacera em lutas pela permanência, pela transformação ou pelo fim de determinadas experiências, ou ainda pelo surgimento de novas práticas<sup>5</sup>.

Nesse sentido, o que nossa prática de pesquisa possui em mãos é o que nomeamos de textos, enunciados ou vestígios, que exigem ser deslindados em sua especificidade, seja como documento escrito e seu funcionamento complexo, referido a um campo de discurso e sua circulação, seja como depoimento oral, que, da entrevista à transcrição e citação, é elaborado pelo fazer historiográfico, seja como vestígio visual, seu circuito social, sua retórica e sua forma histórica de produzir a visão<sup>6</sup>. Sempre que possível, este trabalho procurará entrecruzar a análise desses diferentes materiais, mas indicando que eles não são genéricos, pois

---

<sup>4</sup> Sobre a produção da linguagem e sua articulação da natureza e da sociedade, cf. DOSSE, François. *O Império do sentido. A humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP, EDUSC, 2003. p. 131-140.

<sup>5</sup> É por isso que os espaços se apresentam, inclusive, como categoria analítica para os textos escritos e visuais, cf. MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história – interfaces*. In: \_\_\_\_\_. *Poses e flagrantes. Ensaio sobre história e fotografias*. Rio De Janeiro: EDUFF, 2008. p. 40. 45; YATES, Steve (ed.). *Poéticas del espacio: antología crítica sobre la fotografía*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002; CERTEAU, Michel de. *Relatos de espaço*. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994; DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 177-215.

<sup>6</sup> Para os textos escritos, cf. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 121-133. Sobre a distinção dos artefatos visuais em relação aos escritos, ver LEITE, Miriam Moreira. *Texto visual e texto verbal*. In: \_\_\_\_\_. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998; CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, EDUFRGS, 2002. p. 163-180. Sobre as possibilidades de uso dos depoimentos orais, ver GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, R. et. al. *História, diversidade, desigualdade*. Santa Catarina: UFSC; Recife: UFPE, 2012.

surgiram e circularam de acordo com a especificidade de sua feitura, de sua legibilidade, de sua visualização e das práticas de que foram suporte; tampouco os variados textos são meramente semióticos, mas sociais, por estabelecerem conexões, produzirem efeitos, incidirem sobre as práticas<sup>7</sup>. É sobre essa relação delicada entre as referidas práticas sociais e os artefatos que o historiador manipula, de acordo com um corte, que tem se debatido grande parte das discussões contemporâneas em nossa área.

Dentro dessa discussão, optamos por chamar a esses materiais de *vestígios*, os quais, conforme sua dinâmica social, foram tidos como documentos, e também elevados à categoria de monumentos. Assim, compreendemos que raramente um documento nasce como tal, destinado a ser abordado pelos historiadores, salvo determinadas categorias de textos que são produzidos com o fito de inscrever, registrar, fixar as práticas sociais – propósito que, em si, já é algo que merece exame crítico. A maioria dos vestígios com que operamos funcionou segundo seu lugar e sua linguagem, no passado, de modo que é nosso gesto, em função de nosso problema de pesquisa, que o eleger como pertinente para responder a nossas questões, fazendo-o saltar para o interior de nossa narrativa. Longe de ser uma *fonte*, metáfora de um conhecimento puro e imediato, o vestígio é uma marca do passado, envolvido por diversas implicações sociais, pelas políticas de memória e por retóricas sociais e historiográficas. Em relação à complexidade e heterogeneidade das práticas, o vestígio não pode ser tido nem como acesso a sua totalidade, nem como a sua transparência, na medida em que é parcial e situado, em que já é uma mediação, uma interpretação, como todo artefato<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Para o uso entrecruzado e intertextual dos documentos, cf. MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. Ensaio sobre história e fotografias. Rio De Janeiro: EDUFF, 2008. p. 29-43.

<sup>8</sup> Para uma crítica da categoria da “fonte”, cf. DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. La memoria histórica y los usos de la imagen. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, n. 1, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral. jan.-jun. 2010. p. 88-89. Sobre a construção do documento e do monumento, ver LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990. Sobre a importância da problemática histórica, cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, julho de 2003. Para um exemplo dessa abordagem para com as imagens, ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*. Niterói: UFF, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003; BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004. p. 234. Sobre a implicação social dos discursos, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania

Portanto, se não tomamos nenhum vestígio com uma abordagem puramente empirista, que imagina que ele foi deixado espontaneamente pelo passado, é porque nos situamos numa margem de objetividade relativa que entende que o mesmo vestígio permite problematizar dimensões de práticas para além dele mesmo, remetendo à sociedade que o produziu, fez circular e consumiu. Ou, para não correr o risco de naturalizar a sociedade mesma, a problematização sobre os vestígios pode ter um fôlego maior que uma narrativa da história de determinada prática (a fotografia, a arte, a ciência etc.), conduzindo, por outro lado, à investigação sobre as configurações sociais – e, nesse caso, sobre as *configurações espaciais* – nas quais tais práticas se encontram, para cuja elaboração elas concorrem, e de que elas são um testemunho complexo<sup>9</sup>.

Para considerar, por exemplo, a imagem fotográfica, de importância fundamental para nosso trabalho, indicamos que, desde a captura daquilo que foi chamado de *índice* – que é um signo físico e contíguo da luz na superfície sensível – até sua consideração como vestígio, deu-se um trabalho social de investimento de sentido, de enquadramento do índice em formas que, por efeito de convenções culturais, são identificadas com seus referentes e, assim, tidas como seu documento, dentro de um regime de significação dominante<sup>10</sup>. Tal trabalho, tendo sido deliberado ou acidental, policiado ou negligenciado, explícito ou discreto, é o que hoje se considera como retórica documental, independente do estado mais ou menos estetizado da imagem, retórica que também é responsável pela visualização e escolha de dado passado, que deve permanecer<sup>11</sup>. Dito de outro modo, da captura

---

Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. Sobre o gesto descontínuo de trazer os documentos ao texto historiográfico, ver CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982; BENJAMIN, Walter. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. In: \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y fuentes orales*. Asociación Historia y Fuente Oral/Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, n. 38, 2007. p. 60; VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 45.

<sup>10</sup> Ver, nesse sentido, a revisão teórica e epistemológica sobre a fotografia proposta por DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-52; TAGG, John. *El peso de la representación*. Ensayos sobre fotografías e historias. Barcelona: Gustavo Gili, 2005. p. 89-133.

<sup>11</sup> Nesse sentido, nossa perspectiva se diferencia daquela de José de Souza Martins, que distingue “fotografia vernacular” de “fotografia artística”, afirmando que esta última possuiria mais “informação sociológica”. Para o historiador, importa problematizar as definições e usos dessas mesmas distinções, conforme efetuadas pelo circuito social específico das imagens. Cf. MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 58-59.

química produzida pelo aparato fotográfico até sua compreensão vestigial, assim como dos acontecimentos ao seu registro e elaboração através de uma linguagem (oral, escrita, iconográfica), processou-se um investimento através do qual eles puderam “ficar para a história”, fazer parte da memória, por meio de rastros, documentos, testemunhos. Mesmo as eventuais deficiências na forma como a sociedade lida com seus documentos nos parecem uma forma de lidar com o passado, por negação, descuido, banimento, e que também são escolhas a serem questionadas<sup>12</sup>.

Cumprir dizer que, embora não tenha a pretensão política de se posicionar sobre as atuais transformações que têm sido feitas no São Francisco – especialmente porque elas já se encontram em franca realização quando de nossa escrita –, este trabalho pretende dar uma contribuição ao debate sobre tais transformações, ao problematizar determinados projetos e a participação de diferentes atores sempre que se tratou de intervir no referido rio. Como sinalizamos, o que grande parte da sociedade brasileira conhece como “transposição” do rio, é dito pelo governo como “integração das bacias”, considerando que o desvio do curso fluvial fará as águas se encontrarem com outros rios, situados em áreas secas do Nordeste, para perenizá-los. A divergência conceitual aí é um detalhe importante da disputa geopolítica, que opõe campos e lugares de interesses os mais diversos, bem como considerações técnicas e ambientais também distintas. Para nossa investigação, essa disputa nos acena como exemplo eloquente de que a relação com o espaço não se resume à transparência aquática de apenas pôr o rio para funcionar a favor da produção econômica – ou “aproveitar” o rio, como se disse à exaustão, como se ele nunca tivesse sido aproveitado antes. Ao contrário, aí medeiam tensões difíceis de contornar entre grupos sociais diversos, como latifundiários, povos indígenas, igrejas, camponeses, pescadores, instituições desenvolvimentistas, pesquisadores, universidades e políticos.

Nesse sentido, seria impossível, ou utopicamente alheio, deter-nos sobre uma história de disputas por esse rio e por suas reconfigurações, ocorridas no passado,

---

<sup>12</sup> Para uma proposta de recuperação da fotografia como documento e testemunho, independente de seu caráter estético, ver DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012. Sobre o trabalho do historiador em torno das memórias presentes nos vestígios, ver RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 176-192.

sem ouvir e ver a agitação social que aí se embate, na disputa do presente. Embora estejamos atentos politicamente a essa problemática, parece-nos ser tarefa da produção historiográfica se inserir no debate situando no tempo os lugares sociais dos proponentes das mudanças e de seus opositores, conforme a disponibilidade dos artefatos e questionando a gestão que se pretende estabelecer sobre as memórias e sobre os espaços, sobre a natureza e a sociedade. Entendemos, ainda, que um componente inextricável da mesma tarefa é a crítica das categorias e dos conceitos utilizados em dados momentos nos quais o São Francisco foi tomado como objeto do saber, do ver e das práticas. Na imbricação entre o epistemológico e o político, na divulgação midiática, nos projetos de documentação fotográfica, todos os conceitos apresentam uma forma de ver, de pensar e de praticar os espaços, de mobilizar o passado, de se apresentar na cena pública e definir o próprio raio de atuação. Os conceitos são, eles mesmos, espacializadores, posicionadores e localizadores<sup>13</sup>. E a sua crítica histórica quer ser uma contribuição ao debate, e não exatamente um manifesto dentro dos dualismos políticos.

Por exemplo, no passado, especialmente em períodos de regimes políticos autoritários, o São Francisco foi nomeado de “rio da integração nacional” em função de determinados projetos e modos de ver, como discutimos em nosso texto. Atualmente, na sociedade democrática, o conceito de integração retorna, na forma da “integração das bacias”, não mais com a mesma pretensão de dar conta da totalidade da Nação, num olhar retrospectivo, mas dentro de um agenciamento que pretende fazer o rio responder a determinadas demandas por água e pela superação das dificuldades apostas pela natureza, em espaços distantes do leito fluvial. O que essa permanência conceitual implica, atualizada por diferentes questões, e como ela se relaciona com as transformações das práticas sociais, é o que o presente se prepara para nos mostrar.

O título de nosso texto quer fazer jus à investigação em torno da construção cultural dos diferentes modos de ver os espaços fluviais e suas práticas, considerando a própria possibilidade metafórica colocada pelo rio e pelos distintos usos que a sociedade lhe deu. Os portos, os currais, as barragens, os canais para

---

<sup>13</sup> KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 97-118.

agricultura irrigada, as chamadas obras de regularização, as migrações, os transportes de animais e víveres, as viagens de conhecimento e exploração, assim como as transformações nos campos de saber e de seus discursos, nas imagens e em suas retóricas – todas essas matérias nos acenam com a temática dos deslocamentos, do qual o rio é objeto e veículo, e os quais ele mesmo sofreu historicamente. A mesma dimensão visual pode ser pensada a partir de sua transitoriedade: ela é construída e se transmuta na vida social, fazendo parte das reconfigurações ocorridas em espaços como o São Francisco. Dessas diferentes visões, das distintas formas de figuras e paisagens que emergiram no tempo, com o apoio e o entrecruzamento inequívoco das palavras, sons e gestos, tentamos flagrar pelo menos um recorte específico de tempo.

Isso posto, apresentamos a organização de capítulos do texto, considerando os eixos de análise da configuração dos espaços do rio São Francisco, em função da abordagem de determinados temas. Os eixos correspondem às duas partes em que se divide o texto: a primeira dedicada à construção das espacialidades por sua colocação em enunciados e pela proliferação de novas práticas sobre os espaços fluviais, suas margens e paisagens, em dois momentos diferentes. O primeiro capítulo investiga a emergência das localizações, das nomeações e dos recortes políticos e epistemológicos do Vale do São Francisco, do final dos anos 1930 aos anos 1940. A partir de textos visuais e escritos produzidos pelos chamados engenheiros topógrafos e por determinados autores do campo de saber institucional da Geografia, parte dos quais eram veiculados por meio dos periódicos especializados da área, como o *Boletim Geográfico* e a *Revista Brasileira de Geografia*, atentamos para o trabalho de medição de distâncias, de revisão histórica, de apropriação e produção de epítetos que atribuíam àquele rio e aos espaços por ele banhados um lugar na Nação. No momento particular de nacionalismo e de centralização política que foi o Estado Novo, e mesmo depois da dissolução desse regime político, o surgimento de tal interesse geopolítico teve francos desdobramentos institucionais e pragmáticos.

Ainda na primeira parte, o segundo capítulo efetua um salto narrativo até os anos 1970, quando o regime autoritário instaurado em 1964 assume a política desenvolvimentista surgida no período anterior, porém ressignificando-a no âmbito

de um conjunto de práticas de intervenção nos espaços, com grande envergadura e impacto socioambiental, como a construção de barragens. Privilegiamos, na análise, os discursos e imagens surgidos na imprensa, destacando a revista *Realidade* e o jornal *Renovação e Integração do Vale* (RIVALE), de Juazeiro, na Bahia, que redimensionaram o recorte espacial e reelaboraram o realismo como crônica visual e discursiva do tempo vivido naquele momento presente. A construção do visível por parte desses periódicos demonstrava o poder de funcionamento e reprodução de uma hegemonia social que esquadrihava o país e o reordenava espacialmente para fins de controle com base nos conceitos de progresso e desenvolvimento, os quais chegariam aos espaços indicados como interior ou sertão, como era considerado o Vale do São Francisco.

A segunda parte de nosso texto aponta para a problemática surgida juntamente com a delimitação dos espaços enquanto objeto, qual seja, a das formas de enunciar, interpretar e dar a ver as experiências espaciais e os agentes sociais, frequentemente designados com o conceito genérico de “populações”, o qual tinha relação com demandas de governo. Tais agentes sociais e suas práticas são parte constituinte fundamental dos espaços, atuando historicamente no sentido de sua reconfiguração incessante e vindo a se tornar problema de conhecimento e de poder, problema que deu vazão à construção de diferentes olhares (determinista, possibilista, vulgarizador, documental etc.) enfocados nessa segunda parte, mas sem que haja uma dissociação inteira da abordagem mais ampla sobre as paisagens.

Assim, o terceiro capítulo questiona os enunciados dos mesmos engenheiros topógrafos e geógrafos sobre a complexidade das práticas espaciais dos habitantes do Vale do São Francisco. A investigação desses estudiosos pretendia dar sentido à constituição do espaço também do ponto de vista social e cultural. Discutimos, ainda, com a mesma indagação, o relatório de pesquisa do sociólogo estadunidense Donald Pierson, que, já nos anos 1950, foi encarregado de produzir uma análise das tais populações, ou o que ele chama no título de “o homem no Vale do São Francisco”, como forma de preparação daqueles habitantes, antes de se processarem as intervenções levadas adiante pela recém-criada Comissão do Vale do São Francisco. O período era de expectativa pelo apoio que as Ciências Sociais

representariam para o conhecimento da sociedade brasileira e de sua adesão ao desenvolvimento e à chamada mudança social. Atentaremos, por outro lado, para a relação de estranhamento cultural, e particularmente visual, que afetou inclusive a obra de Pierson, quando, no mesmo momento, surgiu uma matéria publicada pela revista *O Cruzeiro* sobre uma prática religiosa realizada no município baiano de Xiquexique. Sua divulgação resultou na reprodução de determinados estereótipos sobre os grupos sociais que viviam naquelas margens do rio, mas desta vez através de outra forma de visualização, resultante da intervenção do fotojornalismo.

No quarto capítulo, pertencente à segunda parte, analisamos as imagens e discursos dos anos 1970, através das quais os agentes sociais do Vale do São Francisco foram representados no jornal RIVALE, na revista *Realidade*, na prática fotográfica e documental de dois fotógrafos locais, Antonio Bernardo Gomes e Euvaldo Macedo Filho. Numa heterogeneidade de práticas sociais, em que se inseriam as proposições artística, museológica, folclorista, cívica e turística, determinados grupos sociais e suas práticas espaciais eram submetidos a conceitos como o de popular, de regional, de interiorano e de sanfranciscano, de acordo com pressupostos de tipificação e disciplinamento social, especialmente diante dos distúrbios causados pelas intervenções desenvolvimentistas.

Não pretendemos, com essa organização textual, separar as espacialidades de seus agentes. Ao contrário, indicamos que a própria separação e atribuição dos saberes foram conflitantes, por exemplo, para um campo como a Geografia, ao qual foi dada a tarefa de definir os espaços e conhecer quem neles vivia. Nesse sentido, uma grande inquietação proposta por esse trabalho é a do pensamento sobre a reconciliação possível entre os espaços e os grupos sociais que neles habitam e que o produzem. Essa reconciliação não precisa ser proposta apenas conforme o determinismo ou a antropogeografia, que ignoram as relações sociais e suas tensões. Mas repensar o espaço com seus agentes pode vir a ultrapassar as determinações, partindo de práticas, enunciados e usos abertos à diferença, politicamente ativos e múltiplos, propostos não mais apenas por intelectuais de fora daqueles espaços ou de cima das hierarquias sociais, ou mesmo pelo Estado, com a ideia de que ele seria o redentor por trazer a técnica, o desenvolvimento e o

aproveitamento<sup>14</sup>. Da parte de quem também chegou aí, vindo de outros espaços, e teve que aprender a se deslocar por entre essas referências, a contribuir institucionalmente para a produção de novas espacialidades, problematizando-as e abrindo-as a novos campos de experimentação, a expectativa da escrita da história é de ajudar a provocar o reposicionamento dos espaços e das culturas, das atribuições e das localizações.

---

<sup>14</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 40. 78-86. Sobre a reconciliação entre saberes e práticas, ver LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Ensaio de antropologia simétrica. São Paulo, 34, 1994. p. 53-89. Sobre os espaços da diferença, cf. FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 (Ditos & Escritos, III).

## PARTE I: AS PAISAGENS

## CAPÍTULO 1: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO ESPAÇO NA GEOPOLÍTICA DA INTEGRAÇÃO

### *Percurso*

De início, nossa pesquisa sobre o problema da configuração dos espaços nomeados de Vale do São Francisco abordaria especificamente o período dos anos 1970, a partir de um *corpus* de documentos estabelecido nas primeiras aproximações dos acervos públicos. Como essa configuração se constituía e se apresentava num momento histórico reconhecido pelo vigor dos discursos, imagens e práticas desenvolvimentistas do regime civil-militar brasileiro, era nossa principal questão inicial. Os artefatos de que dispúnhamos para a construção de uma problemática histórica eram fotografias digitalizadas, periódicos ilustrados, livros de memórias<sup>15</sup>.

A justificativa para a periodização era a constatação de que a maioria dos artefatos havia sido produzida e/ou publicada nos anos 1970. Então, no gesto que constituía tais vestígios como documentos, deslocando-os de seus usos e trazendo-os para nossa prática historiográfica, pensamos ter encontrado em tal localização temporal uma pista razoável para lançar luzes sobre um recorte da história dos espaços, margens e fluxos do São Francisco e dos agentes sociais que aí viviam. Entretanto, nossa primeira crítica esbarrava em conceitos que transbordavam o período imediato a que esses documentos remetiam, a começar pelo conceito maior dado aos espaços em questão, o qual era relativamente recente na história do Brasil republicano, numa mirada sobre a duração mais ampla. Cumpria, pois, recuar a análise um pouco mais a montante de determinados fluxos de enunciados, nem sempre lineares, frequentemente desconstruídos e jorrando desde períodos anteriores; enunciados que, ao serem atualizados, citados, relidos nos anos 1970, indicavam que o que ocorria era, antes, uma re-configuração espacial, com

---

<sup>15</sup> Sobre a antecedência do problema para a eleição do documento histórico, ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. p. 27-28; CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-106.

intervenções práticas de envergadura considerável e de faces diferenciadas que, longe de descartar o passado, mantinha relações paradoxais com ele.

Um bom exemplo do redirecionamento que ocorria era o testemunho representado pela obra do sociólogo estadunidense Donald Pierson, intitulada *O homem no Vale do São Francisco*. Postos em circulação em 1972, os três tomos desse estudo sociológico haviam sido escritos treze anos antes, com a função de relatar a extensa atividade de pesquisa que Pierson levava a cabo por volta de 1951 e 1952, à frente de numerosa equipe. Extemporânea, a publicação era fruto de um diálogo institucional que vinha da primeira metade do século XX, o que se depreende dos direcionamentos estratégicos que propõe, das várias situações observadas e das referências desatualizadas a um país que se transformara sensivelmente. Cumpre indicar que, malgrado o atraso de sua publicação à época, essa obra aparece, até os dias de hoje, ao lado do livro do engenheiro civil Geraldo Rocha, *O rio São Francisco*, de 1940, e do livro do ex-deputado baiano Manoel Novaes, *Memórias do São Francisco*, de 1989, como referência para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)<sup>16</sup>. Reserva de saber em que se assenta a memória selecionada e cultivada pela instituição? Aceno ao entrecruzamento de discursos que permitem visualizar, nos bastidores editoriais e políticos do passado, a tensão de disputas e escolhas no que se referia aos objetivos iniciais de cada enunciante e de seus grupos sociais em relação aos espaços em questão? Ao retomarmos cada obra oportunamente, essas questões ressurgirão.

Por ora, seguimos com a breve indicação de que o diálogo estabelecido no relatório do sociólogo com o passado era institucional, conceitual, geográfico, narrativo e político, e passível de interpretação a partir do lugar social de sua escrita, dos interesses envolvidos na pesquisa e das pretensões subjacentes ao texto, nos anos 1950. Afirmamo-lo porque, por exemplo, ao atentarmos para as referências bibliográficas de Pierson, bastante atualizadas para o seu tempo, pudemos observar a presença de escritos de viajantes do período colonial e exploradores do século XIX, e uma notável concentração de livros e artigos publicados do final dos anos 1930 a meados dos anos 1940, sob a pena de engenheiros e, em menor número,

---

<sup>16</sup> Conforme o sítio eletrônico da instituição: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/estudos-e-pesquisas/principais-estudos-sobre-o-vale>> Acesso em 15 de jan. 2014.

geógrafos. Foram esses intelectuais que escreveram no momento imediatamente anterior à pesquisa de Pierson, e alguns dos quais foram seus contemporâneos, que lhe deram contribuição decisiva. Antes da investigação empírica e da feitura do relatório, o pesquisador encontrou o Vale do São Francisco naturalizado como recorte nominal em vários daqueles escritos, e sua missão mesma deveria operar dentro de limites espaciais predefinidos para, então, construir conhecimento sociológico sobre o que estava dentro deles. Ao se mover pelas variáveis de relações familiares, práticas econômicas, culturais e políticas, os pesquisadores tinham por necessidade dar uma descrição que reiterasse a premissa de que tudo quanto fosse observado era *próprio* ao Vale, num procedimento que foi definido como “essencialismo geográfico”, e que é também uma estratégia de naturalização<sup>17</sup>.

Na interpretação desse tipo de documentos em nossa prática historiadora, nosso pensamento se incomodava com a naturalização. Como ela adquiriu formas e em meio a que jogo de forças foi posta para funcionar junto às práticas sociais? Foi para dar respostas possíveis a tais questões, que decidimos redirecionar nosso recorte temporal para os anos 1930 e 1940, tomando como documentos os textos de engenheiros e geógrafos que se debruçaram sobre a questão dos espaços. Este capítulo examinará, portanto, os livros desses autores e os artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico* que têm por tema o rio São Francisco. Nossa problemática é investigar, a partir dos documentos indicados, como se articularam, em uma trama, objetos e conceitos, práticas e instituições, trajetórias e eventos, na definição daqueles espaços, de sua natureza, de suas paisagens<sup>18</sup>.

Entre esses documentos, encontramos, além de discursos tidos como fundadores, caso do livro de Geraldo Rocha, outros textos postos a circular, aceitos e referendados pelo lugar ocupado por eles mesmos e por seus autores nos debates dos campos de saber e nas disputas políticas e institucionais que se davam em

---

<sup>17</sup> Ver MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar. *Terra Brasilis* [Online], 2, 2000. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/298;DOI:10.4000/terrabrasilis.298>> Acesso em 15 de jan. 2014. p. 9-10.

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y fuentes orales*. Barcelona, Asociación Historia y Fuente Oral; Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, n. 38, 2007. p. 66.

torno de determinados espaços do país. Situados ou não no campo disciplinar específico da Geografia, tais textos apresentaram uma importância geopolítica para o que se dizia, planejava e imaginava sobre as relações, atividades e grupos na dimensão espacializada da vida social. Daí, nosso interesse em nos debruçarmos sobre eles e questionarmos seus pressupostos e efeitos na construção de mundos, de espaços e de imaginários sociais conflitantes.

## 1.1 Os engenheiros e a medição dos espaços

Em 1949, o professor estadunidense Preston James resenhava o livro *A Bacia do Médio São Francisco*, publicado em 1946, pelo geógrafo Jorge Zarur. Desemaranhando os capítulos da chamada análise regional que tinha diante de si, o estudioso do mundo rural que havia sido figura de destaque no campo da Geografia no período da política da Boa Vizinhança, ressaltava a dificuldade, para um estrangeiro, de tradução da palavra *sertão*. James afirmava: “nenhuma descrição das coisas fisicamente presentes no sertão pode expressar por completo a palavra; pois trata-se também de um processo mental, uma crença na existência de riquezas ocultas e num povo dotado de discernimento e energia pouco comuns”<sup>19</sup>. Do físico ao mental, da natureza ao povo – temas indicadores de uma compreensão que se pretendia abrangente –, ao espaço em questão eram atribuídos que não caberiam numa possível tradução.

Mas para um estrangeiro definir o sertão com determinados cuidados e com a implicação inerente ao seu lugar social, vemos que esse não era um ato gratuito, e James não estava sozinho no seu discurso. Os atributos que ele brevemente menciona para se referir aos espaços do rio São Francisco analisados por Zarur remexiam camadas históricas de sentido sobre o que a sociedade brasileira construía, lembrava e atualizava sobre o sertão. O conceito elaborado pela língua portuguesa remetia, inicialmente, a espaços supostamente vazios, de grandes dimensões e pouco conhecidos. Depois, passou a definir os territórios sem limites

---

<sup>19</sup> JAMES, Preston. A bacia do São Francisco: um sertão brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 1, v. 11, jan-mar. 1949. p. 119.

fixados, ainda por conquistar e trazer ao domínio político. Na história do Brasil, o conceito de sertão surgiu com a colonização, e foi sucessivamente redimensionado, de acordo com o momento e com o lugar de observação do enunciante, de modo que os espaços considerados como sertão sempre variaram. Desde o final do século XIX até pelo menos a metade do século XX, o conceito reapareceu com ênfase na obra de diferentes intelectuais (de Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu a Djacir de Menezes) e na produção cultural (da literatura romântica ao romance regionalista, da música ao cinema), como categoria fundamental de entendimento do Brasil como nação e mesmo quando da definição de suas regiões. É por isso que vamos encontrar essa categoria empregada no campo da Geografia, que, por sua vez, passava por uma transição, conforme discutiremos a seguir<sup>20</sup>.

### 1.1.1 Da unidade à integração nacional

No final dos anos 1930, uma intensa atividade científica e vulgarizadora dedicada à investigação sobre a heterogeneidade dos espaços brasileiros se consolidava no país. Não estando ainda institucionalizado o campo da Geografia, os estudiosos que demonstravam a centralidade do pensamento geográfico para o campo das práticas e que detinham o manejo de conceitos e referências dessa área eram os chamados engenheiros topógrafos, que produziram discursos sobre os espaços a partir de sua própria atuação na construção de telégrafos e vias férreas – não à toa, atividades ligadas à conexão espacial por meio das comunicações e dos transportes<sup>21</sup>. Na encruzilhada de produção material e discursiva das espacialidades, esses engenheiros se inseriam numa tradição que vinha do século XIX, das missões científicas de mapeamento do território encarregadas pelo Império<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. p. 147; MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão. *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/341;DOI:10.4000/terrabilis.341>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

<sup>21</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

<sup>22</sup> MACHADO, Lia Machado. As ideias no lugar. *Terra Brasilis* [Online], 2, 2000. Disponível em <<http://terrabilis.revues.org/298;DOI:10.4000/terrabilis.298>> Acesso em 15 de jan. 2014.

A produção de saber desses intelectuais em dado momento foi contemporânea às obras dos chamados intérpretes do Brasil, mas numa dimensão mais propriamente espacial, no sentido de que, enquanto autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior destacaram, sob diferentes abordagens, o que eles nomeavam como a formação histórica da sociedade brasileira no tempo, a questão, agora, era conferir a essa sociedade os aspectos de sua constituição no espaço<sup>23</sup>. Nesse sentido, considera-se que a sagração mesma dos tais intérpretes se fez *a posteriori*, sendo possível perceber, em tal processo, a exclusão de um autor como Oliveira Vianna, por suas posturas inclinadas ao determinismo racial e por seus posicionamentos políticos radicais à direita, não obstante esse autor ter sido um dos que mais procuraram interpretar espacialmente a nacionalidade. Mesmo tendo servido de referência para muitos engenheiros, o pensamento geográfico que subjazia à obra de Oliveira Vianna foi deixado à sombra em virtude da indefinição paradigmática do campo da Geografia, das reservas quanto ao determinismo ou do destaque assumido pelos autores cujos discursos foram vencedores, como Freyre<sup>24</sup>.

Em termos teóricos, os engenheiros topógrafos afirmavam transmitir, através dos livros, os resultados de suas observações cosmográficas. Seus enunciados estavam mais próximos do naturalismo, ou se viam numa intersecção de paradigmas científicos nem sempre fácil de discernir, mas que servia para enquadrar as variáveis naturais e as experiências espaciais observadas em princípios nacionalistas, como o da unidade<sup>25</sup>. É recorrente, aí, o uso de categorias homogeneizadoras, como sertão, hinterlândia, matriz, planalto, habitat, interior, limite, população. Igualmente abundam

---

<sup>23</sup> Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005. Ver a Parte 1, "Identidades nacionais: uma questão sensível".

<sup>24</sup> Cf. MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: \_\_\_\_\_. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 341-342.

<sup>25</sup> Embora não seja nosso propósito construir uma narrativa específica e abrangente sobre os momentos paradigmáticos do saber geográfico, entendemos *paradigma científico*, aqui, de modo aproximado à definição presente em KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2010, e relida em sua suposta homogeneidade e autonomia relativa por STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: 34, 2002. p. 13-19. A Geografia dá um bom exemplo histórico de um saber cujos paradigmas nem sempre foram estanques, especialmente quando de sua institucionalização no Brasil, cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 89-133.

as expressões deterministas e naturalizadoras que às vezes aparecem associadas entre si, como lei, imperativos geográficos, *millieu*, feição geográfica, aspectos fisiográficos, artéria de penetração, fatores determinantes, zona ou região natural, riquezas naturais, terra, salubridade e insalubridade, isolamento, segregação, uniformidade, aproveitamento. Ocorrem, também, conceitos que denotam hierarquização evolucionista do que estava sendo observado, tais como raça e sub-raça, mendelismo, organismo, primitivo, o par atraso e progresso, civilização, desenvolvimento, precariedade, processos rudimentares, desequilíbrio, caracteres somáticos, espírito apoucado, difusão, mentalidade.

Politicamente conservadoras, instauradoras de suspensões temporais daquilo que era descrito, essas categorias funcionavam como marcadores para medir as dimensões relativas aos emissores dos discursos, que frequentemente eram formados nas capitais e no litoral, ou aí viviam. Os emissores terminavam não apenas por mensurar os elementos avaliados criando os critérios de distância, proximidade, centro, interior, vizinhança, sertão, mas por reiterar esses critérios de maneira situacional nos seus desdobramentos políticos, pois a espacialização das relações sociais que eles operavam coincidia com a visão que o Estado estava construindo para inserir os espaços numa comunidade nacional de interesses<sup>26</sup>. Provenientes das elites que cultivavam projetos nacionalistas desde o advento da República, e tinham que repensá-los em função das mudanças políticas daquele momento, com o governo cada vez mais centralizador, após o movimento de 1930, os engenheiros topógrafos dessa década faziam suas categorias de pensamento convergirem para o nacionalismo. Eles analisavam e planejavam os demais espaços do país a partir de projetos de sociedade convenientes às demandas de domínio e de superação das condições econômicas, culturais, organizacionais verificadas Brasil afora e que pareciam indesejadas. Tal superação se daria pela abertura à interferência do Estado nacional, como nas campanhas sanitárias realizadas desde o começo do século, e pela realização de acordos do mesmo Estado com os grupos dominantes de cada espaço, desde que estes abandonassem seus conflitos

---

<sup>26</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 167.

armados<sup>27</sup>. Assim, esperava-se que a chegada a um grau adequado de civilização se desse sem prejuízo para aqueles grupos políticos tradicionais, e sem o levantamento de tensões da parte das classes populares, vistas sob os signos ambíguos do interior, do exotismo, da miscigenação – e então o conceito de sertão aparecia como útil, multiplicado em várias singularidades.

O Vale do São Francisco foi nomeado e fixado como categoria espacial no seio dessa produção discursiva e desses rearranjos políticos, de acordo com a classificação dos espaços que era tributária do determinismo, mas que estava em um momento de transição para a institucionalização e para a mudança paradigmática da Geografia. É preciso considerar, também, nesse processo social, as circunstâncias editoriais que vieram a favorecer a veiculação dos livros para um público mais ou menos seletivo no que se referia ao acesso à leitura e ao alcance das discussões propostas junto a determinados estratos sociais, como os intelectuais, as camadas médias que surgiam com a urbanização das capitais e o próprio Estado. Este, aliás, não era necessariamente o centro ou protagonista das relações políticas, em virtude da grande negociação realizada junto às elites locais e regionais para que pudesse haver um projeto de integração nacional. Mas era essa pretensão de centralidade que fazia o Estado cristalizar as disputas que se davam pelo ordenamento do território, da sociedade, da economia, da produção cultural, agenciando os atos de colocação dos espaços em discurso, de produção da visão e da divisão espaciais, para usos cognitivos, estratégicos e administrativos<sup>28</sup>.

Destacaremos em particular a obra de três engenheiros topógrafos, os quais, em que pese sua formação profissional específica, produziram textos que acabaram se cruzando no gesto de recortar os espaços sobre cuja enunciação estamos nos debruçando. Luiz Flores de Moraes, engenheiro de minas formado pela Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, Antônio Geraldo Rocha, engenheiro civil formado na Escola Politécnica da Bahia, em Salvador, e Agenor Augusto de Miranda, engenheiro geógrafo que atuava na instalação de telégrafos,

---

<sup>27</sup> Sobre o nacionalismo e a centralização do Estado, nos anos 1930, cf. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>28</sup> Sobre o lugar estratégico do saber geográfico, ver FOUCAULT, Michel. Perguntas a Michel Foucault sobre a Geografia. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, saber-poder*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003 (Ditos & escritos, IV). p. 175-188. Sobre a visão e a divisão geográficas e seus usos sociais, cf. BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 112-116.

também formado pela Escola Politécnica da Bahia, foram exemplares na atuação tanto prática quanto discursiva, e mantiveram uma relação com os enunciados que vinham do século XIX: também eles reafirmavam que o São Francisco havia sido pedra-de-toque da unidade da nação, e por isso a remissão ao tema da unidade era uma constante, como conceito voltado para entender o passado colonial e para explicar porque o território colonizado por portugueses na América não se fatiou como aqueles colonizados pelos espanhóis<sup>29</sup>.

Dita unidade, então, estaria assegurada por uma “base física” inscrita na natureza antes mesmo da existência da nação. No entanto, por terem aparecido no final dos anos 1930, ou em 1940, como o livro de Rocha, esses discursos ressoaram em favor de outra problemática, a da integração nacional, que era fundamental para o Estado Novo e para sua hegemonia política e territorial, que se propôs a domesticar os regionalismos e enfrentar qualquer intento federalista<sup>30</sup>. A diferença significativa de registro é que a integração, por sua vez, dizia respeito ao presente vivido à época, pois uma nação unida não era necessariamente uma nação integrada enquanto não houvesse conhecimento recíproco entre suas partes, administração concentrada de seus interesses, possibilidades e recursos econômicos, e divulgação de suas práticas culturais.

Ao nos debruçarmos diretamente sobre cada discurso, temos que no ano de 1936, tanto Luiz Flores de Moraes Rego quanto Agenor Augusto de Miranda publicaram seus trabalhos, a partir de dados estatísticos, de pesquisa bibliográfica e sobretudo de investigação empírica. Moraes Rego fora premiado, no ano anterior, pela Sociedade Capistrano de Abreu, do Rio de Janeiro, pela qual seu livro foi republicado, depois de uma pequena tiragem editada pelo Museu Paulista. Ele cita, entre os muitos autores de referência, Capistrano, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso, estes dois últimos engenheiros da mesma tradição de escrita sobre os espaços, nas décadas iniciais do período republicano. A monografia de Moraes Rego foi considerada pioneira no Brasil pela classificação geológica e geomorfológica empreendida, o que lhe transformou, por sua vez, em

---

<sup>29</sup> BRASIL, Vanessa M. O São Francisco: a base física da unidade nacional do Império. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 2, p. 133-142, jul.-dez., 2008.

<sup>30</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

referência para outros enunciados, em virtude também da abrangência de temas levantados e, conforme o que mais nos interessa aqui, por ser um dos primeiros a nomear e delinear o recorte espacial “Vale do São Francisco”, tal como veio a ser compreendido pela sociedade brasileira, particularmente pelas políticas de Estado.

A começar pelo ordenamento da sequência de capítulos, Moraes Rego dá mostras de seu determinismo: os capítulos sobre os aspectos naturais e físicos antecedem aqueles dedicados à história e à sociedade, em virtude de uma tônica argumentativa que atravessa o livro e lhe dá direção. Por exemplo, a análise das “Indústrias”, isto é, das atividades econômicas, as submete aos ditames físicos, como as secas e as inundações, que modulavam o trabalho na navegação e, em particular, nas lavouras de vazantes – a área das margens fertilizada pela passagem do rio<sup>31</sup>. Numa epígrafe, de autoria do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, retirada de Capistrano de Abreu, o engenheiro assume uma de suas perspectivas teóricas: “Os limites não são linhas ou paredes simples, mas os instrumentos cheios de vida de um dos mais grandes [sic] fenômenos vitais que a terra reconhece... São um órgão periférico do organismo do estado... É da natureza deste corpo, pelo fato de ser orgânico, romper as barreiras inorgânicas dos limites políticos, se assim o exige sua atividade vital”<sup>32</sup>. Nessa assertiva organicista, os conceitos e metáforas assimilam organismo e sociedade, implicando a ideia da necessidade de uma terapêutica social, o que Moraes Rego reitera nas passagens sobre as enfermidades, ou o quadro nosológico, do que ele chama de populações são-franciscanas, embora sua perspectiva não seja negativa em relação ao estado e à amplitude dessas enfermidades. A epígrafe pode ter ainda outra interpretação, pela inferência sobre o uso possível que o autor dela fazia: o Estado nacional seria o corpo e, de maneira relacional, o espaço estudado, por vezes nomeado de sertão, seria o órgão periférico que desenhava seus limites de acordo com suas exigências vitais e que precisaria de outra terapêutica, a da regularização do rio e a dos investimentos em transportes, para promover sua expansão, dentro dos limites<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 193-194.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 208.

<sup>33</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 153-154. 196. 217-218. Sobre os perigos dos conceitos organicistas, ver CANGUILHEM, Georges. O problema das regulações no organismo e na

Um aspecto de importância considerável da composição do livro de Moraes Rego é o uso de mapas para representar os campos temáticos discutidos pelo texto (Figuras 1 e 2). E aqui cabe indicarmos a função geopolítica e semiótica dos mapas, na medida em que estes se apresentam como linguagem conectada aos pressupostos culturais e ao lugar de poder de quem os constrói e dá a ver. Mapear é, pois, selecionar, cortar, enfatizar, conotar através do recurso a convenções visuais e escritas, e, assim, posicionar-se por meio de uma forma de conhecimento e dominação dos espaços. Um mapa promove a visualização a partir de cima, por assim dizer, de um ponto de observação e de legibilidade que imagina e traça os vetores em função do que tenha sido estabelecido social, científica e politicamente como sendo as direções de orientação. Além disso, para um texto que se proclama científico, um mapa deve se apresentar com a redução inteligível das práticas sociais à miniaturização correspondente à escala de representação dos distanciamentos e das proximidades, e levando em conta, por outro lado, os códigos das legendas e a fixação espacial dos elementos tematizados<sup>34</sup>.

O território do Vale do São Francisco visível nessas representações é orientado no sentido político de Sul a Norte, e como que flutua entre os paralelos 8° e 20° e os meridianos 36° e 48°, sem indicação sequer de que os mapas fitogeográficos, isotérmicos, mineralógicos, econômicos se referem a espaços brasileiros. Esses mapas inauguravam, naquele período, um modo de ver o recorte espacial não apenas do curso do rio e de seus afluentes, mas das suas margens de abrangência, indo ao encontro do conceito vitalista de limites – o traçado dos afluentes e estradas não lembra as representações de vasos sanguíneos, *artérias*, como diz o autor? Ao ignorar e romper as tais barreiras inorgânicas das fronteiras estaduais, os mapas conduzem à ideia de unidade do Vale do São Francisco, nas singularidades de sua

---

sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Ver também LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999. Em especial, o capítulo “O sertão como patologia, abandono e essência da vida nacional”. Esse problema será retomado.

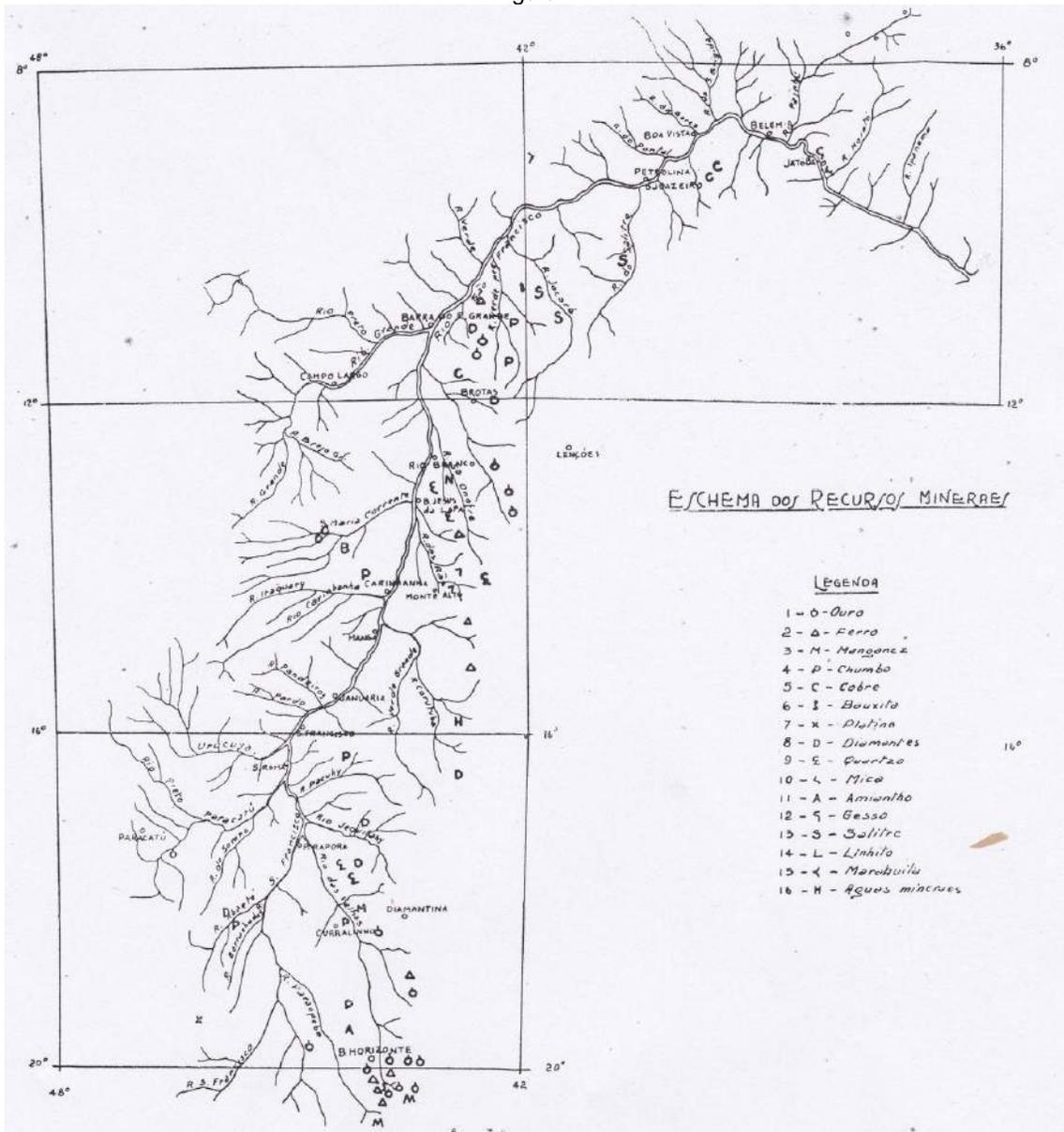
<sup>34</sup> Sobre a ideia do mapa como visão do poder, desde um ângulo superior, cf. CERTEAU, Michel de. *Práticas de espaço*. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994. Para uma abordagem histórica dos mapas, ver BLACK, Jeremy. *Maps and politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997. p. 11-28. Embora não tenham sido pensadas para mapas, aplicamos aqui as ferramentas semióticas de Roland Barthes para problematizar a função conotativa das legendas e do texto. Oportunamente, também as usaremos para análise da retórica das imagens fotográficas. Ver BARTHES, Roland. *A mensagem fotográfica*. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 19-21.

natureza, como os recursos minerais, e de suas práticas sociais, como as atividades econômicas e os transportes indicados na legenda. Além de o conceito de unidade ser destacado, com a aposição dos adjetivos “brasileira” ou “nacional”, outra unidade proposta pelos mapas, indicativa de outra compreensão possível para o livro de Moraes Rego como um todo, é a unidade homogênea do Vale, malgrado as grandes distâncias e diferenças relativas por ele abrigadas. Como forma geológica visível na superfície da terra e nos acidentes do relevo, o Vale seria um exemplo da coesão física do assim chamado Planalto Brasileiro, desdobrada na coesão histórica e social, o que encaminhava esse trabalho de corte aos usos políticos que ele veio a ter, sobretudo com o reforço desse tema por outros autores<sup>35</sup>.

---

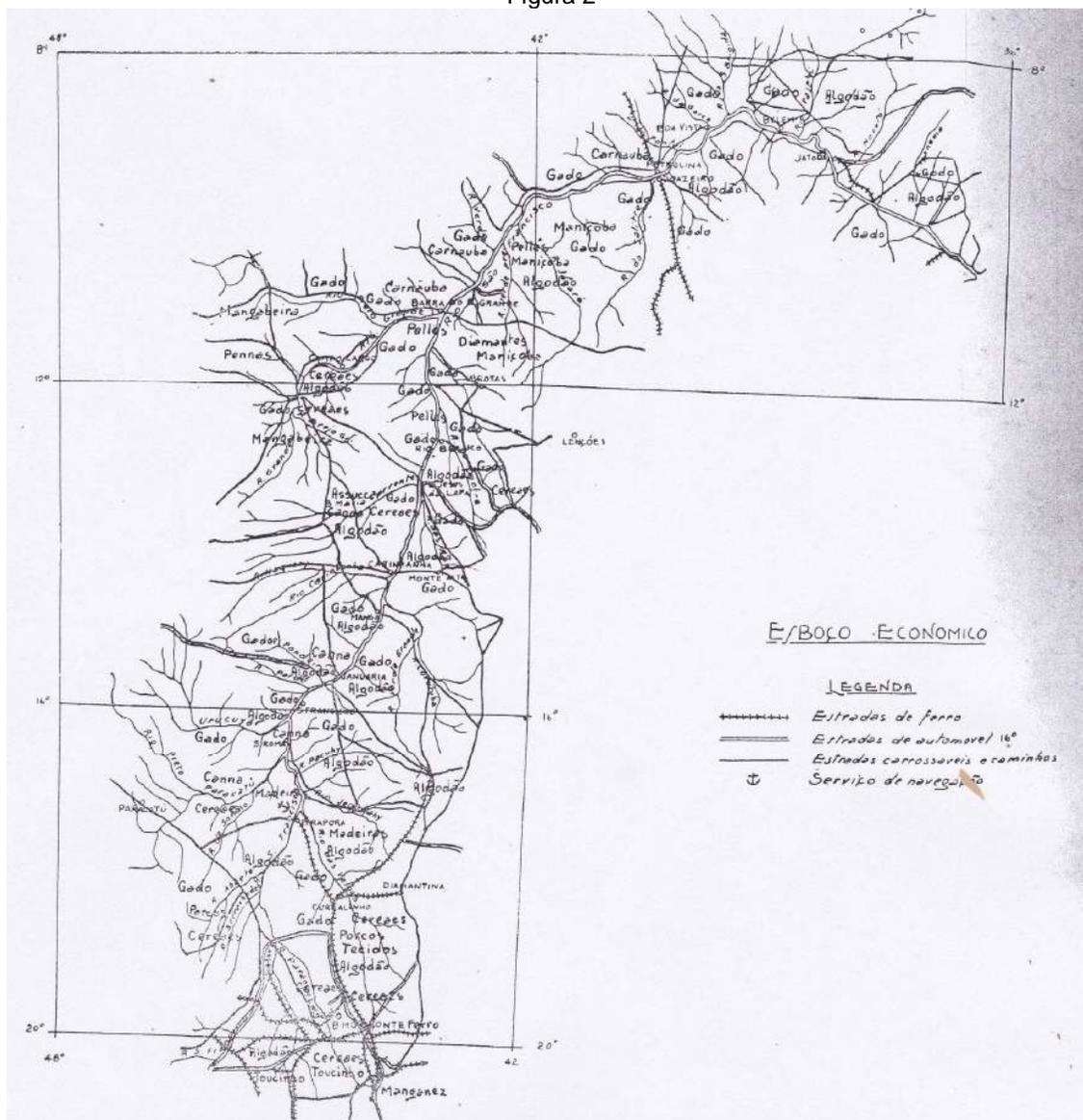
<sup>35</sup> REGO, Luís Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 208.

Figura 1



"Esquema dos recursos minerais". In: REGO, Luís Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936.

Figura 2



“Esboço Econômico”. In: REGO, Luís Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936.

O mapa na Figura 2 ganha maior poder conotativo quando pensado com a legenda, que destaca as estradas e a navegação, e o capítulo dedicado às “Vias de Comunicação”<sup>36</sup>. O que Moraes Rego indicava como fundamento, além dos argumentos sobre o meio físico, para o uso de uma categoria como segregação

<sup>36</sup> REGO, Luís Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 160-178.

eram as dificuldades dos transportes e das comunicações. Tangencialmente, dentro de uma obra voltada sobretudo para aspectos geológicos e geomorfológicos do espaço, ele caracteriza a principal forma de deslocamento à época: a navegação, que justificaria a metáfora do rio como artéria. Após descrever os trechos de ferrovias e rodovias que cruzavam o Vale, chegava-se a um painel considerado ainda insuficiente para a demanda de comunicações daqueles espaços – painel que aparecerá no mapa do Esboço Econômico. E embora esse não fosse o campo de atuação específico de seu trabalho como engenheiro, a conclusão do estudo sugere inclusive uma intervenção na política viatória, tomando como exemplo, a integração das comunicações entre as áreas produtoras de São Paulo<sup>37</sup>. Espaços de células desconexas, apesar da unidade geomorfológica do Planalto, o Vale do São Francisco demandaria práticas que o alçassem às mesmas condições desejáveis de produção, conexão e contatos presentes em outros espaços, dos quais poderia tomar o modelo.

Quanto ao livro de Agenor Augusto de Miranda, cabe indicar, antes, que ele foi publicado pela Coleção Brasileira, surgida em 1931, pela Companhia Editora Nacional, no momento do surto editorial em que também se destacaram as casas José Olympio, Melhoramentos e Francisco Alves, que procuravam profissionalizar o mercado e expandir o público leitor. Pertencente ao projeto do que seria a Biblioteca Pedagógica Brasileira, com fins educacionais declarados, a Brasileira se inspirava no impulso modernista de produção de discursos sobre os espaços brasileiros, na tradição historiográfica do período imperial e no espectro daqueles que viriam a ser chamados de pensadores sociais, que vinham debatendo sobre a Nação e seus problemas civilizatórios de raça e meio<sup>38</sup>.

A Coleção partia da ideia de criação de um acervo, um *corpus*, de textos agenciados como documentos referentes à fundamentação da nacionalidade, o que explica a publicação de textos raros, esgotados, antigos ou contemporâneos, ensaísticos ou científicos, de história, etnologia, de autores brasileiros ou estrangeiros, obscuros ou já consagrados, de vários espaços, formação e gerações,

---

<sup>37</sup> REGO, Luís Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Ensaio de monografia geográfica. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 178-192. 217-218.

<sup>38</sup> Para situar historicamente a Coleção Brasileira, nos apoiamos em DUTRA, Eliana de Freitas. A Nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: \_\_\_\_\_; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Annablume, 2006.

como Luís da Câmara Cascudo, A. J. de Sampaio, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Rui Barbosa, Pandiá Calógeras, Mario Marroquim, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, dentre muitos outros. Seu propósito nacionalista se casava com as expectativas pela renovação político-social, de superação da crise econômica no país e de crescente investimento na produção cultural por parte do Estado, e isso tinha a ver com a seleção estratégica dos autores, do meio em que eles circulavam, como o serviço público, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os museus, a imprensa e o espaço universitário nascente.

Foi assim que a *Brasiliiana* acolheu e publicou livros que, por um lado, contavam e interpretavam o percurso temporal da Nação, dando espessura a seu espaço de experiência em narrativas históricas, memorialísticas e biográficas, e por outro lado, davam a conhecer espaços pouco conhecidos pela sociedade brasileira, sobretudo pelos intelectuais, o que era tarefa dos livros sobre botânica, zoologia e os relatos de viagens. Isso vai incidir, pouco depois, na gestação do que já foi apontado como sendo uma cultura histórica localizada, com pretensões à hegemonia, e mais bem definida no período do Estado Novo, com o agenciamento de práticas e discursos, como os do campo da arte, da produção cultural e da imprensa. Não é gratuito que, num movimento que se coadunava com a dita cultura histórica, datem do final dos anos 1930 a discussão e as operações de seleção do que passou a ser considerado patrimônio histórico nacional, pela apropriação dos artefatos de memória enquanto história<sup>39</sup>.

Na *Brasiliiana*, o rio São Francisco tem seu nome em sete títulos, incluindo, além dos livros de Agenor Augusto de Miranda, de Orlando Carvalho e de Geraldo Rocha, produzidos nos anos 1930, o de Padre Martinho de Nantes, os dois volumes dos relatos de viagem de Auguste Saint-Hilaire e o de Richard Burton. Mesmo sem pôr o nome do rio no título, um dos primeiros autores a ter um livro publicado pela *Brasiliiana*, e que foi constantemente citado pelos que lhe sucederam foi Vicente Licínio Cardoso. A ele foi aclamado o pioneirismo como argumentador sobre o que se considerava a contribuição do rio para a unidade nacional, e de seu livro, intitulado *À margem da História do Brasil*, foi retirada e muitas vezes reproduzida a expressão “rio sem história”, que dá a entender não apenas uma visão posicionada

---

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

e naturalizadora de espaço e de história, mas também o aspecto paradoxal da relatividade das atribuições dadas por esses discursos localizadores: o espaço que é chamado de margem temporal da história será o mesmo que Moraes Rego veio a denominar de centro geológico ou planalto<sup>40</sup>. Em boa medida, a narrativa histórica presente em vários livros sobre o rio, como a própria recuperação de textos do passado pela Brasiliana, podem ser vistas como tentativas de preencher a lacuna do “rio sem história” e de retirar-lhe dessa marginalidade perante a Nação, dando-lhe, ao contrário, centralidade. Assim, o paradoxo das atribuições espaciais é testemunha do interesse que movia a publicação desses textos, os quais materializavam e atualizavam debates, formas de ver e conhecer correntes à época e que terão suas repercussões nas práticas. Sobre isso, um autor chegou a dizer:

Exatamente porque o rio de São Francisco exerce uma função tão importante na formação da unidade nacional é que, de vez em quando, atrai a atenção da opinião pública e dos administradores.

Dá-se aí, então, o redescobrimto do rio pelos jornais e multiplicam-se as informações sobre a região. Os administradores promovem outras tantas literaturas, com repercussão simpática por toda parte dos Estados que o grande e desconhecido rio banha<sup>41</sup>.

Por seu turno, Agenor Augusto de Miranda enfatiza o conceito de possibilidade para pensar o rio de acordo com uma tentativa de atenuar a explicação determinista. Embora não assumido pelo autor, o conceito remete ao possibilismo geográfico, da matriz francesa ligada ao nome do geógrafo Paul Vidal de la Blache, cuja teorização sobre a complementaridade entre sociedade e natureza na constituição dos espaços se tornou, então, dominante na institucionalização da Geografia brasileira. A predominância crescente do possibilismo se dava em virtude da presença de professores franceses como Pierre Monbeig, Francis Ruellan e Pierre Deffontaines na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e de cursos superiores de Geografia como o da Universidade de São Paulo, ambos no ano de 1934, além da

---

<sup>40</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-margem-da-historia-do-brasil>> Acesso em 17 de jun. 2013. p. 23-26.

<sup>41</sup> CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasiliana, v. 91). p. 39.

introdução de leituras de autores como o próprio Vidal de la Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon<sup>42</sup>.

Como acontecia nas obras de outros autores, a mediação que Miranda faz do conceito de possibilidade redonda conservadora, reifica as atividades econômicas da pesca, da pecuária, da agricultura, da navegação, ao fazer proposições sobre sua exploração em termos de riquezas naturalizadas, e ao sugerir a valorização da terra e do trabalho desprezando as relações sociais, especialmente as relações marcadas por uma profunda tensão, atrelada ao latifúndio e ao valor material e simbólico da propriedade rural. Segundo o engenheiro, o trabalho – tema cuja importância crescia para as práticas políticas nos anos 1930 – recuperaria a prosperidade e a fama do “tempo em que o sertão era virgem”<sup>43</sup>. Essa simples forma de nomear os espaços do período colonial, da pecuária e dos currais, já destitui essa atividade de sua historicidade e dos conflitos sociais que lhe eram inerentes.

A ideia da possibilidade se desdobra num dos capítulos que, em sua abertura, usa fotografias de página inteira, de autoria não atribuída. É o capítulo intitulado “Colonização do Vale do São Francisco”, cujo sentido pode ser obtido pela associação do texto e da legenda com a visualização da imagem que o antecede (Figura 3): no segundo plano, vê-se um homem em pé, sem que esteja trajando roupas de trabalho, diante da terra arada e plantada. Um trecho do capítulo diz: “O homem que dispõe de canais de irrigação, de lavoura garantida e de uma roda d’água, não emigra. É homem fixado ao solo, porque tem um patrimônio que sempre está em valorização. Grandes áreas podem ser desapropriadas, irrigadas, para serem loteadas e vendidas. As despesas com os canais logo serão recompensadas muitas vezes”<sup>44</sup>. Qual a relação possível entre a foto e o texto que a segue? Pode-se ler que, da terra à produção econômica, a exploração das chamadas riquezas se faria independente das questões sociais, como a política e o mercado, ou mesmo das intempéries naturais; o homem sozinho diante da terra, na superfície fotográfica,

---

<sup>42</sup> Cf. MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 170; MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: \_\_\_\_\_. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>43</sup> MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62). p. 76.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 136.

conota o sentido de que lhe bastava se dedicar ao trabalho, uma atividade que pairaria, por exemplo, acima da dimensão social de uma eventual desapropriação de grandes áreas. O trabalho, inclusive, já aparece significado em seu resultado, sem que a ação em si do processo de trabalho seja mostrada, porque o privilégio do visível é dado à possibilidade cumprida.

Figura 3



“Fruteiras cultivadas sobre um lençol freático superficial na zona seca do município de Tacaratu-Pernambuco”. In: MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62).

Em outra foto (Figura 4), encontramos uma vista da cachoeira de Itaparica. Orientada lateralmente, com nitidez no primeiro plano, e enquadramento fechado sobre um salto da cachoeira, a imagem destoava técnica e expressivamente das vistas panorâmicas do século XIX, que acostumaram o olhar do público citadino, quando do crescimento dos circuitos fotográficos<sup>45</sup>. Mas o tema dessa imagem trazia outras questões: não se tratava apenas da natureza plástica, supostamente virgem,

---

<sup>45</sup> LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008. (Col. Texto & Arte). p. 75.

a ser fotografada por inspiração nas paisagens pictóricas; o texto usa a imagem com a conotação oposta, isto é, para propor uma função produtiva à natureza<sup>46</sup>.

Para isso, Miranda celebra o empreendimento do industrial Delmiro Gouveia, no lado alagoano da cachoeira, que chegara a implantar um modesto equipamento elétrico para beneficiamento de algodão, concorrendo com a distribuição da fábrica inglesa Machine Cotton e despertando a desavença dos coronéis da vizinhança, até ser assassinado em 1917. Da mesma forma, são elogiadas as recentes iniciativas de represamento e eletrificação intentadas por Geraldo Rocha, no Oeste baiano, o que leva Miranda a concluir que a geração de energia elétrica seria a promessa favorável para o São Francisco, muito além das costumeiras agricultura e pecuária<sup>47</sup>. E, então, com o uso de uma imagem, o gênero da paisagem é acionado, como em sua tradição fotográfica; mais uma vez, como no caso da proposição sobre a agricultura, a foto deve abstrair a história narrada no texto, que apenas menciona índios rechaçados e gado povoador, e isolar as relações sociais implicadas na eletrificação, dando a ver e a ler que os espaços eram puras possibilidades abertas, disponíveis<sup>48</sup>.

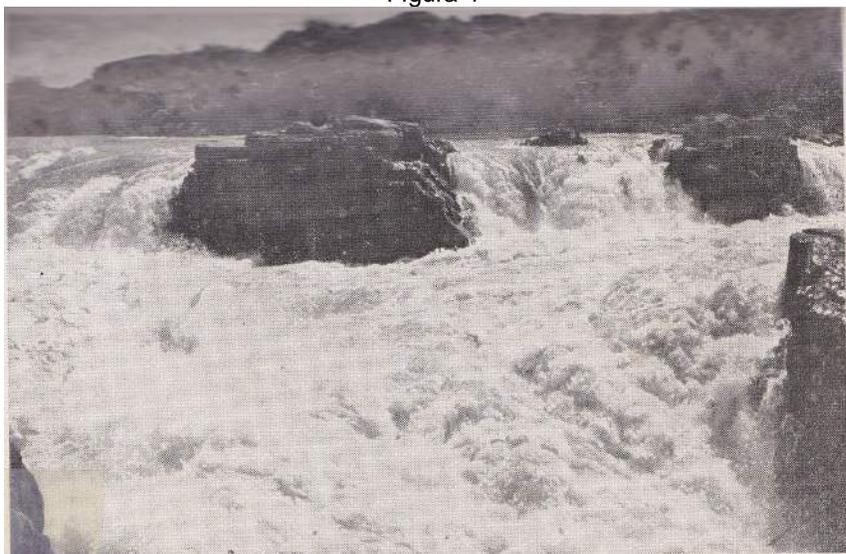
---

<sup>46</sup> Sobre as diferentes naturezas elaboradas pela tradição do gênero paisagístico, cf. CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008. (Col. Texto & Arte).

<sup>47</sup> MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62). p. 25. 131.

<sup>48</sup> LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Op. cit.* p. 79.

Figura 4



“Vista do segundo salto da cachoeira de Itaparica”. In: MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62).

Ao aprofundarmos nossa análise com base nesse jogo de imagens e textos, veremos, na obra de Miranda, que a representação da natureza exacerba a contraposição entre meio e homem, entre o que seria natural e o que seria social, ou cultural (Figuras 5 e 6): as fotos das paisagens ensolaradas trazem legendas que dão o protagonismo das cenas a pedra e cactos, fazendo o olhar encontrar a presença da figuração humana aí completamente envolvida e submetida à natureza, sendo difícil caminhar da contemplação à intervenção, do determinismo do “descobrir” ao possibilismo do “aproveitar”, como propõe o texto. Entretanto, em outros trechos, Miranda parece começar a tatear, no exercício de pensamento sobre um objeto prático de análise, uma redefinição do paradigma de conhecimento e de práticas sobre os espaços, para a qual ele se apropria da citação de outro engenheiro de minas, Miguel Arrojado Lisboa: “Não se tratará de descobrir, senão de aproveitar, dominando-as, nossas forças hidráulicas, para que possam abrir ‘outras oportunidades para o progresso, modificando assim a influência das circunstâncias geográficas’<sup>49</sup>. Nessa citação carregada de otimismo e apropriada

---

<sup>49</sup> MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62). p. 144.

sem reservas, o pronome “nossas” e seu ar nacionalista insistem na compreensão do espaço como vazio, nu, à mercê do tal aproveitamento.

Figura 5



“Pedra suspensa sobre o leito do São Francisco na cachoeira de Itaparica”. In: MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62).

Figura 6



“Em largas extensões da zona seca do Nordeste, só os cactos podem vegetar”. In: MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62).

Como corolário da aposta na capacidade de esforço humano, Miranda encerra seu livro citando Henry Ford, como referência de trabalho bem-sucedido numa sociedade liberal. Para os espaços que o engenheiro observa, a adequada consequência geopolítica do trabalho poderia se dar na aplicação de verbas em obras públicas e no consórcio entre os Estados de Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, para a eletrificação da Cachoeira de Paulo Afonso. Estrategicamente, o autor arremata:

Reconhecendo, preliminarmente, os Governos Estaduais e Municipais sua incapacidade para administrar indústrias, a Sociedade que se organizar, tendo a garantir seus títulos *a existência de recursos naturais que se propõe desenvolver, endosso que sobrevive à bancarrota de bancos e Governos, dirigir-se-á nos moldes das grandes empresas que operam em nosso país com capitais nacionais ou estrangeiros*<sup>50</sup> [Itálicos no original].

O trecho que Miranda grifou em itálico também foi retirado de Henry Ford. Sua conclusão igualmente é favorável à definição geopolítica do Vale – embora para isso

---

<sup>50</sup> MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62). p. 148-149.

não sejam usados nem mapas, nem um discurso científico –, orientando-a no sentido da institucionalização a partir da articulação de capitais e interesses públicos e privados e da concentração dos esforços em uma Sociedade que transcendesse os Estados, embora partisse de seus interesses e iniciativas. Os mapas de Moraes Rego da mesma forma não suprimiam os limites estaduais? O olhar que esses engenheiros iam constituindo, através de seus textos e imagens, ia se entrecruzando através de um diálogo franco com o campo das práticas, para além da mera apreciação sobre os espaços.

Ao seguirmos nossa abordagem dos documentos, abrimos uma exceção à obra dos engenheiros para tratar de outro livro da Coleção Brasileira, também voltado especificamente para a temática do nacionalismo e da unidade ligados ao recorte espacial em questão. Trata-se de *O rio da unidade nacional: o São Francisco*, do então jornalista, formado em Direito, Orlando Magalhães Carvalho, publicado em 1937, com o subtítulo de “Reportagem ilustrada”, que veicula diversos conceitos geográficos da época em uma mistura de relato de viagem, reflexão histórica e descrição das atividades econômicas e práticas culturais. Esse livro é composto, ainda, por mapas e pelas fotografias que o autor informa ter feito em seu percurso, de acordo com sua concepção sobre o visual, como discutiremos.

O conceito de civilização lhe é central para pensar a história do Brasil de modo determinista, conduzida pelos direcionamentos espaciais apenas encontrados espontaneamente pelos europeus, no período colonial. Como a natureza do planalto estaria desde antes unificada pelo rio São Francisco, a civilização igualmente estaria destinada a tê-lo como sua estrada, espaço das circulações que constituiria a sociedade<sup>51</sup>. Esse relato teleológico retoma temas como os da miscigenação e dos caminhos civilizatórios, que eram recorrentes nos anos 1930, aproximando-se indiretamente, por exemplo, da abordagem do historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda, no célebre capítulo “O semeador e o ladrilhador”, de *Raízes do Brasil*, em que se comparam as diferentes relações dos povos ibéricos com os espaços, demonstradas em suas formas de construir cidades nas suas colônias: o português seria o semeador espontâneo, que não se dava ao trabalho de aplainar a terra ou remover seus obstáculos, apenas jogando aí às sementes de civilização; o

---

<sup>51</sup> CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional. O São Francisco (Reportagem ilustrada)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91). p. 13-14.

espanhol, por sua vez, seria o ladrilhador meticuloso, disciplinador da natureza e construtor de cidades retilíneas adequadas ao governo colonial.

A diferença, no discurso de Orlando Carvalho, é que a espontaneidade não seria um traço cultural, mas estaria em grande medida pré-determinada, sobretudo pelas amplas dimensões espaciais. E aqui, igualmente, é necessário situar a posição relativa dessa ideia da grandeza disponível do espaço brasileiro, que o imagina desimpedido, acessível à atração dos grupos humanos, o que também é uma leitura determinista. Mas o determinismo mobilizado por Carvalho é historicizante, uma vulgarização feita por um autor que não se proclama científico, nessa obra em particular. Essa vulgarização do pensamento geográfico passa, inclusive, pela citação de um autor pouco conhecido na Geografia brasileira, o francês André Siegfried, rejeitado como determinista por Vidal de la Blache.

Vejamos como Carvalho se apropria dessa referência para pensar o São Francisco e a grandeza brasileira: Siegfried dizia que o espaço conferia um *“dépaysement géométrique dans un cadre où chaque detail est atteint de gigantisme”*. Após citar esse trecho determinista, Carvalho avalia: “Ao estudar a montanha americana, os geógrafos verificam, desde logo, que o espaço é a única força distribuidora da atividade modificadora do homem. É ele quem coloca as cidades aqui e ali no planalto sanfranciscano, mas, por isso mesmo que lhes falta um fundo geográfico que lhes justifique a permanência, estão sempre em vésperas de deslocação”<sup>52</sup>. Essa contraditória falta não parecia caber na explicação determinista dada pelo autor, pois o rio teria fixado e estabilizado as práticas sociais, os víveres e vaqueiros, mas promovia uma inquietante circulação de viajantes e navegantes, que ora se devia às necessidades de abastecimento, ora era fuga, migração, inadequação daqueles agentes sociais ao espaço. O autor toma da dinâmica fluvial as metáforas espaciais de repouso e movimento para tentar entender a chamada função nacional do rio, nesse jogo de idas e vindas, inclusive temporais, em que o tema do deslocamento é uma constante<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91). p. 21-22.

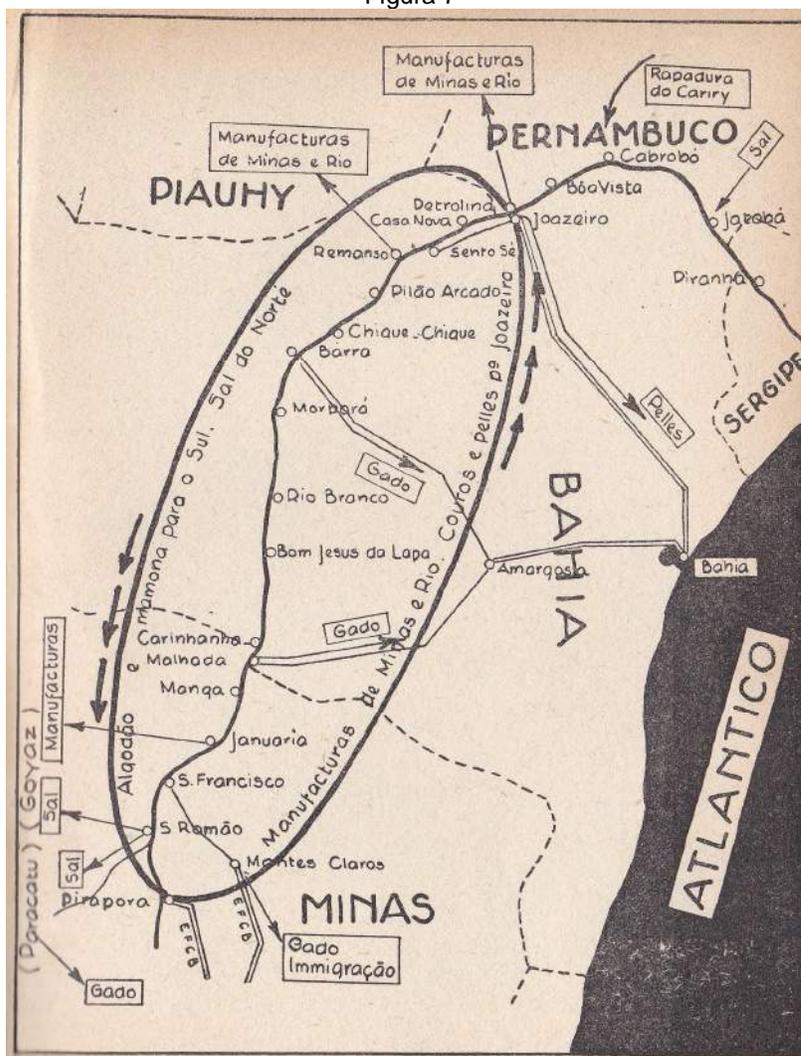
<sup>53</sup> CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91). p. 35-38. Segundo Stella Bresciani, a ideia de a formação do Brasil comportar uma *falta*, fosse ela sanitária, educacional, civilizacional ou econômica, era uma tônica dos discursos sobre a identidade nacional nos anos 1930.

Detenhamo-nos nessa questão. Os mapas do livro de Orlando Carvalho têm por tema a economia, como o fluxo das estradas e do gado em Minas Gerais. Um único mapa (Figura 7) constrói uma visão mais ampla do São Francisco, como diz a legenda, e embora não abranja todo o curso fluvial, a figura se utiliza de uma forma ovalada, delineada ao redor do traço que representa o rio, transcendendo pelo menos quatro Estados e sendo ladeada por setas que indicam as direções do deslocamento de alimentos e manufaturas. Mesmo sem cuidado técnico com a escala, com a exatidão das fronteiras, com as dimensões e com a localização das cidades representadas, esse mapa é o que mais diretamente expressa, no livro, a partir do tema da circulação, o conceito de unidade que o título coloca como epíteto do rio, e que se tornou célebre.

---

Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005. Ver Capítulo 2, "O pecado da origem".

Figura 7



“Esquema da circulação no rio de São Francisco”. In: CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91).

Mas esse mapa, por não se referir a uma temporalidade específica, estaria ele ilustrando a circulação no passado ou naquele momento presente? Ou em ambos? A possível justaposição de temporalidades tornaria os tempos e os espaços contíguos, integrados, remetendo à questão da integração espacial e temporal que tanto preocupava à Coleção Brasileira como passaria a interessar ao Estado. Mesmo que a totalidade do território nacional não esteja representada nesses mapas, as narrativas eram responsáveis por tecer o sentido da conquista histórica da grandeza do país a partir do rio, e isso explica a atribuição dos espaços do São

Francisco como o lugar que tais autores chamam de interioridade, artéria, estrada natural, caminho das águas, ou, numa acepção mais centrada na economia, como espaço da distribuição, da circulação.

Essa ideia de unificação do espaço nacional com o apelo aos espaços de experiência da história, que vai ganhando argumentos entre os autores analisados, também se verifica, de saída, no livro *O rio São Francisco*, publicado em 1940, também pela Coleção Brasileira, de autoria do engenheiro civil Geraldo Rocha. Seu subtítulo demonstrava condicionamentos geográficos: o rio teria sido “fator precípua da existência do Brasil”, pois o território brasileiro, com tal extensão e diversidade, só se fizera possível em virtude da unidade cimentada pelo rio. Nascido em Barra, na Bahia, o autor trabalhara na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, na floresta amazônica, no começo do século XX, em projetos particulares de eletrificação e agricultura em Barreiras, também na Bahia, e na construção da rodovia Rio-Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Rocha se reporta com frequência à Segunda Guerra, e, enquanto o país vivia uma ditadura, o autor chega a elogiar feitos administrativos de nações envolvidas no conflito e que se já se mostravam como Estados totalitários, como a Itália e a Alemanha, para indagar sobre a situação econômica a ser enfrentada doravante pelo mundo, sobre os problemas de abastecimento, de energia e de transportes, e qual o novo lugar a ser assumido pelos países que tinham uma posição periférica, como o Brasil. Como muitos livros da Brasileira, o de Rocha se debruça sobre o presente da sociedade, pergunta sobre as possibilidades de intervenção, mas toma por base uma narrativa que projeta no passado os conceitos e recortes espaciais convenientes para aquele momento presente, estratégia que se tornará muito comum, depois dos anos 1930, para a chamada “história regional”<sup>54</sup>. Desse modo, de forma mais acentuada e nominal que nos autores anteriores, não apenas o Vale, como o Nordeste e a própria Nação brasileira são narrados como se já existissem com esses nomes no período colonial, por exemplo, numa continuidade historicista que demarca sua paixão nacionalista por verificar o “papel econômico” do São

---

<sup>54</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Contexto; Recife: FJN, 2006. p. 76.

Francisco na luta contra os holandeses e em outros conflitos, pela manutenção do abastecimento da zona açucareira<sup>55</sup>.

O discurso de Rocha se pretendia propositivo, lançando mão do conhecimento sobre a história do Brasil e de outros países onde desde tempos remotos a agricultura irrigada teria sido eficaz – como Níger, Egito, China e Índia –, para indicar intervenções econômicas direcionadas, especialmente para a construção de barragens para a chamada regularização do São Francisco e para a irrigação. As práticas econômicas são pontuadas como interferência necessária em espaços onde a volubilidade de uma natureza determinante seria não apenas desperdiçada como prejudicial. A economia, então, não é vista a partir dos agentes e interesses envolvidos, da disputa pela terra e pelos bens, mas apenas como solução, “produção”, “prosperidade geral”, numa expectativa quase profética. Nesse ponto, o texto além de determinista soa malthusiano: o “aproveitamento” das águas para a produção alimentar deve ser condizente com o crescimento demográfico, independente das variáveis sociais da distribuição e do acesso aos alimentos<sup>56</sup>.

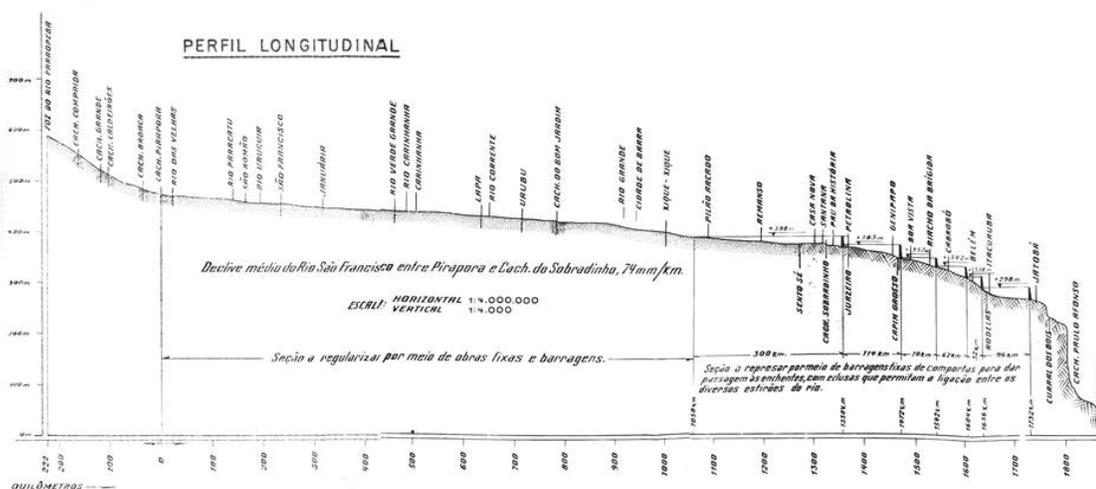
A edição do livro de Rocha publicada no ano de 2004 traz dois mapas da publicação original e um mapa atual. Em especial, um dos mapas da época é um “Perfil longitudinal” do curso do rio, muito parecido com “perfis” semelhantes produzidos pela Geologia, e enfatiza a dimensão física das altitudes e distâncias, com a indicação dos trechos onde deveriam ser construídas barragens, confirmando o que o texto considera como as vantagens econômicas a serem colhidas do investimento adequado sobre as possibilidades oferecidas pelo rio (Figura 8). Também aqui os aspectos sociais do Vale são ignorados, como as fronteiras estaduais, o que reforça a proposição de homogeneidade desse recorte espacial pela redução da extensão do território a uma linha que representa o relevo do curso do rio.

---

<sup>55</sup> ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 41-42.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 103-104.

Figura 8



“Perfil longitudinal”. In: ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

Mas por que o tom propositivo é fundamental para o texto de Geraldo Rocha e também para o campo de práticas em que ele estava atuando, tendo levado à consagração posterior de seu livro como discurso fundador e legitimador de uma instituição como a CODEVASF, conforme indicamos? Coerente com sua época, seu nacionalismo o levava a dizer algo como: “Estamos diante de um duro dilema: ou dominamos o São Francisco ou o Brasil desaparecerá como grande nação”<sup>57</sup>. Mas esse texto pode ser tomado como acontecimento também por seus usos, como ocorreu em meados dos anos 1940, especificamente quando da mudança política ocorrida em 1945, com a saída de Getúlio Vargas da presidência, pressionado, ao final da Segunda Guerra, a renunciar depois de quinze anos de governo. Manoel Cavalcanti de Novaes, médico nascido em Floresta, Pernambuco, e aliado como deputado do Congresso durante o Estado Novo, se reeleger pela Bahia para a Assembleia Constituinte de 1946 e, para argumentar a favor do investimento oficial sobre o São Francisco, cita o trabalho de Rocha, inserindo-o na tradição dos engenheiros do século XIX e reportando-o como referência sobre o tema do rio<sup>58</sup>. De acordo com as memórias de Novaes – elas mesmas passíveis de uma crítica do

<sup>57</sup> ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 53-54.

<sup>58</sup> NOVAES, Manoel. *Memórias do São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 1989. p. 31. 37. 42.

protagonismo que promove dos indivíduos de sua geração e de seu grupo social –, Geraldo Rocha havia lançado uma obra de grande importância à época para a compreensão do rio, de seus problemas e possibilidades de mudança.

Foi essa inserção do autor e de seu discurso num tecido social que comportava as relações com o corpo do Estado que levou Geraldo Rocha a fazer parte do grupo de intelectuais que depôs na referida Assembleia Constituinte. Com destaque para os engenheiros, como o senador pernambucano Apolônio Sales, Agenor Augusto de Miranda, Adozindo Magalhães, diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, Renato Feio, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, dentre outros, como o diretor do Serviço Nacional de Malária, o sanitarista Mario Pinoti, e o diretor do IBGE, Rafael Xavier, esses intelectuais defenderam a criação de um fundo advindo das receitas do Estado nacional para investimentos nos espaços banhados pelo São Francisco, com atuação em áreas como educação, eletrificação, saúde, saneamento, agricultura, transportes<sup>59</sup>. Agenor Augusto de Miranda havia sugerido a possibilidade de criação de uma “Sociedade” entre os Estados atravessados pelo rio, mas foi Geraldo Rocha, junto com Novaes, quem definiu o perfil político de uma instituição que teria como modelo a *Tennessee Valley Authority* (TVA), dos Estados Unidos. A partir da recuperação do rio Tennessee, vista como exemplo de uma experiência de reversão das águas fluviais em benefícios econômicos, acreditava-se que era possível criar uma instituição parecida no Brasil para dirigir o aproveitamento do São Francisco. Assim, Rocha preconizava:

A vastidão dos empreendimentos e os seus resultados políticos e econômicos exigem uma delegação de autoridade que só às emanações diretas do poder público é dado exercer. A bacia do São Francisco, abrangendo territórios de cinco estados da Federação e interessando direta ou indiretamente a mais da metade das unidades administrativas em que se divide o Brasil, exige um órgão único, controlador das diversas atividades para superintender as realizações, ao abrigo de contingências locais. [...]. Como a *Tennessee Valley Authority*, tal comissão deverá ser posta ao abrigo de influências estaduais ou da instabilidade de decisões ministeriais que possam embaraçar a execução de um programa que exigirá decênios de continuidade e esforços ininterruptos<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> NOVAES, Manoel. *Memórias do São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 1989. p. 52.

<sup>60</sup> ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 278-279.

O cuidado geopolítico desse tipo de discurso que terminou por se impor como vencedor é bem próprio a esses filhos das elites, que conseguiram alçar seu projeto às instâncias políticas nacionais. Eles capturam os aspectos inovadores das conquistas científicas para indicar seu potencial de transformação dos espaços de acordo com um planejamento adequado. Mas as questões sociais não chegaram a ser repensadas, ou foram obnubiladas pelos discursos que reiteravam a ideia de natureza disponível sem atentar para os possíveis entraves políticos da oposição dos proprietários de terra à ingerência do Estado. Por outro lado, as atividades econômicas como a navegação e a agricultura, são reificadas como fruto direto da técnica e de sua eventual melhoria, sem que sejam problematizadas as relações de trabalho e como as intervenções no espaço as afetariam<sup>61</sup>. As experiências espaciais, enfim, são medidas e nomeadas como interior, hinterlândia, sertão, dentro dessa delicada estratégia posicional de equilibrar interesses da centralização com a busca por verbas para o que deveria ser mantido como o local e o regional, pois não atraía a esses grupos sociais a luta pela centralidade na política<sup>62</sup>.

Antes do surgimento da tal “Autoridade” para o São Francisco, que se deu durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, outro projeto havia sido acolhido ainda por Vargas, porque rechaçava igualmente as tais “influências estaduais” e se coadunava com a centralização administrativa que marcou o período. Era a proposta inicialmente de criação do Núcleo Agroindustrial de Petrolândia e, principalmente, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a cargo do então ministro da Agricultura, Apolônio Sales, engenheiro agrônomo. Também Sales, em sua conferência à imprensa e a um grupo de engenheiros, evoca o discurso de Geraldo Rocha para diferenciar as atribuições das duas futuras instituições e confirmar a necessidade específica de ambas para um rio de “muitas finalidades”: a expectativa de criação da CHESF, com projeto institucional

---

<sup>61</sup> Talvez por isso Manoel Novaes suprima de suas memórias o debate havido entre ele, e os deputados Carlos Marighela e Israel Pinheiro, na Constituinte de 1946. Marighela defendia a inclusão da reforma agrária dentro do plano de aproveitamento a ser proposto para o rio. Novaes falava da naturalidade do latifúndio. Pinheiro destacava o heroísmo dos latifundiários em espaços de “grande dificuldade”. O debate é recuperado por LIMA, Roberto C. A. *Um rio são muitos*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, UnB. Brasília, 2002. p. 110-112. Lima critica também a estratégia discursiva empregada por Novaes: “suas” memórias são publicadas como sendo as “memórias do São Francisco”. Voltaremos oportunamente a abordar essas memórias.

<sup>62</sup> CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 40.

mais restrito e dotação própria de verbas, era de que a eletrificação traria em seu enalço a industrialização; à instituição vislumbrada por Rocha caberia planejar o aproveitamento “total” do rio<sup>63</sup>.

A construção da nova hegemonia política, baseada na proposta de redemocratização do país, herdou do Estado Novo a centralidade administrativa, confirmada na criação dessa outra instituição, em 1948, que se chamou Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), para a qual se destinava 1% das receitas da União. Produto da negociação que, como vimos, se dava em várias frentes, com a atuação de intelectuais e políticos de espaços geográficos diferentes, a CVSF também foi resultado dos conceitos e enunciados lançados desde o final dos anos 1930 pelo conjunto de textos que estamos abordando, entre os quais se pode incluir ainda a contribuição da Geografia propriamente científica<sup>64</sup>. Esses enunciados e essa atuação posicionavam sujeitos, grupos sociais e espaços, especialmente no momento de redefinição da representatividade política do Estado. As imagens e os discursos subsidiavam o reconhecimento de uma peculiaridade ambiental, social e histórica do Vale. As fotografias davam a ver suas paisagens estáticas e carentes de intervenção. Os mapas naturalizavam um território que, dentro da também recente divisão regional do país, a de 1941, fora localizado em meio a vantajosas e ao mesmo tempo problemáticas fronteiras de Estados.

Mas será oportuno explorarmos, ainda, o quanto o discurso da Geografia contribuiu com seu debate nessa elaboração espacial. Até agora, vimos como seu campo foi tangenciado e cruzado apenas por engenheiros, até que a política cultural e educacional do Estado Novo viesse a favorecer seu desenvolvimento institucional, científico e didático, dando vazão, assim, a uma produção discursiva da parte de outros autores, nos anos 1940. Não temos a pretensão de esgotar a abordagem sobre a formação completa desse campo científico no Brasil, nem sobre todos os encontros e desencontros conceituais e paradigmáticos dos autores dessa área e os investimentos sociais que resultaram na institucionalização da Geografia. O que nos

---

<sup>63</sup> SALES, Apolônio. *Companhia Hidroelétrica do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945. p. 13. 35. 38.

<sup>64</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 65-81. Assinalamos, de passagem, que Skidmore se refere a uma “instituição para o Vale do São Francisco”, sem nuançar que foram duas as instituições criadas, uma ainda no primeiro governo Vargas (a CHESF), outra, no governo seguinte, de Eurico Gaspar Dutra (a CVSF).

toca, mais propriamente, é focar o modo como isso repercutiu na problematização e na fabricação do recorte do Vale do São Francisco.

## 1.2 O rio São Francisco na Geografia nacional

No Brasil, desde pelo menos o final dos anos 1920, os pensadores que dialogavam com as ciências sociais ainda não institucionalizadas vinham propondo gradualmente o abandono do determinismo, das leis universais e das perspectivas românticas ou negativistas sobre os trópicos. Em termos de formação, no caso específico da Geografia, os primeiros cursos foram criados nos anos de 1934 e 1935, na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal – embora as faculdades de filosofia mantivessem por muito tempo esse currículo agregado ao de História. Mas é a partir do final dessa década, que a organização dos cursos será acompanhada da tentativa de um redirecionamento paradigmático e da adoção de metodologias de pesquisa e produção de conhecimento emancipado dos determinismos. As expedições e o uso de novos instrumentos de medição científica, como a aerofotogrametria, na formação dos novos profissionais, terão seus resultados desdobrados na elaboração de discursos que serão divulgados em periódicos como o *Boletim Geográfico* e a *Revista Brasileira de Geografia* (RBG). Ambos os periódicos eram de responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia (CNG), fundado em 1937 e que se uniria ao Instituto Nacional de Estatística (INE), surgido em 1936, para comporem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938<sup>65</sup>.

Na passagem para os anos 1940, cada um dos dois periódicos a seu modo, ajudará a definir o campo da Geografia tanto do ponto de vista acadêmico, concentrado nas universidades, quanto didático, favorecido pela nacionalização do ensino efetuada pelo Estado e pelas práticas divulgadoras do CNG, como as Tertúlias Geográficas. Para isso, as revistas veiculavam os textos de professores universitários, geógrafos formados, engenheiros, organizando os discursos em

---

<sup>65</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 172.

sessões separadas como “Comentários”, “Resenha e opiniões”, “Contribuições ao ensino”, no *Boletim*, e “Artigos” e “Tipos e Aspectos do Brasil”, na RBG<sup>66</sup>. Elas eram, por assim dizer, o espaço de encontro, e mesmo de exclusão, dos pares, através da divulgação, verificação e validação da terminologia geográfica e das metodologias correntes, como a da representação cartográfica. De início, a ordem paradigmática em muitos textos era predominantemente a da escola do Possibilismo, que propunha a harmonização entre homem e meio físico a partir do conceito de gênero de vida. Posteriormente, os autores brasileiros foram se aproximando cada vez mais de referências estadunidenses, como eco da política externa do Estado Novo, durante a Segunda Guerra<sup>67</sup>.

Na organização do saber geográfico, os periódicos divulgavam a retomada da realização dos Congressos Brasileiros de Geografia. E, além disso, mantiveram relações com as práticas do governo, na publicação dos resultados dos recenseamentos, das leis concernentes à profissão e das resoluções do IBGE, nas notícias sobre a arbitragem do CNG nos conflitos de limites interestaduais, na uniformização toponímica e cartográfica dos municípios brasileiros, na proposição da divisão regional do Brasil e, no fim dos anos 1940, nos estudos para a mudança da capital federal. Essas e outras práticas consolidavam a legitimidade social da Geografia e seu prestígio político, que a levavam a contribuir para a centralização estatal contra o federalismo<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009. p. 27-28. Para uma referência metodológica sobre a disposição dos textos nos periódicos, que é uma componente histórica da produção de sentidos, cf. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos impressos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>67</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 127. O Possibilismo foi a mesma escola geográfica com a qual dialogaram os historiadores franceses da primeira e segunda geração dos Annales, cf. CHARTIER, Roger. A história entre geografia e sociologia. In: \_\_\_\_\_. *A beira da falésia*. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 203-222.

<sup>68</sup> Ver também ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A Geografia do IBGE: um esboço histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, p. 79-99, 2003; CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n.1. mar. 2011. Além de aventar a hipótese de uma “cultura geográfica” no Estado Novo, a autora pontua os conflitos ocorridos em congressos nos anos 1940, em virtude das divergências de posições sobre a definição do campo de saber e de seu ensino. Sobre os conflitos de limites entre Estados, cf. o texto de um geógrafo: FLEMMING, Thiers. Pelo Brasil unido: limites, territórios federais e símbolos nacionais face à Constituição de 1946. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 51, v. 5, jun. 1947. O autor diz ter receado que seu texto não fosse aceito pela revista pelo fato de o tema não ser geográfico e, sim, político.

Até depois do fim do Estado Novo, a Geografia em alguma medida continuava a tradição dos engenheiros topógrafos ao produzir versões espacializadas da nacionalidade, daquilo que seria tipicamente brasileiro, nas feições geológicas, nas variantes climáticas, nas bacias hidrográficas como a do São Francisco, e nos chamados tipos sociais. A rigor, muitos dos autores dos periódicos eram engenheiros, mas com a ênfase determinista atenuada pela circulação de outras ideias no campo de saber a que estavam vinculados os periódicos em questão. No entanto, é assim que se entende como não apenas foi retomada a ideia muitas vezes vaga e ufanista de unidade nacional que vinha do Império, como também predominava uma inclinação ao pragmatismo, à aplicação de seus discursos pela política, que, como temos argumentado, ia ao encontro da integração nacional buscada pelo Estado e que se desdobrava no esquadramento dos espaços<sup>69</sup>.

Assim como os engenheiros topógrafos recorriam ao espaço de experiência da história, ao que se chamou de cultura histórica, que era amplamente incentivada pelo Estado, e nem sempre era constituída pelo discurso dos historiadores nem pelo conhecimento histórico propriamente ditos, também os autores que publicaram nos periódicos geográficos vão se apoiar em narrativas que deem conta da história dos espaços. Tais narrativas elaboraram o que se pode chamar de cultura geográfica, construída inclusive através do ensino, e cuja importância política era igualmente de grande relevo para a afirmação da Nação e para a formação do cidadão consciente da inteireza da nacionalidade para além das particularidades regionais e locais<sup>70</sup>.

Essa forma de relatar a história dos espaços, que também foi aplicada ao rio São Francisco, apagava as tensões do passado da mesma forma que os conflitos territoriais do presente deveriam ser resolvidos com o apoio daqueles considerados

---

<sup>69</sup> Para um exemplo desse esquadramento espacial, na chamada “Marcha para o Oeste”, ver ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010. Para exemplo da captura do tema do rio São Francisco em função das ideias de unidade e nacionalidade, ver GOMES, Pimentel. O rio da unidade nacional. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 49, v. 5, abr. 1947; Idem. Vale do São Francisco: um império a conquistar. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 50, v. 5, mai. 1947. p. 154.

<sup>70</sup> GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 122. 124. 141. Sobre a questão da nacionalidade para a Geografia, ver CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009. p. 26. 28.

como os que melhor entendiam de limites – os engenheiros e geógrafos. O privilégio narrativo é dado ao que se considera como a chegada da civilização, com a vitória sobre os indígenas e a miscigenação, a localização das bandeiras, das minas e da pecuária, que teriam redundado na conquista do imenso território que o Brasil passou a deter, mesmo antes de se reconhecer como tal. A história dos sertões localizados como centrais, em especial, era valorizada como construtora dos espaços e da cultura nacionais, de modo que a concepção espacializada de tempo desses autores repunha a perspectiva vencedora e conservadora de Nação: excluía-se determinados atributos do norte porque este seria “demasiado indiático”, e do sul por ser “demasiado platino”, eles não eram considerados o “Brasil brasileiro”, porque estariam distantes do “eixo da nacionalidade”, o qual era localizado em áreas como as do São Francisco<sup>71</sup>.

Também esses discursos demarcavam posicionamentos, mas a partir do horizonte de expectativas sobre o papel do saber científico para a sociedade. Os espaços que se considerava estarem “fora da influência do elemento oficial” eram incluídos nas categorias de regiões, condensadores, extremos do sertão, traços ou pontos de união. Sua integração à Nação seria planejada e executada a partir de um golpe de vista que, apesar das ferramentas científicas, segue compreendendo-os com jargões reificadores como fonte de riqueza, reservas inesgotáveis, imensas possibilidades econômicas, recursos naturais, riquezas estáticas, para daí se pensar no investimento em estradas de ferro e de rodagem, em atividades econômicas modernas, como a mineração, a pesca, a pecuária em bases científicas, a industrialização, a construção de barragens para a geração de energia, a agricultura irrigada e a implantação de novos gêneros a ser cultivados.

Portanto, seja nos títulos dos artigos, seja na citação de dados empíricos, seja na menção a projetos dos anos 1940, seja pelo próprio campo de interesses e articulações que criou a seu redor, bem distinto, aliás, das pretensões da Coleção Brasileira, o discurso geográfico assentou a criação do recorte espacial do Vale do

---

<sup>71</sup> De acordo com a citação do escritor oitocentista João Ribeiro feita em texto de um reconhecido engenheiro topógrafo: CARVALHO, Delgado de. Subindo o rio São Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano VI, n. 62, v. 6, mai. 1948. p. 155. 157. Para uma discussão sobre a concepção espacializada do tempo, na narrativa, cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

São Francisco, e o edificou sobre balizas reconhecidas como científicas, que serviram de apoio às políticas de Estado encaminhadas na abertura democrática posterior a 1945. As instituições emergentes não se apoiariam somente nos discursos e na atuação dos engenheiros dos anos anteriores, que foram fundamentais para o surgimento e a instalação da CHESF, como se pode notar nos textos de um de seus idealizadores, Apolônio Sales, e do primeiro diretor da instituição, Antônio José Alves da Silva – que chegara a criticar a pouca destinação de verbas para a CVSF<sup>72</sup>.

A mesma CVSF é um exemplo da busca por outros enunciados, formas e imagens científicas para compreender e ver os espaços sobre os quais atuar. Além de se basear na produção textual e estatística dos periódicos e livros já publicados, ela fez um convênio com o IBGE para a elaboração de mapas, encomendou o levantamento aerofotogramétrico do Vale a uma empresa privada e confiou a uma equipe de engenheiros a redação de seu “plano de aproveitamento”, como exigia a legislação que a criara<sup>73</sup>.

Sem falar nos usos políticos investidos nas duas instituições, é também por ter seu nascedouro junto a tais saberes que tanto suas práticas e projetos quanto seus discursos, imagens e propagandas, frequentemente construíram a ideia de que elas são redentoras dos espaços. Os textos que foram suas referências explicam esse salvacionismo na medida em que, mesmo quando não eram abertamente deterministas, procuravam esvaziar as experiências sociais daqueles espaços, os quais seriam redimidos pela intervenção, lastreada na investigação, na estatística, no mapeamento e no planejamento.

---

<sup>72</sup> SOUSA, Antônio José Alves de. Problemas do São Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano VIII, n. 90, set. 1951. O autor dizia que, apesar das comparações, as verbas para a CVSF eram incompatíveis com aquelas que o governo dos Estados Unidos destinara à TVA, pela maior extensão do rio brasileiro e pela menor dotação orçamentária que a instituição equivalente nacional recebera.

<sup>73</sup> Cf. LIMA, Roberto C. A. *Um rio são muitos*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, UnB. Brasília, 2002. p. 117. A obra de outro engenheiro civil, Lucas Lopes, é uma versão pública do referido plano, com o recurso a mapas e fotografias e com conhecimento teórico dos paradigmas geográficos. Pela formação e pelo campo de atuação do autor, que transitou nos altos círculos do planejamento estatal durante o período desenvolvimentista dos anos 1950, esse livro nos parece exemplo da continuidade de certo pensamento reificador sobre os espaços e suas práticas sociais no interior de instituições como a CVSF. Cf. LOPES, Lucas. *O Vale do São Francisco*. Plano das obras de recuperação econômica do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955. Ver também DINIZ, Clélio Campolina. Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: s/e. v. XLIV, p. 82-96.

A permanência de determinadas perspectivas teóricas se percebe no próprio campo geográfico, quando eram aceitos para publicação nas revistas da Geografia artigos de autores que seguiam como deterministas, como Luiz Flores Moraes Rego ou Orlando Carvalho, e o engenheiro agrônomo Raimundo Pimentel Gomes<sup>74</sup>. Isso ajuda a explicar a recorrência das categorias reificadoras e mesmo a apropriação de citações de autores do passado em enunciados expressamente utópicos, como o de Pimentel Gomes cujo trecho transcrevemos abaixo. O texto de Richard Burton é lido de forma bem pouco científica, quando se diz que o viajante inglês, para falar do rio São Francisco:

Esquece um pouco a algidez das opiniões científicas. Torna-se lírico, exuberante, tropical, um Castro Alves da Geografia. Há, no vale, afirma, elementos para a construção de um império. “O terreno é admiravelmente apropriado para o bicho da seda e para o cultivo do algodão que algum dia rivalizarão com suas imensas pescarias. O lúpulo e a vinha florescerão admiravelmente. Entre os cereais são importantes riquezas o milho e o arroz. A cevada, o centeio e o trigo provavelmente darão bem nos campos gerais. A maior parte dos frutos e vegetais pertencentes às regiões subtropicais e temperada poderá ser introduzida”<sup>75</sup>.

Ao considerarmos não apenas a referência a um literato nesse trecho, parecemos que Burton não é o único a esquecer a terminologia científica própria. Ademais, onde está a verificação empírica que pretendia superar o determinismo? O tom quase bíblico dessa linguagem é absorvido num texto que a começar do título enuncia os espaços como conquistáveis, capturáveis pelas práticas científicas e administrativas, tendo em vista que as “populações atrasadas e pobres [são] impotentes ante o gigantismo dos problemas”. O texto de Pimentel Gomes concluía com um exemplo da relatividade das categorias localizadoras empregadas pelo discurso geográfico. A eletrificação, como ponderava na mesma época Apolônio Sales, citado no artigo, reverteria as disparidades regionais, e a cidade do Recife se tornaria a “São Paulo do Nordeste”:

---

<sup>74</sup> GOMES, Pimentel. O rio da unidade nacional. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 49, v. 5, abr. 1947. p. 53; CARVALHO, Orlando M. O rio São-Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano III, n. 31, v. 2, out. 1945. p. 952-953.

<sup>75</sup> GOMES, Pimentel. Vale do São Francisco: um império a conquistar. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 50, v. 5, mai. 1947. p. 154.

Há o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, que poderá fornecer, de início, uns 700 mil cavalos de força. Regularizado o módulo do rio, provavelmente esta quantidade, que já é tão grande, poderá ser mais que duplicada. [...]. Recife, a industriosa Recife, a terceira cidade do país em consumo de energia elétrica, será o nosso São Paulo do Nordeste, pois para tal ao seu povo não falta dinamismo. [...]<sup>76</sup>.

Mas atentemos, então, ao discurso geográfico que veio a público na RBG e que foi emitido por profissionais formados no campo. Dentro da organização dos cursos acadêmicos nas Universidades nascentes, e de acordo ainda com os interesses de Estado aos quais o IBGE estava diretamente ligado e com as políticas territoriais que se baseavam nesse saber, o conhecimento dos espaços deveria capturar as variáveis consideradas naturais e as experiências sociais e, a partir de operações complexas de classificação e nomeação, tê-las como geográficas, distribuíveis e inteligíveis. Para além da predominância dos engenheiros durante certo tempo, os geógrafos de formação promoviam efetivamente as inovações metodológicas e que, conforme as possibilidades, também eram paradigmáticas.

Situemos um exemplo disso. A divisão regional de 1941 nos serve de indicativo do campo de articulação possível para a Geografia, no qual uma eventual divergência teórica sobre uma proposição a ser aplicada nas práticas deveria ceder à solução mais conveniente, especialmente diante da preocupação estratégica do Estado Novo em coibir o federalismo e reabilitar o conceito de região de modo a não permitir a inquietação política do federalismo e dos regionalismos<sup>77</sup>. Um dos geógrafos mais importantes do período, com larga inserção institucional, Fabio de Macedo Soares Guimarães, propôs uma divisão em cinco regiões de acordo com o critério determinista das chamadas regiões naturais, que partia de um corte efetuado no universo de fenômenos da Geografia Física e da seleção dos chamados fatos humanos que fossem resultantes do “imperativo do meio físico”, ambos os grupos de fenômenos que fariam a unidade de uma região. Mesmo apresentando um debate aberto com autores que criticavam a categoria de região natural, Guimarães se

---

<sup>76</sup> GOMES, Pimentel. Vale do São Francisco: um império a conquistar. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 50, v. 5, mai. 1947. p. 155.

<sup>77</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 129-130.

apega aos atributos físicos para sua proposta de divisão por entender que eles garantiriam a estabilidade para uma divisão política que se queria permanente<sup>78</sup>.

Essa proposta divergia de várias outras concorrentes no mesmo período, tanto no que se refere ao número de regiões quanto na escolha dos critérios, que recebiam contribuições de autores mais inclinados ao que se entendia como complementaridade entre sociedade e natureza, como Gilberto Freyre, que por essa época escrevia para a RBG e frequentava o círculo dos geógrafos. A proposta vencedora seguia em parte as indicações de Fabio de Macedo Soares Guimarães, pois se mantiveram as cinco regiões, mas foram ponderados também critérios estratégicos de produção econômica e de administração<sup>79</sup>. Nessa divisão, o Vale do São Francisco ficava problematicamente atravessado entre o Nordeste e o Leste do país, o que, para aqueles que se preocupavam com a definição de sua especificidade, era um argumento a mais para a produção de saberes e a promoção de práticas sociais voltadas detidamente para aqueles espaços, embora nem todos os autores comungassem do conceito de região natural.

E aqui estamos diante de um ponto de afastamento, mais conceitual, e outro de proximidade, mais metodológico, entre Fabio Guimarães e dois outros geógrafos do período. O primeiro, o de afastamento, está no artigo que o geógrafo Orlando Valverde, Secretário-Assistente do Conselho Nacional de Geografia, publicara em 1944 na RBG, propondo, conforme dizia o título, a “Divisão regional do Vale do São Francisco”. O texto era produto de um trabalho de campo, uma típica viagem de conhecimento geográfico, metodologia então considerada inovadora, e na qual Valverde havia acompanhado o geógrafo Jorge Zarur<sup>80</sup>. Mas o critério usado para a

---

<sup>78</sup> GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, abr-jun. 1941. p. 341. Convém lembrar que, no final dos anos 1940, esse autor esteve na Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, tendo publicado textos sobre esses estudos na RBG. A análise do espaço considerado mais propício e a proposta que daí surgiu e que se concretizou nos anos 1950 partiram de critérios deterministas e da grande categoria homogeneizadora que era o “Planalto”, cara, por exemplo, para um autor como Moraes Rego. Cf. LIMA, Nísia Trindade; RANGEL, Tamara. A capital federal nos altiplanos de Goiás – medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 24. n. 47, p. 29-48. jan-jun. 2011.

<sup>79</sup> MESQUITA, Gustavo Rodrigues. A nova divisão regional do Brasil: entre a experiência do federalismo oligárquico e a expectativa do desenvolvimento nacional. *Anais eletrônicos do XXVI Seminário Nacional de História: ANPUH 50 Anos*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

<sup>80</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009. p. 26.

divisão não é o de região natural, e, sim, o de região geográfica, pois, segundo o autor, “o fator ponderável [...] é o próprio curso do rio, não só pela sua expressão fisiográfica, mas também pela sua repercussão nos fatos da geografia humana (trocas comerciais, meios de transporte, gêneros de vida, etc.)”<sup>81</sup>.

Depois de tantos discursos localizadores, e de o autor ter ido a campo verificar a dimensão empírica, o discurso ora construído é classificador, ele sopesa o que é natural e o que é social, pensa cuidadosamente as delimitações entre o todo e as partes. Ao Vale do São Francisco será atribuída uma unidade que comportava sub-regiões, e a tarefa do geógrafo, com base na escolha teórica pelo conceito de região geográfica, seria captar a mobilidade dos fenômenos e traçar para eles linhas divisórias:

São Francisco inferior, cuja característica dominante é o regime das chuvas. Note-se que na denominação que adotei para essa região empreguei o termo “inferior” e não “baixo”, porque quando tratar da delimitação ver-se-á que a região avança um pouco mais para montante em relação ao baixo curso.

Região das corredeiras, cujo aspecto dominante é a semi-aridez. [...].

Médio São Francisco, que tem por característica essencial a navegação. Este é, aliás, um caso em que aqueles que dão preponderância absoluta aos elementos de origem fisiográfica na caracterização das regiões geográficas encontrariam um tropeço sério (prefiro, por isso mesmo, usar a expressão “regiões geográficas”, em vez de “regiões naturais”). Há, por exemplo, muito mais semelhança na estrutura geológica, e provavelmente nas paisagens, entre as vizinhanças do Abaeté e as de Januária, do que entre esta e uma zona qualquer entre Barra e Juazeiro. [...].

Alto São Francisco, onde, como o nome o diz, prevalecem os aspectos do alto curso fluvial<sup>82</sup>.

A marca descritiva desse discurso das “características” faz parte do gesto da divisão, ele mesmo considerado como uma forma de visão, como a definição de um olhar segmentador, treinado para reconhecer e traçar delimitações, o que era muito apropriado também para um saber dividido, zoneado em áreas como era a Geografia<sup>83</sup>. É nesse sentido que as práticas sociais são avaliadas de acordo com adjetivos como primitivos, irracionais, antiquados, e incomodam para um geógrafo

---

<sup>81</sup> VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2, v. 6, abr.-jun. 1944. p. 202.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 203.

<sup>83</sup> Para a crítica da divisão regional como promotora de uma visão, cf. BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 107-132. Nesse texto, o autor problematiza o conceito de região natural.

que dizia ver disparidades, abrigadas nas próprias sub-regiões do Vale: por exemplo, no Alto São Francisco, a energia hidráulica vinha sendo utilizada como novidade, mas coexistia com o transporte de algodão em tropas de burros, com os processos agrícolas ditos empíricos, como o processamento da cana-de-açúcar.

É justamente a problemática do olhar que constitui o ponto de aproximação de Fabio Guimarães com os demais geógrafos que estamos abordando. O apelo à dimensão visual, com o uso de artefatos que dessem a ver as diferenças regionais, está no texto “Divisão Regional do Brasil”, e é uma constante metodológica da Geografia e dos periódicos, quando de sua institucionalização. Passemos a uma digressão.

### 1.2.1 A visualização dos espaços

Na década anterior, o escritor Orlando Carvalho já havia apontado para o acessório de viagem que viria a ser indispensável para os trabalhos de campo da Geografia: a fotografia, cujos produtos eram cada vez mais inseridos nos volumes publicados. O escritor afirmou que quando encontrou o geógrafo letão Gedert Ramans, que fazia uma excursão geográfica pelo rio São Francisco, percebeu que os dois tinham propósitos diferentes ao portar câmeras fotográficas:

Ele [Gedert Ramans] tirou cerca de 1200 fotografias geográficas do rio e das populações e dizemos geográficas, porque vai considerável diferença entre o amadorismo da imagem e a expressão geográfica da fotografia. Lembro-me bem da nossa discussão, nas corredeiras de Pirapora: eu, querendo fotografar duas lavadeiras pretas, de cachimbo na boca, trabalhando; e ele, insistindo para reunir um grupo onde as várias mestiçagens ali patentes ficassem gravadas. Assim como debaixo da ponte do rio, a colocação da máquina foi feita de forma não tanto para apanhar o belo da paisagem, quanto o típico da vegetação de ambos os lados e a erosão das pedras no leito do rio seco<sup>84</sup>.

Embora Orlando Carvalho não assumisse necessariamente o olhar científico nem buscasse a expressão geográfica em suas imagens, sua “Reportagem”,

---

<sup>84</sup> CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91). p. 56.

publicada pela Coleção Brasileira, se diz ilustrada pelo recurso a mapas e fotografias. E ainda que não utilizasse a mesma linguagem dos enunciados da Geografia do período da RBG e do *Boletim Geográfico*, *O rio da unidade nacional* é uma obra representativa do que se propunha como forma de elaboração do conhecimento geográfico a partir da viagem, da observação e, especialmente, da produção de imagens a serem associadas aos textos, como Carvalho indica a respeito do geógrafo letão<sup>85</sup>.

Nesse mesmo sentido, em 1936, José de Oliveira Orlandi, jornalista e secretário da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicara por essa mesma entidade, o texto intitulado “O arquivo fotográfico do geógrafo”, que consistia em um pequeno manual onde a definição da Geografia como saber objetivo, com um “núcleo central”, se apresentava compatível com os usos da imagem fotográfica:

O geógrafo mais do que qualquer outro cientista deve ter à sua disposição um arquivo fotográfico, ou melhor, uma coleção de fotografias, gravuras e mapas, que lhe ofereça subsídio visual para os seus estudos. Acompanhando o desenvolvimento de uma ciência essencialmente objetiva onde os dados se colhem diretamente da realidade. A coleção de fotografias constitui para ele um “dossier” de reconhecida importância. Nem sempre lhe é possível fazer apreciações “in loco”. Nem sempre é possível registrar em palavras, com a necessária concisão exigida por apontamentos, observações que um simples registro fotográfico rememora, restabelece e quase sempre sugere com grande fidelidade<sup>86</sup>.

Seria essa definição de ciência realista baseada na empiria direta, e no entanto ainda presa a grandes esquemas interpretativos abstratos e deterministas, um motivo da difícil definição paradigmática da Geografia, pelo menos no Brasil? De todo modo, era essa compreensão da prática científica que a permitia recorrer a artefatos visuais, especialmente aos fotográficos, por considerá-los segundo a mesma percepção empirista. A função conferida à fotografia, aliás, de provocar a rememoração, de uma expedição científica, por exemplo, e complementar até mesmo a dimensão escrita, era reiterada: “Além disso [a fotografia] deve oferecer ao

---

<sup>85</sup> Sobre o uso dos mapas na Brasileira e no discurso geográfico, ver GOMES, Maria do Carmo Andrade. Territórios em disputa: escritos geográficos e cartografias brasileiras. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>86</sup> ORLANDI, José de Oliveira. O arquivo fotográfico do geógrafo. In: CUSTÓDIO, Vanderli (org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)*. São Paulo: AGB, 2012. p. 58.

geógrafo oportunidade de *recordar* as suas observações e reconstituir no seu pensamento, por meio das balizas fotográficas, o caminho percorrido, reavivando ao mesmo tempo as conclusões que se esboçou no transcurso dos estudos<sup>87</sup> [grifo nosso]. Suporte da memória, veículo transparente da objetividade, instrumento de cognição, revisão e escrutínio, a fotografia era investida de um uso científico corrente desde o século XIX, como na Psicologia e na Medicina, e mesmo como nas expedições de Teodoro Sampaio, outro engenheiro que percorreria o rio São Francisco em expedições científicas a serviço do Império<sup>88</sup>.

O uso científico não tinha a ver apenas com a retórica realista com que a sociedade envolveu a prática fotográfica, independente de suas circunstâncias de produção, mas agora também com a possibilidade de o próprio cientista construir sua cadeia de produção: tomar um equipamento, captar os índices luminosos, plasmar imagens, saber lê-las e arquivá-las conforme os critérios da “expressão geográfica”. Orlandi dizia: “Seria necessário ao estudante para a boa regularidade do arquivo fotográfico conhecer duas coisas essenciais: saber o que quer dizer a fotografia que tem em mãos, e por conseguinte como classificá-la, e em seguida conhecer um pouco da arte fotográfica a fim de poder manejar a câmara com alguma certeza”<sup>89</sup>.

Pouco conhecidos para o grande público, esse investimento e essa valorização que a fotografia recebe fará dela mais uma prática de segmentação, de definição de um olhar geográfico que terá seu impacto e sua intervenção sobre as demais práticas sociais. Para exemplificar esse propósito, o texto de Orlandi vinha com “Planos para fotografias geográficas do Brasil”, com a indicação das várias

---

<sup>87</sup> ORLANDI, José de Oliveira. O arquivo fotográfico do geógrafo. In: CUSTÓDIO, Vanderli (org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)*. São Paulo: AGB, 2012. p. 60.

<sup>88</sup> Sobre essa problemática e os usos científicos da fotografia, cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *La invención de la histeria*. Madrid: Cátedra, 2007. p. 45-91. Para o caso da Medicina, cf. DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la Ciudad de México (1880-1920)*. Ciudad de México: El Colegio de México; Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006. p. 57-135.

<sup>89</sup> ORLANDI, José de Oliveira. O arquivo fotográfico do geógrafo. In: CUSTÓDIO, Vanderli (org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)*. São Paulo: AGB, 2012. p. 62. O tema da *forma* da disposição das imagens em arquivo e sua contribuição para o conhecimento imaginativo em diferentes domínios do saber era uma recorrente modernista, cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012 (Coleção Imago). p. 155-190.

“paisagens” a ser fotografadas, e era ilustrado com fotos de acidentes geográficos, rochas, rios, espaço urbano, igrejas, barcos etc., cujas legendas são meramente informativas, sem maior função no texto além que a de exemplificar como a fotografia poderia ser usada pelo saber. E segundo uma orientação que se tornava corrente para os campos da arte e da organização arquivística, o autor ainda diz que, ao organizar seu acervo, o estudante de Geografia deveria atentar para a “disposição em que devem figurar os aspectos fotográficos segundo a sua significação. Parece-me mais fácil e mais natural obedecer à divisão clássica da geografia: geografia física, botânica, zoológica e humana. Talvez seja uma ordem racional de onde se podem sacar as diversas seções em que devem ser colecionadas as fotografias”<sup>90</sup>.

O cosmos físico e social da Geografia se pautava em vários critérios de divisão que reduziam as temporalidades da natureza e a complexidade da sociedade a categorias de classificação óbvias, naturalizadas, “mais fáceis”, distribuídas como num armário de várias gavetas, e é daí que se entende porque tanto Fabio de Macedo Soares Guimarães quanto Orlando Valverde precisem dessas imagens para cortar, estancar os fenômenos dentro dos enquadramentos fotográficos que seriam mais adequados aos critérios de suas divisões regionais. O leitor que tivesse essas imagens diante de si, com o aparato das legendas e do texto, reconheceria automaticamente as diferenças, as singularidades, o que se estava apontando como próprio a cada espaço.

Tanto o *Boletim Geográfico* como a RBG davam importância à dimensão visual do conhecimento geográfico, que seria fundamental não apenas para a exposição e expressão gráfica dos conteúdos veiculados, mas ainda para sua compreensão didática. Os artigos eram constituídos de mapas, gráficos, croquis, blocos-diagramas com cortes transversais, perfis longitudinais e fotografias. Todos esses elementos visuais eram acompanhados de legendas que procuravam lhes conferir uma leitura científica para a descrição dos espaços. O *Boletim*, inclusive, comunicava em nota de rodapé dizeres com convites aos leitores, como o seguinte: “A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas

---

<sup>90</sup> ORLANDI, José de Oliveira. *Op. cit.* p. 61.

que possuir, devidamente legendadas”. Em outras palavras, não era qualquer foto que seria representativa de determinado espaço. Nesse caso, independente se o fotógrafo era geógrafo, o que lastreava a noção da fotografia como documento, além da opção pela foto em panorama, era também a legenda, que devia policiar o sentido, controlar a atribuição do que se considerava geográfico justamente por promover localizações<sup>91</sup>.

Para segmentar o Vale do São Francisco, o artigo de Orlando Valverde contém muitos recursos visuais, especialmente as fotos feitas pelo Instituto Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), por Jorge Zarur, por ele mesmo e pela fotógrafa americana Genevieve Naylor, quando esta percorreria o país através do rio, em 1942, em sua missão de fotografar diversos espaços brasileiros para dar a conhecê-los nos Estados Unidos, dentro da política da Boa Vizinhança, durante o Estado Novo<sup>92</sup>. Como se tratam de imagens de origens variadas, as legendas tentam limitar os sentidos de sua leitura e propor a interpretação geográfica para as paisagens fotografadas: o leitor deve atentar para os travessões do leito fluvial, para a erosão das barrancas, para os seixos rolados, para o relevo de cerros, serras, chapadões, escarpas, dunas e montes tabulares em seu torno e dos seus afluentes, para a vegetação, para os tipos de embarcação, para as estradas.

A adequação entre texto e imagens segue o mesmo tipo de divisão epistemológica que Valverde escolhe para caracterizar o Vale conforme o que ele chamava de regiões geográficas ou províncias – uma categoria eminentemente política –, na seguinte ordem: Geomorfologia, Clima, Vegetação, Geografia da Produção<sup>93</sup>. A abordagem de Valverde sobre o rio São Francisco, bem como a do professor e geógrafo carioca Jorge Zarur, seu companheiro de viagem, serão mais bem estabelecidas no livro deste último, *A bacia do Médio São Francisco*, de 1946, resultado da mesma viagem que ambos fizeram pelo rio e publicado pelo IBGE, na Coleção Biblioteca Geográfica Brasileira dessa instituição.

---

<sup>91</sup> Grande parte dos arquivos digitais dos periódicos geográficos que utilizamos foram acessados na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A digitalização, lamentavelmente, comprometeu a qualidade da visualização das imagens, prejudicando sua citação em nosso texto.

<sup>92</sup> Sobre a presença de Genevieve Naylor no Brasil, cf. MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n.º 49, p. 43-75. jun. 2005.

<sup>93</sup> VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2, v. 6, abr.-jun. 1944. p. 202.

## 1.2.2 A Geografia Utilitária

Conhecido polemista nos congressos da Geografia, Zarur incorpora em seu livro conceitos e perspectivas metodológicas aprendidos em sua experiência de estudos nos Estados Unidos. Esta se dera dentro da mesma política da Boa Vizinhança, a que ele alude logo nas primeiras páginas, e que foi responsável pela ida de vários outros geógrafos brasileiros para universidades especializadas em estudos regionais naquele país, incluindo Orlando Valverde, Fabio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra<sup>94</sup>.

Uma notável mudança epistemológica se processara para a Geografia, e a articulação entre saber e poder para a investigação sobre o Vale e a intervenção nele será enfrentada em termos pragmáticos, como se percebe na trajetória de Zarur:

Jorge Zarur, pioneiramente, apontava, já em 1944, para a necessidade de afinar a pesquisa geográfica aos problemas com que se defronta o planejador. Apoiando-se em sua participação no projeto *Tennessee Valley Administration*, durante seu período de estudos nos Estados Unidos, ele esboça uma proposta de uma geografia utilitária ancorada no modelo de análises regionais. Tentava escapar, assim, à influência da Escola francesa. Ao mesmo tempo, marca a diferença da geografia utilitária em relação ao que chama “geografia tradicional”. Diz ele: “a geografia moderna [...] não é uma evolução completa da geografia clássica, da geografia tradicional. Pelo contrário, ela procura renovar, tendo a região por base, pois a tradicional divisão da geografia física e humana não cabe mais. A geografia, hoje é, em outras palavras, o estudo dos contrastes regionais”<sup>95</sup>.

O livro de Zarur é chamado de análise regional pela expectativa de que a reabilitação do conceito de região dentro de uma análise estratégica prometia ser útil à sociedade e superar as divisões conflitivas dentro desse campo de saber. As fotos

---

<sup>94</sup> CAMARGO, Alexandre. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009. p. 31.

<sup>95</sup> CAMARGO, Alexandre. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009. p. 38. Nota de rodapé n.º 41.

e mapas são usadas às vezes para demarcar e dar a ver as delimitações e especificidades dentro desses critérios regionais e sub-regionais, assim como as muitas tabelas, os quadros, os gráficos com porcentagens, frequentemente fornecidos por órgãos do Governo, num trabalho que o autor se desculpa por ser incompleto, diante da exatidão que os métodos requeriam e da vastidão do recorte regional, e que por isso justificaria o tratamento apenas da “Bacia” do Médio São Francisco, a que o autor denomina de uma das regiões-problema do Brasil<sup>96</sup>. Tanto Zarur quanto seus comentadores fazem o elogio da análise regional e do pioneirismo desse tipo de estudos no Brasil, à época, como via para o planejamento das ações com vistas ao desenvolvimento racionalizado, por parte do Estado, espantando o fantasma político do separatismo que poderia vir dessa análise, e condenando a excessiva centralização administrativa por parte do governo<sup>97</sup>. Isto é, apesar de celebrar a política da Boa Vizinhança, do governo Vargas, Zarur critica aquela que talvez seja a principal herança política daquele governo: a centralização administrativa. Mas para ele tal centralização estaria tomando outro rumo necessário, ao confiar “certos ramos da administração à autoridade local”, o que tornava possível, “pela primeira vez, a constituição duma Autoridade do Vale do São-Francisco, compreendendo os interesses de cinco Estados e do Governo Federal sob bases corporativas”<sup>98</sup>. Ou seja, esse estudo já nasceu destinado a atender determinadas demandas institucionais e para legitimar a própria CVSF.

Para esquadrihar ainda mais a regionalização, dentro do Médio São Francisco, o autor propõe nova divisão em quatro sub-regiões: Bacia Média Superior do São-Francisco; São-Francisco Médio Inferior; Planalto Ocidental; Região das Quedas<sup>99</sup>. O conceito de região-problema, atrelado à Geografia Econômica, será a chave para uma interpretação das questões sociais que se dizia emancipada dos determinismos, para a produção de discursos sobre os espaços e para a procura dos intelectuais pelo diálogo com o Estado nacional, de acordo com critérios socioeconômicos. Apesar de seus territórios não pertencerem integralmente ao que

---

<sup>96</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 2.

<sup>97</sup> PRESTON, James. A bacia do São Francisco: um sertão brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 1, v. 11, jan-mar. 1949. p. 122. Cf. também a Apresentação de Zarur a seu livro.

<sup>98</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. XII. XXI.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 2-5.

se considerava Nordeste naquele período, uma parte do Vale do São Francisco será chamada de região-problema fazendo eco à discussão de outros autores, como Josué de Castro e Djacir de Menezes, que vinham discutindo de maneira regionalizada questões parecidas, como as da fome e da pobreza, embora o texto de Zarur não se dedique à denúncia social como o desses autores. De algum modo, essa dedicação ao estudo dos problemas sociais, localizando-os, na pesquisa e nos discursos, por região, contribuirá também para sua retomada, sob outros conceitos e com outra inserção política, nos anos 1950 e 1960, por Celso Furtado<sup>100</sup>.

Na Introdução, é mencionada a “unidade nacional” que o rio promoveria, mas esse argumento pouco é levado adiante, assim como a carga política que ele implicava, o que pode ser entendido a partir da advertência dos próprios pares da Geografia para que os pesquisadores se esquivassem da política, o que foi objeto de discórdia nos congressos<sup>101</sup>. Ao atualizar as categorias relativas de posicionamento espacial, como a categoria do isolamento, para falar da falta de “facilidades urbanas modernas” e das dificuldades de transporte, Zarur afirma que isso fazia desacreditar de uma unidade ou integração espacial da Nação através do rio São Francisco, exceto em condições muito particulares, como durante a Segunda Guerra, quando o bloqueio do mar fizera os brasileiros redescobrirem o rio<sup>102</sup>. Como Orlando Valverde igualmente argumentara, o nacionalismo tão exacerbado nos autores anteriores não parecia trazer uma contribuição pragmática para o enfrentamento do que era eleito para análise, a saber: a população, sua composição, distribuição, concentração, movimento, ocupações, tipos rurais e urbanos; e a economia dita ela mesma regional – que abrange a maior parte do livro –, com os fatores que a afetam, as atividades e sua localização, os bens e víveres, os transportes, a vida de comunidade<sup>103</sup>. O estudo desses problemas permitiria elaborar as “diretrizes para um reajustamento desejável”, ou seja, o retorno que a análise ofereceria para o campo das práticas. Abordaremos, por enquanto, o

---

<sup>100</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Contexto; Recife: FJN, 2006. p. 188; MARTINS, André Luiz de Miranda. Visões da “insuficiência”: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, v. 3, p. 69-88, 2011.

<sup>101</sup> CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n.1. mar. 2011. p. 95-96.

<sup>102</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. XI. 116.

<sup>103</sup> VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2, v. 6, abr.-jun. 1944. p. 196-197.

problema da economia, tendo em vista em que o conceito e o problema das populações serão mais bem discutidos em outro momento deste trabalho.

Para tratar sobre a economia, Zarur parte de resultados da aplicação de metodologias científicas para aferição e organização dos dados, e ao nomear as práticas retoma a categoria hierarquizadora e evolucionista do primitivo. Sobre a agricultura, por exemplo, Zarur diz: “[...] as práticas de cultivo no Vale são bem primitivas. Os métodos pouco diferem dos praticados nos tempos pioneiros. O grande progresso da agricultura que atingiu outras zonas do país alcançou bem de leve a Bacia do Médio São Francisco”<sup>104</sup>. A Geografia Utilitária de Zarur, de franca inspiração estadunidense, parecia repor as ideias que já se tornavam recorrentes sobre o Vale, mas em discursos que procuravam indicar soluções, encontrar pontos nevrálgicos onde se poderiam fazer investimentos, o que era bem-vindo para as instituições nascentes. Na passagem a seguir, a sugestão para as práticas parte de uma explicação não-determinista sobre o pouco uso da terra:

A aparente esterilidade do solo e a semiaridez de parte da região não são as únicas causas desta situação. Estes elementos não invalidam o uso das zonas mais férteis da região. Entre as muitas outras causas incluem-se a falta de capital, de transportes e de mercados, as doenças endêmicas e os preços baixos da produção local. [...]. Se fosse possível tornar rendosa a agricultura, a área cultivada aumentaria, não só pelo uso da terra mais fértil, como também pelo uso das que podem ser melhoradas por novos investimentos<sup>105</sup>.

Na década anterior, Orlando Carvalho havia mencionado os conflitos sangrentos e a relação de posse da terra por latifundiários, elogiando o que chamava de “donos do rio”<sup>106</sup>. Do ponto de vista científico, Zarur é um dos únicos autores a abordar frontalmente a propriedade da terra como problema social e histórico:

A economia da criação extensiva e o relativo isolamento do Vale favoreceram a existência de latifúndios. Outra condição que auxiliou a manter este estado de coisas foi o movimento migratório do Vale. O sistema latifundiário pode ser abolido, como foi demonstrado parcialmente no sul do Brasil e mesmo em alguns pontos do vale médio do São Francisco, como

---

<sup>104</sup> ZARUR, Jorge. *Op. cit.* p. 26. 55.

<sup>105</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 54.

<sup>106</sup> CARVALHO, Orlando. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91).p. 98-103.

por exemplo, nas terras que margeiam o rio nas cercanias de Juazeiro. Contudo, o caráter conservador dos habitantes locais, a falta de influxos frequentes de população, o abandono da terra, o isolamento do resto do país, e finalmente a decadência econômica auxiliaram a manter quase imutável o sistema latifundiários com propriedades do “tamanho de impérios”<sup>107</sup>.

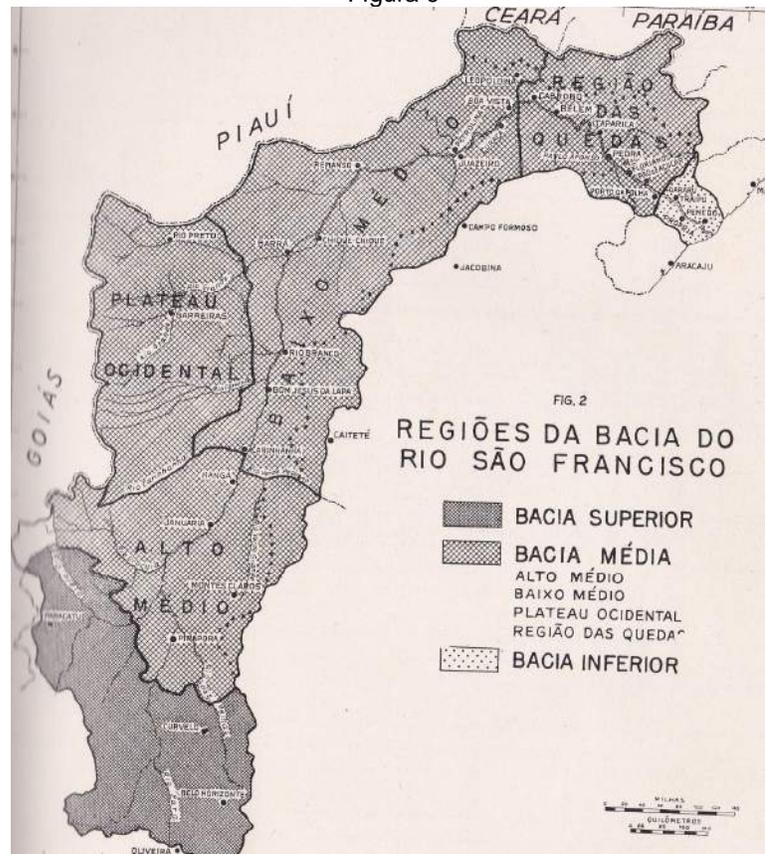
Com esses conceitos de decadência, abandono, isolamento, o autor demarca um espaço necessitado de intervenção, mas reproduzindo vazios teóricos que já haviam sido engendrados pelos engenheiros. A referida abolição do sistema latifundiário se daria apenas por força do planejamento, por uma comparação com o Sul do país, e sem considerar as situações de política oligárquica do próprio Vale? Nesse sentido, o que Zarur chamava de “caráter conservador dos habitantes” dizia respeito a todos os agentes sociais, como traço cultural, ou apenas às elites proprietárias? E para lidar com esse suposto traço cultural, não haveria “diretriz para reajustamento desejável”? A análise regional de Zarur, na tentativa de problematizar a economia, reifica a política e a cultura.

Os mapas do livro parecem pensados com fins de grande utilidade operacional, recortando marcadamente o Vale na então região Leste do Brasil pelo traçado da delimitação externa, que não havia, por exemplo, nos mapas do livro de Moraes Rego. Alguns foram produzidos pela Divisão de Cartografia do CNG, outros com dados da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, ou do Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa origem institucional ajuda a explicar um olhar atento para as escalas em milhas e quilômetros e para a clareza das legendas, com indicações geopolíticas das fronteiras estaduais e das subdivisões que ele mesmo propôs (Figura 9). Como no caso das divisões regionais e de seus usos estratégicos e didáticos, a imagem faz o espaço analisado se destacar do seu entorno, constitui um objeto de saber que poderia ser visualizado sob muitos aspectos geográficos, cada um contemplado por um mapa (formas do relevo, precipitações, vegetação, distribuição dos diferentes tipos de gado e da produção agrícola, força hidráulica, depósitos minerais, extrativismo).

---

<sup>107</sup> ZARUR, Jorge. *Op. cit.* p. 48-49.

Figura 9



“Regiões da Bacia do rio São Francisco”. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

E, no entanto, o geógrafo admite a limitação dos mapas para representar de forma fixa determinadas variáveis sociais ou naturais. Ele afirma numa legenda: “O mapa representa as vastas áreas nas quais predomina um determinado tipo [de vegetação]. Os limites de todas estas áreas são generalizações; os diferentes tipos se interpenetram. Dentro de cada zona, há intromissão de outros tipos. Por exemplo, na Bacia Superior, dentro dos campos cerrados e dos campos gerais, há estreitas faixas, não representadas no mapa, de florestas-galeria ao longo de pequenos rios”<sup>108</sup>. A necessidade de informá-lo ao leitor pode ser pensada como uma advertência de que, em boa medida, as práticas a serem implantadas nos espaços cartografados teriam que saber diferenciar imagem e referente, suspeitar de qualquer pretensão à plenitude do significado, no limite, embora o planejamento

<sup>108</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figura n.º 11.

recorresse ao mapa, sua aplicação deveria ir a campo, substituir a representação pela presença, o simbólico pelo material.

Além das demais questões econômicas, como a produção na área da pecuária e das indústrias artesanais, um tema importante para Zarur é o dos transportes. Como que legitimando seu campo de saber, e a importância de sua contribuição pragmática, Zarur remete esse problema à falta de planejamento adequado, que tinha implicações na política e na economia:

A preocupação em resolver somente o problema do transporte fluvial retardou a incorporação [sic] do Vale à vida econômica da nação.

Os escritos sobre transportes no Vale não estão baseados em fatos e se referem principalmente à navegabilidade do rio principal durante a seca. A maioria dos “planos” para a navegabilidade do São-Francisco Médio são grandiosos e não econômicos pelo menos presentemente, por estarem além da capacidade financeira do país.

[...]. Também, não sendo boas as relações políticas e sociais com os grandes centros e as comunidades locais, a administração regional não pode ser eficiente. Muitos municípios comunicam-se com os seus distritos distantes apenas por tropas ou cavalos.

Os vapores, estradas de ferro e transportes motorizados, apesar de importantes, não são suficientes. A intercomunicação local é feita sobretudo por tropas e carros de bois, paquetes e canoas. O serviço prestado pelo jumento na região semi-árida é muito importante. [...]. Constituem a maior parte dos veículos de transporte terrestre<sup>109</sup>.

Zarur reconhece os esforços de grande parte do trabalho dos discursos e práticas dos engenheiros topógrafos até os anos 1930, em todo o país, em torno dos transportes e das comunicações. Seu diagnóstico, porém, se pretende mais objetivo que o daqueles autores, porque estaria baseado nos tais “fatos”, como a observação do volume do rio em períodos de cheias, e na dimensão das condições financeiras e políticas para retomar a própria consideração do rio como meio de transporte, depois de, segundo o autor, isso não ter sido levado a sério por nenhum governo. O tema estava na ordem do dia para o saber geográfico, tendo um engenheiro geógrafo, Moacir M. F. Silva, publicado sua *Geografia dos Transportes no Brasil*, em 1949, pela mesma coleção em que saíra o livro de Zarur, a Biblioteca Geográfica Brasileira, do CNG. Com larga experiência em torno dos transportes, tendo atuado em várias instituições e espaços no Brasil, nos campos dos saberes e das práticas, Silva tinha uma visão abrangente sobre essa questão para a história, a organização

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 112-113.

social e econômica e os projetos para o futuro do país, e não é à toa que seu livro dialoga com o Plano Geral de Viação Nacional, de 1934, e com o Plano Rodoviário Nacional, de 1944, procurando resolver o problema de um país que “carece ainda de transportes modernos, regulares”<sup>110</sup>.

Silva também apontava o destaque do rio São Francisco na navegação fluvial, inserindo-se num debate permeado de controvérsia a respeito da categoria do chamado isolamento local, que divergiria da integração nacional proporcionada pelo rio, por seus meios de transporte e por suas atividades econômicas. Por suas implicações epistemológicas, econômicas e políticas, ambos os polos conceituais, a integração e o isolamento, comportavam interesses posicionais e situacionais: a categoria estratégica da integração, era herança do Estado Novo, definidora das políticas territoriais e do combate ao federalismo e ao regionalismo; a categoria isolamento partira do determinismo, e se desdobrava na necessidade ou na conveniência de investimentos institucionais, conforme as manobras de manutenção ou mudança planejada dos transportes, dos latifúndios, das condições de trabalho de navegantes e barqueiros, proprietários e roceiros<sup>111</sup>.

O livro de Moacir Silva também é fartamente ilustrado, a autoria das muitas imagens (desenhos e fotografias) não é atribuída, embora seja possível identificar aí desenhos do ilustrador peruano Percy Lau, que apareciam também nos periódicos geográficos. No livro de Zarur, entretanto, a ilustração por meio de fotografias confere os créditos autorais e apresenta uma marca particular, que também era um produto da política da Boa Vizinhança, pois, além de umas poucas imagens tomadas pelo autor, a maioria é de Genevieve Naylor, o que indica relações pessoais e de saber que aí se desenvolveram e permitiram que o geógrafo se apropriasse das imagens da fotógrafa.

A construção do olhar de Naylor vinha tanto de sua formação – ela e o marido, Misha Reznikoff, haviam estudado pintura antes de vir ao Brasil, e ele seguia como artista plástico –, mas também do impacto decisivo que ela sofreu com a voga da fotografia documental estadunidense nos anos 1930, notadamente junto a Berenice

---

<sup>110</sup> SILVA, Moacir M. F. *Geografia dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949. p. 205-226. 241.

<sup>111</sup> Para uma interessante revisão, econômica e antropológica, sobre esses temas opostos, cf. NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração*. Os remeiros do rio São Francisco. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 101-107.

Abbott. Depois de se inserir no meio artístico e intelectual brasileiro do começo dos anos 1940, o casal percorre o país, sob a vigilância e autorização do Estado Novo. Suas imagens apresentam esmero técnico na composição, no foco e no enquadramento, além de documentarem como poucos fotógrafos à época, aspectos do cotidiano dos agentes sociais no Vale do São Francisco, e não exatamente paisagens estanques com indivíduos exotizados dentro delas, como veremos oportunamente<sup>112</sup>. Se as fotos de Naylor já operam recortes possíveis em seu trabalho de documentação, pela escolha de temas, planos e enquadramentos, a edição feita no livro de Zarur vem a ser outro recorte, acompanhado de um investimento retórico que apõe legendas a todas as fotos de modo que seu sentido se ajuste à abordagem geográfica e ao esquema teórico utilitário do estudo.

Essa apropriação científica das fotos de uma estrangeira permite ver e situar, nos espaços chamados trazidos à nomeação do regional, os transportes e os produtos do trabalho, ainda que o trabalhador não seja objeto privilegiado, e sim, os artefatos ligados às atividades econômicas que aparecem dispostos na superfície fotográfica. Por vezes, a retórica em que Zarur inscreve as fotos de página quase inteira deixa a entender apenas que as paisagens foram transformadas pelos vestígios da ação humana, mas sem figuração; com nitidez e destaque para os distintos planos, as imagens recebem orientações de leitura das legendas, conforme os temas da Geografia Econômica, como uma que conduz a que se “note” mais de um dos possíveis “usos do gado” como animal de tração e como couro esticado (Figura 10).

---

<sup>112</sup> ERMAKOFF, George. *Genevieve Naylor*. Uma fotógrafa americana no Brasil. An american photograph in Brazil. 1940-1942. s/l: G. Ermakoff Casa Editorial, 2013. p. 41.

Figura 10



“Animais de tração e carros de bois numa cidade. Note-se o couro secando no carro no centro à esquerda. Um dos mais importantes usos do gado na Bacia é a tração”. Foto de Genevieve Naylor. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figura N.

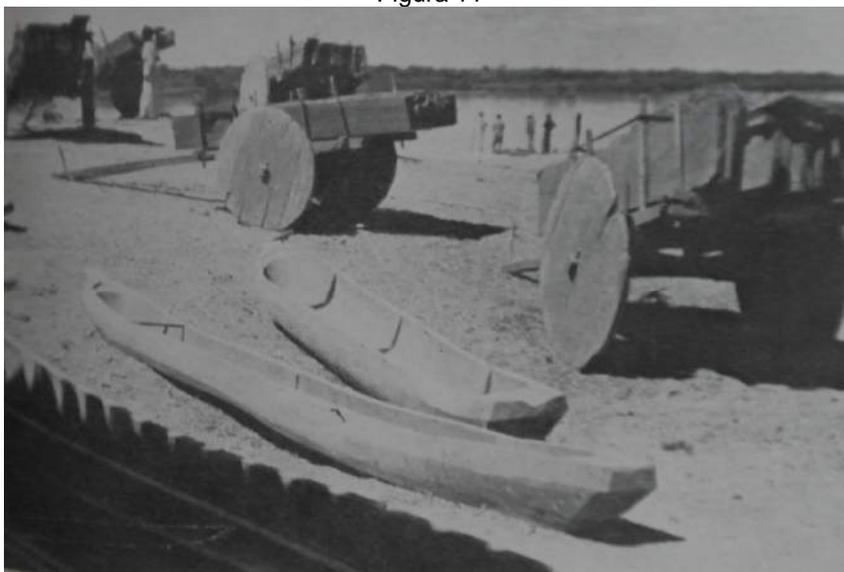
As fotos de Genevieve Naylor também são usadas para dar a ver o problema dos meios de transporte, como numa foto que chama atenção pelo claro-escuro (Figura 11), que, como várias outras, tematiza a navegação, enquanto experiência social de produção dos espaços. Visualmente, Naylor testara ângulos de cima, de frente, de lado, captando diferentes tipos de embarcação, paradas e em movimento (Figuras 12 e 13). A fotógrafa deixara uma impressão anedótica sobre o encalhe de um navio: “aqueles belos homens fortes e bronzeados, literalmente nos levantando dos bancos de areia”, os passageiros passando “um dia sem fazer nada”, esperando o desencalhe. Ela aproveitava para estender seu projeto documental para a figuração humana, enquadrando o olhar de uma criança com a câmera (Figura 15)<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n.º 49. jun. 2005. p. 54.

Por sua vez, o texto de Zarur se propõe a um trabalho descritivo de educação visual a partir das fotografias para compor seu diagnóstico sobre os transportes. A legenda diz ao leitor que, mais uma vez, note detalhes particulares: “as barcas cobertas carregam em geral passageiros, enquanto as barcas abertas carregam só cargas”, “a pilha de lenha no tombadilho inferior do vapor” (Figura 12); “gente, gado e carga [que] atulham o pequeno espaço” (Figura 13); “os varejões usados para empurrar o pacote nos baixios e quando o vento não sopra” assim como “o mastro, a vela e o totem [carranca] na proa do barco” (Figura 14). Seriam as fotografias uma forma de evidenciar os “fatos” requeridos e ostentados pelo geógrafo para que se pudesse pensar e planejar adequadamente os transportes? Entre tais “fatos”, a lotação explícita das diferentes embarcações e o encalhe como obstáculo para a economia, por atrasar os fretes; as fotos dariam a ver a falta de eficiência para atender satisfatoriamente às necessidades de deslocamentos e os grandes problemas que o Vale enfrentava até para ser mero fornecedor de matérias-primas. As imagens seriam a prova do tão debatido fato do isolamento.

Figura 11



“Carros de boi e canoas de um só tronco. Dois dos meios mais comuns de transportes na Bacia Média do São-Francisco são o carro de boi e a canoa”. Foto de Genevieve Naylor. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figura R.

Figura 12

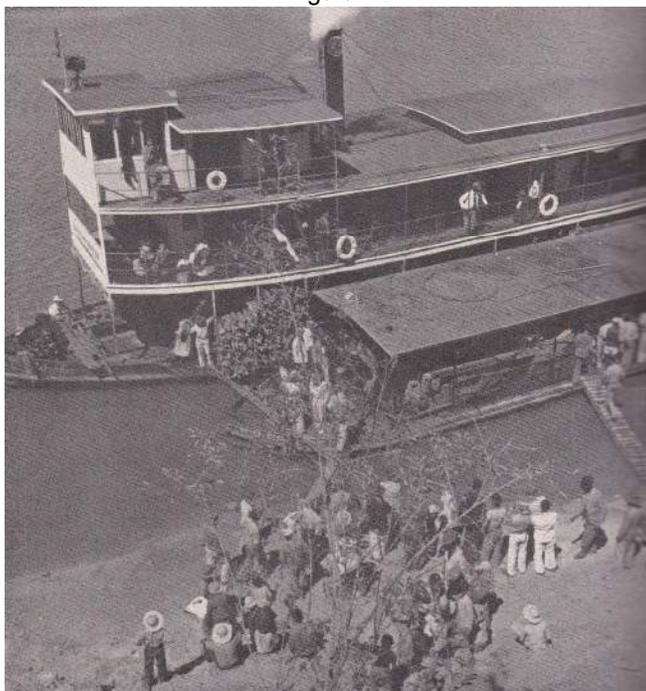


Figura 13



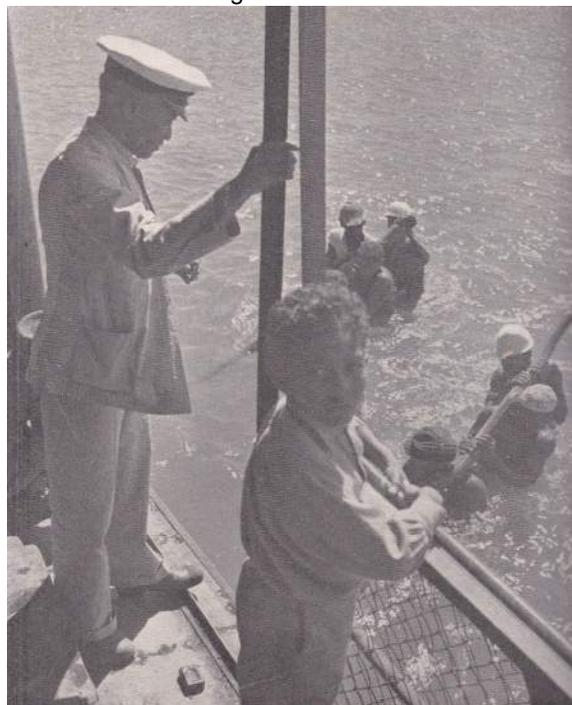
“Vapor típico e barca coberta no Médio São-Francisco” e “Barca coberta típica”. Fotos de Genevieve Naylor. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figuras S e K.

Figura 14



J. Paqueta típica no porto da Barra. Note-se que o paquete está carregado, notem-se também as varas usadas para empurrar e puxar nos baixios e quando o vento não sopra, observem-se a mastro, as velas e o leme no porto da Barra. Barra possui um dos melhores portos na Bacia Média do São-Francisco.  
(Gentileza de Genevieve Naylor).

Figura 15



“Paqueta típica no porto da Barra” e “Membros da tripulação desencalhando um vapor dum banco de areia”. Fotos de Genevieve Naylor. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figuras J e U.

Já se direcionando para suas “diretrizes”, Zarur conclui com uma assertiva que repunha os interesses geopolíticos dessa chamada Geografia Utilitária, com a expectativa pela ação do Estado: “a solução dos problemas do vale do São-Francisco tem que vir do governo federal, trabalhando em cooperação com os Estados e municípios interessados, por intermédio duma organização especial que faça os estudos, que formule os planos e os execute. Em outras palavras, o vale do São-Francisco está esperando pelo seu ‘T.V.A.’”, o que já vinha se concretizando, em termos institucionais, naqueles meados dos anos 1940. E assim, com base na pesquisa de campo e na sua experiência de trabalho na TVA, as “diretrizes” técnicas e institucionais se voltam em particular para a economia, e sua aplicação seria de responsabilidade da chamada “Autoridade” do Vale<sup>114</sup>.

Situado em um momento de consolidação epistemológica da Geografia, que permitia assumir referências a uma formação de cunho mais pragmático, fora do predomínio do possibilismo, o livro de Zarur foi importante para a atuação da CVSF, quando da elaboração do “plano para o aproveitamento” do Vale e sua execução. As subdivisões regionais, a visualização das práticas econômicas pelo uso da imagem fotográfica, a tematização da chamada região-problema atualizava discussões do passado, mesmo que procurasse se afastar do determinismo, enquanto paradigma geográfico. Implicado institucionalmente, como resultado de pesquisa e como publicação patrocinada, o livro levantava outros discursos localizadores e classificadores, dando também às imagens essa atribuição, e especialmente requerendo intervenção das instâncias políticas estatais, numa prática que prefigura a era do desenvolvimentismo dirigido pelo Estado, em todo o país.

O objetivo deste capítulo foi problematizar a elaboração das categorias com que se procurou dar consistência discursiva, geográfica e econômica ao Vale do São Francisco, num trabalho, inclusive, de nomeação desse recorte e de designação dos espaços e das experiências espaciais a ele identificadas, fosse pela especulação teórica, fosse pela observação empírica dos autores discutidos. Elaborada para fins administrativos e epistemológicos em um momento político autoritário, e

---

<sup>114</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 163-174.

institucionalizado quando a centralização do Estado ainda se mantinha forte, a enunciação desse recorte espacial se baseou em categorias frequentemente conservadoras, deterministas e reificadoras. Os enunciados terminaram por se mostrar como mantenedores das distâncias geopolíticas que justificariam as intervenções, a produção de mais saberes e a dotação de verbas específicas.

## CAPÍTULO 2: O SÃO FRANCISCO E O DESENVOLVIMENTISMO AUTORITÁRIO NACIONAL

O período que vai do final dos anos 1960 à década seguinte tem sido considerado como uma época de consolidação do regime autoritário brasileiro instaurado em 1964, em vários aspectos: político e institucional, econômico-social e no âmbito da produção cultural<sup>115</sup>. Após o golpe civil-militar, foram redirecionadas as políticas territoriais, as formas de produção de espaços e as práticas econômicas no país, pelo abafamento dos reformismos, pela mítica do planejamento e pela retomada do desenvolvimentismo sob a centralização do Estado e com ingerência do capital internacional. A ditadura se legitimara, não sem conflitos, mas ancorada numa multiplicidade de interesses, questões e contradições internas de uma época, quando o Brasil se via dominado pelas ideias de otimismo e esperança no progresso, a partir de práticas espaciais e de mudanças culturais que incluíam o crescimento das cidades até a inversão da proporção demográfica entre rural e urbano no país, os investimentos em educação, o aumento da eletrificação e a chegada de determinados produtos culturais, como a televisão, a espaços e classes sociais que sequer os tinham visto.

Nesse momento, os distintos regimes de discursos e de imagens nos acenam com a impossibilidade de um domínio absoluto sobre a sociedade por parte de um ideário desenvolvimentista unívoco, embora com pretensões à hegemonia e baseado em formas de ver e conhecer pesadamente realistas, convenientes aos governos autoritários. Neste capítulo, tomaremos como vestígios um segmento desse universo heterogêneo de enunciados para problematizar os novos direcionamentos sociais dados aos espaços do Vale do São Francisco. Após havermos investigado a fabricação geopolítica dessa categoria espacial, em certo momento da história do Brasil, nos anos 1940, o presente capítulo propõe fazer um salto narrativo para os anos 1970, por verificarmos, então, uma intensa transformação espacial que tomou por base a recorrência das questões do passado e lhes deu outras respostas. Por isso, em um conjunto de práticas sociais,

---

<sup>115</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (col. O Brasil Republicano. vol. 4).

tentaremos recortar e acompanhar as novas faces adquiridas por nosso problema de investigação: como as paisagens do Vale do São Francisco foram sendo reconfiguradas pela sociedade brasileira, em particular no auge do desenvolvimentismo assumido pela ditadura militar?

Com o objetivo de abordar para essa reconfiguração em diferentes níveis espaciais, culturais e políticos, nossa análise se deterá sobre textos do fotojornalismo nacional, caso da matéria da revista *Realidade* de março de 1972, e do jornalismo local, exemplificado no surgimento do jornal *Renovação e Integração do Vale* (RIVALE). Em termos metodológicos, procuraremos atentar para a linguagem, as temáticas e os lugares sociais de enunciação dos autores, enquanto componentes do funcionamento desses artefatos<sup>116</sup>. Interessa-nos indagar sobre as práticas de configuração espacial que se podem ler e visualizar através de e para além desses enunciados, e sobre a trama de interesses que é possível perceber no embate de forças que se travava pela redefinição do Vale e que foi responsável pelos deslocamentos ocorridos em tais práticas.

## **2.1 A revista *Realidade* e o tempo da esperança**

No início dos anos 1970, o jornalista Audálio Dantas e o fotógrafo francês Jean Solari, passaram pelas nascentes do rio São Francisco, em Minas Gerais, tomaram um barco em Pirapora, no mesmo Estado, para descer pelo rio São Francisco, através dos Estados de Bahia e Pernambuco, depois tomaram outro barco, um carro e, em seguida, um avião para encontrar o mar, na fronteira dos Estados de Alagoas e Sergipe. Trabalhando a serviço da revista ilustrada *Realidade*, os repórteres tinham o plano de reatualizar a viagem pelo rio e cobrir os espaços, agentes sociais e condições de vida nas margens fluviais. No meio do percurso de barco, já em Bom Jesus da Lapa, em território baiano, juntou-se à dupla o ex-padre Carlos Morais, que ingressava no jornalismo ao perder sua primeira profissão em virtude de

---

<sup>116</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

perseguição política. Ele ajudaria a colher as informações e fazer entrevistas, para que, junto com o texto do editor Dantas e as fotos de Solari, fosse elaborado o que eles chamavam de “mapa completo do São Francisco”, em uma longa matéria de 64 páginas ilustradas.

Por ser essa a mais extensa matéria fotojornalística já produzida sobre o Vale, com as várias implicações no período, discutiremos, neste tópico, o olhar construído pelas imagens, textos e pelo trabalho de construção de sentido feito pela edição desta que foi também a matéria de capa de *Realidade* de março de 1972. Como apoio, tomaremos, além da revista, a nova versão do texto feita por Dantas e publicada em 2012 sob o metafórico título “À margem”, em seu livro *Tempo de Reportagem*, e a entrevista que fizemos com Solari, a fim de compor um quadro com os artefatos de memória sobre aquele momento por meio de um relato que articule os registros escrito, visual e oral, e nos permita uma aproximação de algumas das questões colocadas para a imprensa quando se tratava de dar a ver as determinadas paisagens brasileiras<sup>117</sup>.

Consideremos, inicialmente, o lugar de *Realidade* no fotojornalismo brasileiro da segunda metade do século XX. Muito antes desse periódico, as revistas pioneiras a conquistar o mercado, com grande alcance de público nacional, foram *Vida Doméstica* e *O Cruzeiro*, criadas respectivamente pelos jornalistas Jesus Gonçalves Fidalgo e Assis Chateaubriand, nos anos 1920<sup>118</sup>. Enquanto a primeira se dedicava ao público feminino e a questões correlatas da moralidade familiar, da saúde e da educação, a segunda, em meados dos anos 1940, sofreu uma mudança em sua proposta editorial, para se alinhar ao padrão internacional de revistas como a *Life*, no privilégio da imagem fotográfica em associação com os textos na narrativa dos eventos. Antes da chegada da televisão e ainda no período de penetração predominante do rádio em muitos espaços brasileiros, *O Cruzeiro*, em particular se tornou um dos meios de comunicação de maior alcance no país, até pelo menos os

---

<sup>117</sup> Sobre o recurso metodológico à intertextualidade no tratamento dos vestígios, ver DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. La memoria histórica y los usos de la imagen. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, n. 1, p. 87-101, jan-jun. 2010. p. 98; MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. p. 55. 61. 172.

<sup>118</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista *Vida Doméstica*. *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. sem. 2009; COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. 1998.

anos 1950. Sua decadência, na década seguinte, apontava para a especialização e a segmentação desse mercado em todo o país, sinalizado pelo surgimento das revistas da Editora Abril, como *Quatro Rodas*, *Veja*, *Claudia* e *Realidade*<sup>119</sup>. Surgida em 1966, o projeto editorial desta última foi considerado inovador, por ser um periódico mensal, dito de reflexão social, isto é, diferente das revistas semanais ou dos jornais, sua proposta não era publicar os acontecimentos no correr do seu ritmo, mas promover o debate em torno de temas considerados relevantes<sup>120</sup>. Além da periodicidade distinta, a tal reflexão era possível por conta de certa liberdade – obviamente negociada e profundamente relativa em tempos de censura – para abordar questões polêmicas ligadas à família e à sexualidade, e apresentar capas com imagens irreverentes.

Ao elaborar sua memória sobre os bastidores da redação de *Realidade*, Jean Solari diz:

Era fazer uma coisa totalmente nova. Então, a revista sendo uma revista mensal, você tinha que dar o outro lado da notícia. Você não podia fazer o fato que aconteceu naquele dia, era o outro lado, você tinha que analisar o fato: “Por que chegou a isso?”. A revista era mensal, cada vez que saía uma revista, a gente tinha um mês para sair a próxima revista. Então, tinha uma reunião de pauta, nos primeiros dias que saía a revista, e todo mundo expunha as suas sugestões, que eram acatadas ou não pela totalidade da equipe. Partindo disso, a gente saía em campo. Você tem em média 15 dias para fazer uma matéria. E você voltava, para editar a matéria e sair a revista. Isso significava que você tinha grande liberdade de trabalho. [...] na revista que é uma revista mais de reflexão, como era a *Realidade*, [...] você tinha toda liberdade de criação. Você vê: quando a gente saiu para o rio São Francisco, a gente sabia quando começava, não sabia como ia terminar. Porque é uma imensidão, são milhares de pequenas histórias, milhares de paisagens, você fica atento a tudo, momentos, tipos, luzes...<sup>121</sup>

Embora o depoimento acima construa a ideia de liberdade de trabalho, de liberdade de criação, em plena censura, isso não nos exime de problematizar os interesses sociais envolvidos em várias matérias produzidas por *Realidade*, como a

---

<sup>119</sup> MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revista: o caso da Editora Abril. O leitor e a banca de revista: o caso da Editora Abril*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 1997. p. 61-63. Sobre o surgimento e o auge de *Life*, ver FREUND, Gisèle. Mass media magazines en Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *La fotografía como documento social*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2011. p. 123-140.

<sup>120</sup> Os dois tipos de periódicos, o da “foto-choque”, e o da fotografia de “pano de fundo”, este último em que localizamos *Realidade*, são discutidos em BOLTANSKY, Luc. La retórica de la figura. In: \_\_\_\_\_. BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio*. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003. p. 208-215.

<sup>121</sup> SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema, 10 de jul. de 2012. p. 7-8.

edição sobre o Vale do São Francisco. Pensar esses interesses é importante também quando se considera o público leitor, formado predominantemente por classes médias urbanas alfabetizadas, as mesmas classes médias que vinham descobrindo e aprendendo a consumir a imagem televisiva, em detrimento das fotonovelas e radionovelas. Assim, a formação da opinião desse público em mutação tinha que ser levada em consideração seja nas temáticas abordadas, seja no apelo visual das diagramações que passaram a dar espaço ainda maior para as fotografias coloridas, as quais deveriam informar de modo tão eficaz quanto os textos<sup>122</sup>. A Editora Abril chegara, inclusive, a fazer pesquisas de mercado sobre as expectativas a respeito da revista *Realidade*, e concluía que, entre os assuntos que interessavam, estava o dos “Grandes Problemas Brasileiros”, inclinação comum a outras revistas, como *Claudia* e, particularmente, *Quatro Rodas*, esta atenta à diferentes modos de conexão entre os espaços do país surgidos com as rodovias e com o incentivo ao turismo. Ao lado das telenovelas e da investigação antropológica efetuada pelo Cinema Novo, nos anos 1960, o que se propunha, então, era uma nova “descoberta do Brasil”, Tateando a constituição de um olhar que não fosse apenas de exotismo e das imagens chocantes, como se dera como *O Cruzeiro*, por exemplo<sup>123</sup>.

O nome da revista *Realidade* tem muito a ver com o momento em que ela surge e em que são produzidas suas matérias de grande impacto, como as edições *Realidade Amazônia* e *Realidade Nordeste*. Como mencionamos a respeito da televisão e da expansão de sua presença pelo país, a categoria de realismo que está no nome da revista, e era comum à imprensa, se reelaborava após as inovações tecnológicas e culturais dos anos 1950 e 1960, que vieram marcar a segunda metade do século XX e entre as quais se incluíam ainda as conquistas da medicina e as viagens aeroespaciais<sup>124</sup>. Na medida em que o realismo se constrói retoricamente, pelas práticas socialmente situadas de produção de sentido, de condensação ou de enfrentamento das relações de poder, esse modo de ver

---

<sup>122</sup> COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. 1998. p. 139.

<sup>123</sup> MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revista: o caso da Editora Abril*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 1997. p. 106-107.

<sup>124</sup> Cf. CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Deslumbramento e susto. In: \_\_\_\_\_. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 49-96.

pretendia, por exemplo, desbravar desde os espaços fisiológicos da vida intrauterina e dos “segredos da mente humana” até o âmbito geopolítico, dos países socialistas e dos povos vizinhos da América Latina. Por elaborar aquilo que Susan Sontag chama de “mundo-imagem”, tal realismo se prestou a muitos usos políticos nesse momento, como aqueles ligados ao conceito de desenvolvimento, agenciado pelos governos militares<sup>125</sup>.

As imagens técnicas tinham centralidade em tal elaboração, integrando uma iconosfera que abrangia, além do fotojornalismo, os boletins e cinejornais informativos sobre as obras de construção civil e transporte, produzidas pela então Assessoria de Relações Públicas (ARP), e que veiculavam os resultados das políticas e investimentos do Estado no campo e nas cidades, nas cinco regiões do país, nas diferentes áreas (abastecimento, transportes, energia, infraestrutura, políticas culturais), numa abordagem totalizadora que pretendia dar a ver a Nação em sua diversidade e grandeza. Através das narrativas visuais assim construídas, essas imagens eram usadas como dispositivo de conexão entre os espaços, elas sondavam e informavam sobre seus recursos e possibilidades, ao tempo em que divulgavam as práticas do Estado neles implantadas. As imagens assumiam, portanto, uma função cultural relevante, por ajudarem na composição de um painel do “Brasil grande”, visível para a sociedade, e capaz de afirmar a hegemonia do regime político, em sua capacidade de mover-se “pra frente”, especialmente durante o período nomeado de “milagre econômico” brasileiro, mas para além dele mesmo<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Para uma crítica do realismo e de seus usos na fotografia, ver TAGG, John. *El peso de la representación*. Ensayos sobre fotografías e historias. Barcelona: Gustavo Gili, 2005. p. 10. 128-133. Sobre essa categoria no fotojornalismo, cf. FONTCUBERTA, Joan. *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen fotoperiodística*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011. p. 23-31. Sobre o “mundo-imagem”, cf. SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 167-196. Para a problematização histórica e social da categoria dos modos de ver, também chamada aqui de cultura visual, ou visualidade, cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, julho de 2003.

<sup>126</sup> Sobre as práticas políticas e econômicas que levaram ao surgimento da noção de milagre, cf. EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (col. O Brasil Republicano. vol. 4); FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Voltemos, então, à abordagem da revista *Realidade* e das circunstâncias da edição sobre a qual nos debruçamos. A escolha da equipe da reportagem fora oportuna: a começar por Audálio Dantas, que nascera em 1932, em Alagoas, Estado banhado pelo rio; como repórter, passara por várias revistas, como *Quatro Rodas*, de que fora chefe de reportagem, fizera matérias em outros espaços constituintes do Vale e sempre se dedicava a propor a suas equipes pequenos estudos introdutórios antes de partir para o campo de trabalho. Por sua vez, Jean Leopold Solari, nascido em Paris em 1933, chegara ao Brasil em 1950, com a família, vindo a ser assistente de fotografia do também francês Richard Sasso, até ingressar no ofício. Solari trabalhou por vários anos na revista *O Cruzeiro*, na sua época áurea, indo, em seguida, atuar em outras revistas até ser chamado para *Realidade*, na qual havia conquistado o Prêmio Esso de Jornalismo – pela edição de “Realidade Amazônia”, de 1971 – e vinha se destacando em coberturas internacionais. Conviveu com outros fotógrafos estrangeiros, entre os quais Luigi Mamprin, George Love, Maureen Bisilliat, que, cada um a seu modo, cultivavam uma visão particular das cores, paisagens e costumes do país tropical, da gente pobre e de seus diversos traços culturais.

Para Solari, a condição de fotógrafo estrangeiro no Brasil implicava em uma contribuição diferenciada, a partir de suas próprias referências culturais, para a imprensa da época:

Bom, primeiro, que não é um país, é um continente, né? Segundo, é um país tropical. Para quem sai da Europa, você fica maravilhado com tudo o que você vê, com essa exuberância da natureza, a simpatia do povo que é uma coisa que impressiona muito. No Nordeste, principalmente, onde o rio São Francisco corre. As pessoas mais humildes te convidam para dividir a comida com eles. Não têm o que comer e te convidam, é um negócio assim que te deixa até sem fala, a gentileza do pessoal. Tem muitas coisas, a cultura é totalmente diferente. Um povo que nasce muito sofrido, uma esperança de vida muito pequena. [...]. Então, é isso aqui que cativa muito... E a aventura, né?! Porque o fotógrafo é aventureiro. Você tem que captar as coisas. Eu levei uma grande vantagem porque eu vim com uma bagagem diferente da bagagem que os colegas brasileiros tinham, por causa de outro tipo de educação que a gente tem na Europa. Você tem muitos museus, tudo pertinho, em Paris, você tem muitos museus, isso te abre um horizonte muito maior. Uma das fotos que eu te mostrei, não sei se viu, lá do Nordeste, do pessoal comendo em volta da mesa, se você vê um pintor como Rembrandt por exemplo, que utilizava luzes de janela. Isso aqui, por menos que você queira, você sempre tem influência de ter esse tipo de abordagem, digamos assim.  
[...].

Você vê que grande parte dos fotógrafos que trabalharam em *Realidade* eram fotógrafos estrangeiros, porque a gente tinha uma outra visão. [...] A gente deve aprender a olhar e ver. E os colegas brasileiros, por serem tão acostumados a ver as paisagens, que não percebiam o valor daquilo, a qualidade daquilo. Então, chegavam até a redação, eles viam a foto de um colega: “[...] Você fotografou aquilo! Eu passo todo dia ali e nunca vi isso.” E a gente tinha uma outra visão da coisa. Isso devido à cultura também [...] <sup>127</sup>.

Sobre a edição, o fotógrafo afirma não ter tido controle sobre a seleção feita entre as 4.500 fotos para se definir aquelas que apareceriam publicadas no produto final, seleção que dependia dos diretores de arte da revista. Ainda durante a viagem, ele enviava os negativos para a redação, por correio, para que ali se fizesse a revelação. Em seguida, cabia-lhe apenas indicar o lugar geográfico onde cada foto havia sido capturada e sugerir imagens para o início da reportagem, a fim de contextualizar a leitura. Quando se toma a matéria pronta, vê-se que, em linhas gerais, a edição repõe o ordenamento geográfico, e também geopolítico, com base no lastro cultural definido anos antes, quando da cristalização do recorte espacial do Vale do São Francisco.

Passemos inicialmente à capa, que trazia o título “O Vale da Esperança”, apostado sobre a foto de uma vistosa carranca que aparece em primeiro plano enquanto se vê ao fundo a margem do rio (Figura 16). A carranca, além de componente da dimensão visual das culturas locais, por ser figura de proa dos navios, tornou-se símbolo recorrente do São Francisco e da navegação fluvial aí praticada, visualizada, por exemplo, nos desenhos do ilustrador Percy Lau e em fotos dos franceses Pierre Verger e Marcel Gautherot, além de aparecer em uma foto de Genevieve Naylor utilizada e legendada no livro de Jorge Zarur. Ao ser extraída de seu uso tradicional, ela fora estilizada para virar peça de artesanato, objeto de decoração e até *souvenir*, como a matéria de *Realidade* informa, ao falar sobre o artesão Guarani, e ao entrevistá-lo e fotografá-lo.

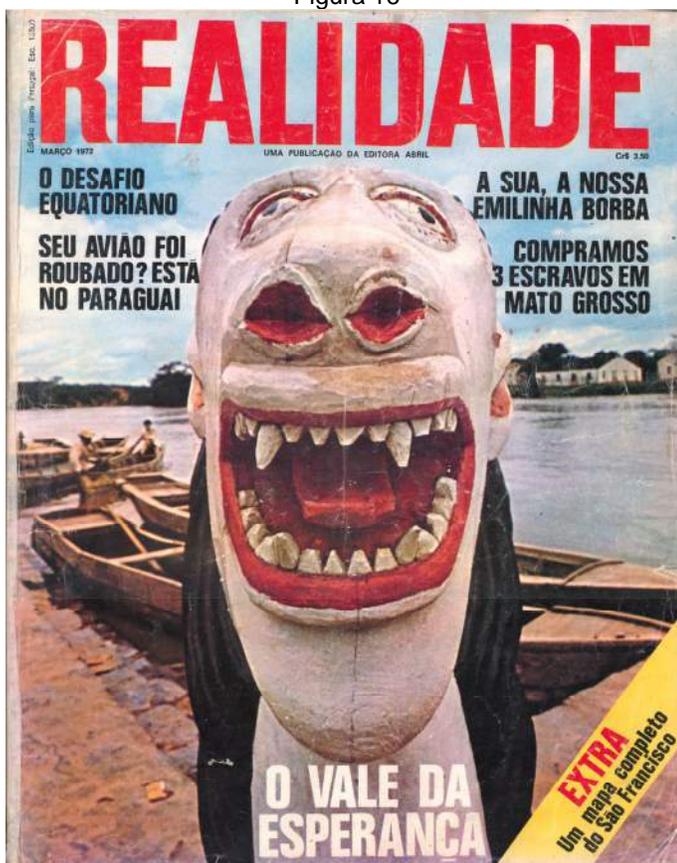
Nessa imagem de capa, a carranca foi utilizada como objeto para compor o aspecto conotativo da imagem, funcionando não apenas como emblema de que o tema principal da edição será o Vale do São Francisco, mas apontando também para a relação temporal que os discursos e as imagens pretenderão estabelecer entre os diferentes espaços do rio: uma prática social já tradicional como a

---

<sup>127</sup> SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema, 10 de jul. 2012. p. 6.

navegação ainda era comum enquanto substrato econômico e cultural dessas sociedades, mas aquilo que os novos tempos traziam em sua “proa” era a “esperança” de outras práticas – a palavra “esperança”, que aparece na capa, correspondia ao horizonte para uma reconfiguração espacial com grande implicação política e econômica<sup>128</sup>. A imagem acenava para o enfrentamento desafiador de um tempo novo para o Vale, suas paisagens e agentes sociais; como nas lendas locais, ela aludia à dissipação do temor de velhos fantasmas.

Figura 16



Capa da edição de *Realidade* de março de 1972.

<sup>128</sup> BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 17-18. Na medida em que a carranca é um rosto, bem situada em um cenário, caberia indagar se esta foto é um retrato, com uso da pose, como se pode ver nos vários esboços feitos por Solari até chegar a essa foto, escolhida pela edição. O fotógrafo os conserva em seu arquivo pessoal.

Mas, para que o país soubesse disso, a revista *Realidade* dizia que havia justamente buscado os dados sobre os espaços atravessados pelo rio, junto a diversas instituições e profissionais, na tentativa de responder à pergunta que é feita logo no início do texto de apresentação do diretor da revista, Milton Coelho: “o que o Brasil sabe sobre o São Francisco?”. Ainda segundo ele, esses dados não conseguiriam formar a “imagem completa” do rio, e talvez fosse esta a pretensão da matéria, a partir do seu conceito de realismo periodístico, que explica ainda o recurso da viagem, com todos os laivos de aventura e os detalhes pitorescos que seu relato traz. Isso é confirmado por Audálio Dantas, quando explica os diferentes ritmos que o percurso exigia, e por isso os repórteres não tomaram um navio gaiola regular, de transporte de passageiros, mas alugaram dois barcos sucessivamente, para fazer as paradas necessárias, checar informações, conhecer pessoas, visitar lugares; e mesmo Solari, a seu modo, persegue a tal imagem, quando pensa a produção das fotos a partir de uma suave “luz de janela”, que sua câmera Nikon poderia captar sem o uso do *flash*, o qual faria perder “a iluminação ambiente, a atmosfera”. As narrativas, das imagens e do texto, com as histórias de barqueiros, agricultores, pescadores e artesãos procuram dar conta desse ângulo de observação de quem se fez passageiro ao longo do rio, o que também pode ser considerado uma herança reelaborada das matérias de *O Cruzeiro*<sup>129</sup>.

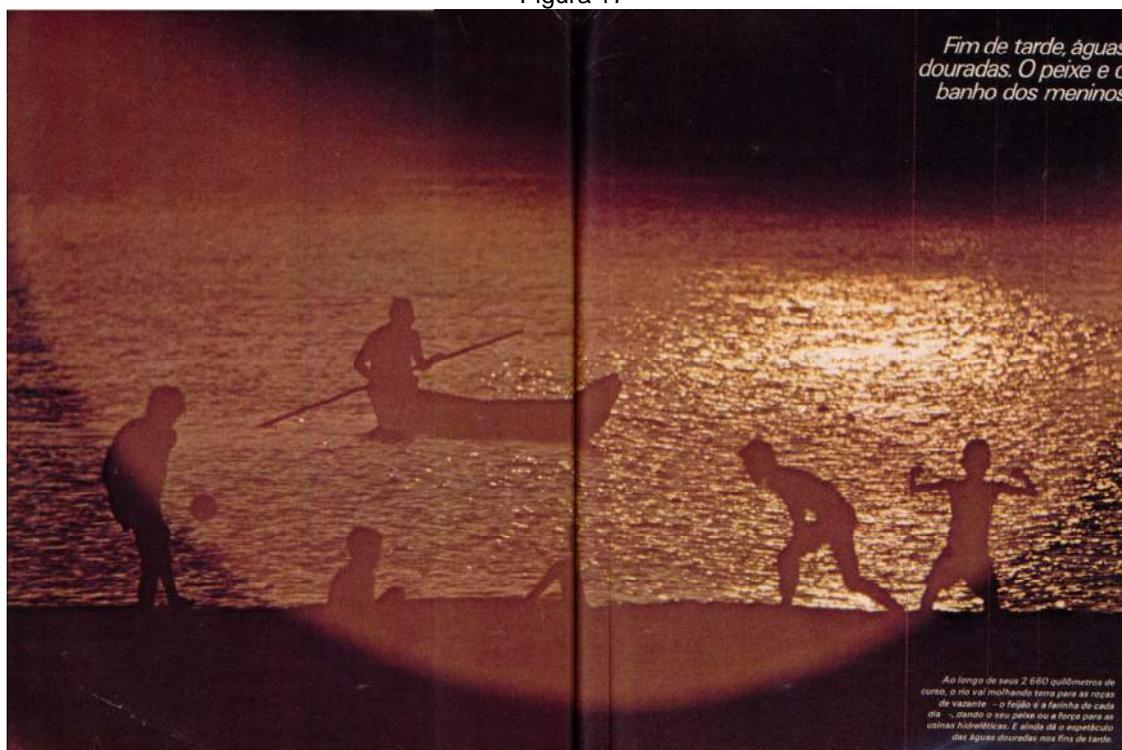
No que se refere às paisagens do rio configuradas pela matéria, vemos que ele é quase onipresente, fotografado em largos planos e aparecendo de modo generoso na edição, em meia página e página inteira, a começar quando ainda é um filete entre as montanhas, em seguida, como pano de fundo para os barcos, casas e cidades. Para significar a vastidão envolvente do rio, as imagens e os textos em geral se correspondem, mas de modo que estes cedam espaço gráfico àquelas de modo deslumbrante, num deleite visual quase turístico dado pelas cores. Vejamos uma grande foto em página dupla e sua respectiva legenda: “Fim de tarde, águas douradas. O peixe e o banho dos meninos” (Figura 17). De acordo com Solari, quando sua lente de 500 milímetros tentou captar a luz do sol, e inscrevê-la como

---

<sup>129</sup> DANTAS, Audálio. *Tempo de reportagem*. Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012. p. 208; SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema, 10 de jul. 1982. p. 2. 5. 7; COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. 1998.

índice fotográfico a partir de sua concepção de espontaneidade e suavidade da luz, o reflexo obtido pelo jogo interno de espelhos da câmera produziu uma forma geométrica, um semicírculo que envolve o corpo das crianças, como também se envolvem entre si o reflexo do sol na água, a água e o barco, as crianças e a terra<sup>130</sup>. A legenda ajuda a conotar a ideia de temporalidade e espacialidade suspensas nas temáticas da infância, da brincadeira e do entardecer, mas a interpretação do próprio fotógrafo sobre como a foto foi feita, com as condições colocadas pelo aparato técnico, permitem questionar o realismo espontâneo daquele regime de representação fotográfica e pensar o papel poético do operador no tratamento daquele índice.

Figura 17



“Fim de tarde, águas douradas. O peixe e o banho dos meninos”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 52-53.

<sup>130</sup> Sobre a fotografia como índice do real, cf. DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-52; SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema, 10 de jul. 2012. p. 17.

O deslumbramento pela natureza, pelas paisagens do rio e pelas diferenças que seus espaços abrigam faz com que a edição integral da reportagem não siga uma linearidade cronológica pelos momentos distintos da viagem, nem uma sequência espacial pelos trechos consecutivos banhados pelo rio. Um dos raros exemplos em que essa sequência é observada aparece condensado na disposição de fotos de outra página dupla, que são organizadas de acordo com uma sintaxe visual que não produz efeito de narrativa, mas antes de um encadeamento que interliga espaços diferentes<sup>131</sup>. Veem-se fotos: de uma área de canavial em Minas Gerais; de uma criação de gado na caatinga; e ao lado, em vários planos, um espaço do litoral alagoano (Figuras 18 e 19). A diagramação das fotos destas duas páginas sugere a unidade geográfica e temporal do Vale, pela colocação, lado a lado, de imagens captadas a centenas de quilômetros de distância uns dos outros, e que, na classificação geográfica, corresponderiam, respectivamente, ao Alto, ao Médio e ao Baixo São Francisco. As imagens têm uma cor quase unificada para solos tão diversos, e a figuração humana está envolta pela presença discreta da natureza, numa composição que expõe os frutos da intervenção humana no meio, mas remetendo a estereótipos do rural e do que o país considerava primitivo, como mencionam as legendas, com expressões como: “engenhoca primitiva”, gado pé duro que “não melhorou em qualidade” e “palhoças de pescadores”. Curiosamente, um texto sobreposto em uma das fotos destoa desse grupo de imagens, ao fazer referência a outro tema explorado pela matéria, a eletrificação: “De repente, o rio começa a correr depressa. Vira força, vira luz”.

---

<sup>131</sup> BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 19.

Figuras 18 e 19



As diferentes paisagens do Vale. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 50-51.

Apesar de nem sempre haver linearidade cronológica, toda a primeira parte da matéria trabalha com a ideia de uma temporalidade lenta em alguns recortes de espaço. E então é preciso que levantemos a indagação sobre o porquê dessa construção retórica sobre tais espaços rurais, com que questões sociais dialogava ou a que interesses respondia, à época, essa visão estereotipada das paisagens do São Francisco, com o apelo a adjetivos como primitivo e atrasado, que se referiam também aos agentes sociais e suas culturas. Parece haver uma organização narrativa mais ampla, na qual a palavra “esperança”, que comparece desde a capa, assinala justamente um ponto de inflexão para se visualizar os espaços. O que *Realidade* passa a mostrar, inicialmente aos poucos, depois bruscamente, é o tempo das mudanças e das novas configurações espaciais. Por isso que, ainda na apresentação de Milton Coelho, é mencionado o principal programa do governo para o São Francisco, à época, o Provale: “Na noite de 7 de fevereiro [de 1972], os barranqueiros que puderam ouvir pelo rádio o discurso do presidente Médici

acharam que, afinal, o vale vai começar a sair de sua pobreza de quatro séculos. Uma esperança: que o Provale não seja apenas mais um projeto<sup>132</sup>.

Situemos o Provale nesse período. Os objetivos iniciais da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), assim como da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), aos quais se acrescentou a presença da SUDENE, criada em 1959, eram a agricultura, a regularização do rio para recuperar a navegação e o aproveitamento hidrelétrico, para superar o retardamento que se dizia que vivia a região. A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) representava um redirecionamento dessas práticas, desvinculando-se gradativamente do tripé proposto desde os anos 1940 em torno da navegação, da irrigação e da eletrificação, e focando muito mais nesses dois últimos, dada a predominância dos transportes rodoviários no país, desde o final dos anos 1950, a decadência crescente da navegação e o início das obras da CHESF em Paulo Afonso. Isso significava que, no nível dos espaços considerados atrasados e já estrategicamente recortados e estabelecidos, como o Nordeste, a Amazônia e o Vale do São Francisco, os governos militares assumiam o desenvolvimentismo com outras práticas e mesmo com outras instituições, com vistas a promover o crescimento econômico e conectar o país com a economia internacional, à custa de empréstimos, a manter o controle político do país em negociação com as elites locais e a reforçar o discurso nacionalista, todas propostas que se intentava consolidar com o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, de 1970, e os Planos Nacionais de Desenvolvimento<sup>133</sup>.

Como principal programa da SUVALE, o Provale viria materializar essas propostas, que até então estavam a encargo da CVSF, mas que se dizia que não haviam sido executadas. O discurso de *Realidade* chega a se posicionar sobre a mudança de instituição por parte do governo, mudança que se dera tanto por razões estratégicas ligadas ao desenvolvimento quanto, sobretudo, por questões políticas:

---

<sup>132</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 35.

<sup>133</sup> EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (col. O Brasil Republicano. vol. 4). p. 221; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 100; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 69-72.

Nenhum dos planos feitos para salvar o vale conseguiu, até hoje, alterar substancialmente as condições miseráveis em que vive a maior parte de seu povo. O primeiro grande plano global, para cuja execução foi criada em 1948 a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), alcançou resultados apenas medíocres. Com recursos financeiros de 1% da renda tributária da União, a CVSF tinha um prazo de vinte anos para mexer na estrutura *retardada* da região, executando serviços de regularização do rio, navegação, eletrificação, transportes, comunicações, saneamento, educação, saúde e assistência, fomento à produção agropecuária, reflorestamento, irrigação e colonização.

[...]

Quando foi reestruturada, em 1967, a Comissão virou Suvale – Superintendência do Vale do São Francisco –, que se viu diante dos problemas de uma região quase tão subdesenvolvida quanto era vinte ou trinta anos atrás. O “país” do São Francisco vive ainda em extrema pobreza. Apesar de potencialmente muito rico. Com uma agricultura rotineira, praticada em sua maior parte segundo os métodos herdados dos índios, o vale consegue alguns índices expressivos no quadro da produção nacional [...] <sup>134</sup> [itálico no original].

O versinho que encima a página 94, a partir da qual se faz uma narrativa da história do Vale do São Francisco que vai “do curral ao kW”, e que, num procedimento retórico de projeção para o passado, naturaliza o recorte espacial, como já apontamos, também menciona a CVSF como “personagem” de um enredo no qual correram sangue, verbo e verbas:

O curral gerou o coronel  
(correu sangue)  
O coronel gerou o político  
(correu verbo)  
O político gerou a Comissão  
(correu verba)  
Cadê a verba? O rio viu pouco  
Uma esperança: o Provale <sup>135</sup>.

Nesses trechos, *Realidade* denuncia a corrupção da CVSF e informa sobre o processo que corria na Justiça contra a instituição, a qual teria passado a ocupar o lugar de mantenedora dos privilégios das elites locais, os novos coronéis, ditos “sem bacamarte” mas empenhados na política nacional, lutando para, à custa de verbas do Estado, garantidas pela Constituição, continuar com seu domínio sobre os espaços do São Francisco. Essa estratégia de captura de uma instituição moderna, fruto da burocracia centralizadora do Estado nacional, em nome do que *Realidade*

<sup>134</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 88.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 94.

chama, em uma citação, de “zelos particularistas” ou “veleidades regionalistas”, remete ao debate ocorrido na Constituinte de 1946, entre os deputados Manoel Novaes, mentor político da criação da CVSF, Israel Pinheiro e Carlos Marighela, em que este defende sem sucesso a reforma agrária para aqueles espaços, sendo que o projeto institucional vencedor, da autoria de Novaes, já permitia reviravoltas políticas conservadoras<sup>136</sup>. Entretanto, entendemos que a leitura da denúncia feita pela revista não pode descurar do elogio simultâneo que ela faz, com indisfarçável ar de propaganda, da criação da SUVALE e do lançamento do Provale, como indicativos de que, a partir de então, os governos militares, especialmente o governo Médici, segurariam as rédeas do desenvolvimento da região, que teriam ficado soltas durante vinte anos, em particular antes do regime. Em termos metodológicos, se tomarmos o texto da matéria sem isolar os trechos de denúncia, mas atentando para outros aspectos que o constituem – como a investigação e a elaboração das paisagens, a observação dos costumes e tipos sociais, o elogio das obras do governo, a narrativa histórica que é feita com uma tentativa profética de projeção para o futuro e, sobretudo, a centralidade dada às imagens –, entenderemos a dimensão política do lugar ocupado por *Realidade* no jogo de visualização do Vale do São Francisco, naquele momento.

Ainda que não seja possível afirmar que a citação reiterada de *Realidade* ao Provale represente um apoio aberto à ditadura militar, estamos de acordo com a interpretação da historiografia a respeito dos usos das imagens da imprensa, da fotografia, dos cinejornais e da televisão para a propaganda política do regime, ainda que indireta, mas a par do realismo que era creditado a essas imagens, sobre o qual discutimos. Ou seja, longe de apenas coibir os meios de comunicação por meio da censura, os laços de poder e as formas de dominação do regime autoritário também se valiam do estímulo à produção de enunciados os mais diversos, visuais, sonoros e escritos, para a constituição do sensível, com vistas à consolidação de uma hegemonia com amplo alcance social<sup>137</sup>. É por isso que esse tipo de matérias era

---

<sup>136</sup> O debate é pontuado em LIMA, Roberto Cunha A de. *Um rio são muitos*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, UnB. Brasília, 2002. p. 109-112.

<sup>137</sup> Ver KOSSOY, Boris. Mídia: imagens, ideologia e memória. In: \_\_\_\_\_. *Os tempos da fotografia*. O efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 124-127. A leitura de Kossoy enfatiza apenas a censura e as tentativas de resistência, sendo que o seu reverso, a propaganda, seria o lado

bem-vindo na promoção da ideia não mais apenas da integração nacional, mas do “Brasil potência”, que viria a ser resultado da intervenção urgente e grandiosa, seja do Estado, seja da iniciativa privada, como nos vários exemplos de grandes construções espalhadas pelo país, tais como as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, a ponte Rio-Niterói, o metrô de São Paulo, os estádios de futebol em muitas capitais e as barragens nos rios. O entusiasmo na divulgação dessas práticas remetia a uma tradição de otimismo constantemente reinventada pelas elites brasileiras, e desta vez atualizada a cada governo militar, através de variados recursos de mídia e de linguagem, tanto nos momentos do “milagre econômico” quanto depois dele, com a crise internacional do petróleo, de modo a escamotear a situação política de uma ditadura violenta e os demais problemas sociais. Esse otimismo, inclusive, passou a ser realimentado por artefatos como as publicidades de automóveis, que, a pretexto de divulgarem produtos comerciais, recorriam a imagens dos espaços que sofriam grandes intervenções do Estado, a fim de se legitimarem com base no nacionalismo então vigente<sup>138</sup>.

O discurso de *Realidade*, inclusive, promove um confronto de posições e informações, entre instituições e grupos sociais, para tratar de determinados temas, como, por exemplo, as estatísticas a respeito do rio, ou como as opiniões sobre a construção da Barragem de Sobradinho, a qual implicaria a inundação da área de quatro municípios baianos. Entretanto, não chega propriamente a se chocar com o governo, ao contrário, recorre ao passado, ora ao período da CVSF, ora à história do Brasil como um todo, para indicar que o presente doravante traria a sua superação.

---

“positivo”, isto é, produtivo da dominação. Para o conceito do poder enquanto produtivo, cf. FOUCAULT, Michel. A incitação aos discursos. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 21-37. Sobre a paixão do poder pela produção de imagens, ver DIDI-HUBERMAN, Georges. *La invención de la histeria*. Madrid: Cátedra, 2007. Capítulo “Leyendas de la fotografía”. p. 59-60. Sobre o visível e o invisível como atrelados à esfera do poder, cf. MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, jul. 2003. p. 30-31. Sobre os usos políticos da fotografia no período em estudo, ver COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da Nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; EDUSP, 2012. p. 112-130.

<sup>138</sup> Sobre a produção e os usos da propaganda oficial e da publicidade comercial, ver, respectivamente, FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 49. 84. 86; SILVA, Jailson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: UFPE, 2010. p. 155-174.

É por isso que, ainda no início, o texto do diretor da revista difere das imagens e informa que as transformações já eram visíveis:

Alguma coisa já mudou. Outras estão para mudar. Há projetos de novas barragens, novas usinas, fábricas, portos. Um desses projetos – a barragem de Sobradinho, na Bahia – já está em execução. Vai ajudar outra barragem (Três Marias) a regularizar as águas incertas das enchentes e produzir energia elétrica. Paulo Afonso aumenta a sua capacidade de produção e manda energia para todo o Nordeste<sup>139</sup>.

Destacamos algumas temáticas que trabalham nesse sentido. De acordo com a citação de Milton Coelho, uma ampla imagem da Hidrelétrica de Paulo Afonso, em página quase inteira, faz o elogio da eletrificação. Acima, uma foto de operários, na página ao lado, fotos amplas de indústrias de alumínio e tecidos sintéticos, de uma mina de magnetita e de eletrobombas, numa diagramação que reúne fotos exibindo práticas sociais distintas que simbolizariam o progresso (Figuras 20 e 21). As duas páginas, 98 e 99, se encontram no meio de outras que fazem a citada narrativa da história do Vale, de modo que essas imagens grandiloquentes são convocadas para compor o relato e confirmar o triunfo bem próximo da trajetória histórica do rio, que estaria concentrada nos dois marcos civilizatórios, o curral da pecuária e o “kW” da eletrificação, este último para o qual seriam catapultados os sertões. A disposição das fotos, seu encadeamento, novamente orienta a leitura, mas agora apontando para o horizonte de expectativas construído pelo periódico, isto é, para uma forma culturalmente situada de se colocar no tempo tentando domesticar o devir e prognosticar o futuro com otimismo<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 35.

<sup>140</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

Figura 20

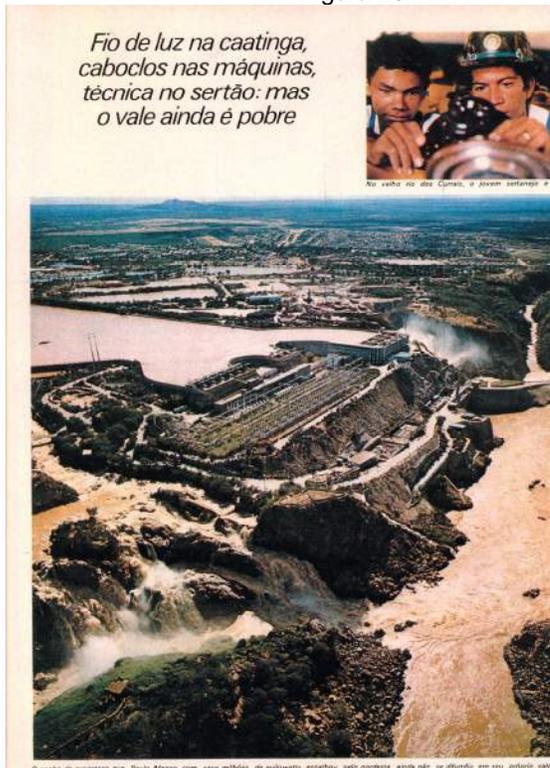
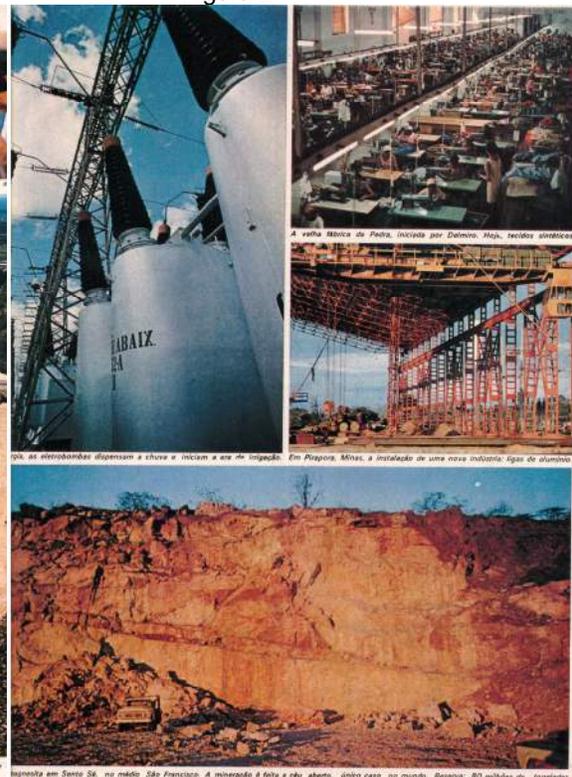


Figura 21



A Cachoeira e a Hidrelétrica de Paulo Afonso e, na página ao lado, eletrobombas, indústrias e mineradora. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p.p. 98-99.

A legenda da foto da hidrelétrica fala, inclusive, do “sonho do progresso” que Paulo Afonso difundia por todo o Nordeste, com seus milhões de quilowatts. Essa foto, aliás, é a única que não foi feita por Jean Solari, tendo sido comprada a um fotógrafo da revista *Manchete*, pela direção de *Realidade*. Nela se vê uma tomada aérea da imponente Cachoeira, e em seu centro a Usina. O olhar supera o determinismo, como aquele de muitas imagens manuais do século XIX, que têm um de seus exemplares reproduzidos na matéria. Ao contrário, o sentido conotado é de que as terríveis forças naturais foram submetidas à dominação humana, técnica, social e política, e a visão simplesmente extasiada da Cachoeira, como a dos poetas e viajantes do passado, foi transformada em uma visão superior, desde cima, que via a água se transformar em energia para a indústria e a agricultura, como dirão as páginas seguintes dando o exemplo de que a energia elétrica poderia ser levada para as fazendas de irrigação. E não apenas nas fazendas, mas na alteração da relação entre espaços rurais e urbanos se percebiam os resultados da construção

da usina de Paulo Afonso, pelos empregos criados e pela posição estratégica, na fronteira de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia, sobre o que o texto diz: “atraiu para o sertão onde se instalou verdadeiras multidões que fizeram nascer em pouco tempo uma das cidades mais caóticas do país, hoje com cerca de 50 000 habitantes”<sup>141</sup>.

Ao lado da eletrificação, a irrigação era outra prática desenvolvimentista que reconfigurava as paisagens do Vale. E nesse tema, as imagens e textos abundam, para dar a ver os projetos de agricultura irrigada, que finalmente romperiam de vez com as obras contras as secas das décadas anteriores e com o estereótipo determinista sobre o sertão e sua impossibilidade para a lavoura, o trabalho e a civilização. Ignorando que já havia irrigação incipiente no começo dos anos 1950, em Cabrobó, por exemplo, os enunciados da revista, desde o discurso de apresentação, se repetem, multiplicando os exemplos, conforme os espaços onde a SUVALE ou a iniciativa privada começavam a aplicar seus projetos: “Irrigação é a palavra mágica, a salvação prevista em muitos planos que nunca foram postos em prática. Agora, a irrigação está começando e demonstra que a paisagem cinzenta das caatingas pode ser mudada”<sup>142</sup>. A que ou a quem interessava a produção e a veiculação desse tipo de enunciados, senão a propagandear essas práticas sociais?<sup>143</sup>

Solari e Dantas entrevistaram agricultores que vendiam frutas recém-produzidas em Petrolina e indivíduos que trocavam empregos na cidade pelo trabalho agrícola. Além disso, os repórteres visitaram o Projeto Piloto de Bebedouro, em Petrolina, iniciado em 1968, e onde o fotógrafo captou tomadas panorâmicas e fotos bem aproximadas das frutas, dos veios de água e das plantações que surgiam como uma grande novidade. Uma anedota procura explicar o magnetismo que a palavra “projeto” começava a causar entre os sertanejos:

A palavra *projeto*, de tanto ser espalhada no São Francisco, já foi assimilada pelos sertanejos. É dita quase com fervor místico. Um novo padre Cícero que baixou na região.

---

<sup>141</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 76.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>143</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 36.

Em Petrolina, em frente ao hotel Grande Rio [...], montes de melão, tomate, melancia fazem a feira colorida. E os vendedores anunciam:

– Olha o melão do projeto, olha a melancia de engenheiro! É barato, vem aí de Bebedouro!

Eles anunciam o milagre da terra seca que antes não produzia nada. E no ano passado exportou melão (mais de 100 toneladas) para a Alemanha e a Inglaterra. Todos sonham com a oportunidade de pegar um pedaço dessa terra milagrosa. Quando um consegue, é festa [italico no original]<sup>144</sup>.

As páginas 90 e 91, onde se situa esse trecho, foram editadas e diagramadas de modo a articular linearmente as fotos em tamanho médio com as legendas e o texto, com uma sintaxe visual que propõe ao leitor duas comparações temporais: entre a “paisagem seca onde a vida parece impossível”, com “agricultura primitiva” à base da enxada, e o oásis feito pela irrigação “na mesma caatinga”; entre o gado “pé duro” correndo sob o sol no chão seco e o gado de raça à sombra, comendo e engordando na fazenda irrigada (Figuras 22 e 23). Sem grande preocupação com a figuração humana, que aparece trabalhando ao longe, as imagens de Jean Solari escolhidas são as que captaram as cores verdes da vegetação e os tons pálidos da terra, mas é especialmente a retórica em que as fotos são dispostas que introduz o elemento narrativo para mostrar a mudança de “deserto” a “oásis”, com que *Realidade* trabalha, e no próprio olhar sobre o São Francisco, a partir do que se apostava que a irrigação poderia fazer.

---

<sup>144</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 90.

Figura 22



Um trecho da caatinga, a paisagem seca onde a vida parece impossível. Na mesma caatinga, a irrigação faz um oásis. José Molina e seus filhos.

Figura 23



o boi "pé duro" que predomina em quase todo o vale. Na fazenda irrigada, o gado de raça. O vale pode melhorar seu rebanho.



Começam a irrigar a caatinga. São os primeiros oásis no sertão



Imagem de uma agricultura primitiva: em 2 milhões e mais de terras cultivadas, o exausto



te e irrigada, num pequeno campo experimental da Soviata, em Pirapoca, Minas.

A irrigação de iniciativa particular, sem os recursos ultra-sofisticados de Bebedouro, tem provado já há alguns anos as possibilidades de uma agricultura altamente produtiva no São Francisco. Principalmente nas caatingas da margem esquerda, em Pernambuco, onde o governo do Estado criou uma boa infra-estrutura, com eletrificação rural, estradas pavimentadas e financiamento, pequenos agricultores têm conseguido produzir em grande quantidade, principalmente cabala, que já enriqueceu muita gente.

Mesmo sem garantia de preço, que às vezes cai ligando entre a safra do sul e milhares de toneladas são jogadas fora. Em Belém do São Francisco, um dos municípios de maior produção, diz Geraldo Lustosa, médico e agricultor: — Se gastassem pelo menos a metade do que gastaram em Bebedouro

O antes e o depois da irrigação. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 90-91.

A dimensão narrativa será ainda mais enfatizada, ao final da matéria, com os posicionamentos tomados na forma de narrar a história do Vale do São Francisco, e, portanto, sobrepor mais uma camada de sentido sobre suas configurações espaciais, ganhando relevância, então, o lugar reservado às imagens, fotográficas ou não. Como dissemos, a sessão “O São Francisco do Curral ao kW (1501-1999)” expõe os marcadores de tempo de *Realidade*, e projeta os referidos prognósticos para aqueles espaços, procurando, até mesmo, visualizá-los no futuro – de onde a referência ao ano de 1999. A história contada pela revista segue a trilha de escritores que historicizaram a formação dos territórios do interior do Brasil pelo relato das ações dos viajantes, colonizadores, exploradores, barraqueiros ou empresários que se confrontaram com o desafio proposto pela natureza e a reconfiguraram, submetendo-a aos desígnios humanos e sociais. Para seus propósitos argumentativos, o relato não hesita em lançar mão de recursos como sínteses, metáforas, personificação de elementos não-humanos e mesmo comparações livres com a ficção, para conjugar tempos e espaços tão diferentes do rio:

Em 1501, 4 de outubro, dia de São Francisco, Américo Vespúcio descobria o rio. Que foi sendo o nosso grande professor de nacionalidade. Com ouro nas cabeceiras, sangue no médio, luz na região das quedas, arroz antes do mar, currais sempre, ele correu toda a vida em função da história do Brasil. Azul em maio, vermelho em dezembro, manso em Bom Jesus, *canyon* e luz

em Paulo Afonso, seco, transbordando, suave perto do mar, um rio doido como sua longa história.  
Chega a um ponto que parece história de Jorge Amado<sup>145</sup>.

Um pressuposto nacionalista a respeito do rio era o de que, no sertão do São Francisco, mais que em outros espaços do país, se fizera historicamente “a primeira experiência de Brasil”, através do que seriam as diferentes etapas formadoras de uma história enunciada do ponto de vista do rio: a chegada dos portugueses e a criação das fazendas de gado; os chamados ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café, em virtude dos quais o rio foi abandonado como simples “menino de recado”, sem ter lhe sido permitido criar a tal personalidade econômica. Como tem argumentado a historiografia, esse procedimento de mobilização de material histórico, ou do espaço de experiência advindo de diferentes momentos do passado, era uma tônica dos discursos de engrandecimento do país nos anos 1970, e no caso do São Francisco, recorria-se, sem dúvida, a um imaginário social da unidade elaborado desde o século XIX, e retomado como integração nacional, nos anos 1940, por outros campos de saber, como já abordamos<sup>146</sup>. Essa epopeia negativa, por assim dizer, dramatiza uma história de abandono, retomando ainda o recorrente debate sobre integração *versus* isolamento do Vale, para chegar à seguinte conclusão: no interior do país, nas margens do rio e à margem da colonização mesma, com a criação de gado, germinava e crescia o verdadeiro Brasil, voltado para si mesmo e para o cultivo de uma civilização própria, “nossa primeira experiência de brasilidade”<sup>147</sup>.

Outras imagens acompanham a narrativa, como os desenhos em tamanho médio de personagens identificados pelas legendas e presentes tanto nos versos que iniciam a página 96 e 97 quanto no texto: as figuras “típicas” do cangaceiro e do jagunço, o Presidente Dutra e Delmiro Gouveia, seriam, respectivamente, vilões e heróis que fizeram a história do Vale; são figuras antitéticas e contrapostas por virem, aqueles do universo retrógrado dos coronéis, estes de um novo momento de

---

<sup>145</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 94.

<sup>146</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 28. 38. 118; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 311; BRASIL, Vanessa M. O São Francisco: a base física da unidade nacional do Império. *Revista Mosaico*, v.1, n.2, p.133-142, jul.-dez., 2008.

<sup>147</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 95.

vislumbre do progresso nacional, que, enfim, se daria no culminar da história – com o Provale e suas realizações (Figuras 24 e 25). É uma versão linear da história, portanto, que reconhece a historicidade dos espaços, e a coloca a serviço de uma dominação política e epistemológica: a do Brasil republicano do século XX e especialmente sua faceta autoritária e desenvolvimentista nos anos 1970<sup>148</sup>. De um São Francisco onde as vidas corriam lentas como as águas, a paisagem narrada e visualizada se tornava dinâmica, à medida que seu potencial começava a ser explorado, pela atuação especial de algumas figuras, como o Presidente Dutra, sob cujo governo a CVSF havia sido criada, apesar de ter sido corrompida – o que, supõe-se, não teria dependido do Presidente e, sim, dos interesses locais.

Figura 24



Figura 25



O Presidente Dutra, o jagunço, o cangaceiro e Delmiro Gouveia. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 96-97.

Encerramos esse tópico com uma breve provocação sobre a construção da memória. A edição atual do texto de Audálio Dantas excluiu toda alusão ao Provale e se preocupou em manter apenas uma pequena parte do texto original, dedicada a falar da viagem dos repórteres e dos aspectos anedóticos de seu contato com os habitantes das margens do rio. Além disso, a exclusão das imagens, num livro que retoma as histórias lembradas pelo jornalista como autor, também tem a função de destacar seu lugar, sua escrita e sua trajetória no jornalismo brasileiro. Depois do

<sup>148</sup> Para uma crítica dos usos politicamente hegemônicos desse tipo de história progressista, cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1) p. 222-234.

sombrio assassinato do jornalista Vladimir Herzog na prisão, em 1975, Dantas se tornou um dos líderes na luta pela liberdade de imprensa e pelos direitos humanos, o que teve uma relação direta com o processo de reabertura democrática do país. Daí porque se entende, também, a republicação do texto antigo de Dantas depurada das implicações políticas de uma matéria que exaltava a intervenção do Estado autoritário no desenvolvimento do Vale do São Francisco, pois, embora o texto tivesse outros colaboradores – uma equipe de arte, reportagem, redação e produção, que é designada na ficha que abre a matéria –, a autoria poderia recair sobre o editor. Para nossos propósitos, na medida em que possamos fazer a problematização do texto fotojornalístico com o apoio desses outros vestígios de memória, sua análise não pode se esquivar de fazer perguntas às virtualidades daquele tempo, ao lugar dos sujeitos e à possibilidade de prospecção das camadas de memória colocada pelas imagens e, eventualmente, como neste caso, pela ausência delas<sup>149</sup>.

## 2.2 A imprensa local e os espaços de conflito

Além de *Realidade*, em nível nacional, periódicos locais noticiaram amplamente o lançamento do Projeto para o Vale do São Francisco (Provale), pelo presidente Médici, em fevereiro de 1972. No mês seguinte, em Juazeiro, na Bahia, um grupo de jovens profissionais liberais, como Flávio Luiz Ribeiro Silva, economista, Paganini Nobre Mota, físico, e Jorge Khouri Hedaye, agrônomo, se reunia para fundar o que seria chamado, *a posteriori*, de “nova etapa da imprensa interiorana”, com a criação do jornal “Renovação e Integração do Vale” (RIVALE). Contando ainda com a participação de intelectuais tradicionais, como o ex-barqueiro juazeirense Ermi Ferrari Magalhães e o comerciante e escritor Walter Dourado, nascido em Casa Nova, que passaram a escrever colunas frequentes, o periódico se dizia atento às questões sociais consideradas mais urgentes naquele momento e assumia, num

---

<sup>149</sup> Sobre a implicação mútua entre história e memória na narrativa histórica, cf. RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 170-176.

trabalho estratégico de metonímia discursiva e política, o recorte espacial do Vale que, sabia-se, era extensivo a um espaço mais largo dentro do país.

Assim os editoriais justificavam seu título, escolhido em concurso público: “Não poderia haver melhor escolha do que este nome, uma vez que a época se caracterizava pelo início do interesse da União Federal pelos problemas que afligiam as populações ribeirinhas. Juazeiro dava, pois, um passo acertado, convocando os intelectuais citadinos para integrarem a equipe que haveria de fazer o jornal”<sup>150</sup>. Esse discurso legitimador do jornal estabelecia outro marco temporal para a intervenção do Estado nacional naqueles espaços, simultâneo à reorganização da CVSF em SUVALE e ao lançamento do PROVALE.

RIVALE dará continuidade à tradição periodística local, exemplificada em jornais como o petrolinense *O Pharol* e o juazeirense *Tribuna do Povo*, mas já trabalhando com outras possibilidades gráficas de editoração, com a produção de eventuais cadernos especiais, com o uso de imagens ilustrativas, como mapas e fotografias, e, para estas últimas, frequentemente recorria a estúdios fotográficos particulares, como o Foto Tavares e o ArtFoto Paulista, mas raramente atribuía autoria às imagens. Ainda em termos de recorte espacial, RIVALE se mostrará abrangente, procurando, às vezes, veicular notícias de espaços por onde o jornal também circulava, e que não se limitavam a Petrolina e Juazeiro, mas abarcavam vários municípios ao redor e que fossem alvo de investimentos públicos ou privados, como Curaçá, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, no lado baiano, e Santa Maria da Boa Vista, no lado pernambucano, dentre outras<sup>151</sup>.

Tal abrangência era justificada também por um discurso de afirmação do cumprimento de certa missão que o jornal assumia, a qual incluía a aderência à regionalidade do Vale, pela defesa dos espaços e pela tipificação do que fosse “sanfranciscano”, e pela inserção nos processos econômico-sociais que estavam

---

<sup>150</sup> DOURADO, Walter. A nova etapa da Imprensa Interiorana. *RIVALE*. ano III, n.º 79. 23/24 de mar. 1974. (Coluna História, Tradições, Comentários, Sugestões). p. 4; CHILCOTE, Ronald H. *Power and ruling classes in northeast Brazil*. Juazeiro and Petrolina in transition. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 252.

<sup>151</sup> SANTOS, Andréa Cristina. Mapeamento dos periódicos de Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1901-1999). *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (INTERCOM). Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2924-1.pdf>> Acesso em 13 de ago. 2013. p. 5. 9.

acontecendo. O periódico era considerado mesmo como um vetor das transformações espaciais, através da divulgação das práticas:

Sempre voltado para a defesa dos interesses regionais, procurando cada vez mais valorizar o homem sanfranciscano colocando-o sempre no seu lugar de destaque dentro de todo este potencial que hoje começa a se dinamizar.

Procurando cada vez mais promover e proclamar pelos mais distantes rincões da Pátria o vale sanfranciscano, sua história, sua gente, seus costumes e o seu trabalho, o RIVALE sente hoje, ter cumprido a missão a que se propusera desde a sua fundação. É responsável também por esta onda de desenvolvimento e progresso que invade toda esta região<sup>152</sup>.

Desde os meses iniciais de 1972, RIVALE noticia questões como o lançamento do Provale, mas, como é próprio à definição histórica de regras no discurso da imprensa, buscava ajustar sua linguagem, no sentido de não demonstrar filiação partidária, de demarcar a mudança que se dizia ser perceptível, mas não fazer uma crítica política incisiva às práticas do período imediatamente anterior, ou à falta daquelas práticas, nem nomear atores, como fez o texto da revista *Realidade*:

Sem que se desqualifique a existência anterior de tentativas e decisões governamentais destinadas a levantar os níveis sociais e econômicos das populações ribeirinhas, circunstâncias decorrentes do processo político e da sua vivência liberal não permitiram contudo que se atingisse a plenitude dos objetivos previstos e lançados dentro das melhores intenções. Assim, ocorreu com a destinação orçamentária constitucional de 1946, que reservou 1% da receita tributária da União em programas no Vale do São Francisco. Vinte anos após, vencido o prazo, constatou-se que apesar dos esforços e das tentativas, não houve um denominador comum, e os projetos executados, integrais ou parcialmente, não tiveram a dimensão esperada. Faltou, com razão, melhor planejamento, maior concentração de recursos e mais nítida e perfeita ordenação na aplicação dos mesmos. Com isso, os resultados não obtiveram a integração desejada.

A ação do PROVALE, sendo específica agora, com melhor padrão e qualificação de princípios, normas e metas, deve atender ao grito das populações que anseiam pelo aproveitamento maior de nosso rio, com a irrigação das grandes terras, o fortalecimento das cidades na realização de obras básicas como energia, água, saneamento e estradas<sup>153</sup>.

Ao vir à luz no mesmo momento que o Provale, o jornal surge como acontecimento discursivo, uma intervenção daquele grupo de intelectuais na cena

---

<sup>152</sup> 1972-1975 – 3 anos promovendo o Vale. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 132, 15/16 de mar. 1975. p. 1.

<sup>153</sup> SÁ, Ary. PROVALE e o Polo Juazeiro. *RIVALE*. Juazeiro, ano I, n.º 6. 28 de mai. 1972. p. 3. (Coluna Gente e Política); Cf. também BRITO, Layse de Luna. Juazeiro e o São Francisco. *RIVALE*. Juazeiro, ano I, n.º 10, 15 de jul. 1972. p. 5.

social e na disputa pelos espaços, que não prescindia da atualização dos temas do passado recente, como o aproveitamento e o planejamento. Portanto, nesta seção do texto, perguntamos que relações existem entre as práticas sociais que se intensificavam na transformação do Vale do São Francisco e de suas paisagens e a produção de artefatos como esse periódico, que traz em seu nome, além de um recorte espacial, os conceitos de renovação e integração? Atentos aos textos, aos lugares sociais dos seus autores e a suas eventuais conexões de sentido, examinaremos, mais detidamente, nessa segmentação específica que a Geografia classificou como Médio ou Submédio São Francisco, em torno das cidades de Juazeiro e Petrolina, a reapropriação da divisão espacial a partir de práticas que foram recorrentes, e de determinados filtros editoriais, nos números do jornal. Heterogêneas no seu funcionamento e nas questões que levantavam, três dessas práticas de reconfiguração espacial serão abordadas em nosso texto porque se entrecruzavam e se relacionavam em suas implicações, contradições e disputas. São elas: a construção da Barragem de Sobradinho e seus impactos; a decadência da navegação; o surgimento de narrativas de memória histórica e a criação do Museu Regional. Sempre que oportuno, entrecruzaremos os textos do jornal RIVALE com outros textos, em busca da problematização das diferentes formas como aquelas práticas e temas eram tratados.

### 2.2.1 Sobradinho: o estancamento das discórdias?

A construção da Barragem de Sobradinho, também conhecida como Projeto Sobradinho, entre 1973 e 1978, no território do município de Juazeiro, acenava como um exemplo de grande porte da reconfiguração espacial, tanto por ter alterado drasticamente o leito do rio, quanto por ter se desdobrado na proposição de outras atividades, como a eletrificação e o turismo. Esse empreendimento, bem como a camada discursiva responsável por sua enunciação, de que o melhor exemplo é o jornal RIVALE, tem seu lugar melhor situado se o colocamos em relação à trama política que o envolvia, a qual tentaremos elucidar neste tópico.

Como denunciado pela matéria de *Realidade*, uma instituição como a SUVALE chegava aos anos 1970 sob o peso do passado de corrupção da CVSF, vindo a mudar novamente de nome em 1974, para se chamar Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que permanece até a atualidade. Esta última instituição teve seus objetivos reduzidos aos projetos de agricultura irrigada, que, apesar de abrangentes dentro do que se entendia como “planejamento integrado”, se diferenciam explicitamente com a amplitude da pretensão com que a instituição original havia sido criada, segundo o texto da Constituição de 1946. É assim que a centralidade no campo das práticas será conferida ao Projeto Sobradinho, uma obra de eletrificação, de competência, portanto, da CHESF, e é dessa centralidade que se entende porque RIVALE tendia a publicar repetidamente matérias sobre a Barragem, num momento em que, não obstante, várias instituições também atuavam conjuntamente naqueles espaços, como a SUDENE, e em que as elites locais percebiam as vantagens de apoiar as iniciativas desenvolvimentistas<sup>154</sup>.

Um dos primeiros empenhos do jornal foi o de veicular um grupo de vozes concorrentes: daqueles grupos sociais que defendiam as vantagens da obra, quais sejam, a regularização da vazão do rio para dotar de força hidráulica suficiente a Usina de Paulo Afonso – tornando-a independente da ocorrência de secas que baixavam periodicamente o curso fluvial<sup>155</sup> – e a agricultura irrigada a partir do lago artificial a ser criado<sup>156</sup>; e daqueles preocupados com a manutenção da navegação e a transferência populacional advinda da inundação dos municípios baianos de Pilão Arcado, Casa Nova, Sento Sé e Remanso.

---

<sup>154</sup> SILVA, Pedro Carlos Gama da. *Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA*. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2001. p. 82. Desde os anos 1970, foi produzida considerável bibliografia sobre a Barragem de Sobradinho, com ênfase nas políticas do Estado e nos conflitos sociais advindos das transferências dos habitantes. Cf., por exemplo, MENDES, Edcarlos; GERMANI, Guiomar Inez. Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, ano XII, dez. 2010. Aqui, nos deteremos na análise dos textos da imprensa.

<sup>155</sup> Dourado, Walter. A energia de Paulo Afonso, os planos de Eletrificação e a Economia do Vale. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 163, 18/19 de out. 1975. p. 4 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

<sup>156</sup> De acordo com a expectativa de criação do Projeto Massangano, da CODEVASF. Cf. A SOLUÇÃO definitiva... *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 235, 05 de jun. 1977. p. 4 (Coluna Sobradinho é notícia).

RIVALE apresenta eventualmente faces distintas do problema, mas se posiciona, de modo geral, em seu conjunto de textos, na seleção dos temas e na forma de sua publicação nas colunas e seções de notícias, a favor da obra, o que, obviamente, era uma tônica dominante da imprensa. A matéria da revista *Realidade* já havia atentado para os problemas sociais suscitados pelo Projeto, e procurava reconstituir os diálogos entre os representantes do governo e os habitantes dos municípios, ouvidos na investigação jornalística:

Remanso começa a viver e sofrer a notícia de sua morte. A prazo fixo. E custa a acreditar. E arma defesas. Já correm dois boatos sagrados: que o papa fez um apelo ao presidente Médici e que o padre Cícero se manifestou a um grupo de fieis. [...].

Os velhos de Remanso lembram e relembram essa história. Severo Rocha, 77 anos, plantador de sessenta espécies de manga numa ilha em frente à cidade, diz como se sente com a notícia da barragem:

– Amordaçado.

[...].

Essa notícia que chegou a Remanso, confirmando o que se anunciava há muito tempo, também corre por mais três cidades – Pilão Arcado, Casa Nova e Sento Sé – e dezenas de povoado que também vão desaparecer. [...]. Um mar no meio do sertão.

Em Pilão Arcado, velha cidade decadente, aumentou o número de casas em ruínas e há até um certo conformismo diante do inevitável. [...].

E em Sento Sé, o velho Procópio Pais, oitenta anos, protesta:

– Essa barragem é um desacato. Quem vive de comércio pega a trouxa e se vai; mas, e quem vive da lavoura? Tão dizendo que vem o homem do governo aí pra Remanso, explicar como é que vai ser.

[...].

O dr. Eunápio [Peltier de Queiroz, engenheiro da CHESF] chega num avião da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, a dona da barragem. [...]. Será que ele consegue imaginar debaixo da água para sempre a Prefeitura antiga, a praça nova, o mercado e a hidráulica recém-construídos, o hospital, as serenatas de Zé Rocha?

O cine Remanso está com a lotação esgotada e um alto-falante foi colocado na praça junto ao cais. Uma cidade vai ouvir oficialmente sua própria condenação e a ordem de partir para outra que ainda não existe. O dr. Eunápio pega o microfone e vai com jeito:

– Há calamidade em toda parte e de toda ordem. Furacões, guerras, maremotos. Aqui é uma violência planejada. O governo sabe disso, mas todos serão indenizados considerando isso.

[...]. Pergunta Candinho, o prefeito:

– E até lá? A gente vai ficar de braços cruzados vendo o povo desempregado ou fugindo sem saber pra onde?

Palmas na plateia e na praça. O dr. Eunápio explica que só a construção da barragem será uma grande frente de trabalho, pois vai empregar 4000 operários, além de motivar a construção de quatro novas cidades e várias estradas. E que parte do custo total da obra, quase 2 bilhões de cruzeiros, vai circular naturalmente na região.

– Só quando todos estiverem assistidos, fecharemos as comportas<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 75-76.

O texto de *Realidade* sobre o tema reforçava a ideia recorrente de que a mudança exigia certa dose de sacrifício, a fim de promover correções de rota, se não na sociedade, pelo menos na natureza, como preço a ser pago pelo desenvolvimento<sup>158</sup>. Assim era visto o problema do deslocamento dos habitantes dos municípios a serem inundados com o represamento do rio, o que será confirmado por vários discursos locais. E nesse sentido, a foto feita por Jean Solari e visualizada em reprodução minúscula para ilustrar o tema da construção da Barragem se coaduna com o texto citado da revista, no qual a palavra do engenheiro tenta apaziguar a discussão, e com a legenda, que diz o seguinte: “A foto de cima, ao lado, é de uma aldeia perdida nas caatingas de Sento Sé, Bahia, região quase deserta, sem nenhuma perspectiva: vai desaparecer sob as águas da represa de Sobradinho, que inundarão terras de quatro municípios. Um mar de 4.000 quilômetros quadrados no meio do sertão”. Sem figuração humana, vê-se apenas um pátio não calçado, uma igreja à direita e pequenas casas ao redor, numa imagem que conduz à leitura de que, efetivamente, se trata de um “quase deserto”, o que minimiza a ideia que se possa ter dos efeitos devastadores da inundação (Figura 26).

---

<sup>158</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 38-42.

Figura 26



“Uma aldeia perdida nas caatingas de Sento Sé”. Foto de Jean Solari. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 77.

Por sua vez, RIVALE tentava responder as críticas à transferência populacional, seja na publicação de artigos esparsos, seja em colunas e suplementos – o que tentaremos acompanhar, sem pretender esgotar a complexidade do problema, dos embates ocorridos, dos eventuais silenciamentos e das memórias em jogo. Por exemplo, sob o título “Sobradinho em pauta”, o texto de Hailton Alves da Silva se propunha a afirmar os benefícios da Barragem, apesar dos temores e prejuízos da parte de quem – como os habitantes das margens – seria incapaz de reconhecer os “frutos do progresso”, reconhecimento a que o articulista se propunha:

De há muito tem sido um dos motivos que vêm se constituindo bicho de sete cabeças, mormente para os ribeirinhos que choram, pranteiam, quando pensam em abandonar seus velhos berços que os viram nascer e irem para lugares outros por se determinar. Com efeito, Sobradinho nos trará ciclópicos benefícios, entretanto, muitos obscurecem isto, particularmente os habitantes das margens sanfranciscanas, dizem, inclusive, que esta “barragem desgraçada” vem nos matar, e não só a nós, como aos nossos bichinhos. Dou-lhes razões, pois não estão preparados para receber este benefício e por que não dizer esta dádiva. Nós, no entanto, já temos um certo grau de conhecimento, reconhecemos categoricamente que frutos de progresso hão de brotar deste empreendimento que está convulsionando e atraindo a atenção nacional. Comprová-lo-emos mais tarde. Dos objetivos da barragem, sabemos, todavia, que um deles é regularizar a navegação

Juazeiro-Pirapora dando-lhe melhores condições de navegabilidade, e o outro é aumentar o potencial energético de Paulo Afonso, permitindo, a muitas cidades do Nordeste, serem iluminadas à farta<sup>159</sup>.

Como abordaremos mais à frente, a melhoria da navegação, como fruto da construção da Barragem, não era consenso, nem um objetivo direto da CHESF. Mas textos otimistas como esse eram os mais frequentes, e não faltavam também discursos ufanistas, que, vindo de vários lados, se coadunavam com interesses políticos de várias instâncias e procuravam perceber no Projeto uma abrangência não apenas local, mas regional e nacional – o que, para os observadores mais atentos, como os articulistas de *RIVALE* que citavam escritos do passado, representava a ruptura com o chamado isolamento histórico em que se afirmava que vivia o Vale, sobretudo a área do Médio São Francisco. É essa a dimensão geopolítica do discurso do professor Eduardo Lessa Guimarães, da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, emitido por ocasião de uma visita de professores daquela instituição às obras da Barragem, no final de 1973. O professor agenciava os conceitos de integração e região, relacionando-os:

Sobradinho é uma realidade; lá estivemos e constatamos – lá medimos a dimensão de uma obra de envergadura nacional. Sobradinho é uma esperança, para lá tem ocorrido milhares de brasileiros, na esperança de melhores dias, no amanhã. A finalidade da Barragem de Sobradinho é, primordialmente, dar ao RIO-ABAIXO um volume de água unitário, que possa garantir a Usina de Paulo Afonso em condições permanentes de gerar energia durante os 365 dias do ano, sem desperdício d'água durante as "cheias". A Barragem de Sobradinho é a esperança de dias melhores para o Brasil e para o Nordeste, não só pela mão-de-obra que vai exigir, garantindo empregos permanentes, mas também pela fertilização das terras, com melhor possibilidade de produção. Contudo, não se pode ver o Projeto "Sobradinho" isoladamente. Seria deturpar o seu sentido e objetivo. Devemos enxergá-lo em termos de Região: Sobradinho, Paulo Afonso e Boa Esperança (Rio Parnaíba – Piauí) são empreendimentos da mesma natureza que estão integrando o Nordeste ao Brasil inteiro, possibilitando a esta gente desenvolver-se mais e melhor, em futuro próximo [maiusculos no original]<sup>160</sup>.

Tal consciência estratégica, que pretendia subsumir as questões locais para articulá-las intervenções espaciais que estavam ocorrendo em outros espaços

---

<sup>159</sup> SILVA, Hailton Alves da. Sobradinho em pauta. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 52, 15/16 de set. 1973. p. 11.

<sup>160</sup> GUIMARÃES, Eduardo Lessa. Sobradinho: Esperança e Realidade. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 64, 08/09 de dez. de 1973. p. 5.

abrigados sob a divisão regional e que eram especialmente focadas nas práticas de eletrificação, era o que movia à defesa da obra, pela reiteração dos discursos da integração nacional. Mas nem todos os autores e enunciados operavam dentro dessa lógica, na medida em que os debates sobre problemas locais surgiam. Um caderno especial chamado “Sobradinho em Debate” foi lançado, em abril de 1973, para esclarecer uma polêmica instaurada na Assembleia Legislativa da Bahia em torno dos impactos da Barragem. Procurando dar voz aos sujeitos e às instituições envolvidas, são reproduzidos uma carta do engenheiro responsável pela obra, Eunápio Peltier, à referida Assembleia, um pronunciamento do deputado baiano Jayro Sento-Sé que cita relatórios da CHESF para as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e para o Ministério do Interior, a Portaria deste Ministério que criava um Grupo de Trabalho para cooperar com a CHESF, e uma proposição para que a Assembleia convidasse o engenheiro a prestar esclarecimentos sobre a obra.

O deputado, cujo sobrenome era bem representativo do município e do espaço em nome do qual falava, fornecia informações técnicas, área, volume e extensão da obra. Por seu turno, a carta de Peltier faz a defesa de uma acusação do deputado Honorato Viana de que a instituição estaria preocupada com a obra e não com os habitantes que seriam removidos, sem que tivessem sido planejadas medidas de amparo ou proteção. Eunápio esclarece que sempre procurara o apoio de outras instituições, como a SUVALE e a SUDENE, para estudar e solucionar o problema, para o que “foi criado, desde janeiro de 1972, um Departamento especializado para os assuntos do Reservatório”, que já vinha realizando atividades como mapeamento aerofotogramétrico da área, localização das propriedades, levantamento das cidades e vilas, instalação de escritórios em Remanso e Casa Nova, planejamento para relocação do sistema rodoviário e estudos de áreas agrícolas para receber os grupos sociais transferidos<sup>161</sup>.

Embora Jayro Sento-Sé afirme que a Barragem viria a ser “redenção da região” e de todo o Nordeste, ele também sopesa a dimensão dos demais problemas que ela trazia, para as paisagens e para os agentes sociais, quais sejam o impacto

---

<sup>161</sup> DISCURSO proferido pelo Deputado Jayro Sento Sé, em sessão realizada no dia 5 de abril de 1973, Assembleia Legislativa da Bahia. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 30, 15 de abr. 1973. p. 9 (Caderno Especial Sobradinho em Debate); CARTA do Engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 30, 15 de abr. 1973. p. 2 (Caderno Especial Sobradinho em Debate).

ambiental do lago artificial a ser criado e sua possibilidade de fácil depleção, as implicações sociais da desapropriação de terras, das indenizações a serem pagas pelo governo, à necessidade de saber lidar com o chamado barranqueiro, tipo social tido como analfabeto, sentimental, “desvinculado, cultural e economicamente, do resto do país”: “Nos primeiros meses, ou semanas, do enchimento do reservatório, toda essa faixa onde se apoia a economia dos municípios estará submersa. Fácil imaginar-se, pois, o impacto causado à vida regional e as tensões reinantes na área e adjacências”<sup>162</sup>. Se considerarmos a manobra que os discursos, especialmente da imprensa, pareciam fazer para justificar essas práticas e seus desdobramentos, o que, nos parece difícil de imaginar é que o Projeto Sobradinho tenha se concretizado por uma imposição direta e sem conflitos, ou, ampliando a questão, que o desenvolvimentismo se ajustou suavemente como hegemonia para todos os grupos e classes sociais, naquele momento<sup>163</sup>.

Ao envolver sujeitos e instituições diversos, dos âmbitos regional, local, nacional e mesmo internacional – além dos habitantes dos espaços que seriam atingidos, que, apesar de sua quase impossibilidade de articulação discursiva nessa teia política, demonstravam uma potência de recusa e negociação que vibrava sob o esforço que os textos às vezes faziam para conter suas falas –, a polêmica incidia sobre o campo das práticas, fazendo que as atenções do governo federal se voltassem diretamente para as inquietações em torno daquela reconfiguração espacial. Nesse sentido, RIVALE noticiará, com tom de celebração, em matéria de primeira página:

Uma notícia auspiciosa nos chega para alegrar os habitantes do nosso município. Trata-se da assinatura, pelo Presidente da República, de decreto considerando área prioritária, para fins de reforma agrária, os territórios dos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Remando, Pilão Arcado, Xique-Xique e Gentio do Ouro e Barra do Rio Grande, onde serão instaladas 10 mil propriedades rurais com assistência técnica e todos os requisitos de amparo à população que se deslocará das terras a serem

---

<sup>162</sup> DISCURSO proferido pelo Deputado Jayro Sento Sé, em sessão realizada no dia 5 de abril de 1973, Assembleia Legislativa da Bahia. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 30, 15 de abr. 1973. p. 5 (Caderno Especial Sobradinho em Debate).

<sup>163</sup> Para o exemplo de um dos municípios transplantados, Pilão Arcado, uma leitura crítica sobre os equívocos e transtornos ocorridos no deslocamento, bem como dos conflitos de memória dos grupos sociais, foi feita em LIMA, Roberto Cunha A de. *Um rio são muitos*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, UnB. Brasília, 2002. p. 178-186.

invasões pelas águas do Rio São Francisco, em decorrência da construção da Barragem de Sobradinho.

Conforme declaração do Ministro da Agricultura, Sr. Moura Cavalcante, serão elaborados projetos de reassentamento e obras de infraestrutura, além de serem examinados os títulos de domínio, realizando-se desapropriações adequadas e criando-se meios de melhoria das condições de vida do povo, com assistência permanente [d]o INCRA e da Eletrobrás, por intermédio de sua subsidiária, a CHESF.

Assim, quando for fechada a comporta, o que sucederá em fevereiro de 1974, tais populações já estarão abrigadas convenientemente no seu novo “habitat” e beneficiando-se de situação privilegiada, uma vez que serão fundadas cooperativas, mediante uma revisão e reformulação dos métodos e da estrutura rural, aproveitando-se os recursos proporcionados pelo PROVALE.

Estamos de parabéns.

RIVALE aplaude as providências salutares de amparo às populações ribeirinhas, graças à clarividente e eficaz providência de S. Excia. o Presidente Emílio Garrastazu Médici<sup>164</sup>.

Reforma agrária era um tema extremamente delicado para espaços rurais do país, especialmente o Vale do São Francisco, historicamente dominado por elites proprietárias de grandes latifúndios desde o período colonial, cujos herdeiros ingressaram na política republicana, como apontamos em outros momentos, e muitos dos quais vieram a apoiar, de primeira hora, a ditadura militar, por saberem que, apesar da centralização estatal e do surgimento de instituições desenvolvimentistas de cunho regional desde o Estado Novo, seu poderio se mostrava incontestável, o que só se confirmaria em um regime autoritário e conservador. Nos anos 1960 e 1970, depois de os governos militares haverem submetido as lutas no campo, após a efervescência reformista que antecedeu o golpe civil-militar, em particular no Nordeste, a captura do tema e da prática da reforma agrária, já domesticados e filtrados dentro da lógica da segurança nacional, era forçada pelas contingências de um projeto da envergadura de Sobradinho, donde se pode dimensionar as disputas, ajustes e acordos estabelecidos em várias instâncias de poder para que o tema fosse sequer levantado<sup>165</sup>.

---

<sup>164</sup> JUAZEIRO, Município selecionado. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 58, 27/28 de set. 1973. p. 1.

<sup>165</sup> GRZYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 129-136. Isso ajuda a explicar também a ênfase do governo na questão do abastecimento e não na fundiária, o que sem dúvida agradava às elites locais e as convencia, por exemplo, da realização dos projetos de irrigação, como no caso da família Coelho, em Petrolina, e das desapropriações de áreas rurais e respectivas indenizações, para outros grupos familiares referidos vagamente por RIVALE, por ocasião da construção da Barragem de Sobradinho. Cf. SILVA, Pedro C. G. da. *Articulação dos interesses*

A coluna “Sobradinho é notícia”, bastante regular e sem atribuição de autoria, havia sido criada para acompanhar e noticiar de forma detida o andamento das obras da Barragem, os capítulos da desocupação das antigas sedes municipais e da edificação das novas, o pagamento de indenizações, as alterações sofridas no Projeto inicial e o cumprimento dos prazos, as visitas periódicas de Eunápio Peltier e de outras autoridades regionais e nacionais preocupadas em equacionar os problemas surgidos com o empreendimento<sup>166</sup>. Em diferentes momentos, mas com ênfase quando da proximidade dos aniversários da obra, a coluna informa, com considerável disfarce dos conflitos, a respeito dos “entendimentos amigáveis para desapropriação e relocação de propriedades e benfeitorias”. Dentre as muitas vezes em que são feitos esses informes, vejamos como é noticiada a negociação política para a mudança e a edificação das cidades que deveriam surgir, com particular atenção para suas elites:

#### NOVAS CIDADES

No decorrer desta semana, os Srs. Prefeitos dos Municípios de Casa Nova, Remanso e Sento Sé, estiveram, juntos com o Diretor Eunápio Peltier de Queiroz, da CHESF, em reunião com o Exmo. Sr. Governador, quando deram-lhe ciência das deliberações das Câmaras, aprovando os locais reservados para construção das novas sedes. Na oportunidade, foram entregues, as três Representações para encaminhamento à Assembleia Estadual, através de mensagens do Executivo<sup>167</sup>.

O reservatório de Sobradinho é sobretudo a verdadeira redenção do Nordeste, pois irão ficar submergidas quatro cidades e centenas de distritos e povoados, totalizando 80.000 pessoas desabrigadas. Ora, como se vê, o assunto é seríssimo para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Superintendência da Barragem de Sobradinho, em fazer as indenizações e realocar todos que vão aceitar as áreas com que a CHESF/INCRA firmarem convênios, para abrigar os rurícolas e mesmo fazendeiros. Assim é que se demonstra que a majestosa obra patriótica é de prioridade para

---

*públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA*. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2001. p. 86. Nota de rodapé n.º 35.

<sup>166</sup> NOVAS cidades. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 134, 29/30 de mar. 1975. p. 4. (Coluna Sobradinho é notícia); VISITA, *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 129, 22/23 de fev. 1975. p. 7. (Coluna Sobradinho é notícia); ENTRE AS atividades... *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 131, 08/09 de mar. 1975. p. 2 (Coluna Sobradinho é notícia); COM A recente visita... *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 150, 19/20 de jul. 1975. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia); *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 154, 16/17 de ago. 1975. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia); ANDAMENTO das desapropriações – posição em 31.12.76. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 216, 16 de jan. 1977. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia); CONSIDERANDO-SE a área incluída... *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 220, 13 de fev. 1977. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia); O PROGRAMA básico... *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 223, 06 de mar. 1977. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>167</sup> NOVAS cidades. *RIVALE*. Juazeiro, ano III, n.º 91, 15/16 de jun. de 1974. p. 7 (Coluna Sobradinho é notícia).

aumentar o potencial de PAULO AFONSO, que dia a dia aumenta, pois já estão concluídos e em andamento o projeto para construção de ITAPARICA, isto sem falar na construção de MOXOTÓ, que está quase no mesmo nível que Sobradinho, mas, de certo modo, é que no final de tantas coisas, as realocações e indenizações marcham gradativamente, sobretudo no ponto de vista de aceitações, pois existem os discordantes que, sem dúvida, depois de verificados “in totum” o imóvel e mesmo uma melhoria de preço, terminam entregando e passando a escritura de venda. [...].

Destarte, devemos salientar as indenizações realizadas em Remanso, em Pilão Arcado, Casa Nova e Sento-Sé, onde os proprietários fizeram as suas declarações e foram indenizados na forma da lei em vigor pelo que estão satisfeitos, e em Pilão Arcado, e nos demais, tantas famílias tradicionais de insígnies filhos ilustres daqueles municípios, também estão na mesma base<sup>168</sup> [maiúsculos no original].

Além de Eunápio Peltier, outras autoridades visitavam as obras da Barragem e o periódico elaborava tais visitas enquanto eventos. Em 1973, antes de assumir a presidência da República, Ernesto Geisel viaja ao Vale e visita o Projeto Bebedouro, de agricultura irrigada, em Petrolina, o Projeto Sobradinho e a Companhia de Navegação do São Francisco, em Juazeiro<sup>169</sup>. A primeira notícia da visita de Geisel vem na capa da edição do jornal, com um retrato do general à esquerda e, abaixo, uma foto da paisagem fluvial, do lado juazeirense. A segunda foto está ladeada pelos dizeres “O poema é o rio”, título de um poema em prosa com tom naturalista, sem autor indicado, que humaniza o “rio vaidoso” e o desloca de seus usos sociais – exatamente o contrário do que Geisel fora buscar em sua visita, que era o “aproveitamento econômico” do rio (Figura 27). Esse tipo de organização editorial de imagens e textos é indicativo da associação da figura política de Geisel àquele espaço, num momento de expectativa pelo que o futuro presidente pudesse fazer pelo Vale, mas também, especialmente, de uma diferença de registros sobre o rio e as intervenções que nele se estavam efetuando, como na relação entre o poema e os demais discursos. Como vimos, as edições de RIVALE por vezes se mostravam ambíguas, entre a elaboração narrativa de memórias como as da navegação, que será confirmada por outras práticas, e o apoio entusiasta à mudança<sup>170</sup>.

<sup>168</sup> O RESERVATÓRIO... RIVALE. Juazeiro, ano IV, n.º 143. 31 de maio/01 de jun. 1975. p. 3 (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>169</sup> VISITA do General Geisel. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 66, 24/25 de dez. 1973. p. 8

<sup>170</sup> GEISEL no Vale. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 65, 20 de dez. 1973. p. 1.

Figura 27



Primeira página da edição de RIVALE, 20 de dez. de 1973.

Na ocasião da visita do governador baiano Roberto Santos, o editorial de RIVALE pondera, num discurso pensado de modo a convocar a participação do governo estadual no apoio ao impactante desdobramento da obra que era a inundação dos municípios:

Falar sobre o inesgotável manancial de problemas que encerra a construção da barragem de Sobradinho parece até desnecessário. Ao lado dos notórios benefícios que a barragem trará, se não houver por parte do Governo Estadual um sólido assessoramento no processo de transferência dos habitantes das cidades inundadas, e na posterior criação de condições de sobrevivência, a atuação do Governo Federal isolada pode não ser eficaz. Remanso, Pilão Arcado, Casa Nova e Sento-Sé, marcadas pelo às vezes trágico destino do progresso, merecem e devem ter todo o apoio do governo da Bahia para que os benefícios sejam reativados, ou manipulados com mais sensatez, não acontecendo o que muito se teme: um êxodo em massa dessas populações, para as maiores cidades da região, ou a decadência prévia das novas cidades<sup>171</sup>.

<sup>171</sup> A VISITA de Roberto Santos é sinônimo de esperança. Juazeiro, ano III, n.º 110, 26/27 de out. 1974. p. 2.

No caderno especial Sobradinho Ano 1, os textos são pequenos relatórios das atividades dos governantes locais e expectativas laudatórias sobre o deslocamento, como nos dizeres a seguir: “SENTO-SÉ, uma cidade que muda de local mas continua sempre viva” [maiúsculos no original]; “A nova Pilão Arcado surgirá em breve com novas perspectivas de progressos constantes, uma esperança viva do seu povo”. Junto a esses textos, aparecem colagens com fotos de pequenos trechos da área urbana dos quatro municípios a serem inundados e retratos em *close-up* de cada prefeito em sua respectiva cidade, num trabalho de edição que remete às vanguardas artísticas da fotomontagem do começo do século XX, mas que aqui se presta a um uso político de afirmação e propaganda dos governantes, relacionando suas imagens de modo muito mais próximo aos espaços do que a linearidade sintática das fotos do general Geisel e da margem do rio (Figura 28)<sup>172</sup>.

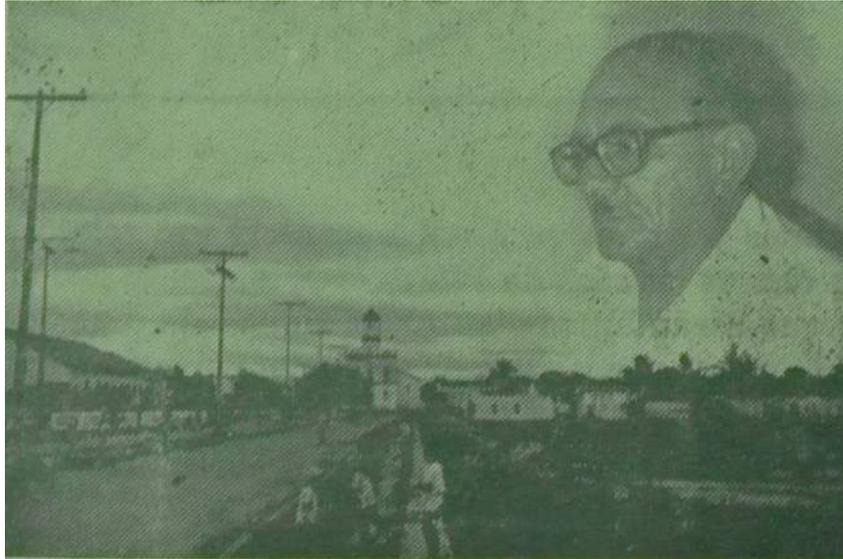
Nesse momento em que a experiência urbana peculiar desses espaços marcadamente rurais se desagregava, com os possíveis perigos de reordenamento dos seus laços sociais, de migrações em massa, de perda irrecuperável de atividades econômicas como a pecuária, a que servia a vinculação visual entre imagens do governante e do espaço? Seria uma herança da tradição política que os observadores do passado – incluindo até mesmo um Wilson Lins, filho das elites locais – chamavam de feudais<sup>173</sup>? As colagens, ao exibirem recortes das cidades como metonímia de espaços maiores, que incluíam as zonas rurais quase nunca aceitáveis no plano do visível construído pelo periódico, enquanto os rostos dos prefeitos apareciam em fotos justapostas, funcionam também como meio de exibição do domínio político que abrangia cada um daqueles territórios *apesar* das mudanças. As fisionomias dos prefeitos flutuando por sobre as cidades, como santos ou espectros a velar por elas, conotavam o controle, a vista de cima, que eles teriam sobre as transformações espaciais que estavam ocorrendo.

---

<sup>172</sup> Sobre as experimentações da colagem fotográfica, cf. FREUND, Gisele. La fotografía, expresión artística. IN: \_\_\_\_\_. *La fotografía como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011. p. 171-175; FOSTER, Stephen C. La cognición cultural, el dadaísmo berlinés, la fotografía y la ideología del espacio. In: YATES, Steven. *Poéticas del espacio: antología crítica sobre la fotografía*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. p. 147-165.

<sup>173</sup> LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1983. Retornaremos à abordagem dessa obra em momento oportuno.

Figura 28

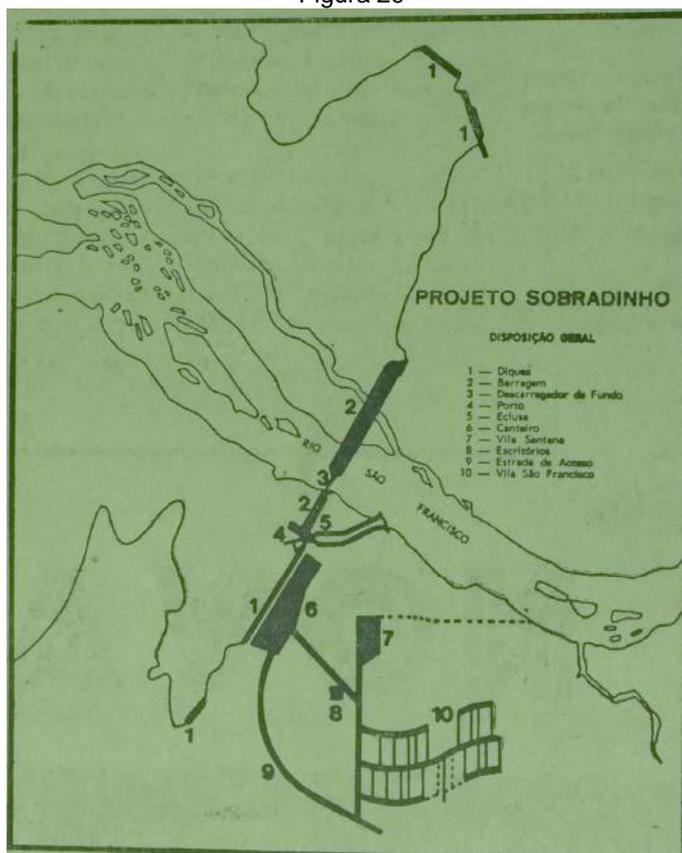


Colagem com foto da cidade de Casa Nova e retrato do prefeito Clodoaldo da Silva Castro. *RIVALE*. 22/23 de jun. 1974, ano III, n.º 92. p. 2 (Caderno Especial Sobradinho Ano 1).

O recurso aos mapas também era uma forma de construção do visível acerca das transformações espaciais por parte do jornal *RIVALE*, de que é exemplo o mapa que ilustra esse mesmo Caderno Especial do primeiro aniversário de Sobradinho, e que foi produzido pela empresa Servix Engenharia, que compunha, com a Construtora Rossi, o consórcio vencedor da concorrência pela construção da Barragem. É um mapa relativamente simples, predominantemente técnico e pretensamente neutro, com nomes e indicações das construções, como os diques. A grande área a ser inundada, sobre a qual falam os textos, e igualmente suas manchas de povoamento rural e urbano não aparecem, e se não fosse o nome “Projeto Sobradinho”, apostado à direita, e, formando quase uma diagonal na parte central do mapa, do nome “Rio São Francisco” entre os traços que definem o curso d’água, não identificaríamos geograficamente o referente do mapa, cuja imagem parece pairar no vazio – um “quase deserto”? –, apartado das demais questões sociais que se tentava contemporizar (Figura 29). Em termos geopolíticos, o mapa é orientado com a margem fluvial direita para baixo e a margem esquerda para cima, isto é, desde o ponto de vista de onde ficava a sede da obra e que mais favorecia o lado baiano, como veremos na luta pela localização do porto provisório. Esse mapa

foi reutilizado em outras edições do jornal, com legendas celebrando os 27 anos de criação da CHESF<sup>174</sup>.

Figura 29



Mapa do Projeto Sobradinho, publicado em *RIVALE*. Juazeiro, ano III, n.º 92, 22/23 de jun. 1974. (Caderno Especial Sobradinho Ano 1). p. 1.

No ano de 1975, a questão da inundação dos municípios e da transferência de seus habitantes se acentua, chegando a um embate de difícil conciliação entre a reconfiguração das paisagens e o problema político das chamadas populações, como se vê em acontecimentos marcados pelo encontro de vários personagens, tais como: a conclamação feita pelo bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza,

<sup>174</sup> Cf. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 132. 15/16 de mar. 1975. p. 4. Remetemos, novamente, a BLACK, Jeremy. *Maps and politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997. Em outro importante livro, o mesmo autor pontua questões relativas aos mapas estritamente históricos, não deixando, no entanto, de fazer a crítica ao caráter político desses artefatos. Cf. Idem, *Mapas e história*. Construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005. p. 200. 352.

no mês de junho, para uma reunião política, na qual participam o deputado Honorato Viana, prefeitos, vereadores e líderes locais; e a realização de um seminário, no mês de outubro, com a presença dos governadores dos Estados e dos representantes das instituições envolvidas<sup>175</sup>.

Mas na medida em que os conflitos não eram o foco do jornal, com o passar dos anos, os discursos se encaminham para engrandecer as obras e minimizar seu impacto negativo, enquanto o periódico vai propor variações sobre o olhar que se estava construindo sobre a grande intervenção espacial, metamorfoseando, inclusive, a ideia de “trágico destino” que era o “sacrifício” exigido aos grupos sociais em nome do desenvolvimento. É, então, que surge a proposta de estímulo ao turismo, que reuniria uma prática econômica a uma atividade cultural de lazer para visualizar Sobradinho como uma “atração”, como outra forma de configurar os espaços, para além do olhar técnico ou do desastre social que a inundação iria trazer<sup>176</sup>. Em 1974, um Editorial do periódico dirá já ser possível propor o turismo, com a conclamação aos laços de comunidade e com a minimização dos tais efeitos negativos da obra:

Passados 12 meses que foram iniciadas efetivamente as obras da Barragem de Sobradinho, as perspectivas de progresso para a região sanfranciscana parecem estar cada vez mais ligadas à própria perspectiva de evolução e conclusão do projeto, que hoje movimenta toda uma comunidade em torno de si.

À parte os tradicionais e irremediáveis efeitos negativos que as grandes obras de engenharia, no interior do País provocam, é incontestável que durante o período da construção da barragem, a região do Médio São Francisco atravessará uma fase resplandecente, com um movimento econômico dos mais destacados dentro do próprio Nordeste.

No caso particular de Juazeiro e Petrolina, cidades que possuem uma estrutura comercial e industrial, que as livras de “fantasmas” da conclusão da obra, têm estas cidades sido o maior alvo dos benefícios que a instalação da CHESF acarreta. A própria divulgação por toda [a] imprensa do País do Projeto Sobradinho faz com que nasça um fluxo turístico maior pela região, já tão decantada como “excepcional” celeiro turístico.

Em suma: a presença de Sobradinho neste ano 1 de existência é para Juazeiro e Petrolina uma presença muito grata, sendo grande responsável

---

<sup>175</sup> Discutiremos, em outro momento do trabalho, esse acirramento do problema dos agentes sociais, em sua enunciação e gestão, quando se discutirá o privilégio do aspecto cultural, sob o signo do folclore, em detrimento das implicações políticas do momento.

<sup>176</sup> A respeito desse tipo de metamorfose do olhar e das práticas sobre os espaços, cf. a penetrante análise sobre o exemplo da praia e do mar em CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Sobre o turismo, ver MARQUES, Sylvana. Construção e consumo de uma paisagem: Aberta a temporada turística na praia de Ponta Negra. *Informe Geográfico*, v. 19, p. 01-08, 2010.

pelo aceleração do desenvolvimento de ambas as cidades. Esperamos, então, que assim seja, não só para as cidades-gêmeas, mas para as cidades que vão desaparecer, e para as outras pequenas cidades da Região, o “marco decisivo da independência econômica”<sup>177</sup>.

De certa forma, a atenção que RIVALE dá para o turismo pode ser compreendida a partir do lugar ocupado pela própria empresa à qual pertencia o periódico, que aparecia, inclusive, em seu nome completo, no expediente das edições: MAPROL – Mandacaru Promocional de Publicidade e Turismo<sup>178</sup>. O jornal chegara a emitir um “apelo” pela integração da Barragem, cuja obra ainda estava longe de ser concluída, e dos projetos de irrigação, no circuito dos possíveis espaços a serem explorados pelo turismo:

Um dos assuntos predominantes em nossos meios, ultimamente, é, sem dúvida, o TURISMO. Todos sabem que o turismo é indústria, e que tem servido de fonte de renda para muitas cidades e Estados.

E nossa cidade, pode muito bem explorar o Turismo, motivação tem até demais: o nosso inigualável rio, a Ponte Presidente Dutra, o Vaporzinho, os Congos, Penitentes, o Carnaval de Juazeiro, conhecido em todo o país, enfim tomaríamos todo o jornal se fôssemos enumerar as atrações que oferecem nossa terra para o turista, sem falar na famosa Barragem de Sobradinho, no Projeto Bebedouro, e [a]té mesmo o Mandacaru, e a Gruta do Salitre, que muito pouca gente conhece, até mesmo os juazeirenses<sup>179</sup> [maiusculo no original].

Convém ressaltar que o momento era favorável a esse tipo de olhar, pelo crescimento da cultura de consumo das classes médias, sobretudo nas cidades, com o maior acesso à televisão, à publicidade e às revistas ilustradas, cujo mercado se diversificou após a crise das revistas de abordagem generalista e o crescimento de revistas segmentadas como *Quatro Rodas* – que desde os anos 1960 produzia seu guia de viagens pelo país<sup>180</sup>. Além disso, surgiam as políticas culturais voltadas para o turismo, em muitos Estados do Brasil, inclusive no Nordeste, por iniciativa da SUDENE, as quais ajudavam a ressignificar espaços inicialmente relacionados à

---

<sup>177</sup> SOBRADINHO: Ano 1. *RIVALE*. Juazeiro, ano III, n.º 92, 22/23 de jun. 1974. p. 2.

<sup>178</sup> CUNHA, João Fernandes da. *Memória histórica de Juazeiro*. Juazeiro: s. e., 1978 [Versão digitalizada por OLIVEIRA, Albano de Souza. Salvador, 2012]. p. 143.

<sup>179</sup> APELO. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 63, 01/02 de dez. 1973. p. 9. Ver também: TURISMO. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 129, 22/23 de fev. 1975. p. 7. (Coluna Sobradinho é Notícia); TURISMO no São Francisco. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 179, 06/07 de mar. 1976. p. 2; VIAGEM no Lago de Sobradinho. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 236, 12 de jun. 1977. p. 3.

<sup>180</sup> MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revista: o caso da Editora Abril*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 1997. p. 95-105.

produção econômica, como Sobradinho e as áreas dos projetos de agricultura irrigada, que doravante serão submetidos também a esse modo de ver. Por outro lado, em espaços do interior como os do Vale do São Francisco, as viagens turísticas eram estimuladas pelo incremento do transporte rodoviário, que ganhava cada vez mais importância por conta da construção de estradas, como já assinalamos, e de uma atmosfera cultural que vinha valorizando a posse do automóvel entre as classes médias, como contrapartida do investimento na indústria automobilística<sup>181</sup>.

Voltemos ao fluxo de enunciados sobre a Barragem. De 1976 a 1977, avançada a construção e selado o destino das cidades e de seus habitantes<sup>182</sup>, RIVALE aumentava a expectativa pela conclusão da obra, com o recurso a matérias de primeira página, a manchetes em grande tamanho e ao uso de imagens. Exemplo disso é a frequente colocação na instância discursiva de eventos com o comparecimento de figuras importantes da política nacional e a transcrição de suas falas, sobretudo nos momentos-chave do desvio do rio, de seu represamento parcial e total, considerados, a partir de uma referência visual, não apenas acontecimentos dignos de ser noticiados, mas como “como espetáculo histórico para o povo sanfranciscano, que verá ser mudado o curso normal do lendário e secular Rio da Integração Nacional”<sup>183</sup>.

Vamos nos deter no relato desses instantes específicos nos quais a narrativa do periódico toma a forma de uma epopeia que abusava dos lugares comuns sobre o rio, como no epíteto citado acima, remetia aos escritores do passado e estendia ao máximo o insistente conceito de desenvolvimento sinalizado naquela transformação dos espaços. Seus heróis: as instituições, os engenheiros, os governantes e, em

---

<sup>181</sup> Notamos o surgimento da temática no turismo e das práticas sociais a ele associadas no mesmo período e em outros espaços nordestinos. Cf. RABELO, Elson de A. *A História entre Tempos e Contratempos*. Dissertação (Mestrado). UFRN. Natal, 2008. p. 63-64. 136; SILVA, Jaílson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: UFPE, 2010. p. 163. Ver também a matéria de capa publicada em 1977, sobre os desdobramentos de um seminário sobre turismo ocorrido em Juazeiro: EMBRATUR e CODEVASF incentivarão turismo. RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 246, 27 de ago. de 1977. p. 1.

<sup>182</sup> Como discutiremos à frente, os habitantes, por fim, vieram a se instalar parte nos arredores do lago artificial criado pela inundação, parte no Projeto de Colonização da Serra do Ramalho, em área então pertencente ao município baiano de Bom Jesus da Lapa.

<sup>183</sup> ÁGUAS do São Francisco serão desviadas. RIVALE, Juazeiro, ano V, n.º 190, 27 de jun. 1976. p. 1. Cf. FONTCUBERTA, Joan. *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen fotoperiodística*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2011.

alguma medida, os habitantes transferidos dos municípios, por seu sacrifício involuntário em favor do progresso. Conforme pontuamos em outros momentos deste trabalho, a articulação entre os elementos visuais e escritos era indispensável para a produção de sentidos e, nesse momento particular da ditadura, implicava na veiculação de enunciados sobre o “canteiro de obras” em que se transmutara o país<sup>184</sup>. Solar, visível, posicionada acima da natureza e da sociedade, das paisagens e de seus grupos sociais, a manifestação do poder do Estado se impunha não apenas por práticas e discursos, mas por sua exibição, como se vê em julho de 1976 (Figura 30).

A matéria de primeira página recorre ao sujeito coletivo no título e conclama o leitor a se incluir nele, a foto não tem autoria atribuída e a legenda diz: “Momento histórico em que o General Adalberto Pereira dos Santos, vice-presidente da República, presença dos governadores da Bahia, Sergipe e Pernambuco, ministro das Minas e Energia, presidente da Eletrobrás e outras autoridades civis e militares, acionava o botão abrindo automaticamente as comportas, desviando o curso do famoso rio São Francisco”. Enquanto a composição da foto valoriza e atualiza o mito moderno do concreto, em suas linhas que ocupam o espaço enquadrado mais que os indivíduos, a legenda ignora os demais circunstantes, que aparecem em tamanho minúsculo, e confere o protagonismo às autoridades, que assim se inseriam naquilo que se entendia por “história”, vista não mais exatamente como passado, mas como uma temporalidade que se fazia no presente: “o lendário e romântico Rio São Francisco passa a fluir por dentro de monumentais comportas, fato histórico registrado no último dia 12”<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup> BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>185</sup> Para a crítica do recurso à história, por parte dessas mitologias políticas, a partir do sentimento de estar tomando parte nela, citamos novamente KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 21-40; BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1). p. 222-234.

Figura 30



“Sobradinho, um orgulho para todos nós”. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 194, 25 de jul. 1976. p. 1.

O texto cumpria seu papel de retomar as etapas da obra, fazer um balanço do capital investido, justificar as alterações no projeto inicial e celebrar suas vantagens, independente dos impactos sociais e ambientais, para os quais se demonstrava todo o controle, em seus minuciosos aspectos:

Com as obras já em execução desde junho de 1973, a CHESF resolveu, em maio de 1974, incluir no projeto uma Casa de Força, pois o volume de água e desnível causados pela barragem permitiam seu aproveitamento na geração de energia elétrica.

[...].

Para apoiar estas obras gigantescas, a Servix deslocou para o agreste sertão um imenso contingente de homens e máquinas, montando até mesmo uma usina de concreto que é das maiores do Brasil.

#### **O LAGO**

[...]. Com o fechamento das comportas, em fins de 1979, um imenso lago cobrirá a região que hoje é composta de caatingas. [...], o lago em muito beneficiará a agricultura da área, castigada por secas constantes; permitirá a navegabilidade do Rio São Francisco em sua quase totalidade e alterará o clima seco da região transformando o árido vale do São Francisco em região de grandes possibilidades econômicas.

Dentro da região do futuro lago, todos os municípios e vilas terão seus moradores, em número de aproximadamente 70 mil, transferidos para

novas e modernas comunidades que já estão sendo construídas pela CHESF. [...] [negritos no original]<sup>186</sup>.

Ainda que não seja claramente dito no texto, duas alterações indicadas nas citações podem ser consideradas frutos dos enfrentamentos ocasionados pela obra: a primeira era a construção da Casa de Força, para que a Barragem não apenas regularizasse a vazão fluvial para a manutenção da usina de Paulo Afonso, mas que também gerasse energia elétrica para os espaços ao redor de Sobradinho. A segunda alteração era a inclusão da temática da navegação, mas com a indicação de que ela se daria no lago, e não até Juazeiro, como antes – o que foi objeto de polêmica. Por outro lado, de modo paradoxal, ao tempo em que textos como esses pensam o rio como “possibilidade econômica”, ou apenas supõem-no quando as fotos não o dão a ver, outros discursos o humanizam, emprestam-lhe caráter de personagem de narrativas que conduziram ao otimismo:

O Rio São Francisco, como que despedindo-se das suas travessuras anuais, ganha e conduz cada dia maior volume d'água. Talvez ciente de que em breve sua vazão estará regularizada em caráter permanente.  
[...].  
Vida nova, com coragem e disposição, somando esforços, mostrará que dias melhores hão de vir<sup>187</sup>.

A mutação no nível do rio e do reservatório será objeto da atenção contínua de RIVALE, num esforço por reportá-la data por data, na sua “maneira gradativa”, a partir da veiculação quase literal dos discursos técnicos dos engenheiros e administradores da obra, em narrativas do tempo curto. Seu lugar reivindicado de testemunha da história que se desenrolava, do tempo que corria e supostamente se deixava agarrar como um rio represado, era assim assumido:

A data de 1.º de fevereiro de 1977 marcou o início do represamento parcial em Sobradinho.  
Com as estruturas componentes da barragem num estágio de construção que permite o enchimento do lago, espera-se que durante a segunda quinzena do mês seja atingida a cota máxima prevista nesta etapa.  
[...]<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> SOBRADINHO, um orgulho para todos nós. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 194, 25 de jul. 1976. p. 1. Sobre o completo controle que a CHESF dizia exercer, cf. também, O TÉRMINO do ano... *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 215, 09 de jan. 1977. p. 3 (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>187</sup> A BREVE chegada... *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 210, 05 de dez. 1976. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia).

Em fevereiro de 1977, a CHESF iniciou o represamento parcial em Sobradinho, visando a acumulação de 4 bilhões de metros cúbicos de água. Este volume estava planejado para ser utilizado durante a estiagem de 1977, quando a vazão natural do São Francisco se tornasse inferior às necessidades de geração em Paulo Afonso.

No dia 4 de abril, às 17 horas, o nível de água do reservatório atingiu a cota 379,00, que correspondia à acumulação planejada.

Desde 14 de maio, o reservatório de Sobradinho começou a preencher sua finalidade, fornecendo água para compensar a vazão do rio.

[...] <sup>189</sup>.

Domingo 4, exatamente às 11:05, foi dinamitada [sic] o restante da ensecadeira que impedia a entrada das águas, na parte da Barragem onde se localiza a casa de força. Logo em seguida foram fechadas as comportas e se iniciou o enchimento do reservatório. A cerimônia que, embora marque um momento histórico para a região, foi simples, porém muito emocionante, para os presentes que assistiram o início da chegada da água da barragem.

[...].

O enchimento total do reservatório não tem data fixa, pois depende das chuvas nas cabeceiras do Velho Chico e seus afluentes. Ao elaborarmos esta nota, as águas já tinham se elevado em mais de seis metros.

[...] <sup>190</sup>.

Um complexo de natureza e cultura, produto da vazão fluvial instável – posto que suscetível a estiagens e chuvas – e do engenho humano que se propunha a vencê-las, a Barragem de Sobradinho aparece nos textos como evento condensador da história dos espaços do São Francisco, de uma história que se pensava cumulativa por coroar uma trajetória que vinha dos estudos do século XIX que buscavam no rio o fundamento da unidade da Nação, passava pelos discursos sobre a integração nacional no século XX e pelos projetos de idealizadores tão distintos como Delmiro Gouveia, Geraldo Rocha e Apolônio Sales. Em dezembro de 1977, na costumeira ritualização do tempo que RIVALE realizava em suas edições de fim de ano, nas quais várias instituições, empresas e autoridades políticas enviavam mensagens aos leitores, a CHESF repetiu a fotografia de julho de 1976, desta vez com a legenda informativa de que se tratava de um “flagrante” do desvio do rio. A primeira publicação da imagem não menciona tal flagrante, sua edição atentava, antes, para a composição do cenário da Barragem como palco da política, com a

---

<sup>188</sup> A DATA de 1.º de fevereiro... RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 219, 09 de fev. 1977. p. 4. (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>189</sup> EM FEVEREIRO de 1977... RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 237, 19 de jun. 1977. p. 5 (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>190</sup> FECHADAS as comportas e iniciado enchimento definitivo do Reservatório de Sobradinho. RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 260, 10 de dez. 1977. p. 1.

celebração da presença de políticos importantes no represamento parcial do rio. Mas, mesmo repetida, reinserida no circuito da imprensa, a sobrevida dessa imagem dava mostras de sua força persuasiva, à mercê da retórica da instituição desenvolvimentista que afirmava a conclusão de um processo histórico.

Para finalizar este tópico, deixemos momentaneamente os enunciados de RIVALE e nos detenhamos sobre outros artefatos nos quais se visualiza a reconfiguração espacial então proposta. Em âmbito nacional, o cinejornal *Brasil Hoje*, de caráter oficial, cobria a presença do então presidente Ernesto Geisel na inauguração da Barragem de Sobradinho, em 1978. À circunstância festiva, vê-se que também compareceram o então Presidente da Câmara dos Deputados, o pernambucano Marco Maciel, o ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, o ex-governador de Pernambuco Nilo Coelho, o ex-governador da Bahia e presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães, e o deputado baiano Lomanto Júnior. A visita se estendia às cidades de Petrolina e Juazeiro, esta que comemorava seu centenário; e em mais uma composição cênica da dominação política sobre os agentes sociais, estes aparecem posicionados abaixo das autoridades e tipificados, com os estereótipos culturais já decantados: o general-presidente recebeu homenagens de lavadeiras e presentes de vaqueiros devidamente trajados (Figuras 31 e 32).

Noutro cenário, o da intervenção sobre o rio, já não aparecem tais tipos sociais. A Barragem é, por excelência, espaço da conquista técnica que reconfigurava a paisagem e da presença dos políticos: concreto e água farta nas tomadas panorâmicas das obras, mãos que aplaudem o feito simbolizado na placa (Figuras 33 e 34)<sup>191</sup>. Geisel afirmou: “a regularização das águas do São Francisco, permitindo geração contínua e ininterrupta de energia elétrica, traz igualmente vantagens para os programas de irrigação”<sup>192</sup>. Como parte da celebração da obra, seu breve

---

<sup>191</sup> BRASIL Hoje. n. 236. Produção da Agência Nacional. Brasil, 1978, Formato FLV (7:55 min) , color. Disponível em: <<http://video.rnp.br/portal/VMSResources/video.action;jsessionid=BCE1C549A372807F0D50EBE5F82FFC56?idItem=4297>> Acesso em 15 de jan. 2014.

<sup>192</sup> O discurso do Presidente na ocasião foi divulgado posteriormente como um “improviso”, cf. GEISEL, Ernesto. Improviso em Petrolina – PE. Por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/47.pdf/download>>. Acesso em 15 de jan. 2014.

discurso generalizava o tema da eletrificação, sem especificar se se tratava de Paulo Afonso ou de Sobradinho mesmo, e não mencionava temas problemáticos, como a navegação e os deslocamentos de grupos sociais.

Figura 31



Figura 32



Os vaqueiros e os políticos. In: BRASIL Hoje. n. 236. Produção da Agência Nacional. Brasil, 1978, Formato FLV (7:55 min), color. Disponível em: <http://video.rnp.br/portal/VMSResources/video.action;jsessionid=BCE1C549A372807F0D50EBE5F82FFC56?idItem=4297>> Acesso em 15 de jan. 2014.

Figura 33



Figura 34



As autoridades inauguram a Barragem. In: BRASIL Hoje. n. 236. Produção da Agência Nacional. Brasil, 1978, Formato FLV (7:55 min), color. Disponível em: <http://video.rnp.br/portal/VMSResources/video.action;jsessionid=BCE1C549A372807F0D50EBE5F82FFC56?idItem=4297>> Acesso em 15 de jan. 2014.

Por outro lado, o olhar do turismo se aliava à propagação da imagem da Barragem concluída e digna de admiração por sua grandiosidade, e isso se via na iniciativa de um estúdio fotográfico local em começar a produzir e fazer circular cartões postais de Sobradinho. O estúdio se chamava ArtFoto Paulista, criado no final da década de 1950 pelo fotógrafo pernambucano Manoel Domiciano, que aprendera a fotografar com japoneses, em São Paulo, daí vindo o nome do estúdio. Ele decidira abrir seu estabelecimento em Juazeiro para atender também à clientela de várias cidades próximas, como Petrolina e Senhor do Bonfim. Nos anos 1970, o ArtFoto Paulista era a principal casa comercial de produção de fotografias para todas as circunstâncias e ritos daquela sociedade: casamentos, festas públicas, documentos, imprensa, instituições do governo, cartões postais, cerimônias eclesiais<sup>193</sup>.

Os cartões postais coloridos do ArtFoto Paulista davam a ver Sobradinho desde diferentes tomadas, como, por exemplo: uma visão ao mesmo tempo lateral e de cima, em que se pode ver a criação de uma nova paisagem que assombra pelo volume de água represada, num entorno semiárido (Figura 35); uma tomada frontal do lado em que o rio foi barrado e canalizado pela obra, podendo se ver a ondulação potente das águas borbulhantes contrastando com a faixa de concreto da intervenção humana (Figura 36). Como assinalado pela historiografia, o cartão postal frequentemente desempenha a função social de propaganda, de “viajar sem sair de casa”. Nesse caso específico, entretanto, ele não tinha exata ou somente um uso de memória em relação ao passado, a um lugar visitado do qual o artefato seria a “lembrança” material; o cartão postal, aqui, visava, antes, a favorecer o presente, a promover aqueles novos espaços, com suas novas práticas, como o turismo e a agricultura irrigada, conotando beleza e disponibilidade da água abundante<sup>194</sup>. Como recorte aceitável e legitimado do que era visível, um cartão postal não mostraria as ruínas das cidades abandonadas, nem mesmo aquelas que estavam sendo erguidas alhures, e, sim, uma vista exuberante que dialogava com as imagens

---

<sup>193</sup> Voltaremos, em momento oportuno, à discussão sobre o lugar dos artefatos então produzidos por fotógrafos locais, embora o Artfoto Paulista não tenha conservado nem organizado um volume considerável de seu acervo, apesar de ser o mais antigo ainda existente, e, portanto, ter se inserido socialmente e elaborado mais fotos num recorte maior de tempo.

<sup>194</sup> Cf. KOSSOY, Boris. O cartão postal: entre a nostalgia e a memória. In: \_\_\_\_\_. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 63-71.

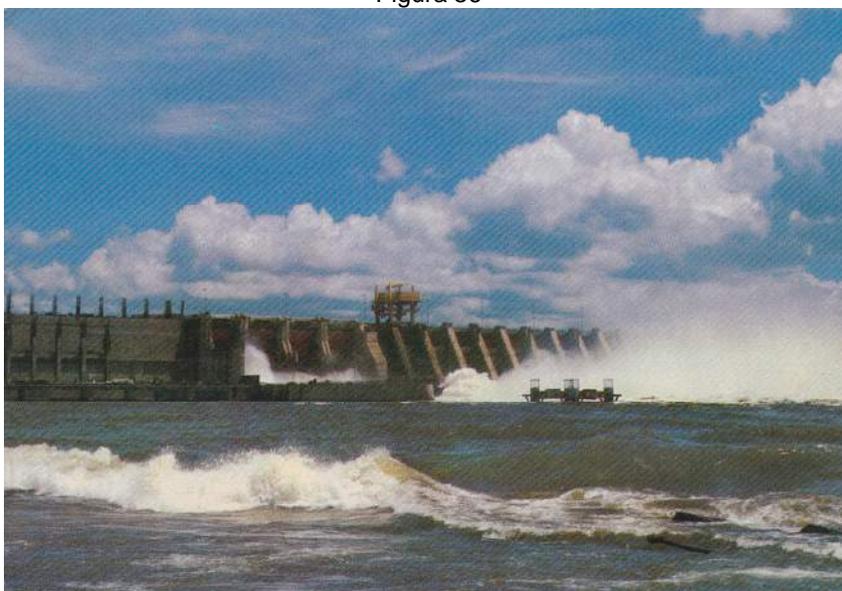
contemporâneas da Cachoeira de Paulo Afonso: enquanto esta fora domesticada poucos anos antes por uma usina hidrelétrica, Sobradinho aparecia imponente como o sertão, “quase deserto”, transformado em mar, no cumprimento das profecias de Antônio Conselheiro.

Figura 35



ARTFOTO PAULISTA. Vista aérea da Barragem do Sobradinho. Juazeiro, [197?]. Cartão postal. 15x10,5cm.

Figura 36



ARTFOTO PAULISTA. Vista parcial da Barragem do Sobradinho. Juazeiro, [197?]. Cartão postal. 15x10,5cm.

## 2.2.2 O lento naufrágio: a navegação no São Francisco

Desde seu lançamento, a expectativa vazada nas colunas e matérias de primeira página de RIVALE era de que o Provale, ao qual estava relacionado o Projeto Sobradinho, iria também se materializar em obras de abastecimento, saneamento, escolarização, estradas e, sobretudo, recuperação da navegação, por meio da construção de eclusas para manter a passagem dos barcos<sup>195</sup>. Este último problema não era novo, pois, como vimos, surgira de maneira repetida nos escritos dos engenheiros, geógrafos e cronistas que observaram a instabilidade do rio como obstáculo para as embarcações e a necessidade de “regularização”: na época das cheias, o volume e a correnteza eram rápidos e ameaçadores; na seca, as pedras e barrancos dificultavam o trabalho dos remeiros, destruíam o casco das embarcações, encalhavam vapores, atrasavam as viagens.

Entretanto, vemos que a questão era mais ampla, quando se considera as opções de investimento em transportes em todo o país, desde o desenvolvimentismo dos anos 1950, inclinado cada vez mais para as rodovias e os automóveis, que se tornaram predominantes<sup>196</sup>. Em espaços como Juazeiro e Petrolina, por exemplo, a construção da Ponte Presidente Dutra, concluída em 1954, representara um abalo para o transporte ferroviário, que teve sua extensão e importância reduzidas com a demolição da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no lado baiano, e o uso cada vez menor da estrada de ferro. Por outro lado, o incremento no transporte rodoviário promovera uma considerável mutação na vida social de uma cidade como Juazeiro, estabelecida ainda no final do século XIX como entreposto comercial da navegação. A celebrada “lordeza” dessa cidade, sinalizada no luxo algo aristocrático de suas elites, no refinamento de sua arquitetura, na opulência de seus carnavais e orquestras, tinha relação com esse fecundo comércio, agora irremediavelmente comprometido, na segunda metade do século XX. Não à toa, o tema da navegação quase sempre passou a vir

---

<sup>195</sup> PROVALE regularizará navegação no Rio S. Francisco. *RIVALE*. Juazeiro, ano I, n.º 19, 12 de nov. 1972. p. 1.

<sup>196</sup> Cf. NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração*. Os remeiros do rio São Francisco. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

acompanhado de conceitos como “recuperação”, na escrita de cronistas que se dedicavam a relatar a história da cidade ou dialogavam com as práticas do presente, ambas estratégias que se apresentam em textos como os de Walter Dourado e Ermi Ferrari Magalhães, colaboradores de RIVALE e ligados ao comércio fluvial.

Ciosos de seu lugar histórico como porto, então ameaçado, os juazeirenses escreviam em torno do problema com argumentos diversos, incluindo os jurídicos, como numa sequência de textos de Walter Dourado, publicada nas páginas internas do jornal, a respeito do início das obras de Sobradinho, em 1973:

Daí se conclui que não há possibilidade de ativar-se a execução de um plano unilateral, em detrimento de outros fatores e necessidades. Cabe ao Governo examinar os projetos e guiar o estudo no sentido de que favoreçam a todos os setores. No caso da Barragem de Sobradinho, os três aspectos: a) – Aproveitamento da força hidráulica; b) – formação de um sistema de irrigação; c) – continuidade da navegação. É necessário, pois, que haja planejamento coordenado, sempre que estiver em jogo os interesses empresariais das empresas públicas ou privadas, no sentido do aproveitamento dos cursos d’água, cachoeiras etc.<sup>197</sup>.

Tratam-se de discursos emitidos desde lugares sociais aristocráticos, que não disfarçam sua tradicional espera pela atuação do governo para a defesa de seus interesses, mas que, ao mesmo tempo, associam essa espera à crença no planejamento, característica do Estado nacional desde o pós-guerra e a partir da vigência do desenvolvimentismo. O discurso de Walter Dourado, além disso, elege três temas que não estavam na agenda da CHESF quando do lançamento dos planos da Barragem e do início da construção, os quais, como temos argumentado, foram sendo incorporados pela instituição a partir de objeções levantadas pelos diferentes agentes sociais dos espaços, incluindo os próprios barqueiros, as elites proprietárias de terras – tanto as que foram inundadas quanto as que seriam irrigadas –, os grupos subalternos transferidos dos municípios e as camadas médias urbanas ansiosas pelo que a eletrificação poderia trazer para o incremento dos serviços e das comunicações, como os intelectuais ligados ao jornal RIVALE.

Walter Dourado foi autoproclamado e reconhecido por seu grupo social como “historiador” desde que trouxe à luz, em 1973, sua *Pequena história da navegação do São Francisco*, ilustrada com desenhos dos artistas locais Antônio Carlos Coelho

---

<sup>197</sup> DOURADO, Walter. A Bacia fluvial do São Francisco e a Barragem de Sobradinho. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 48, 11/12 de ago. 1973. p. 8.

de Assis e Sanduarte (Sandoval Duarte Filho), e fotografias do estúdio ArtFoto Santo Antônio<sup>198</sup>. Sua leitura de documentos e autores do passado, que se direcionava para afirmar a importância da navegação naquele momento presente, explica também sua referência ao leque de propostas que estava no nascedouro das instituições desenvolvimentistas, ainda nos anos 1940, e que, apesar de incluir outras práticas, davam destaque à irrigação, à eletrificação e à navegação. Enquanto as duas primeiras atividades ficaram a cargo, respectivamente, da SUVALE e da CHESF, a navegação era tida como vítima da falta de planejamento e, portanto, das consequências que a intervenção no rio poderia trazer.

Por sua vez, ao chamar Walter Dourado e Ermi Ferrari para contribuir com seu projeto editorial, o jornal também se coloca como testemunha e porta-voz dessa preocupação com a continuidade da navegação em meio à grande mudança a ser efetuada na paisagem do rio e em sua dinâmica econômico-social. Os cronistas falam em nome de um lugar muito particular, buscando interlocução com as instituições do Estado através da imprensa escrita e tentando conciliar o apego ao passado de uma atividade que, segundo eles, precisava ser restaurada, com seu apoio explícito às novas práticas de desenvolvimento. O gênero discursivo empregado por esses indivíduos, inclusive, é incisivo, direto, demonstram indignação, apreensão, conexão com eventos e situações do presente. A flexibilidade desses textos – que se permitem fazer narrativas do passado, relatos de memória, críticas ao andamento de determinadas obras, conforme os interesses e opiniões dos autores – torna difícil defini-los dentro do gênero da crônica, mesmo se levamos em conta a crítica que se fez aos limites dessa classificação textual e sua recuperação metodológica enquanto documento atento ao cotidiano da sociedade que o produz<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> DOURADO, Pompílio Torres. *Walter de Castro Dourado*. Escritor. Historiador. Jornalista. Juazeiro: [s/e], 1998. p. 5-8.

<sup>199</sup> A recuperação da crônica como discurso direcionado abertamente às questões do presente de uma sociedade e que, por isso mesmo, exige tratamento metodológico mais cuidadoso do que sua localização, geralmente pejorativa, entre o jornalismo e a literatura, foi efetuada com perspicácia em CHALHOUN, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005. Com direção metodológica semelhante e período aproximado ao que investigamos, e problematizando a implicação das crônicas nas transformações dos espaços urbanos, ver NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 195-214. jun. 2007.

Por outro lado, um dos intentos da coluna “Sobradinho é Notícia” era incluir em suas discussões a navegação, de modo a contribuir para o debate e, fatalmente, para que esse clamor chegasse até à CHESF. Quando a instituição acenava com uma mudança de planos, a coluna a noticiava prontamente:

Podemos informar em primeira mão que a eclusa por onde passarão as embarcações para alcançar os portos Juazeiro-Petrolina será construída paralelamente à barragem, ficando modificado o plano anterior que era construir a eclusa após o término da barragem.

[...].

Cumpre-nos destacar o interesse da CHESF em resolver o problema do tráfego fluvial das embarcações durante a construção da barragem assim como a cooperação oferecida pelo Comandante Esmeraldo Oliveira Brito, gerente da Companhia de Navegação, no mesmo sentido, colocando à disposição da CHESF estudos já realizados e propondo instalar guinchos nos locais de maior corredeira do Canal do Ingá, para que as embarcações não tenham dificuldade em transpor essas corredeiras<sup>200</sup>.

Ao se situar entre os barqueiros e a instituição desenvolvimentista, o periódico dificilmente demonstrava apenas imparcialidade na articulação dos discursos de instâncias diferentes e na divulgação dos fatos para a sociedade. De acordo com o que temos argumentado, a imprensa elaborava os fatos, selecionava os eventos e práticas que considerava dignas de problematização, o que não pode ser visto apenas como o cuidado para com a recuperação das experiências espaciais desvalorizadas pelo planejamento oficial, mas com as perdas que poderiam sofrer determinados grupos sociais. Na coluna “Sobradinho é Notícia”, anônima, ou nas colunas dos autores indicados, toda a nostalgia produzida pelos textos em relação à navegação, às chagas nos peitos dos remeiros e aos ruídos românticos dos vapores que aportavam em Juazeiro trazendo pessoas, mercadorias e histórias, estava socialmente implicada na criação de um novo horizonte de expectativas sobre o que a reconfiguração espacial poderia acarretar, vinda da parte do Estado nacional e da crença no progresso.

Em 1975, usando sua coluna regular chamada “História, tradições, comentários e sugestões”, Walter Dourado afirmará algo nessa mesma direção, indicando os agentes sociais e instituições envolvidos:

---

<sup>200</sup> BARRAGEM de Sobradinho. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 37, 03 de jun. 1973. p. 8.

Surgiu a Cia. Hidrelétrica do São Francisco com o seu gigantesco projeto de construção de um lago artificial dentro do leito do rio São Francisco, mediante a construção de uma Barragem no Sobradinho, ou seja, às proximidades da Cachoeira deste nome. [...].

Com uma reunião promovida pela União dos Estudantes Juazeirenses, estabeleceu-se um diálogo entre os interessados e o Superintendente da CHESF para as obras da Barragem, o Sr. Eunápio Peltier de Queiroz, o qual pronunciou-se contra qualquer projeto envolvendo o tríptico aspecto – navegação – energia – irrigação. Fui um dos que se pronunciaram e o único a abordar a questão dentro daquele tríptico aspecto. A CHESF era taxativa: somente a energia lhe interessava. Mas as coisas foram se encaminhando de forma que tudo mudou de rumo e agora, depois de debates, inclusive em reuniões da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, logramos ver vitoriosa a ideia do tríptico aproveitamento da Barragem, por meio de convênio firmado entre a CHESF e o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis para a construção de um sistema de eclusas, com aprovação da Superintendência Nacional da Marinha Mercante. [...]<sup>201</sup>.

Teriam os barqueiros vencido a luta perante o ciclope institucional, referido em outro texto que já citamos, e promovido a abertura do seu olhar unidirecional para outras práticas espaciais? Se lembrarmos que, posteriormente, Eunápio Peltier ainda relutou sobre a questão, mencionando que a navegação se daria no lago artificial e não por meio de eclusagens que dessem acesso a Juazeiro, o problema parecia ainda estar longe de encontrar uma solução, apesar de, como Dourado procura demonstrar, seu grupo social buscar estender seus tentáculos para outras esferas do Estado.

A preocupação desses autores baianos se desdobrava, ainda, na latente rivalidade entre Juazeiro e Petrolina, tendo em vista que esta última cidade estava se destacando pelos investimentos que sua elite local, a família Coelho, com grande articulação na política pernambucana, vinha fazendo em indústria, comércio, infraestrutura urbana e no projeto de irrigação Bebedouro, especialmente à época em que o petrolinense Nilo Coelho ascendeu ao governo estadual, sediado em Recife, nomeado pelo presidente Castelo Branco, em 1967 – o texto de *Realidade* ironizara, inclusive, a respeito das muitas posses e negócios dos Coelhos. Se fosse implantado um porto provisório à montante das corredeiras de Sobradinho, onde se iniciara a construção da Barragem, este porto corria o risco de ficar na margem esquerda, próximo ao povoado baiano de Santana do Sobrado, o que, de certa forma, favoreceria a economia pernambucana, situada do mesmo lado esquerdo e

---

<sup>201</sup> DOURADO, Walter. Barragem de Sobradinho, navegação do Rio São Francisco, irrigação. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 141, 17/18 de maio 1975. p. 4 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

melhor servida de transportes para escoar as cargas, caso as embarcações aí chegassem. Por dias seguidos, essa discussão agitou a imprensa e o meio político, inclusive em jornais de Salvador, como a *Tribuna da Bahia*, de cuja edição do dia 27 de junho de 1973, RIVALE reproduz um texto:

Em síntese: a construção da barragem vai forçar o deslocamento provisório do porto de Juazeiro para local acima da barragem. [...], criada a alternativa, com a insinuação do porto provisório na margem esquerda, os pernambucanos passaram imediatamente a uma ofensiva. [...], o **porto terminal, que hoje é em Juazeiro, poderá ficar fixado em Petrolina.** [...]. E a intenção não parece ser outra. Em primeiro lugar, há a família Coelho, cuja base política e econômica está em Petrolina. Quando o Sr. Nilo Coelho era governador de Pernambuco, tudo fez para desviar o movimento de navios de Juazeiro para Petrolina. Não conseguiu porque o governo baiano tocou para a frente a construção do porto de Juazeiro e porque o Sr. Nilo Coelho não teve tempo de, no governo, cavar o leito do rio no lado de lá, onde pretendia abrir o principal canal. Mas bastou surgir essa questão do porto provisório, para desencadear nova investida. Um memorial reivindicando o porto provisório para a margem esquerda foi assinado pelo presidente da Associação Comercial de Petrolina (o Sr. Paulo Coelho), pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento de Petrolina e pelo prefeito de Petrolina. O curioso é que o prefeito de Juazeiro, Sr. Durval Barbosa, também assinou o memorial, certamente sem saber o que fazia. Para terminar, o governador Antônio Carlos [Magalhães] está trabalhando pela localização do porto na margem direita do rio e já comunicou ao Sr. Eunápio Peltier de Queiroz, em contato telefônico, que mantiveram antontem, que a Bahia não pode aceitar a fixação do terminal na margem esquerda do rio. O Sr. Peltier de Queiroz, como diretor da CHESF e responsável por Sobradinho, também tem posição favorável a que o porto provisório (e naturalmente o definitivo) fique do lado de cá. Ele entende que o território sacrificado pela barragem será o baiano e não acha justo se acrescente a isso o prejuízo que a perda do porto acarretaria [negritos no original]<sup>202</sup>.

Em reproduções de discursos localizadores como esse, numa edição que o trazia completo, confirmando os posicionamentos veiculados, o jornal também situava seu lugar na celeuma, ao conduzir à interpretação de que os impactos das intervenções espaciais desembocavam no acirramento de um conflito estadual, independente da propalada unidade regional de que se dizia representante ou da reiterada irmandade entre as cidades que a revista *Realidade* chamara de “metrópoles sanfranciscanas”, tidas como gêmeas no meio do sertão. Diante da desigualdade da força geopolítica de apenas uma das várias famílias latifundiárias e tradicionais dessa área, o par “renovação e integração” do Vale parecia dever surgir de um centro regional definido: Juazeiro, de onde falavam a maioria dos autores que

<sup>202</sup> PORTO. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 41, 01/02 de jul. 1973. p. 2.

escreviam para o periódico, e apesar de essa cidade não ter o mesmo espaço de articulação estratégica dentro do Estado da Bahia.

E numa tentativa de ser imparcial no que dizia respeito a outros agentes sociais envolvidos no conflito, também são publicados os discursos da Companhia de Navegação e da Câmara de Vereadores – ambos de Juazeiro e advogando a mesma localização para o porto provisório<sup>203</sup>. Em uma crônica, Ermi Ferrari Magalhães, como fundador da União dos Barqueiros e presidente da Associação Comercial, chama a atenção para a concorrência entre a navegação e o transporte rodoviário, e seu risco para a cidade baiana:

Sim, a Cia. de Navegação e Barqueiros desejam e lutarão até onde possam para que a navegação continue franca até o porto de Juazeiro-Petrolina, como está atualmente. Para isso, de há muito vêm mantendo entendimentos com a CHESF no sentido de que seja feito o derrocamento do Canal do Ingá ou Saco do Meio, onde a CHESF conservará, até fevereiro de 1977, um canal de 400 metros de largura que poderá ser [sic] derrocadas as pedras existentes, ser utilizado pelas embarcações enquanto não se verifica o fechamento previsto para data acima citada [...].

A navegação fluvial do S. Francisco, como também dos demais rios brasileiros, tem o seu custo operacional baixo, porque utiliza um caminho que anda – o rio. Se essa navegação for obrigada a utilizar caminhões para levar ou trazer mercadorias para um porto em qualquer distância do seu ponto inicial e terminal de movimento, não poderá sobreviver, pois o frete rodoviário, principalmente nas pequenas distâncias, com o aumento gravoso de carga e descarga, torna proibitivo a utilização de embarcações para o transporte de cargas em longa distância, cargas essas que geram os fretes dos quais obtêm a renda com que pagam tripulantes, combustíveis e lubrificantes e o lucro do empreendimento<sup>204</sup>.

Ermi Ferrari atentou para a deficiência de estradas e para os custos do escoamento das cargas, ou seja, mesmo com a localização do porto no lado baiano, o que já retirava o fluxo comercial da área urbana de Juazeiro, a navegação não tinha sido pensada no planejamento, e sua manutenção só parecia trazer mais ônus dentro do modelo desenvolvimentista proposto. Não à toa, a trajetória e os discursos do líder dos barqueiros mudaram, então, de rumo. Antes de o indicarmos, cabe situar que Ermi se encaixava no perfil que Walter Dourado definira: “todas as pessoas que conduzem mercadorias em barcas denominam-se ‘barqueiros’[...], é o

---

<sup>203</sup> CÂMARA discute Porto. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 42, 08 de jul. 1973. p. 1; BRITO, Esmeraldo de Oliveira. Carta da Companhia de Navegação ao Jornal *RIVALE*. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 44, 21/22 de jul. 1973. p. 7-10.

<sup>204</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. Porto de Juazeiro. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 42, 08 de jul. 1973. p. 10.

dono da barca, o proprietário da embarcação [...]”<sup>205</sup>. Sendo, por isso, citado na lista dos barqueiros do mesmo livro, o cronista havia se destacado na imprensa e na política local por seu prestígio intelectual e por ter servido ao Exército durante a Segunda Guerra.

Durante a edificação da Barragem de Sobradinho, com a relutância da CHESF em atender à demanda pela construção de eclusas que garantissem o fluxo de embarcações, e com a criação de um Grupo de Trabalho para avaliar os interesses em jogo, Ermi foi um dos principais responsáveis por negociar com a instituição o pagamento de indenizações àqueles que perderiam definitivamente sua atividade econômica e aos poucos que permaneceriam trabalhando no ramo<sup>206</sup>. Ou seja, o que RIVALE comemorava como sendo uma vitória das negociações viria a significar, em pouco tempo, como uma derrota não declarada, mas tácita, assinalando a decadência definitiva da navegação, que vinha se processando lentamente há décadas e agora era acentuada pela grande intervenção no rio. Walter Dourado o constata, quando percebe que, apesar da introdução de novos tipos de embarcações e da previsão de construção da eclusa, as condições de navegabilidade do rio, especialmente o regime e o volume das águas, já não eram os mesmos, por conta do conjunto de obras que os havia modificado:

Recentemente, engenheiros navais aqui vieram e forneceram um plano de modificações na estrutura geral do tráfego de embarcações, preconizando a adoção de novos métodos de ação quanto às construções de embarcações. Elas seriam compatíveis com as verdadeiras condições de navegabilidade do rio. Um dilema apresentou-se: abolição dos “gaiolas” e construção de embarcações ligeiras providas de hélices. Utilizariam lanchas rasas – empurradores e chatas destinadas a cargas. Aceitou-se a segunda opção. Construiu-se uma eclusa em Sobradinho que seria utilizada em conjugação às descargas do rio, mediante comportas utilizadas na conformidade do sistema [hidrelétrico] de Três Marias. Tal não aconteceu: Três Marias serve mais à CEMIG, para efeito de suprir a zona de energia elétrica. Por isso não soltam as águas<sup>207</sup>.

Pelo menos no que diz respeito à prática da navegação e seu conflito com a eletrificação, o discurso dá entender a precariedade de uma possível coesão de

---

<sup>205</sup> DOURADO, Walter. *Pequena história da navegação*. Salvador: Beneditina, 1973. p. 52.

<sup>206</sup> BARQUEIROS serão indenizados. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 200, 07 de set. 1976. p. 2 (Coluna Flashes); BARQUEIROS do S. Francisco terão a sua vez. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 216, 16 de jan. 1977. p.1.

<sup>207</sup> DOURADO, Walter. A Navegação no Rio São Francisco e seus problemas. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 165. 01/02 de nov. 1975. p. 3 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

interesses econômicos e geopolíticos entre os diferentes Estados que comporiam aquilo que fora tão divulgado como unidade do Vale. Talvez por isso ainda tenham surgido, no ano de 1976, propostas de valorização da navegação no Estado da Bahia, incluindo o turismo pelo rio. A Companhia de Navegação do São Francisco começou a veicular, no jornal RIVALE, publicidades que traziam uma recorrente foto, de autoria desconhecida, em que se vê um vapor chegando à margem juazeirense, identificável pelos arcos da Ponte Presidente Dutra, com as carroças e pessoas aguardando o desembarque (Figura 37)<sup>208</sup>. Essa foto é usada em pelo menos dois anúncios diferentes, cujos textos vão relacionar a prática da navegação com os agentes sociais tipificados como “sertanejos ribeirinhos”<sup>209</sup>.

Figura 37



Publicidade da Companhia de Navegação do São Francisco (CNSF). *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 180, 19 de mar. 1976. p. 4.

<sup>208</sup> *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 180, 19 de mar. 1976. p. 4.

<sup>209</sup> *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 18?, 02 de jun. 1976. p. 3.

Por que o apelo à confiança nas empresas do governo nesse anúncio publicitário? Essa generalização que ultrapassa o tema da navegação remete ao traço de suspeita, e frequentemente de irreverência, que determinadas variáveis das culturas políticas brasileiras demonstraram para com o que fosse “do governo”, ou ainda mais abstratamente “público”. Entretanto, considerando-se que, historicamente, a publicidade dialoga com variáveis mais particulares do cotidiano, nesse momento específico, o tom de apelo – que passa pelo pequeno relatório das atividades dos barcos, indica que a “sobrevivência de muitos” depende deles, e mostra, no equilíbrio e na correspondência entre a imagem e o texto, “a vida dos sertanejos” em torno e dentro dos vapores – permite a leitura de que o anúncio está conectado com a crise vivenciada na navegação<sup>210</sup>.

A questão ainda sofreria um ou outro revés. Mesmo dizendo se basear em “fontes não oficiais”, RIVALE noticia em primeira página que a CHESF anunciara que não faria eclusa<sup>211</sup>. A isso se sucedeu a explicação de um dos engenheiros responsáveis, chamado José Fernando, que esclareceu que a eclusa seria construída. Afirmando, contra o próprio tempo, que “a navegação [era] o principal fator socioeconômico desta área”, o periódico parecia provocar o choque com a notícia duvidosa para, logo depois, conseguir a resposta institucional favorável<sup>212</sup>. O jornal ainda criava expectativas, um tanto utópicas, como a de que “as novas cidades de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado terão portos onde atracarão os navios que ali trafegarão. Esses navios são grandes, maiores que os hoje existentes, porque no lago haverá ondas como no mar”<sup>213</sup>.

E apesar disso, decidiu-se pela criação do porto provisório de Juacema, no povoado homônimo, acima da Barragem, na margem direita, como vinham

---

<sup>210</sup> Para exemplos de leituras historiográficas da publicidade, cf. DEL CASTILLO, Alberto. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la Ciudad de México (1880-1920)*. Ciudad de México: El Colegio de México; Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006. p. 84-104; SILVA, Jaílson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: UFPE, 2010.

<sup>211</sup> CHESF não fará eclusa em Sobradinho. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 220, 13 de fev. 1977. p. 1-2.

<sup>212</sup> PORTOBRÁS explica eclusa. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 221, 20 de fev. 1977. p. 4 (Coluna Sobradinho é notícia).

<sup>213</sup> O LAGO. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 230, 24 de abr. 1977. p. 4 (Coluna Sobradinho é notícia).

pleiteando os juazeirenses; e a construção da eclusa só foi concluída em 1981. Vitória ambígua: numerosas barcas ficaram estacionadas em Juacema, e outro grupo de embarcações ficou na mesma situação em Pirapora, Minas Gerais, enquanto as comportas eram fechadas para que o reservatório fosse preenchido, criando o lago de Sobradinho; mas a maioria das barcas não voltou a funcionar, e as que permaneceram funcionando, transitando através da eclusa, já não percorreram trechos tão longos, como no passado<sup>214</sup>. Ali, se dava o encerramento de um capítulo da história dos transportes, dos deslocamentos espaciais e das práticas de configuração dos espaços no país, numa atividade que tinha sido objeto da observação e dos projetos de outros períodos, como nos textos dos engenheiros topógrafos e dos geógrafos. Seu declínio apontava para a dificuldade de convivência com outras práticas e formas de operar com o que se entendia como integração nacional, conforme o planejamento desenvolvimentista proposto e seus campos de interesses.

### 2.2.3 A memória histórica como espaço de batalha

“A curva da História obedece a uma variação incontável”<sup>215</sup>. Curiosamente, nessa frase de Walter Dourado, a palavra “rio” poderia substituir a palavra “História”, sobretudo quando nos lembramos que os muitos enunciados e práticas que estamos analisando se detinham exatamente no controle das variações e curvas do São Francisco. Neste tópico, trataremos de outra tentativa de controle, o do tempo, de suas variações e passagens, que eram sinalizadas nas reconfigurações espaciais. Os cronistas de RIVALE se valem de sua escrita, com a qual, esperam poder, se não controlar, pelo menos dar sentido ao passado daquela sociedade e ao rumo que a história vinha tomando e impondo aos espaços.

---

<sup>214</sup> Cf. o livro publicado *a posteriori*: MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no rio São Francisco*. 3. ed. São Paulo: P&A, 2009. p. 79.

<sup>215</sup> DOURADO, Walter. *Pequena história da navegação no rio São Francisco*. Salvador: Beneditina, 1973. p. 38.

Já acenamos furtivamente à faceta intelectual de Walter Dourado, que gostava de se proclamar e de ser proclamado “historiador”. Mas, igualmente como homem público, Ermi Ferrari se engaja tanto nas instâncias políticas e particulares quanto na luta através de discursos, como na sequência de crônicas sobre tipos sociais e atividades econômicas, que ele veiculava no jornal RIVALE sob títulos como: “Vapores e vapozeiros”, “Barcas, barqueiros e remeiros”, “Coronéis barranqueiros”, “Barranqueiros e beradeiros”. A escrita de Ermi se situa entre o relato sobre um passado recente, com traços de memória do autor, e a observação tipificadora dos agentes sociais do espaço, sobretudo das classes subalternas, com vagos elementos de denúncia social. O trabalho discursivo de Ermi Ferrari e Walter Dourado permite afirmar que estamos diante de certo pensamento histórico aristocrático e conservador, próprio a esse momento e a determinados grupos sociais que reagem de formas diferentes às transformações espaciais e sociais, entre a nostalgia e o ativismo pela manutenção de determinados interesses. Já perceptível na narrativa fotojornalística de *Realidade*, esse uso do “material histórico” também se torna um recurso para os cronistas locais, no sentido de atualizar o passado da navegação para se situar ante as novas práticas do presente, o que se tornava uma estratégia de ritualizar o tempo através de uma escrita que apresentava formas implicadas de narrar, de selecionar personagens, práticas e eventos considerados históricos para lhes dar destaque<sup>216</sup>.

É assim que, com tom épico, logo no ano de 1974, Ermi Ferrari escreve outra pequena série de crônicas intitulada “Saga sentimental da navegação”, na qual conta a história desde as primeiras embarcações, como os ajoujos, até a consolidação dessa atividade como prática econômica central para o transporte de pessoas e víveres no Vale, no período de predomínio dos vapores<sup>217</sup>. Sua opção pelo “sentimental” passava pelo relato de uma substituição sem conflitos das experiências espaciais de navegação dos povos indígenas pelas embarcações dos

---

<sup>216</sup> Embora não estejamos diante de algo que tenha abrangência suficiente para ser chamado de “cultura histórica”, por estar limitado a um espaço e a um grupo social muito específicos, recorremos, novamente, à leitura de GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Projeto História*. São Paulo, n. 16, fev. 1998.

<sup>217</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. Saga sentimental da navegação (Capítulo III). *RIVALE*. Juazeiro, ano III, n.º 109, 19/20 de out. 1974. p. 6.

colonizadores, e em seguida pelo surgimento dos navios modernos, sem destacar as lutas políticas e econômicas que aí se travaram, desde o século XIX.

Em outro texto, Ermi Ferrari celebra as figuras dos antigos coronéis e a substituição temporal e espacial de seu universo com a chegada de “progresso e desenvolvimento”, como no trecho a seguir, em que se dava “adeus à velha [cidade de] Sento Sé”, que seria atingida pela Barragem de Sobradinho:

[...].

O Velho Chefe da Família [Sento-Sé, que chegara junto com a “gente de Garcia Dávila”], ao instalar-se, jamais pensou que todo o seu esforço para desbravar a terra; todo o seu esforço para instalar currais, roças e a Casa Grande, anos depois seria inútil, pois tudo desapareceria inundando pelas águas do Grande Lago formado pela Barragem de Sobradinho, pelas exigências do progresso e desenvolvimento do Brasil. A Casa Grande, os currais, as roças e a própria cidade estão com seus dias contados, tudo isto que de modo muito especial deve falar ao coração dos remanescentes do Clã e também dos que sem a ela pertencer, ali se instalaram.

[...] <sup>218</sup>.

Desde os personagens principais elencados de forma heroica como desbravadores e fundadores da cidade à opção pela caracterização dos espaços de seu domínio, a narrativa estava atualizada com o pensamento conservador do período, que privilegiava as memórias e os sentimentos nostálgicos daquelas elites familiares. Na mesma tônica de despedida, o jornal RIVALE publicou, em 1976, um caderno especial intitulado “Homenagem à Festa de Despedida de Santana do Sobrado”, antigo porto fluvial pertencente ao município de Casa Nova e que também seria brevemente tragado pelas águas da Barragem. Ermi Ferrari escreve outro “adeus”, celebrando a casa-grande da elite dos Araújo, e novamente legitimando a ideia sacrificial no fato de que, não apenas tal elite, mas toda a “população [...] vai sofrer, vai sentir o sacrifício do deslocamento; o sacrifício difícil de suportar, ver desaparecer todo um vasto cabedal de memórias que o tempo não conseguiu fazer desaparecer”<sup>219</sup>. Mas Ermi não era considerado historiador, e talvez por isso se

---

<sup>218</sup> Idem. Velha Sento Sé – adeus. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 180, 19 de mar. 1976. p. 2 (Caderno Especial A Última Festa de Sento Sé).

<sup>219</sup> Caderno Especial Homenagem à Festa de Despedida de Santana do Sobrado. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 194, 25 de jul. 1976. p. 2.

servisse mais de suas próprias memórias e não se preocupasse em demonstrar apego empírico a documentos para suas narrativas<sup>220</sup>.

Por sua vez, desde a criação do RIVALE, Walter Dourado estreara sua coluna que reunia conceitos tão amplos no título (“História, tradições, comentários, sugestões”), e na qual passou a publicar, igualmente na forma de pequenos textos, narrativas sobre os carnavais, as manifestações populares e suas origens, a colonização e o surgimento de Juazeiro, o que redundou em iniciativas como a proposição da criação do Museu Regional do São Francisco e na sua participação na elaboração de um planejamento urbano, que, às vésperas do centenário da cidade, em 1978, a renovasse e a adaptasse ao fluxo do tráfego de veículos, mas que respeitasse sua arquitetura de finais do século XIX. Em sua obra publicada em livro, Dourado assumia o personagem do historiador, que dizia recorrer a documentos para se arrogar conhecedor dos procedimentos do ofício, mesmo sem ter formação e um lugar institucional:

Cumpre-nos declarar que não é nosso desejo avocar a nós próprios a primazia de situar nos devidos termos a História da navegação fluvial do médio São Francisco; nosso intuito é contribuir com uma parcela de conhecimentos em torno do assunto, graças às pesquisas que fizemos e continuamos a realizar, baseada sempre em documentação autêntica. Porém, a fim de esclarecer alguns pontos básicos da evolução histórica, não é possível prescindir-se da tradição oral, grande auxiliar de reconstituições, apesar de reconhecermos a precariedade e falibilidade de recursos desta ordem, sempre sujeito a revisões<sup>221</sup>.

As narrativas de Dourado, além de baseadas na pretensão de cuidados metodológicos, lançam mão de velhos temas, como o dos transportes, e são elaboradas para dar consistência ao espaço de experiência desses sujeitos e de seu grupo social aristocrático que, paradoxalmente, apostava nas mudanças encabeçadas pelo Estado autoritário – o próprio conceito de evolução histórica

---

<sup>220</sup> Vários desses textos estarão presentes na obra que citamos, cuja primeira edição é de 1991. Cf. MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no rio São Francisco*. 3. ed. São Paulo: P&A, 2009. Ressalte-se que, para Ermi, até o momento de sua escrita mais recente, ainda era possível recuperar a navegação.

<sup>221</sup> DOURADO, Walter. *Pequena história da navegação*. Salvador: Beneditina, 1973. p. 13. Se tomarmos as balizas definidas por Michel de Certeau, de que o saber histórico exige um lugar socioprofissional de formação, ao qual se vinculam uma prática e uma escrita, tal lugar específico de historiador é o que, de saída, faltava a Walter Dourado para que possa ser considerado enquanto tal, embora ele ocupasse outros lugares, como os de cronista e articulador político. Ver CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982. p. 65-106.

naturalizava o que Ermi Ferrari chamava de tempo do progresso e do desenvolvimento. Para Walter Dourado, isso significava contar a saga hierárquica dos potentados locais, dos barranqueiros e dos embarcadiços que escreveram “com o suor do seu corpo a História do barranco”, e, de forma especializada, dos municípios que estavam prestes a se extinguir, mas especialmente de outro município, Juazeiro, que, por sua reputada centralidade no Vale e pela aproximação de seu centenário, carecia de relatos que o engrandecessem:

No intuito de comprovar a existência de estrutura sólida no sentido socioeconômico em Juazeiro, o que possibilita colocar-se em posição privilegiada perante suas coirmãs, faremos um retrospecto histórico das atividades vitais da Comuna, destacando prioridades incontestáveis.

[...].

Em primeiro lugar, sobressaem-se os transportes, limitados no passado a caminhos palmilhados por tropas de muares. O tráfego de vapores veio trazer melhores condições de atendimento às necessidades dos ribeirinhos. Incontestavelmente, o ponto de convergência desta atividade – navegação fluvial, quer seja por barcas ou por navios a vapor, foi a cidade de Juazeiro. Aqui se formou o primeiro núcleo de exploração dos transportes, em atividades particulares ou em empreendimentos governamentais.

A chegada dos trilhos do caminho de ferro a Juazeiro (1896) representou o passo mais importante para o desenvolvimento da região<sup>222</sup>.

Por que, na luta pelos espaços, pelos destinos de sua reconfiguração, em meio a atores, práticas e interesses diversos, a memória histórica será a trincheira escolhida por esses intelectuais, que podemos chamar de tradicionais por sua formação e por atuação naquela sociedade, no meio comercial, na liderança da navegação? Sua prática de escrita e sua releitura do passado não serviam apenas para cicatrizar as feridas provocadas pelo declínio de práticas como a navegação ou para dar um adeus nostálgico às cidades que iam desaparecer, mas para encarar o presente apropriando-se de um lugar social na imprensa, propondo-se a falar em nome de determinados espaços do Vale, militando por eles, posicionando-se politicamente, emitindo discursos que se autorrepresentam como históricos.

E é justamente a articulação política que permitirá a Walter Dourado se envolver, por um lado, na luta pela chegada de um sinal de televisão próprio em Juazeiro, em conexão com as práticas sociais e sígnicas do presente, e na criação do Museu Regional, o qual, assim como o jornal RIVALE, viria a assumir o recorte

---

<sup>222</sup> DOURADO, Walter. Juazeiro – Cidade líder da região sanfranciscana. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 170, 06/07 de dez. 1975. p. 3 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

“regional” para pensar uma instituição que guardasse os artefatos referentes a amplos espaços, e não apenas a Juazeiro. Eis como argumentava Dourado:

As circunstâncias do momento, com o desaparecimento de quatro cidades e seus respectivos distritos, impõem uma medida urgente que assegure a preservação das coisas tradicionais, tão caras aos habitantes da gleba. Mais ainda: alvitramos a conjugação de esforços das quatro comunidades a sofrerem a inundação – Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado –, no sentido de realizarem um trabalho a fim de que possam reunir acervo documental de âmbito regional, abrangendo os setores da cultura, da arte, do folclore e de atividades humanas – usos e costumes de um povo, o que valeria pela representação objetiva do passado vivido pelos eméritos sertanejos. Assim, é preciso angariar recursos de ordem sociológica e econômico-social a fim de fazer face a trabalho de tamanha envergadura, para que se reproduzam os aspectos antigos das glebas nas faixas urbana, suburbana e rurais, com todos os aspectos das suas casas-grandes, fazendas, sítios e currais de gado, plantações, pastagens etc. O carro de bois, as casas de farinha, os apetrechos utilizados nas roças, a indumentária dos vaqueiros com o ferrão e os ferros de marcar gado e tudo o que lembra a vida sertaneja, deverá ser exibido, lembrando o seu primitivismo e assinalando a civilização que se extingue.  
[...].

Devemos acrescentar que, na concepção moderna, Museu não é um acervo de velharias. É a representação de um passado, a reconstituição de fatos, acontecimentos e episódios vividos por um povo, por uma civilização!<sup>223</sup>

Como todos os gestos que fundamentaram epistemologicamente a criação dos museus, o de Dourado é tributário de uma compreensão generalista, herdada dos antiquários e aprofundada pelos estudiosos do século XIX, de que o museu teria a tarefa de produzir uma memória oficial, dando a ver o passado em sua materialidade, na forma de objetos que, deslocados dos espaços e práticas sociais em que se originaram (as casas-grandes, a pecuária), se transmutavam, por seu tratamento, disposição e exposição pública, em documentos, representação, reconstituição de um passado que sofria a ameaça de desaparecimento iminente<sup>224</sup>. O espaço do museu não seria apenas o referido “acervo de velharias” porque inauguraria essa segmentação, outra metonímia, do que se tinha como representativo daqueles espaços a ser inundados, tocando na imaginação e na memória daqueles grupos sociais, especialmente das elites, e fazendo se

<sup>223</sup> DOURADO, Walter. Ideia louvável – A criação de um Museu Regional. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 166, 08/09 de nov. 1975. p. 4 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

<sup>224</sup> Para uma crítica do olhar que “descobre” os artefatos presentes na sociedade e os elege como parte da tradição e do passado, cf. também, a reflexão fundamental de GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. sér. v.15. n. 2. p. 11-30. jul-dez. 2007. p. 25. Cf. também LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

entrecruzar um regime de historicidade tumultuado – de uma sociedade que ainda cria ter primitivismos, mas que se via diante de conflitivas opções de desenvolvimento, desconstruídas das muitas propostas do passado – com uma cultura visual assoberbada pela construção do mundo-imagem, das imagens em movimento, como a televisão, das novas formas de transporte e configuração espacial<sup>225</sup>.

Antes do Museu, não havia sido feita, nos anos 1960, uma releitura do passado com a transformação do vapor Saldanha Marinho em restaurante, pela gestão do prefeito Américo Tanuri, para deleite dos antigos habitantes? Segundo Walter Dourado, o navio pioneiro da navegação virava, com “justa razão”, “Monumento Histórico” e atração turística<sup>226</sup>. Agora, tratava-se de visualizar o passado que se apagava, trazendo-o, ainda no presente, para um legítimo templo que o atualizasse. Essa prática, ela também uma inscrição dos objetos, era uma extensão da própria escrita de memória histórica de sujeitos como Walter Dourado, que não se daria somente na confecção do relato, mas no pensamento e na prática organizadores e classificadores.

E como sinal do entrecruzamento entre regimes de historicidade e modos de ver que estavam em mutação e concorriam para aquela grande reconfiguração espacial, foram instituições desenvolvimentistas que colaboraram na criação do Museu, que reuniria não só uma coleção de objetos dos espaços que desapareceriam, mas irmanaria o passado também dessas instituições:

Criado a 1.º de dezembro de 1976, o Museu Regional do São Francisco, que visa a proteção da história e cultura regionais, pode ser uma realidade para nossa terra. Tal iniciativa surgiu da CODEVASF, CODESF–JU, Prefeitura Municipal, Clubes de Serviço, Diocese, Associação Comercial e Agrícola, CERIN e DISF que, irmanados, sentiram a necessidade de preservarem os acervos históricos e culturais das cidades localizadas na área da Bacia do São Francisco.

Os acervos históricos e culturais serão constituídos de: objetos, máquinas, peças, documentos, filmes, slides, fitas, discos, quadros, livros, fotografias e tudo que represente valor histórico e cultural relativo à vida da Antiga Comissão do Vale do São Francisco, da SUVALE, da Antiga Viação Bahiana do São Francisco e das Prefeituras Municipais das cidades que

---

<sup>225</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 15, n. 2. p. 117-123. jul.- dez. 2007.

<sup>226</sup> DOURADO, Walter. *Pequena história da navegação*. Salvador: Beneditina, 1973. p. 8. 113. 120.

margeiam o Grande Rio. Tal acervo pode ser doado, emprestado ou vendido ao Museu<sup>227</sup>.

Com um conceito de história evolucionista, de acordo com o pensamento de seu idealizador, com um conceito de cultura reificado em objetos carentes de proteção, com o projeto de uma política de memória referida às elites e às instituições, com um recorte geopolítico definido estrategicamente, o acervo do Museu atestaria, ainda, a complexidade dessas camadas de documentos vindos de tempos e de experiências sociais diferentes<sup>228</sup>. Numa matéria de capa de agosto de 1977, isto é, no calor das transformações daquelas paisagens, RIVALE noticia a inauguração do Museu, com uma foto do casarão antigo onde ele se instalara. O próprio casarão, um palacete, era mais um artefato convocado a testemunhar o passado, tendo sido cedido pela CODEVASF, cujo presidente, Nilo Peçanha, compareceu à solenidade, acompanhado de outras autoridades<sup>229</sup>. Um mês depois, Walter Dourado ainda comemorava, no jornal, reiterando o discurso da centralidade espacial de Juazeiro:

Foi uma grande conquista obtida por Juazeiro a doação em sistema [de] comodato, por 5 anos, com renovação automática do antigo Palacete Miguel Siqueira para nele instalar-se o Museu Regional do São Francisco. Situado [sic] em ponto convergente da região, nossa cidade merece a denominação de Capital Regional do São Francisco. E a localização de um Museu da região na sede do nosso Município é medida acertada, deliberação justa das lideranças locais<sup>230</sup>.

Um pequeno trecho da longa curva da História era, portanto, supostamente controlado e materializado nesse espaço de salvaguarda de uma memória que, sem dúvida, tinha seus critérios sociais, políticos e culturais. Simultaneamente, o mesmo tempo histórico agitava, turvava e represava outras águas, criava outras curvas e retas de concreto, na constelação heterogênea de projetos, discursos, imagens e

---

<sup>227</sup> MUSEU Regional do São Francisco. RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 216, 16 de jan. 1977. p. 1.

<sup>228</sup> Atualmente, grande parte do acervo do Museu Regional, que é uma instituição privada, é constituída de artefatos relacionados à navegação (peças de navio, carrancas, mobiliário, louça). A inserção desses artefatos numa política de memória de museificação, frequentemente efetuada como apropriação sob o registro do privado, concebida com ares de colecionismo e com pouco diálogo expográfico com o público, seria indício ainda mais patente da decadência da navegação e da construção de uma memória elitista sobre tal prática.

<sup>229</sup> MUSEU Regional – Uma realidade. RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 237, 02 de jul. 1977. p. 1.

<sup>230</sup> DOURADO, Walter. Museu Regional do São Francisco. RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 243, 07 de ago. 1977. p. 5 (Coluna História – Tradições – Sugestões – Comentários).

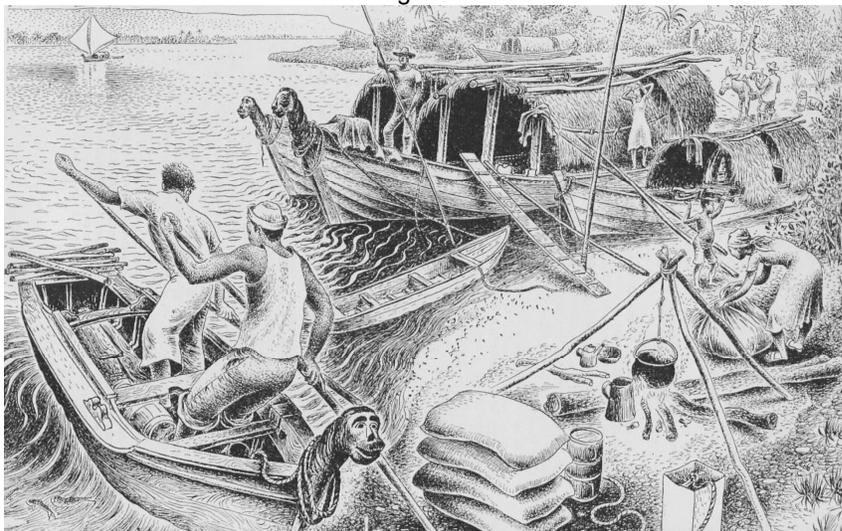
práticas de produção de espaços que rearranjavam o rio São Francisco e suas paisagens.

Esse capítulo procurou dar conta de uma parte dessa constelação, em seu caráter dispersivo, buscando, na medida do possível, interligar pontos e focos das diferentes luzes, e eventualmente das zonas de sombra, que constituíram aquela configuração social. Uma dificuldade que parecia latente à sociedade, com base em determinadas demandas desde os anos 1930 e 1940, e que ganhava outros contornos nos anos 1970, era pensar os agentes sociais dos espaços, o que, com ênfases e dimensões distintas, aparece tanto na transição epistemológica da Geografia quanto na implementação das políticas de Estado. É sobre o surgimento, a nomeação, a visualização e as mutações do problema social constituído em torno dos agentes sociais que habitavam o Vale do São Francisco que nos deteremos a seguir.

## PARTE II: OS AGENTES SOCIAIS DOS ESPAÇOS

### CAPÍTULO 3: FACES E CORPOS DO “PRIMITIVO”

Figura 38



Desenho de Percy Lau utilizado na capa do livro *O homem no Vale do São Francisco*. Tomo III.

Figura 39



Desenho de Percy Lau utilizado na capa do livro *O homem no Vale do São Francisco*, Tomo II.

As duas imagens com que iniciamos este capítulo datam de meados dos anos 1940 e são de autoria do desenhista peruano Percy Lau, cujos trabalhos ilustravam a série “Tipos e aspectos do Brasil”, da *Revista Brasileira de Geografia*. Sua produção serviu à renovação epistemológica da Geografia, no período em que esse saber se organizava acadêmica, institucional e didaticamente, tomando como referência predominante a Escola Francesa, o possibilismo e o pensamento de Vidal de la Blache. Por que trazemos tais imagens aqui, para abrir esse capítulo? Para diferentes campos de saber, o que essas imagens propõem, enquanto parte e produto da observação e do registro sobre determinados grupos sociais e suas relações com os espaços que estavam sendo recortados?

Imagens manuais, vestígios da habilidade do artista com a técnica do bico de pena, elas delineiam profundidade espacial com uso da perspectiva tradicional para fazer o traçado da paisagem, da vegetação e do relevo; conotam certas ideias de movimento, nas linhas onduladas (Figura 38), ou de repouso, na harmonia de um personagem encaixado em seu meio (Figura 39). Elas também remetem historicamente ao universo dos transportes e das atividades econômicas (a navegação, o uso de animais), indo particularmente ao encontro do que a Geografia vidaliana chamava de “gênero de vida”, qual seja a adaptação ativa e criadora dos homens ao meio, objeto da mudança paradigmática em curso. A articulação temática entre paisagens e homens era uma tendência recorrente nas artes, dentro e fora do Brasil, mas aqui vinha sendo matizada por demandas nacionalistas, regionalistas, cívicas, epistemológicas e pedagógicas, e ganhando expressão em diferentes linguagens. Os desenhos de Percy Lau, como as fotografias de Marcel Gautherot e Genevieve Naylor, na mesma época, mas conforme a particularidade dos artefatos e autores, contribuíram para a construção de uma visualidade específica sobre as práticas culturais dos espaços considerados interiores do país, especialmente os rurais. No caso de Lau, essa contribuição, inclusive, se projetou ainda mais quando seus desenhos ganharam os manuais escolares e passaram a circular mesmo sem o reconhecimento de sua autoria<sup>231</sup>.

---

<sup>231</sup> ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na *Revista Brasileira de Geografia* e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n. 2, p. 21-72. jul-dez. 2005. p. 25. Para as fotografias que o

E embora esses desenhos se inscrevam em tal recorrência histórica, espessando as camadas de sentido sobre o que se conhecia acerca dos diferentes espaços e culturas brasileiros, não seria possível *acontecimentalizar* tais imagens e seus usos, para além da assertiva, pouco sensível do ponto de vista histórico, segundo a qual “essa representação, 30 anos depois permanecerá praticamente a mesma”<sup>232</sup>?

Assim como temos procurado fazer com outras imagens, com sua retórica, com seus usos, e igualmente com os discursos e seu entrecruzamento, *acontecimentalizar* a imagem seria ressitua-la na *durée*, acompanhando esse gesto de desnaturalização de categorias históricas como os espaços; tomar a imagem como acontecimento seria procurar pensar como ela se insere nas configurações espaciais para atualizá-las e reordenar seus limites. É assim que, por exemplo, as duas imagens de Percy Lau reaparecem nos anos 1970, mais especificamente em 1972, nas capas de dois volumes do livro do sociólogo Donald Pierson, *O homem no Vale do São Francisco*, relatório publicado pela então Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), criada pelo regime militar. Mais exatamente, as imagens são colocadas nas capas dos Tomos II, dedicado às “relações ecológicas” (Figura 39), e III, que trata dos vínculos “associativo-culturais” (Figura 38). Entendemos que essas imagens ressurgem não como a “mesma representação” daqueles agentes sociais, mas em função de determinadas circunstâncias da publicação dos resultados da pesquisa de Pierson e das formas de se visualizar aqueles espaços quando determinados setores da sociedade brasileira se reapropriam das imagens do passado para dar-lhe outro uso. Considerando que Pierson elogiara a obra de Percy Lau, a própria edição e até mesmo o momento da produção de seu texto podem nos informar sobre como esses artefatos se movem, se arrastam, saltam entre tempos, convocados por esse jogo de citações e evocações do passado, e se juntam a outras tantas imagens e discursos, borrando a linearidade temporal<sup>233</sup>.

---

fotógrafo francês Marcel Gautherot tomou no rio São Francisco, nos anos 1940 e 1950, ver GAUTHEROT, Marcel. *O Brasil de Marcel Gautherot*: fotografias. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001. p. 87-97. 107. 138.

<sup>232</sup> ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *Op. cit.* p. 42. A noção de *acontecimentalização*, que aqui aplicamos às imagens, é tomada de empréstimo de FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*: estratégia, poder-saber. vol. IV. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2003. p. 339-341.

<sup>233</sup> Um exemplo desse jogo, para o qual foi se recorreu a uma imagem, fora abordado em KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado*:

Por ora, cabe-nos deixar a citação que fazemos dessas imagens como epígrafe e provocação para apresentarmos o objetivo deste capítulo, que é de colocar, através da abordagem dos vestígios históricos, a seguinte indagação: quais os conceitos, discursos e imagens produzidos para se enunciar os habitantes do Vale do São Francisco, especialmente as classes populares e suas práticas espaciais, econômicas, culturais? A partir dessa interrogação, retomaremos os textos dos engenheiros e geógrafos dos anos 1940, que já abordamos, a referida obra de Donald Pierson e uma matéria da revista *O Cruzeiro* publicada em 1952. Atentando para a especificidade da linguagem, das questões e dos circuitos sociais de cada grupo de enunciados, questionamos como eles se colocaram o desafio de conhecer, visualizar e governar o que chamavam de populações. Assim, por exemplo, na dimensão cultural propriamente dita, como e em que configurações sociais se constituíram os saberes sobre aqueles espaços marcados por uma inclinação que poderíamos nomear, guardada a devida reserva, de “etnográfica”? Embora saibamos que a etnografia se constituiu como metodologia específica de investigação da Antropologia, entendemos que certa busca pela caracterização do típico, do anedótico, do singular, do característico daqueles espaços, foi vazada em distintas interpretações, em formas de inscrever as práticas em imagens e textos – formas às quais o saber antropológico considerou como suas precursoras, ainda que para superá-las. Essas interpretações demonstravam o olhar de sujeitos, sobretudo de fora daqueles espaços, que foram para ali enviados, e tomaram essas variáveis de experiências e práticas como problema, a ser dado um sentido<sup>234</sup>.

Apontemos, de saída, que o conceito de população surgiu historicamente associado às atribuições de governo, sendo nesse sentido relacionado

---

contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 21-40.

<sup>234</sup> Sobre o surgimento do conceito e do problema político das populações, cf. FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, saber-poder*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003 (Ditos & escritos, IV). p. 281-305. A respeito do lugar e das condições de possibilidade da etnografia, enquanto procedimento de inscrição das culturas, ver CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *A experiência etnográfica*. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008; CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982. p. 211-230. Sobre a importância da dimensão visual na tradição de pesquisa das Ciências Humanas, a que voltaremos no decorrer deste capítulo, ver, dentre vários autores, FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998; MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

sucessivamente à força de trabalho, à administração dos fluxos demográficos, ao controle da suscetibilidade às variáveis climáticas, alimentares, sanitárias, à submissão de um conjunto situado de indivíduos a uma forma de poder estabelecida, que complementaria a dominação do território. O conceito esteve presente, também, de forma transversal, num largo leque de saberes modernos que, da Biologia à Economia, se preocuparam com a quantificação, a classificação, o abastecimento, o deslocamento, a educação, e as transformações no tempo dos indivíduos reunidos nessa categoria grande de coletividade, em determinados espaços<sup>235</sup>.

Nos textos que tomamos como documentos, o problema das populações recebeu atenção particular dos mesmos autores que efetuaram o recorte nominal do Vale do São Francisco, tendo em vista que ainda era tateante a divisão de saber que fora fundamental para a organização das disciplinas em nossa sociedade – entre ciências naturais e ciências sociais, particularmente estas, que ainda eram incipientes, no Brasil dos anos 1930, e considerando a histórica indefinição da Geografia nessa organização. Interessando igualmente àqueles que se preocupavam com as paisagens, mas com peso diferenciado conforme o foco específico das abordagens, o conceito de população foi mobilizado com frequência, seja como uma preocupação de Estado, para o qual trabalharam diretamente os engenheiros topógrafos, e indiretamente os geógrafos e cientistas sociais, seja como uma categoria para nomear os habitantes dos espaços, sua formação étnica e histórica, suas práticas culturais, suas experiências espaciais.

Dos anos 1930 até meados dos anos 1950, o conceito sofreu metamorfoses, relacionadas aos lugares sociais dos autores, às instituições com as quais eles dialogaram, aos campos de discursos mobilizados, aos paradigmas científicos vigentes, e aos interesses e demandas políticos em jogo no ato de enunciar as ditas populações. Assim, inicialmente, nos anos 1930, na voga do determinismo, apesar de já circularem vários conceitos possibilistas, e em plena época do debate sobre a formação do Brasil e da refutação dos aspectos negativos da miscigenação, os engenheiros topógrafos recorreram ao conceito de populações, usando-o adicionado a outras expressões, como evolução da espécie humana, condições do meio,

---

<sup>235</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 88-103.

caldeamento, cruzamento, segregação, sub-raça, caracteres somáticos, quadro nosológico, mentalidade, atraso. Nos anos 1940, os geógrafos tomaram teoricamente o conceito relacionando-o aos de padrão, meio ou gênero de vida, ou à geografia econômica, para visualizar a distribuição populacional dentro da região e das sub-regiões enunciadas com o apoio de mapas, tabelas e fotografias. Nos anos 1950, a pesquisa sociológica pensa as populações em conexão com o que se denominava de configuração associativo-cultural, com o par culturas de folk *versus* civilização – este que aparece reformulado no sentido do desenvolvimentismo – e com o horizonte de expectativa da mudança social. Acompanhemos, portanto, a análise detida desses artefatos e sua implicação no governo dos espaços do rio São Francisco que se estavam desenhando.

### **3. 1 Do mestiço aos tipos sociais: classificação e localização**

A figura social nomeada de *caboclo*, vivendo às margens do São Francisco, foi a que mais chamou a atenção do engenheiro Luiz Flores de Moraes Rego, que a chama de “raça do Planalto”. Apesar de fazer referência mais enfática a discursos do determinismo geográfico, seu livro não se esquivava dos temas e conceitos racialistas, especialmente para pensar o cruzamento racial que teria levado ao surgimento do caboclo. A principal referência, nesse sentido, é Oliveira Vianna, sendo que a contestação do determinismo racial por parte de Gilberto Freyre, por exemplo, que elevou a mestiçagem a totem da brasilidade, é ignorada pelo engenheiro<sup>236</sup>.

O Planalto brasileiro, o rio, o Vale, enfim, aparecem enquanto determinantes da constituição histórica daquela sociedade pelo dito cruzamento de seus elementos formadores, o qual seria responsável pelos caracteres somáticos e psíquicos mais ou menos uniformes e particulares, e que mereceriam um estudo dos traços da personalidade moral, do temperamento reservado e fatalista que facilmente podia

---

<sup>236</sup> Sobre o determinismo racial no Brasil e o impacto da obra de Freyre, cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 36-44.

levar os indivíduos a se reunirem em uma “turba ignorante” manipulável<sup>237</sup>. Na construção do livro de Moraes Rego, comparecem autores que haviam discutido a temática do sertanejo enquanto “híbrido” racial, como Euclides da Cunha, Roquete Pinto e Belisário Penna, e o engenheiro de minas apresenta em comum com seus antecessores a preocupação política em conhecer as populações para prevenir e coibir distúrbios políticos, como os do messianismo, em virtude da forte penetração do catolicismo, e lidar com aspectos considerados carentes de intervenção, como as condições sanitárias e a instrução<sup>238</sup>.

No capítulo dedicado às populações sertanejas, Moraes Rego é um dos primeiros a tipificar as categorias sociais, estando pouco interessado em sua complexidade interna e nas tensões entre elas. Estas só ocorreriam nas circunstâncias das eleições e no surgimento do “tipo social degradado” do jagunço, que trabalhava sob regras para um fazendeiro. A organização social seria pautada mais na pecuária, do que na relação espacial de posse da terra propriamente dita, pois, segundo o autor, o gado valia mais que o latifúndio, vindo a implicar inclusive na hierarquia social baseada no compadrio entre os tipos: o fazendeiro, chefe familiar e político; o vaqueiro; o agregado ou roceiro trabalhador nas vazantes<sup>239</sup>. Como vimos, a análise e as propostas do autor contribuíam para a ideia de unidade nacional, que nos anos 1930 ganhava importância geopolítica a partir do controle dos localismos e, no caso desses espaços, do silenciamento de projetos como o da criação de um “Estado do São Francisco”, como se aventara durante o Império. A preocupação com a ordem política é que leva Moraes Rego a naturalizar a hierarquia social entre as diferentes instâncias, a lamentar a chegada da influência negativa do Padre Cícero, e a celebrar a superação dos recursos violentos, extralegais, de um regime social chamado de semifeudal, que permitia a existência de jagunços.

---

<sup>237</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 151-155. 159.

<sup>238</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 151. Sobre a presença de intelectuais como Roquete Pinto e Belisário Penna em diferentes espaços brasileiros e a vinculação entre mestiçagem e saúde, em seus discursos, cf. LIMA, Nísia Trindade. O sertão como patologia, abandono e essência da vida nacional. In: \_\_\_\_\_. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999.

<sup>239</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *Op. cit.* p. 160-178.

Observador de determinados aspectos do cotidiano, Moraes Rego atenta para as dinâmicas espaciais das casas, nas fazendas e nas cidades, para o mobiliário e a iluminação, para os costumes e as festas adjetivadas de anacrônicas, e conclui que ainda faltava muito para elevar o grau de civilização de populações que seriam avessas às influências litorâneas. Essa é uma das razões, segundo o autor, para se investir nos transportes, nas vias fluviais para a navegação, nas ferrovias, e nos contatos entre espaços do próprio São Francisco, cujos habitantes já possuíam uma tendência à mobilidade – caso do tipo social dos remeiros. Nessas conexões espaciais, residiria a possibilidade de retirar aqueles grupos sociais do isolamento e as práticas econômicas do estado considerado primitivo<sup>240</sup>. O autor esperava que seu livro contribuísse para a interferência nas práticas, apontando deficiências que qualificavam, de modo evolucionista e hierarquizador, as condições de vida como rudimentares. E apesar das mudanças de referências de autores que vieram depois, como Jorge Zarur e Donald Pierson, os adjetivos como “primitivo”, a tipificação dos agentes sociais e a categoria geografizante e localizadora do isolamento espacial serão retomados de Moraes Rego<sup>241</sup>.

O engenheiro Agenor Augusto de Miranda, por sua vez, partia de uma metáfora visual: no São Francisco, estaria o “limite da nossa civilização litorânea, aonde chegavam apenas, esbatidas, as *tintas* com que se representa” [grifo nosso]. Na mesma tônica localizadora e evolucionista, mas com acento otimista, esse autor propõe que os investimentos em transportes, educação, colonização agrícola, numa nova política territorial que transferisse as capitais do país e de vários Estados para o interior, criariam no brasileiro “o amor pelo sertão”, desmentindo os enunciados que diziam que “o Brasil é um vasto hospital”, ou que “o Brasil é um país de analfabetos”<sup>242</sup>. Novamente, a preocupação que viera das campanhas e expedições sanitárias do começo do século é aliada à discussão sobre a mestiçagem que

---

<sup>240</sup> REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936. p. 178-192.

<sup>241</sup> Sobre o geografismo que mede a distância, dos espaços e agentes sociais, em relação a seus enunciadores e gestores, cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica dos esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual*. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 63-67.

<sup>242</sup> MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62). p. 16-24. 128.

geraria “sub-raças” degeneradas, como o caboclo<sup>243</sup>. Mas Miranda aparentemente está se referindo ao determinismo com entusiasmo por seu ultrapassamento, demarcando a distância civilizacional do sertão para dele se reaproximar estrategicamente.

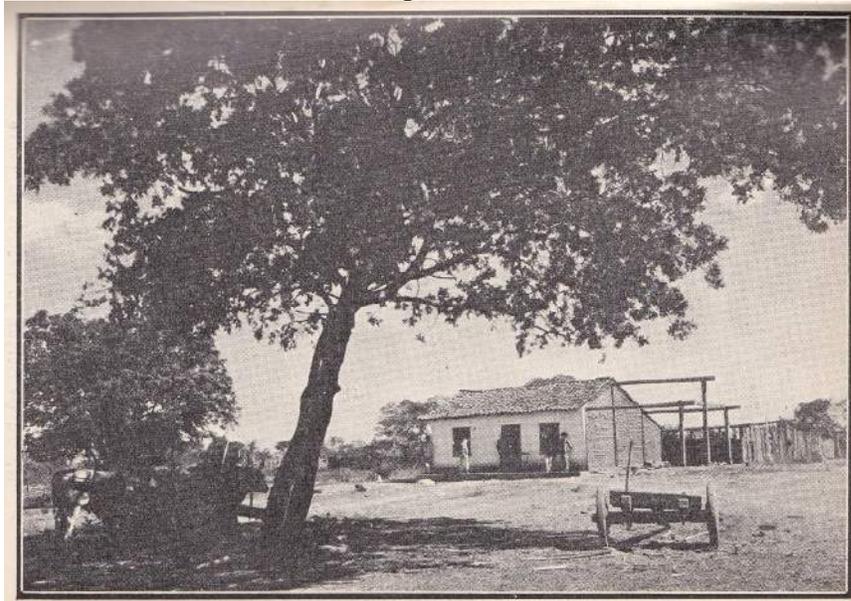
O escritor Orlando Carvalho, com a produção das fotos na viagem e com a inserção delas na ilustração de sua “reportagem”, pode ser considerado como introdutor de uma visualidade etnográfica sobre os espaços do São Francisco. As imagens, colocadas em página inteira, quase todas captadas em enquadramento centralizado, trazem cenas da navegação, dos carros de bois, das casas (Figura 40), ou retratos do cotidiano, de indivíduos e grupos nomeados no texto como barranqueiros, barqueiros e ladrões – embora destes últimos, cujo termo designa, inclusive, grandes proprietários de terra em seus conflitos, não haja fotos, o que já denota uma escolha política. A atenção aos cenários é um dispositivo localizador, que vincula esses indivíduos aos espaços, aos campos abertos nas caatingas, às feiras das pequenas cidades e ao rio (Figuras 41, 42 e 43). Ao mesmo tempo, o texto se encarregava de caracterizar, à moda sanitarista, esses cenários: “O rio, com seu regime de perigo devastador de barrancos, impõe as condições de moradia: o barranqueiro mora miseravelmente em casa de pau-a-pique, em companhia de barbeiros”<sup>244</sup>.

---

<sup>243</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 7-21. Ver também BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: UNESP, 2005. Especificamente sobre as campanhas sanitaristas, cf. LIMA, Nísia Trindade. O sertão como patologia, abandono e essência da vida nacional. In: \_\_\_\_\_. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999.

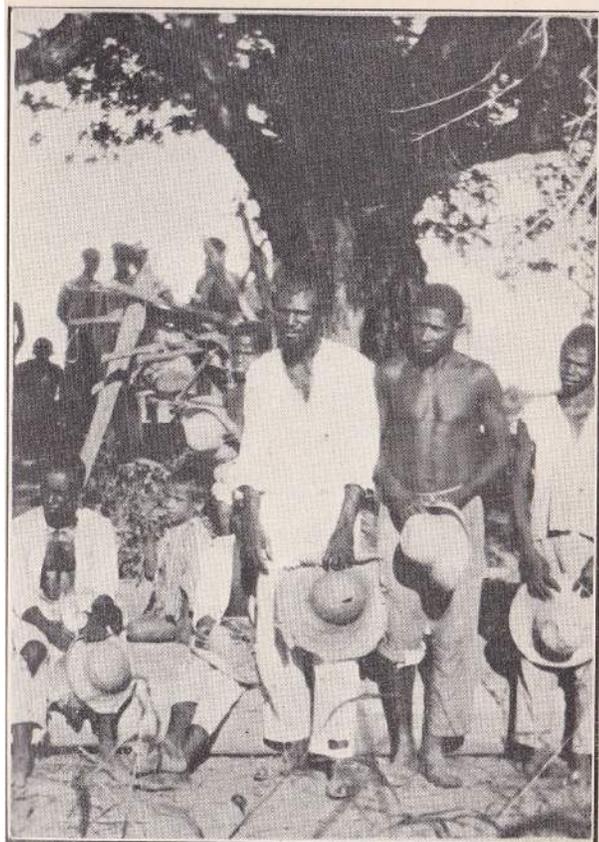
<sup>244</sup> CARVALHO, Orlando. *O rio da unidade nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 91.

Figura 40



"Casa de barranqueiro". In: CARVALHO, Orlando. *O rio da unidade nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

Figura 41



"Barranqueiros baianos". In: CARVALHO, Orlando. *Op. cit.*

Para a abordagem sobre os retratos fotográficos do livro de Carvalho, cabe problematizar o destaque assumido por esse gênero, como forma de expressão que, por essa época, já sofrera um deslocamento em sua produção e em seus usos. Na medida em que os viajantes e a nascente Antropologia lançavam mão do retrato, isso indicava uma transformação na cultura visual ocidental, desde que os retratos não correspondiam mais apenas aos hábitos de ver, dar a ver e ser visto das diferentes classes sociais urbanas que acorreram para aclamar e demandar a fotografia, quando de sua massificação, no século XIX<sup>245</sup>. Para a observação de indivíduos e culturas, para o governo das assim chamadas populações, o retrato será investido da crença na garantia realista de objetividade, de fixação temporal e de exame dos aspectos e manifestações do corpo, da indumentária, das expressões do rosto e do comportamento – o que, nos casos que analisamos, se casava com a concepção de “expressão geográfica” que Carvalho vira na prática do geógrafo Gedert Ramans, e servia à imobilização dos procurados tipos sociais do São Francisco, detidos numa pose e numa veste, apartados do movimento temporal e cercados pelos espaços luminosos e áridos, dos quais eles se tornavam componentes<sup>246</sup>. Um desses retratos (Figura 41), que trazia a disposição provocada dos indivíduos perante a câmera, traz uma legenda tipificadora e localizadora: “Barranqueiros bahianos”, que se relaciona com o capítulo sobre esse grupo social.

Outro retrato em especial – intitulado “Sertanejo vestido de couro” (Figura 42) – chama a atenção pelo lugar que passava a ocupar, desde a literatura do final do século XIX, esse tipo de representações do sertanejo, vestido inteiramente de couro, com calças, gibão e chapéu, e tido como símbolo de determinados recortes do

---

<sup>245</sup> Sobre a entrada do retrato no campo da fotografia, cf. BURKE, Peter. Fotografias e retratos. In: \_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 25-41; FREUND, Gisele. *La fotografía como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011. p. 41. 55-75. A análise pioneira de Freund apresenta uma noção instigante de retrato, pela abrangência de sua compreensão: do gênero de estúdio até o fotojornalismo, “retrato” da sociedade. Para exemplos da transformação do uso do retrato, cf. TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *Hist. Cienc. Saúde*. Manguinhos, v. 18, n. 1, p. 191-223. mar. 2011; MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008. p. 75-92; RABELO, Elson de Assis. *Os usos da fotografia e o retrato nas viagens pelo interior do Brasil*. Petrolina, 2013. Digitado.

<sup>246</sup> DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 161-184; TAGG, John. *El peso de la representación*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005. p. 51-81.

sertão, relativo ao lugar de enunciação de onde se falava. No livro de Orlando Carvalho, o porte elegante e a mirada frontal do sertanejo para a câmera lembram, sem dúvida, dentre outras referências, a obra de Euclides da Cunha, mas também remetem a essa figura pouco descrita nos capítulos anteriores sobre a “vida econômica”. Mas a imagem ganha um destaque por dar a ver, sem que sejam discutidos no texto, outro elemento relevante, do ponto de vista do índice fotográfico, isto é, da contiguidade do referente, para além do que é ressaltado na centralidade da pose e do destaque dado pela legenda<sup>247</sup>. Esse elemento são dois automóveis estacionados, um vestígio da transformação no cenário público do retrato que dá a entender que tais populações não estavam tão isoladas, como esses autores reafirmam, e que a concorrência das demais formas de transporte timidamente começava a fazer frente à navegação, como eles mesmos notam.

Essa ampla discussão sobre a dicotomia entre as categorias geopolíticas posicionais da integração promovida pelo rio e do isolamento dos espaços do São Francisco, como indicamos em outro momento, repercutia sobre a avaliação que se pretendia fazer do grau de civilização daqueles grupos sociais e ia ao encontro de outra problemática surgida, nos anos 1930, em torno da regionalização do país e da consolidação da ideia de Nordeste: a da “cultura popular”, ou das “atividades populares”, como nomeia Orlando Carvalho. Numa tônica comum aos discursos da época, o texto diz: “apesar dos progressos havidos com as comunicações [de] ferro e rodoviárias, com a intensificação do tráfego marítimo e aéreo, o Norte constitui o melhor depositário de trabalhos manuais regionais típicos do país”, de modo que era facilmente possível se deparar com culturas que não estariam apenas na “idade do couro” – conforme a referência a Capistrano de Abreu –, mas também na “idade do buriti, do ouricuri, do cipó e do bilro”<sup>248</sup>. Embora o texto designe “Norte” àqueles espaços do país, o que ainda viria a ser comum mesmo depois da divisão regional de 1941, essa abordagem da temática do popular e de suas artes tem a ver com a

---

<sup>247</sup> Para a noção da fotografia como índice do real, ver DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-52.

<sup>248</sup> CARVALHO, Orlando. *O rio da unidade nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 137-139.

elaboração da ideia de Nordeste como espaço da cultura popular, artesanal, pré-industrial, rural e espacialmente isolada<sup>249</sup>.

Figura 42

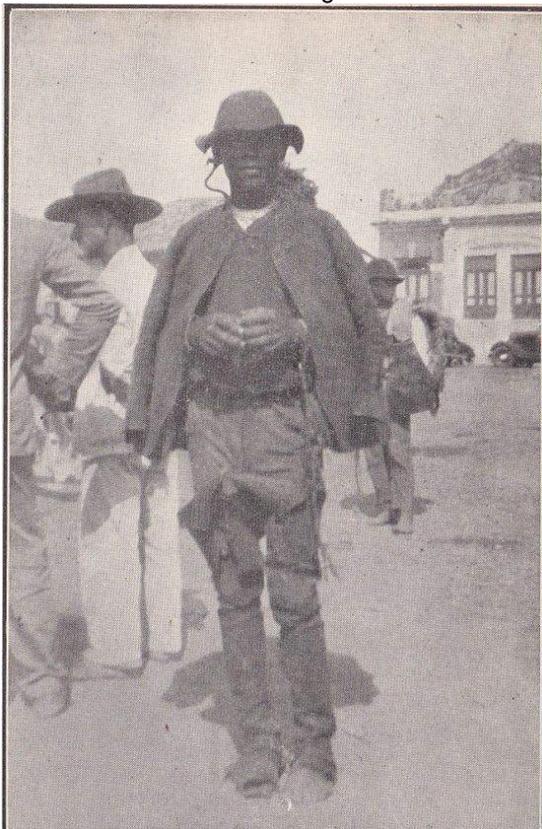
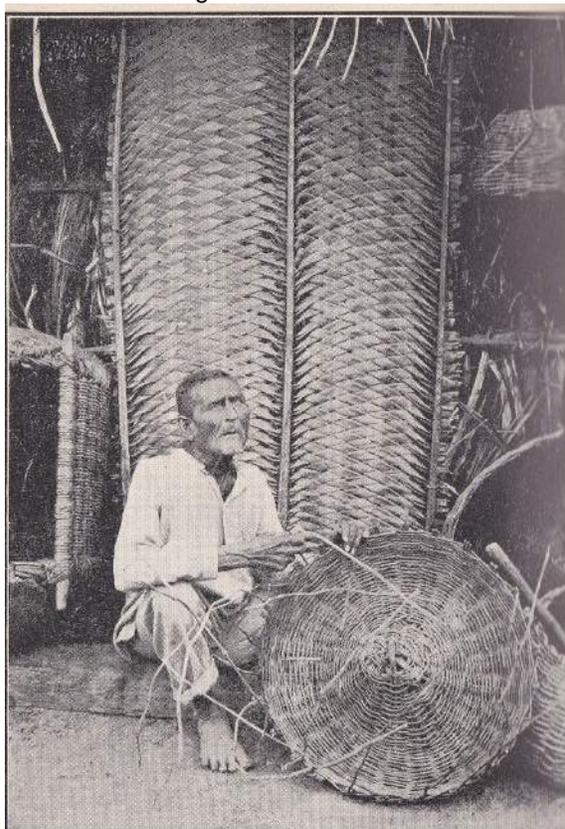


Figura 43



“Sertanejo vestido de couro” e “Cesteiro cego”. In: CARVALHO, Orlando. *O rio da unidade nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

O retrato de um cesteiro cego nos permite problematizar, em particular, esse tipo de observação e enunciação das chamadas “artes populares” por Orlando Carvalho (Figura 43). O cesteiro flagrado em seu local de trabalho, com esteiras e artefatos de palha ao seu redor, parece ter os olhos vagamente fixos na direção da câmera e, obviamente, não pode ver que sua imagem está sendo captada, diferente do sertanejo do outro retrato. As mãos continuam seu trabalho de dar às fibras dispersas a forma de cesto usando apenas o tato, sem que se possa ver o resultado,

<sup>249</sup> Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A feira dos mitos*. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

mas podendo apreendê-lo pela justeza e pela firmeza do entrelaçado das fibras. Dadas as muitas possibilidades de leitura de uma foto, seria esse retrato uma metáfora do olhar de Orlando Carvalho sobre as culturas do São Francisco? Com efeito, em vários momentos o autor encara com estranhamento essas populações e sua “cegueira” diante de um país em crescimento, cegueira dada pelos condicionamentos físicos, do meio e da mestiçagem, que lhe seriam inerentes. Entretanto, fechadas nessa interioridade obscura, tais culturas se mostravam ricas para quem, de fora, soubesse capturar, admirar, exotizar, dominar o tatear de seus ritmos, de sua linguagem e de suas habilidades.

Concluimos este tópico retomando uma obra que ficou celebrada como discurso institucional fundador da CVSF, o livro *O rio São Francisco*, do engenheiro civil Geraldo Rocha. Os agentes sociais são pensados na perspectiva da constituição temporal da mestiçagem, e embora o autor diga se localizar entre os sertanejos, apesar de viver há anos no Rio de Janeiro, sua forma de enunciação, na tentativa de celebrar o heroísmo daqueles habitantes que fariam do Vale do São Francisco a “Terra da Promissão”, os apresenta de uma perspectiva superior, letrada, e de um ponto de vista determinista, como tendo sido fixados no espaço pela natureza, como mestiços, homens fortes e, ao mesmo tempo, produtores de uma cultura folclórica, remetida ao recorte espacial do Nordeste: “A vida do vaqueiro nordestino é talvez a mais árdua a suportar pelo homem nos nossos dias. [...]. É preciso ter o sangue quente do mameluco, para experimentar tais sensações”; “ao som das violas nas horas de repouso ou nos cantares acompanhando a monotonia das remadas, os tripulantes [das barcas] perpetuam em sátiras os acontecimentos destacados da região. [...]. Os remeiros do São Francisco são grandes contribuintes do folclore nacional”<sup>250</sup>. A pecuária e a navegação, assim como os indivíduos que a praticavam, são reificadas nesse discurso que coloca o racismo num horizonte de enfrentamento entusiástico e idealizador do futuro. A concretização desse futuro deveria estar a cargo, entretanto, do Estado, a quem Rocha indica o protagonismo

---

<sup>250</sup> ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 46. 56. Sobre a vinculação entre folclore e identidade espacial nordestina, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A feira dos mitos*. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013. p. 71-117.

na grande transformação dos espaços, em detrimento dos seus habitantes, que apenas receberiam as mudanças e contribuiriam com elas por adaptação.

Para as instituições que viriam a se chamar desenvolvimentistas e que atuariam em nome do recorte espacial então criado, o discurso considerado como fundador reduz a multiplicidade das práticas culturais ao folclore e as atrela a uma região, além de não esclarecer como aquelas dinâmicas culturais, que decerto não estavam imobilizadas no tempo, interfeririam em projetos do dito aproveitamento ou seriam por eles afetadas. Exotizadas, capturadas, imobilizadas, enfim, as tais populações, suas práticas culturais e espaciais, seriam a parcela menos importante, porém localizada e governada, nos espaços e na exploração do rio com vistas ao crescimento e à integração do país.

### **3.2 Rumo a abordagens científicas: a permanência do “primitivo”**

#### **3.2.1 A Geografia: da tipificação à centralidade da economia**

A série “Tipos e aspectos do Brasil”, a que referimos no começo deste capítulo, deu uma importante contribuição para a elaboração do conhecimento geográfico como também para a criação de estereótipos sobre os habitantes de diversos espaços do país, através da fixação dos tipos sociais vinculados aos ambientes, a partir da construção imaginada de uma harmonia expressa no conceito de gênero de vida e dada a ver nos desenhos ilustrativos de Percy Lau<sup>251</sup>. Sobre o Vale do São Francisco, especificamente, essa tipificação estava no texto que o geógrafo José Veríssimo da Costa Pereira escreveu para a série indicada, e que se intitulava “Barranqueiros”, tendo sido publicado em 1949:

---

<sup>251</sup> ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n. 2, p. 21-72. jul-dez. 2005. A autora cita em seu texto o desenho de Lau que ilustra o texto de José Veríssimo da Costa Pereira, citado a seguir.

Conhecidos tipos humanos do São Francisco, habituados a enfrentar e a suportar os caprichos do rio bem como a situação de abandono em que tem economicamente vivido a região, os “barranqueiros” são, antes de tudo, habitantes ribeirinhos, em geral paupérrimos e vivendo em toscas habitações erguidas nos barrancos do curso d’água.

Levam um gênero de vida que reflete [...] o regime irregular do rio.

[...].

Num quadro geográfico assim, vivendo num mundo de economia pobre e de lucros escassos, o “barranqueiro” inculto e sem recursos, traduz as condições do meio.

Daí, em diante, a precariedade de sua habitação, a sobriedade de sua alimentação, aliás, insuficiente sob o ponto de vista dietético; seu espírito de inquietude e insegurança; sua resignação em face do isolamento em que, há duzentos anos, tem permanecido a região; daí, outrossim, sua ignorância e quase indiferença pelas coisas que se passam fora do seu meio.

[...].

Essa mentalidade fatalmente mudará com o combate sistemático às endemias, à ignorância e à rotina. Para isso, imprescindível se torna que o apoio do governo seja metódico e suficiente para que as pessoas abastadas e de boa vontade cooperem para a campanha da valorização humana e econômica do vale, felizmente já empreendida<sup>252</sup>.

Por essa citação, entendemos quão difícil parecia transitar, já no final dos anos 1940, rumo a uma abordagem que abandonasse o determinismo, mesmo com o emprego da categoria conceitual do gênero de vida, que acaba sendo conciliada com as ideias de reflexo, de tradução, de isolamento. Como arremate dessas categorias, a espera pelo apoio do governo estava sintonizada com as práticas políticas que se encaminhavam no período e que, supostamente, iriam devolver a historicidade àqueles espaços. Entretanto, essa vertente geográfica em específico, mais afim ao possibilismo, não era a única forma de enunciar as práticas, agentes e relações espaciais, dentro desse campo de saber. O próprio autor do texto, José Veríssimo da Costa Pereira, integrou o grupo que, em meados daquela década, começava a tomar outras referências, como da Geografia Econômica, e realizar estudos nos Estados Unidos.

Outro desses autores era Orlando Valverde, cujo texto sobre o Vale do São Francisco propunha uma subdivisão regional tomando as imagens como apoio e se baseando no conceito de região geográfica que, como vimos, pretendia ultrapassar a dicotomia entre os critérios natural e humano. E, no entanto, sua abordagem reificava as práticas econômicas, ou as tomava apenas como componentes da

---

<sup>252</sup> PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Barranqueiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n.º 2, abr./jun. 1949. p. 283-284 (Tipos e Aspectos do Brasil).

paisagem estática da região geográfica. Nesse mesmo sentido, não apenas pelo objetivo do seu artigo sobre a divisão regional, mas pela perspectiva do autor, os agentes sociais pouco importam; nas fotos escolhidas para a ilustração, a figuração humana aparece ao longe ou suposta pelos cortes dos enquadramentos fotográficos: quem conduz as embarcações onde se só se veem velas enfunadas? Quem guia as tropas de mulas que fazem um sistema de transporte chamado de primitivo? É uma compreensão da economia que praticamente prescinde dos homens, e por isso toma as fotos que privilegiam as paisagens, objetos e artefatos para dar a ver a geografia da produção. Nesse sentido, numa foto de Genevieve Naylor em que se vê uma barca com remeiros, a legenda só se refere a “barcaça típica do médio São Francisco” e se limita a localizar seus usos. A categoria teórica do gênero de vida é redirecionada, portanto, para a ênfase na dimensão econômica, que vai se deter na escolha e na indicação daquilo que poderia ser aproveitado para o desenvolvimento, independente dos aspectos sociais e culturais<sup>253</sup>.

O geógrafo Jorge Zarur, por seu turno, dedica um capítulo ao que nomeia como população, e cujo estudo era parte integrante de sua análise regional, na contribuição ao planejamento sobre os espaços. Sua abordagem é estatística, interessada em localizar onde vive tal população, como se distribui espacialmente e como se movimenta, e em classificá-la por ocupação, tipos, formação, renda. Acerca da distribuição espacial, ele diz:

A população bastante esparsa dessas quatro áreas [em que o autor subdivide o Médio São Francisco] tem-se conservado isolada das outras regiões do Brasil. Prejudicada no seu desenvolvimento por secas e cheias periódicas, por precárias arrecadações, por falta de capital, pelo controle sanitário e higiênico inadequado e pela emigração, a população local ficou incapacitada de aproveitar plenamente os recursos existentes para estabelecer padrões de vida elevados, de contribuir mais solidamente para a economia brasileira<sup>254</sup>.

Os mesmos *topoi* do isolamento, dos fatores do curso fluvial, da falta de condições sanitárias, da incapacidade – quando decidiam ver e enunciar as populações, os geógrafos pareciam reencontrar problemas, incompletudes, inadequações apontados pelos engenheiros topógrafos. Os espaços, tidos como

<sup>253</sup> VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2, v. 6, abr.-jun. 1944. Fig. 32.

<sup>254</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 5.

“recursos”, não estariam aí, disponíveis? Os temas da economia (as arrecadações, o capital) entram na explicação do não aproveitamento, junto com os dados estatísticos, para que se tornasse a chegar a uma conclusão negativa sobre as populações, a qual se desdobrava em necessidades de governo mais efetivo.

Desse modo, na classificação populacional, Zarur diz retomar o texto de Luiz Flores Moraes Rego, para compreender o mestiço – forte, inteligente, fatalista e inapto para o trabalho por lhe faltar educação – e para tipificar os sujeitos atrelando-os a critérios de produção econômica: os predominantes tipos rurais, os poucos tipos urbanos, e, nova categoria, o surgimento dos chamados tipos intermediários, cujos padrões de vida oscilavam, sem que se pudesse indicar definitivamente seu lugar social e espacial: são eles o geralista, o garimpeiro, o remeiro, o tripulante dos barcos e o ribeirinho, e o imigrante retornado – o “são-pauleiro”<sup>255</sup>. O tema da larga migração das populações das margens do São Francisco e através do rio reaparecia como uma preocupação explicitamente política, na medida em que dificultava o planejamento para aqueles espaços, o qual deveria considerar formas de fixação dos sujeitos na terra.

E, conforme sinalizamos, o livro de Zarur é indissociável da apropriação das fotografias de Genevieve Naylor, também usadas para a visualização das populações. O olhar de Naylor sobre o cotidiano dos grupos sociais subalternos se expressava especialmente sob a forma de retratos, de rosto ou de corpo inteiro, captados durante uma ação ou devolvendo o olhar para a câmera; o vínculo entre a figuração humana, as indumentárias, objetos e espaços é pontuado mesmo quando a câmera de Naylor não trabalha com poses, mas com flagrantes, o que era uma marca da formação da fotógrafa e de seu estilo documental (Figura 44).

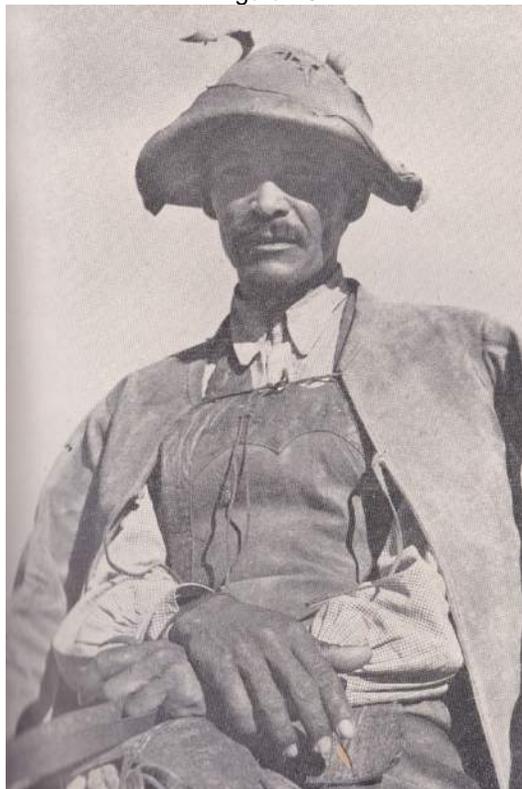
---

<sup>255</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 8-9. 22. 26.

Figura 44



Figura 45



“Rede de mão ribeirinha” e “Vaqueiro”. In: ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Figuras D e E, no livro.

Numa mirada mais ampla, essas imagens e sua inscrição na “análise regional” de Zarur serão aceitas porque ressoavam a valorização do trabalho, de grande importância para o Estado Novo e mesmo depois dele. O trabalhador representado *trabalhando* se tornava um emblema da construção da Nação, em seus muitos espaços e nos chamados ciclos econômicos. Por essa época, multiplicavam as imagens na produção artística e os discursos dos intelectuais que tratavam de efetuar a localização dos trabalhadores e de seu universo espacial, cultural e histórico, e isso ajuda a explicar a acolhida da obra de Genevieve Naylor, num embate entre visões concorrentes, no qual venceram as representações do brasileiro mestiço, trabalhador, harmonizado com suas regiões<sup>256</sup>. Nas obras de

<sup>256</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. p. 51-53; GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor*

pintores como Candido Portinari e dos regionalistas nordestinos Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres, por exemplo, dar a ver os grupos sociais que seriam tipicamente brasileiros através dos suportes visuais – como, de certa forma, também se deu na dimensão literária – estava na ordem do dia para o nacionalismo e para a valorização do trabalho.

Zarur, com suas legendas, pretende direcionar o sentido para os temas do texto, fazendo, de modo retórico, com que as fotos de Naylor ilustrem aspectos geográficos da economia regional: por exemplo, a foto de um vaqueiro – que apesar da semelhança temática, da pose, da orientação vertical e centralizada, recebeu um enquadramento diferente do de Orlando Carvalho, tendo Naylor se aproximado mais do rosto e das mãos –, traz uma legenda tipificadora: “Vaqueiro. Constitui o típico ‘cowboy’ do sertão; note-se a roupa de couro que protege o vaqueiro dos espinhos da caatinga” (Figura 45). Por outro lado, a legenda posta em outra foto (Figura 44) evoca o privilégio que o determinismo dera à paisagem em detrimento do figurante, mas o marcador, desta vez, é econômico: o olhar deve se ater à rede suspensa, tornada ícone da pesca, e não exatamente ao indivíduo, que o texto diz exercer esporadicamente essa atividade<sup>257</sup>. A pesca, aliás, como a criação e as práticas agrícolas, são arroladas em outro capítulo, próximas às quais estão as fotos citadas. Nessa disposição visual e textual, não eram os agentes sociais do Vale do São Francisco que se definiam por suas práticas e relações econômicas, antes, eram os espaços demarcados, localizados e classificados por Zarur que eram caracterizados por possuírem, separadas, populações e economia.

E apesar de observar aspectos econômicos considerados primitivos e formas de organização social chamadas de feudais, que caracterizariam a Bacia do São Francisco como uma “zona pioneira”, o interesse pela mudança percorre a obra de Zarur, para a qual ela mesma tenta concorrer, com suas indicações. A constatação das sutis mudanças lhe parecia promissora: “O aumento do número de rádios e

---

*social*. São Paulo: Perspectiva, 2000 (Col. Estudos); LISSOVSKY, Maurício; JAGUARIBE, Beatriz. A invenção do olhar moderno na Era Vargas. *Eco-Pós*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 9, p. 88-109, 2006.

<sup>257</sup> Sobre a produção do ícone a partir dos índices fotográficos, cf. DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 53; BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 16-21. Para o cotejamento entre algumas das imagens de Naylor utilizadas por Zarur e a produção mais ampla da fotógrafa, ver ERMAKOFF, George. *Genevieve Naylor*. Uma fotógrafa americana no Brasil. An american photograph in Brazil. 1940-1942. s/l: G. Ermakoff Casa Editorial, 2013. p. 140. Por exemplo, a Figura 44 do nosso texto, aí, recebeu uma legenda que diz “Pescador”.

filmes americanos estão [sic] introduzindo nas cidades novos valores e novos hábitos, que marcam o contraste profundo entre a vida feudal dos habitantes rurais e a dos habitantes das cidades”<sup>258</sup>. A abertura visualizada nos espaços que já entreviam o novo, e que acentuava o contraste hierarquizador e definidor do feudal, do pioneiro, do ponto de vista do geógrafo, seria o prenúncio para o que posteriormente veio a se chamar de “mudança provocada”. O tema crescia em importância, na medida em que a sociedade brasileira vivia a redemocratização, no pós-guerra, e, especificamente no Vale do São Francisco, eram criadas as instituições pensadas dentro do modelo de divisão regional, que procurarão atuar sobre essas disparidades entre os espaços, particularmente na era do desenvolvimentismo. A mudança, inclusive, será erigida em categoria analítica na obra de Donald Pierson, aposta, inclusive, sobre os agentes sociais e suas culturas.

### 3.2.2 A ciência social como retrato da sociedade: Donald Pierson e o Vale do São Francisco

De tudo quanto já se escreveu sobre o intenso trabalho de Donald Pierson no meio acadêmico brasileiro, como professor e como pesquisador, alguns trabalhos se detiveram sobre a contribuição para a Sociologia dada por sua volumosa obra dedicada ao Vale do São Francisco, que foi resultado de pesquisa coletiva<sup>259</sup>. Nosso objetivo, aqui, não é abordar essa obra de Pierson como integrante dos estudos de comunidade ou dos estudos urbanos, mas seu papel como discurso localizador e definidor do recorte espacial em questão, a partir do lugar social ocupado pela Sociologia naquela época e tal como o pesquisador entendia esse saber. Cabe problematizar, ainda, a atribuição que é feita, também dessa obra, até os dias de

---

<sup>258</sup> ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 139.

<sup>259</sup> Cf., dentre outros, OLIVEIRA, Nemeu da Silva. *Estudos de Comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/FIOCRUZ (Dissertação de Mestrado), 2010; GUIMARÃES, Rafael E. M. Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2011.

hoje, como discurso de referência institucional para a compreensão de aspectos sociais e culturais do Vale.

Nascido no ano de 1900, no Indiana, Estados Unidos, criado no Kansas em família protestante, Pierson se formou na Universidade de Chicago nos anos 1930, período considerado hegemônico da área de Sociologia daquela instituição sobre as demais no país. Nomes como os de Robert Redfield, Louis Wirth, Alfred Radcliffe-Brown e especialmente Robert Park se destacavam na pesquisa sociológica voltada especialmente para os problemas urbanos, utilizando a metodologia das enquetes, *surveys* e entrevistas demandadas por igrejas, governos e pela imprensa, com um tom de reformismo social característico da década de crise econômica da sociedade estadunidense. Os nomes daqueles intelectuais comparecerão às memórias de Pierson sobre sua formação, a qual será associada ao que se chamou no Brasil de “Escola de Chicago”, um tipo muito específico e local de produção de conhecimento nas Ciências Humanas, que adotava uma postura eminentemente empiricista e pragmática<sup>260</sup>.

Pierson se interessou por vir pesquisar no Brasil quando da eleição de seu tema de investigação doutoral, sobre relações raciais, que interessava à Sociologia de seu país em virtude das políticas públicas a serem implantadas para os grupos negros. Sua primeira viagem de estudos à Bahia, acompanhado de sua esposa, Helen Batchelor Pierson, se deu no ano de 1935, permanecendo o casal em Salvador até 1937 e travando conhecimento com uma porção de intelectuais e pessoas ligadas ao candomblé, junto às quais Pierson observava o “contato racial” entre negros e brancos nas diferentes camadas sociais. Após essa pesquisa, notadamente impactada pela obra de Gilberto Freyre, Pierson retorna aos Estados Unidos para concluir e defender sua tese de doutorado, que foi publicada em inglês e traduzida para o português, sob o título *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*.

Em 1939, Pierson é convidado para retornar ao Brasil e trabalhar na consolidação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933 e destinada a formar amplo quadro de intelectuais na área de Ciências

---

<sup>260</sup> VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Vega, 1998. p. 78-83. 93-99; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Donald Pierson e a Sociologia no Brasil*. BIB 23. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1987. p. 40.

Humanas. Nessa instituição, Pierson passa cerca de treze anos, produz grande parte de sua obra, coordena uma equipe de tradução de textos básicos da Sociologia para o português, mantém contatos para convênios institucionais e captação de recursos para pesquisa, intermedia o envio de estudantes brasileiros para qualificação no exterior, além de lecionar e elaborar o que ele chama de “plano” para preparar jovens pesquisadores, e firmar, assim, seu lugar no ambiente universitário.

Em seu depoimento à *História da Antropologia no Brasil*, organizada por Mariza Corrêa, Pierson narra as circunstâncias do “Projeto do São Francisco”, surgido no começo dos anos 1950. O Projeto é situado no “terceiro passo” do seu plano de formação, após a discussão e o aprendizado de métodos e técnicas de pesquisa social em sala de aula, e a realização de pequenos *surveys* no Estado de São Paulo. Seu objetivo era “a investigação minuciosa dos diversos aspectos que compunham a estrutura sociocultural de comunidades rurais” para analisar a “mudança social” por que passavam<sup>261</sup>. Assim como outros projetos daquele momento – incluindo o “Columbia University/Estado da Bahia” e o “Projeto UNESCO de relações raciais” –, o do São Francisco será permitido pela realização de convênios entre várias instituições, nacionais e internacionais, de acordo com o que menciona Pierson em trecho de uma carta ao Padre Aldemar Moreira, membro do grupo de pesquisadores:

Colaboraram estreitamente nele (isto é, no “Projeto do São Francisco”), de fato, quatro entidades: 1) O Instituto de Antropologia *Smithsonian Institution*, que providenciou os meus vencimentos e as despesas de campo, as de escritório e material; 2) A CVSF, que [...] custeou as despesas de campo dos estudantes, assistentes de pesquisa e instrutores, tendo sido entregues pelo tesoureiro da Escola [de Sociologia e Política de São Paulo] toda vez que o autorizei [...]; 3) a Escola, da qual alguns alunos participaram, como assistentes de pesquisa e seus professores, licenciados para participar, além da datilografia das notas de pesquisa, também custeada pela Escola, que ainda me ofereceu *office* e secretaria; 4) a Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos, que me cedeu bolsa de estudos para voltar ao Brasil em 1959, consultar os chefes de turma em São Paulo mais uma vez, entregar meu manuscrito à CVSF no Rio para publicação, e fazer a minha última

---

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Nemeu da Silva. *Estudos de Comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/FIOCRUZ (Dissertação de Mestrado), 2010. p. 12. 22. 65.

viagem, acompanhado por um funcionário da CVSF, do Alto São Francisco até o mar, em Alagoas<sup>262</sup>.

A Pierson coube escolher e reunir a equipe de pesquisadores a que ele se refere no depoimento; eles iriam desenvolver os trabalhos de pesquisa distribuídos pelas cinco pares de localidades definidos após uma viagem exploratória inicial e consultas à Sociedade Brasileira de Geografia, no Rio de Janeiro. Essas consultas à área da Geografia foram de grande importância para que Pierson se inteirasse da caracterização do espaço a ser investigado, o que explica a naturalização epistemológica do espaço recortado poucos anos antes, e isso em vários sentidos: sobre a natureza, a história e sobre as próprias subdivisões regionais. Como etapas do Projeto, sua pesquisa se mostrará atualizada por referências daquele momento e de momentos anteriores, em diálogo com a contribuição de um vasto universo de autores, sem abrir mão, entretanto, de verificar *in loco* os aspectos sociais de seu interesse.

Ao localizarmos institucionalmente a obra de Pierson, percebemos o quanto sua pesquisa, assim como muitas outras do campo da Geografia dos anos 1940, ou da área das Ciências Sociais, nos anos 1950, que também vinha se afirmando no espaço acadêmico desde os anos 1930, era demandada pelo Estado nacional com objetivos de promover uma interlocução entre essas formas de saber e determinadas relações de poder com vistas à viabilização de projetos de governo que iam dos antigos planos de construção de ferrovias e telégrafos até à eletrificação, à escolarização e às políticas de saúde e higienização, submetendo esses espaços à centralização administrativa reiterada pela implantação do regime democrático<sup>263</sup>. O recorte espacial em que se baseiam os convênios do Projeto do

---

<sup>262</sup> PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da antropologia e outras ciências. In: CORRÊA, Mariza (org.). *História da antropologia no Brasil (1930-1960)* – Testemunhos. v. 1, Donald Pierson e Emílio Willems. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1987. p. 46. 50.

<sup>263</sup> A relação entre a consolidação das Ciências Sociais no Brasil e a exploração dos espaços chamados de “interior” do país, especialmente os diferentes “sertões”, é pontuada com abrangência pelo trabalho já citado de Nísia Trindade Lima. Entendemos, entretanto, que é preciso nuançar melhor essas diferentes configurações, suas distintas estratégias e produções de saber. Como temos argumentado, o trabalho político e epistemológico de recorte do Vale do São Francisco nos parece um bom exemplo de que o interesse pelos “sertões” não nos parece homogêneo, nem do ponto de vista posicional da taxonomia geográfica dada a esses espaços, nem no das questões políticas envolvidas, nos diferentes momentos históricos. Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ,

São Francisco era também, portanto, uma naturalização geopolítica, que afora a interferência de entidades estrangeiras, cuja presença Pierson reconhece datar ainda da política de Boa Vizinhança entre Brasil e Estados Unidos, tinha na CVSF uma contribuição fundamental.

Embora não se possa usar levemente o mesmo epíteto “desenvolvimentista” para generalizar todas as práticas de intervenção espacial capitaneadas pelo Estado em momentos que vão dos anos 1940 até pelo menos os anos 1980, o surgimento das instituições regionais demarca uma inflexão na forma como eram vistos, pensados e tratados os problemas que afetavam os espaços brasileiros em termos de região, sobretudo o Nordeste. No começo do século XX, uma instituição como a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) se baseava em um paradigma determinista para combater as mazelas naturais dos espaços, como a seca. Por sua vez, instituições surgidas ao final do Estado Novo ou após a Segunda Guerra, embora tenham partido de formulações francamente deterministas, naturalizadoras, conservadoras, do ponto de vista epistemológico, social e cultural, vão sofrer um investimento teórico que seguia uma tendência internacional, procurando planejar racionalmente a intervenção espacial, de acordo com a categoria do desenvolvimento, a partir da qual a natureza deveria ser explorada com o auxílio da ciência e a sociedade deveria ser compreendida com base em estatísticas e em dados empíricos verificáveis, os quais dariam conta dos impactos causados pelas mudanças e dos eventuais cuidados em sua realização<sup>264</sup>.

Da credibilidade da análise regional à fé no planejamento estratégico que será marcante nos anos 1950, vemos todo um debate que atravessava os discursos e práticas governamentais com a criação de várias outras instituições como a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Fábrica Nacional de Motores, além da própria Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), numa articulação que punha em jogo os conflitos de interesses de elites de diversos espaços já nomeados e mapeados, como o interior e as capitais, o litoral

---

UCAM, 1999. p. 57. 104. 177. passim. Voltaremos a outras questões elencadas pela autora, como a das “culturas de folk”.

<sup>264</sup> Cf. LIMA, Marcos Costa. Teorizar a questão regional. In: \_\_\_\_\_. *Região & desenvolvimento no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2011. p.123; MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores da mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.º 2, p. 529-561. maio-ago. 2009.

e os diferentes sertões<sup>265</sup>. A partir do ideal de soberania nacional, e tendo o desenvolvimento econômico e social como palavra de ordem, o horizonte de expectativas era a dotação de infraestrutura de serviços, comunicações e transportes para os espaços periféricos do país, com vistas à conexão com o crescimento das metrópoles e com o avanço do capitalismo. Nesse sentido, o marco tão decantado da fundação de Brasília, no governo do presidente Juscelino Kubistchek, apenas culminou um processo mais amplo de interiorização do país, levado à frente pelo Estado nacional e de que eram exemplos a construção de rodovias e o investimento na indústria automobilística como opções desenvolvimentistas que se cristalizavam e afetavam, por exclusão gradativa, outras práticas de deslocamento e de configuração espacial, como a navegação e a ferrovia<sup>266</sup>.

Como vimos, a CVSF surgira a partir dos arranjos políticos e da discussão promovida por engenheiros topógrafos e pelos geógrafos, que definiram seu espaço geopolítico, o que implicava no cálculo minucioso de suas áreas de atuação, bem como de seus limites de autonomia em relação aos Estados, municípios e mesmo às regiões Leste e Nordeste, por se tratar de uma entidade federal que ultrapassava a própria divisão regional oficial. Além disso, os estudos sobre os espaços apenas no sentido físico ou econômico não bastariam para a implantação daqueles projetos institucionais, sendo necessário o conhecimento sobre seus grupos sociais, sob o conceito de populações, suas formas de organização, suas experiências espaciais e práticas culturais. É por isso que, assim como Jorge Zarur dera “diretrizes” com base em sua pesquisa, Pierson foi contratado para um trabalho que tinha objetivos concretos, mesmo que, para a Sociologia brasileira da época, em sua tradição humanista, o pesquisador estadunidense parecesse um tanto deslocado à procura de estabelecer um lugar para seu posicionamento alheio ao que chamava de “demasiado pronunciamento” teórico – como o dos franceses com quem ele

---

<sup>265</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Trabalho, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>266</sup> GOMES, Ângela de C. Economia e trabalho no Brasil Republicano. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 249-251.

convivia<sup>267</sup>. A peculiaridade desse lugar, aliás, pode ser compreendida pela nomeação de Pierson ora como sociólogo das comunidades e do urbano, ora como “antropologista social”<sup>268</sup> – como no livro organizado por Mariza Corrêa, em que seu depoimento está presente.

Tanto em sua obra como em seu depoimento, Pierson reduz a discussão teórica sobre sua prática, embora se filie, através dos conceitos que usa, a uma concepção de ciência social eminentemente descritiva. Sua insistência é em demonstrar a dimensão empírica da pesquisa, comentando sobre a proeza de que “em nenhuma das áreas escolhidas, então, a pesquisa sistemática teve duração inferior a um total de seis meses”<sup>269</sup>, e fazendo citações de seu diário de campo, com excertos de entrevistas e comentários. Sua posição sobre as Ciências Sociais, é que “o valor de qualquer afirmação [...] referente ao social – ou referente a qualquer outra coisa – depende do grau de sua correspondência com a realidade verificada ou verificável”<sup>270</sup>. Isso é demonstrado nas notas preliminares dos três volumes da obra sobre o São Francisco para apresentar sua concepção sobre a pesquisa sociológica e a constituição de seu objeto:

No tocante a esta série de estudos, será talvez útil destacar dois fatos que, infelizmente, nem sempre são bem compreendidos. Em primeiro lugar, o cientista social busca tão-somente descrever e analisar a realidade social e, às vezes, se possível – o que constitui empreendimento muito mais difícil em virtude do caráter pioneiro de nossa disciplina – explicá-la. Ao contrário de outros especialistas, que usam procedimentos próprios e talvez inteiramente legítimos, o cientista social, para seguir fielmente os cânones de sua profissão, nem aprova nem desaprova, nem admira nem critica, nem elogia nem reprova, nem enaltece nem condena. Ao contrário, *retrata* simplesmente, de modo tão simples e compreensível quanto possível, o que parece ser a realidade social em observação.

Em segundo lugar, a fim de expor mais vívida e, às vezes, mais dramaticamente ao leitor a realidade descrita e analisada, são citadas as palavras realmente pronunciadas pelos informantes. Deve ficar claro, no entanto, que isto se faz meramente para esclarecer um ponto. De modo algum, a citação de determinada observação indica ter ela merecido a aprovação ou desaprovação do cientista social. Procura ele apenas, tanto

---

<sup>267</sup> VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Vega, 1998. p. 149.

<sup>268</sup> A expressão aparece em PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. 446.

<sup>269</sup> Idem. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 12.

<sup>270</sup> Idem. Algumas atividades no Brasil em prol da antropologia e outras ciências. In: CORRÊA, Mariza (org.). *História da antropologia no Brasil (1930-1960)* – Testemunhos. v. 1, Donald Pierson e Emílio Willems. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1987. p. 83.

quanto humanamente possível, ser um *repórter imparcial*<sup>271</sup> [itálicos nossos].

Grifamos a noção de “retrato” da “realidade social” mencionada por Pierson para cotejá-la com a dimensão visual de sua pesquisa, que também aparece em dado momento de seu texto, para além do uso das ilustrações de Percy Lau nas capas dos volumes editados, e que conotavam o universo rural e o alojavam dentro das categorias do isolamento caras ao campo discursivo para o qual o desenhista produzia. Segundo o sociólogo, “cada grupo de pesquisa fornecia de tempos em tempos uma lista de fotografias tiradas, de modo que se pudessem coordenar planos para obter uma cobertura fotográfica tão completa quanto possível de aspectos significativos da vida no Vale”<sup>272</sup>. Além disso, ao longo do relatório, formas diversificadas de visualidade, e suas transformações, são pontuadas, como nos vários exemplos de descrição que apelam para o ver, ainda que metaforicamente:

Da mesma maneira, quase ao anoitecer, nota-se que a cidade [de Passagem Grande, isto é, Piaçabuçu, em Alagoas] é como que tomada de assalto por uma multidão de homens e mulheres saltando dos barcos que os trouxeram das lagoas e ilhas próximas. Ao subirem o rio para suas casas, encontram, talvez, moças de todas as idades descendo para a margem com potes na cabeça para buscar água, conversando entre si. A luz do sol poente, caindo horizontalmente sobre essas figuras curvadas sobre a água à margem do rio, deu certa vez a um de nossos pesquisadores a impressão de “uma tela animada de Rembrandt”<sup>273</sup>.

Os barcos usados pelos barqueiros tinham usualmente uma imagem na proa, a carranca, habitualmente um monstro, rudemente falqueada – a cabeça de um homem, de um dragão, leão, cavalo ou outro ser real ou imaginário, esperando-se que ela avisasse o remeiro com três gemidos se o barco estivesse prestes a afundar<sup>274</sup>.

Por outro lado, como resultado da observação e da descrição dos pesquisadores, as transformações sociais e culturais nas comunidades do Vale do São Francisco eram vistas em níveis cada vez menores e cotidianos, em virtude de várias práticas, como as intervenções da CVSF na higienização e na educação, e

---

<sup>271</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III, p. IX.

<sup>272</sup> Idem. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 12.

<sup>273</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>274</sup> Idem. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 316.

dos contatos com outros espaços e referências, incluindo viagens, meios de comunicação visuais e sonoros, como o rádio e as vitrolas, o cinema frequentado pelas crianças e jovens, as revistas ilustradas, os cartões postais e as fotografias com retratos de família, de líderes políticos ou de artistas e os mapas e gráficos nas escolas. Nesse ponto, Pierson é sensível ao que hoje chamaríamos de iconosfera e de paisagem sonora, bem como a sua metamorfose nas localidades estudadas, apontada na circulação crescente desses artefatos que conviviam com as violas sertanejas e com as estampas de santos das paredes ou nos oratórios. Inclusive nas igrejas e locais de promessas e peregrinações, as fotografias de doentes surgiam como novo artefato visual, passando a acompanhar ou substituir os ex-votos de cera, barro ou madeira<sup>275</sup>. Aqui reside um dos principais pontos críticos dessa abordagem exaustivamente descritiva, que se esquia particularmente da leitura dos usos simbólicos das imagens por aquelas culturas e se contenta na anotação minuciosa dos detalhes visíveis dos objetos e práticas, ignorando que eles materializam aspectos culturais não necessariamente acessíveis ao olhar<sup>276</sup>.

Ainda nesse sentido, vemos que, em parte alguma de uma obra de cerca de 1.500 páginas escritas sobre o Vale do São Francisco, a imagem fotográfica em si é mostrada, o que nos permite concluir que Pierson, assim como o faz com a citação das palavras “realmente pronunciadas por seus informantes”, reifica epistemologicamente a fotografia, muito embora, àquela altura dos anos 1950, a apropriação acrítica desses artefatos já tivesse sido ultrapassada inclusive por outros usos, como no caso da Geografia, que procurava investir na composição da imagem e na organização do acervo, ou como o alcance atingido pela fotografia documental e pelo fotojornalismo no país do sociólogo. Entretanto, vemos que, de acordo com a própria formação acadêmica de Pierson, depreendida da discussão de método que é realizada rapidamente nas notas preliminares, a fotografia, como a Sociologia, não lhe parecia uma mediação, uma interpretação, um tecido de

---

<sup>275</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 327-328; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. 113. 326-327. Sobre a iconosfera como conjunto de imagens “socialmente disponíveis” em determinado momento, ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, jul. 2003. p. 15.

<sup>276</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 47.

linguagem localizado socialmente e capaz de envolver os objetos que produzia ao lhes dar visibilidade – ambas seriam a própria transcrição ou descrição literal, da realidade social<sup>277</sup>.

Era a apropriação que o próprio Pierson dava às fotografias, tomando-as como transparência da realidade social, que fará delas documento, o qual seria tão supostamente neutro que sequer precisa ser mostrado no relatório, seja em virtude do privilégio dado ao texto verbal, na compreensão que o pesquisador tem sobre sua investigação e a forma de apresentação dos resultados, seja devido às próprias circunstâncias da edição – esta se dera, em grande medida, à revelia do autor, treze anos após a conclusão do texto, e depois de este ter sido praticamente esquecido pela CVSF, sobretudo no período da mudança de nome e de objetivos da instituição, no regime militar. Resta que esse estilo descritivo, pautado em uma noção cerrada de objetividade, interessava às instituições que haviam contratado Pierson, notadamente a CVSF, cujo trabalho no campo das práticas iniciara de acordo com o prazo de vinte anos estabelecido na Constituição de 1946, mas com uma lacuna na compreensão dos grupos sociais, suas culturas, suas expectativas e reações perante as mudanças prometidas. Esperava-se que investigação social preenchesse essa lacuna. Diante desse preâmbulo, abordemos os livros de Pierson sobre os habitantes do Vale do São Francisco e as categorias que ele mobiliza.

### 3.2.3 As “culturas de folk” e o retorno do determinismo

Ao elaborar seu discurso sobre o Vale do São Francisco, Pierson se apoia no trabalho dos autores anteriores que procuraram conferir substância e unidade àqueles espaços, dialogando com obras de viajantes que palmilharam as margens do São Francisco, e, sobretudo, com os engenheiros topógrafos e os geógrafos dos

---

<sup>277</sup> Para uma compreensão da Sociologia e da fotografia como interpretações limitadas e situadas da sociedade, cf. MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 13. Segundo Ulpiano Meneses, aliás, a problematização do uso das imagens que não seja apenas ilustrativo, por parte da Sociologia, é recente, tendo trilhado “os caminhos abertos por sua congênere antropológica”, cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, jul. de 2003. p. 18-19.

anos 1930 e 1940. Mesmo que Pierson não chegue a ser redutor, devido ao seu grande cuidado metodológico com a verificação de informações precisas e com dados estatísticos, reunidos dos cinco Estados que têm área no Vale e dispostos em tabelas, percebemos que outra estratégia de legitimação do recorte espacial são as generalizações e metonímias, nos três tomos, quando é indicada a recorrência de situações em “muitas partes do Vale”, em “todo o Vale” ou mesmo em “todo o Brasil”, como: no pouco cuidado com a higiene no uso da água; no pouco consumo de verduras e frutas na dieta; no problema da posse da terra; no padrão geral de comportamento político demonstrado nas atitudes paternalistas; no sincretismo religioso; na cortesia e polidez dos indivíduos<sup>278</sup>.

A partir do levantamento do conteúdo empírico dos temas investigados em seu trabalho de pesquisa, o texto é organizado de acordo com a seguinte ordem: no tomo I, o espaço é pensado como natureza, “Base Física”, clima, vegetação e fauna, e em seguida a história é narrada como as “raízes do passado”, em que o recorte espacial é projetado para a era de “desbravamento, exploração e povoamento do Brasil” e da composição da população; no tomo II, a gente e seu sustento, com a classificação dos tipos sociais e a divisão do trabalho; no tomo III, as práticas culturais e o “ciclo vital do indivíduo”.

Ainda no tomo I, o trabalho se baseia em uma das subdivisões do Vale propostas pela Geografia, aquela de Orlando Valverde, ligeiramente modificada: o *Alto São Francisco* (das nascentes a Pirapora, em Minas Gerais); o *Médio São Francisco* (de Pirapora até Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro ou Sobradinho, na Bahia); as *Corredeiras* (abaixo de Sobradinho, Petrolina e Juazeiro até a Cachoeira de Paulo Afonso); e *Baixo São Francisco* (de Piranhas, em Alagoas, até o mar)<sup>279</sup>. No mesmo tomo, são indicadas as localidades estudadas e os critérios utilizados para a seleção das áreas representativas do Vale:

O autor decidiu, então, estudar sistemática, pormenorizada e comparativamente, quatro ou cinco amostras da vida ecológica e social do Vale, localizadas em pontos amplamente esparsos na área, sendo cada

---

<sup>278</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 157; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 166. 339-360; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. 7. 9.

<sup>279</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. T. I. p. 36-37.

amostra de um grupo de população com base ecológica diferente, ao menos até certo ponto, das demais. Entre essas amostras, deveria haver: 1) uma área de criação de gado, no trecho Alto do Vale, em Minas Gerais; 2) outra, no “Planalto Ocidental da Bahia”, na parte *alta* do enorme trecho Médio do Vale, em um ponto onde o afloramento do calcário chamado “Bambuí”, ou “São Francisco” [...] dá lugar às vastas e arenosas extensões do Gerais; 3) outra de um lugar ribeirinho na parte baixa deste vasto trecho Médio do Vale e cuja vida fosse sensivelmente influenciada pela pesca; 4) outra da área de caatinga e de criação, especialmente de cabra, no trecho das Corredeiras do Vale, num lugar onde a irrigação estava sendo introduzida, e onde havia também uma relação social significativa entre, de um lado, pessoas que se consideravam (mas que o eram apenas em parte) descendentes puros de indígenas e, de outro lado, pessoas que aquelas chamavam de “brancos”; e 5) finalmente, uma amostra da área de cultivo de arroz, no trecho Baixo do Vale.

Para que se obtivesse um conhecimento mais preciso em relação: 1) ao papel do isolamento na vida local e, 2) à extensão e ao caráter da mudança social que se estava introduzindo no Vale, decidiu-se procurar e pôr em contraste duas localidades diferentes em *cada* uma das cinco áreas escolhidas: uma localidade onde o costume e os hábitos definidos pela tradição fossem ainda relativamente fixos e, portanto, refletissem ainda bem claramente pelo menos os principais aspectos da vida coletiva há muito característica da área em questão; e uma segunda localidade na mesma área geral que se tivesse posto mais em contato com o mundo exterior de modo que mudanças tanto ecológicas como sociais estivessem ao menos começando a aparecer<sup>280</sup> [itálicos no original].

Os espaços apareciam esquadrihados de acordo com critérios naturais e sociais, geológicos, étnicos e econômicos, para a abordagem do sociólogo. As experiências espaciais outrora nomeadas como pertencentes ao campo da Geografia Econômica, se tornam realidades ecológicas, de interação com o meio, e sociológicas, de construção e afirmação de códigos sociais. E embora Pierson reitere a categoria localizadora do isolamento, seu polo oposto não seria a integração nacional e, sim, a mudança social, o que demandava, da parte dos investigadores treinados, um gesto de observação que segmentasse experiências, descrevesse com rigor o que poderia ser considerado isolado, como determinadas práticas religiosas e laços familiares, e o que poderia ser considerado em vias de mudança, como determinadas relações de trabalho. Isolamento e mudança são conceitos que se definiam de maneira relativa aos observadores, mas essa relatividade não era apenas posicional no sentido geográfico, mas também

---

<sup>280</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 5-6.

situacional, aqui num sentido sociológico: o isolamento manteria a tradição, o contato provocaria a mudança, e isso de maneira praticamente inexorável<sup>281</sup>.

Com base nesse conjunto de critérios, a escolha dos espaços a serem observados ainda seguia o chamado procedimento-padrão de se ocultar o nome das localidades, utilizando a seguinte ordem de “nomes fictícios”: Cerrado e Retiro (para Pompéu, em Minas Gerais, e sua zona rural); Rio Rico e Gerais (para Correntina, na Bahia, e sua zona rural); Pesqueira e Marrecas (para Xiquexique e o povoado de Marreca Velha, na Bahia); Sertão Novo e Ilha do Toré (para Cabrobó e a Ilha da Assunção, em Pernambuco); Passagem Grande e Cuscuzeiro (para Piaçabuçu e Potengi, em Alagoas).

Naquele momento de transição vivido pela sociedade brasileira no que diz respeito aos transportes e aos deslocamentos espaciais, a discussão que Pierson faz sobre os contatos passava pela da mobilidade dos habitantes, por seu difícil controle. O sociólogo repensa o lugar ocupado pelo rio São Francisco e pela navegação, sobretudo porque, naquele período, o transporte terrestre estava suplantando o nem sempre eficiente transporte fluvial, através da “abertura de trilhas e estradas de areia nas margens do rio e de seus tributários e, sobretudo, com o aparecimento de veículos a motor”, como também com a construção de pontes, como a que passou a ligar as cidades de Petrolina e Juazeiro, e a que uniu os dois lados da Cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia, ambas concluídas nos anos 1950. Assim, as canoas de tronco, as balsas, os ajoujos e paquetes, que fizeram a notoriedade de remeiros e barqueiros, bem como as barcas e vapores, romantizados pelos viajantes, ainda que se mantivessem em muitos trechos do Vale, viam seu domínio ameaçado pelos automóveis e caminhões, o que afetaria a organização dos grupos sociais<sup>282</sup>.

Como Zarur descrevera a figura do “são-pauleiro”, igualmente Pierson nomeia uma figura social instável, que escapava à classificação sociológica, ou, como é

---

<sup>281</sup> GUIMARÃES, Rafael E. M. Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Cadernos CERU*. São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2011. Sobre a crença nessa inexorabilidade, cf. Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores da mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.º 2, p. 529-561. maio-ago. 2009. p. 538.

<sup>282</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I, p. 87; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 547. 562-563. 575.

chamado, um dos “híbridos culturais e sociais”, que é o “retornante”, cujas motivações para voltar, sobretudo da viagem migratória ao Sul, variavam muito. Por conta de seu entrecruzamento cultural, ele é situado como “o principal elemento da mudança social” nas comunidades – à parte as mudanças ecológicas e econômicas. O autor exemplifica com o comentário perturbador e indeciso de um retornante, segundo o qual: “Depois que a gente pisa em São Paulo [...], não há meios de se viver mais em qualquer lugar do Norte. Por outro lado, a Bahia tem visgo. A gente não pode ficar muito tempo longe dela”<sup>283</sup>.

Mas esse tema não fora tocado apenas por Zarur e Pierson. Embora não haja citações mútuas, cabe aqui perceber a recorrência temática e a simultaneidade temporal entre a pesquisa de Pierson e o ensaio do jornalista, deputado e escritor baiano Wilson Lins. Nascido em 1919, em Pilão Arcado, na Bahia, às margens do São Francisco, Lins era filho do renomado fazendeiro Franklin Lins de Albuquerque, que, diante de dificuldades financeiras, decidira praticar o comércio de cera de ouricuri e comprar o jornal soteropolitano *O Imparcial*, ligado aos integralistas, nos anos 1940. O jornalista aí iniciara sua carreira, se destacando no campo das letras pelo aspecto aclamado como sociológico de sua obra, a qual também tipifica as populações ribeirinhas em fazendeiros, beiradeiros, catingueiros, brejeiros, jagunços e remeiros, conforme suas atividades econômicas e práticas culturais.

Além de seu trabalho ficcional e de textos filosóficos inspirados em Friedrich Nietzsche, o ensaio *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*, de Lins, publicado inicialmente em 1952 e reformulado até sua edição definitiva, no ano de 1982, é considerado um precursor da sociologia dos laços políticos coronelistas, que procura substituir os velhos pelos novos heróis, através da interpretação da mudança das formas de mandato localistas e violentas, consideradas ultrapassadas, para os mecanismos democráticos da política representativa republicana, na qual estava inserido o autor. Nesse novo tempo, a classe social vinda de outros espaços do Nordeste e dedicada ao comércio, teria adquirido terras e se aliado ao despertar do São Francisco de seu “sono milenar”, a partir da “conquista memorável” dos deputados Manoel Novaes e Theódulo de Albuquerque, e do presidente Dutra, que teriam participado diretamente na

---

<sup>283</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 69.

“incorporação do vale são-franciscano à realidade brasileira”, com a criação da CVSF e do lançamento das obras da CHESF<sup>284</sup>. Nesses elogios a seu próprio grupo social e ao de seu pai, ao lado da celebração pela preocupação geopolítica do Estado para com o Vale, Lins reproduz o discurso da legitimação da mudança que viria do planejamento sobre a economia, mas que, supostamente, não mudaria relações sociais, como as de trabalho e de propriedade.

Tanto para Pierson como para Lins, o retornante era um avatar da mudança, pois ao lado dos médicos, professores e funcionários públicos, punha as populações do Vale em contato com outros códigos de sociabilidade. Sobre o efeito desse contato, Pierson afirma, acerca dos tratamentos de saúde:

Embora a maioria da população viva ainda principalmente no mundo do folk [...], estão sendo dissipadas, especialmente em anos recentes e nas partes menos isoladas do Vale, conforme já indicado, idéias, atitudes, pontos de vista de origem urbana e mais sofisticados. Começou a aumentar o número de médicos formados em escolas profissionais das cidades e que trabalham na área; foram estabelecidos centros de profilaxia e tratamento; trabalho experimental no tratamento de certas doenças, como a de Chagas, está sendo feito por órgãos do governo federal, e faz-se maior uso de drogas mais recentemente descobertas e outros agentes úteis na cura e prevenção de doenças<sup>285</sup>.

O conceito de culturas de folk é, portanto, uma ferramenta analítica central para a compreensão das práticas, símbolos e valores dos habitantes do Vale do São Francisco, sendo relacionado à categoria relacional do isolamento. Como se definia o conceito? Antes de tudo, tais culturas teriam sua explicação na constituição física, étnica, demográfica dos sujeitos, para cuja descrição Pierson se apoia nos textos dos autores que o antecederam, inclusive para falar dos da história, da conformação dos latifúndios e do que é chamado de sistema de compadrio, no qual se incluíam o cangaço e o mandonismo social como peculiaridades culturais do comportamento político dessa sociedade, cujo estudo mais aprofundado “lançaria luz considerável sobre atitudes costumeiras, sistemas de parentesco e processos políticos do passado”<sup>286</sup>. No pensamento conciliador e conservador de um filho das elites como

---

<sup>284</sup> LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1983. p. 102-103. 149.

<sup>285</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 263.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 304.

Wilson Lins, esses aspectos políticos não representavam dificuldades para o planejamento político, econômico e social do Vale, pois os novos caudilhos seriam favoráveis à mudança; Pierson, ao contrário, afirma que as paixões políticas e seu lado violento, assentado nos costumes, colocariam entraves para se constituir uma nova “configuração associativo-cultural”, que viesse a superar o analfabetismo, o voto controlado e as concepções paternalistas de governo e Estado – todas essas questões seriam ligadas ao universo dito de folk.

Esses dois discursos, que eram contemporâneos, estavam relacionados a diferentes lugares de enunciação e tinham distintas implicações para as práticas, remetem ao debate corrente no Brasil dos anos 1950 sobre o modelo nacional-desenvolvimentista que seria adotado, se concentrado na industrialização ou voltado para reformas que alterassem os meios historicamente cristalizados de acesso à terra, de seu uso e de sua posse<sup>287</sup>. Pierson não era exatamente um reformista, e não se posicionava a respeito dos destinos na política brasileira, mas sabemos, hoje, que após toda a maré desenvolvimentista, o modelo vencedor foi o segundo, que espacializou a distribuição da industrialização e a manutenção dos latifúndios e das relações de dominação.

O conceito hierarquizador de culturas de folk fora gestado no pensamento de um professor de Pierson, em Chicago, Robert Redfield, a partir de sua pesquisa em Yucatán, no México, e era largamente usado, então, pelas Ciências Sociais na América Latina, incluindo outros dois importantes nomes da Sociologia sediada em São Paulo, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes e, com variações, o sociólogo alemão Emilio Willems, que vinham se dedicando à compreensão das estratégias a serem adotadas para equacionar o crescimento do país e a expansão do desenvolvimento com o que era entendido como resistências culturais em espaços específicos<sup>288</sup>. Para enunciar as culturas do Vale do São Francisco, Pierson, por

---

<sup>287</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (Col. O Brasil Republicano; v. 3). PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III, p. 246.

<sup>288</sup> MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores da mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.º 2, p. 529-561. maio-ago. 2009. p. 534-547; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro:

assim dizer, entrecruza o conceito de Redfield com o de Willems, atribuindo à chamada “cultura de caboclo”, que fora definida por ser produto do contato interétnico e da miscigenação, o caráter temporalmente “pré-capitalista” e espacialmente isolado do folk. Nesse entrecruzamento, o sociólogo estadunidense concordará com o alemão na indicação de que qualquer proposta de intervenção, sobretudo em aspectos delicados como a educação e as práticas médicas, deveria ser pensada cautelosamente e mediada por lideranças tradicionais locais.

Eis como Pierson define, por hierarquização e separação, a cultura de folk: “a daqueles povos chamados ‘pré-letrados, isolados, menos móveis, cuja organização social é homogênea, ‘sagrada’, e baseada em relações sociais de *status*, parentesco, e outros laços sociais mui íntimos”. Seu oposto seria a civilização, ou seja, “as culturas de povos de contatos largos, altamente móveis, tanto espacial quanto socialmente, sendo sua organização então mui menos homogênea, mais secular e baseada [...] em contrato”<sup>289</sup> – considerando-se os investimentos do Estado em infraestrutura e interiorização do país, civilização, então, era um conceito muito assimilável ao que estava sendo promovido como *desenvolvimento*.

Pelo dito isolamento, relativo a tais práticas desenvolvimentistas, e por ter predominantemente espaços rurais, o Vale do São Francisco é enunciado, por Pierson, como espaço do folk, por excelência, na organização social e nas práticas religiosas e alimentares, nas divisões dos tempos e espaços, na linguagem e na nomeação dos pesos e medidas, na socialização predominantemente dada pela família e não pela escola<sup>290</sup>. Acompanhemos um dentre muitos exemplos, ainda no tema da saúde, dentro do capítulo sobre doenças:

Que a cultura de grande parte dos habitantes do Vale é predominantemente de “folk” evidencia-se claramente no que se diz e se faz com referência às doenças e seus tratamentos. De fato, poder-se-ia talvez com maior clareza visualizar esse aspecto da vida – e da morte – como um sistema de ideias, atitudes, crenças e práticas hoje frouxamente integradas de origem popular,

---

REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999. p. 168-177. Embora situem temporalmente os conceitos da Sociologia da época, esses autores pouco insistem na crítica do evolucionismo e da hierarquização cultural subjacente a tais conceitos.

<sup>289</sup> PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da antropologia e outras ciências. In: CORRÊA, Mariza (org.). *História da antropologia no Brasil (1930-1960)* – Testemunhos. v. 1, Donald Pierson e Emílio Willems. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1987. p. 89.

<sup>290</sup> Idem. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 14; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. IX. 72-86. 321.

na qual elementos da Europa medieval e culturas africanas e ameríndias nativas se entremisturam extensamente. Isto é especialmente verdadeiro nas áreas mais isoladas, mas, também, em grande extensão mesmo nas cidades [...]. Não obstante, essas ideias, atitudes, crenças e práticas de origem popular têm sido pressionadas crescentemente, sobretudo em anos recentes e em graus variáveis em diferentes áreas e estratos da população, por elementos culturais de origem mais sofisticada e urbana [...]<sup>291</sup>.

Esse “urbano”, no discurso de Pierson, não significa somente um espaço, sendo antes, um conjunto de práticas, também adjetivadas como “sofisticadas”, o que indica uma ambiguidade para a marcação das diferenças, que ficava entre geográfico e o cultural<sup>292</sup>. Na falta generalizada de médicos e farmacêuticos, os diagnósticos e terapêuticas eram baseados em benzeduras, conselhos religiosos e forças sobrenaturais. Com a chegada tímida das farmácias e postos de saúde em algumas localidades, o folk e o urbano passavam a entrar em contato, e frequentemente em conflito. Na contramão do desenvolvimento que se pretendia avaliador das experiências que lhe antecederiam, “o progresso deste último [o sistema urbano] sobre o primeiro ainda é muito limitado no que interessa à maior parte da população [...], em todas as localidades, a eficácia de determinado remédio é geralmente medida de acordo com experiências anteriores com o mesmo, sobretudo, com a aparente resistência que conferia ou não à moléstia em questão ou pelo menos à diminuição ou desaparecimento dos sintomas”<sup>293</sup>.

Espaços tão amplos e distantes do Vale do São Francisco são, assim, hierarquizados a partir de pares conceituais que têm uma indisfarçável carga evolucionista (o folk e o sofisticado, o caboclo e o urbano), o que é indicativo do quanto as Ciências Sociais, mesmo aquelas que mais se autoproclamavam depuradas de ideologia, incorporavam categorias surgidas na pena de intelectuais aristocráticos e conservadores, como as próprias dualidades entre cultura popular e cultura erudita, ou entre cultura popular e cultura de massa, que haviam sido pensadas pelo campo de estudos do folclore. Especialmente no caso de Pierson e de sua observação, o esmero metodológico não o isenta de estereotipar e

---

<sup>291</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 166-167.

<sup>292</sup> Para uma referência sobre o urbano como parâmetro cultural, além de espacial, na forma como os intelectuais nomeiam as culturas e as localizam, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Urbanização: o deslocamento dos lugares*. In: \_\_\_\_\_. *“O morto vestido para um ato inaugural”*: procedimentos e práticas de estudos de folclore e da cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>293</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. T. II. p. 194. 196.

classificar, conceitualmente e às vezes pejorativamente, os grupos sociais<sup>294</sup>. A miragem da transparência epistemológica tem ainda mais peso na descrição dos aspectos considerados retrógrados dessas culturas, com vistas a pensar como poderia se dar a tão falada mudança social, quais suas possibilidades e seu alcance, pois esse era, lembremos, um dos objetivos estratégicos da pesquisa.

Demarcado como foi por uma demanda institucional, preocupado com a mudança social e com a tentativa de introduzi-la e controlá-la via planejamento, esse discurso sociológico pontua amiúde os lugares e práticas onde a CVSF vinha atuando: na abertura de açudes e poços artesianos no Alto e Médio São Francisco; nas condições de higiene e abastecimento; na introdução de tratores e arados; na construção de estradas<sup>295</sup>. Igualmente, o trabalho institucional conjunto era destacado: no final dos anos 1950, “com o desenvolvimento dos planos da Comissão do Vale do São Francisco e da Comissão [sic] Hidrelétrica do São Francisco, o serviço [de luz elétrica] está sendo consideravelmente ampliado”, com a construção da usina hidrelétrica em Paulo Afonso e a extensão dos seus serviços às cidades de Rodelas, Floresta, Gravatá, Icó, Petrolândia, Glória, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Propriá, Darcilena e Carrapicho<sup>296</sup>. Com isso, estariam as instituições promovendo os contatos largos, móveis, através da higienização, da eletrificação, do abastecimento? Seriam essas mudanças capazes de atingir, num horizonte de expectativa de médio prazo, os laços mais íntimos de solidariedade, de reforço, de resistência? Aliado a isso, o conhecimento sociológico do folk seria capaz de ajudar a desbastar essa espessa camada e efetuar uma mudança que também fosse cultural?

Logo depois de iniciado o Projeto do São Francisco, Pierson havia apresentado problemas de saúde e retornado aos Estados Unidos. Como dito na carta citada, ele só teve condições de voltar ao Vale e escrever o Relatório final da pesquisa em 1959, isto é, cerca de sete anos depois de suas próprias observações iniciais e das

---

<sup>294</sup> Para uma crítica dessas categorias analíticas e de sua implicação epistemológica para as Ciências Sociais, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A feira dos mitos. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 225-234; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismo e dualismos. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 63-67.

<sup>295</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 162. 167; \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 143. 446. 463. 587.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 121. 124. Nota 44.

notas da equipe de pesquisadores. Quando são mencionadas algumas mudanças, são presumidas outras ainda maiores, dada a diferença de tempo entre observação e escrita. O autor faz questão de citar eventos significativos ocorridos no Brasil nesse intervalo: a consolidação do regime democrático, que ele vê simbolizada pelo governo de Juscelino Kubitschek, o processo de transferência da capital do país, o começo da construção das grandes obras no São Francisco, como a Represa de Três Marias e os referidos projetos de Paulo Afonso. Não à toa, até o ano previsto inicialmente para a publicação, 1959, Pierson querera visitar ainda uma vez o Vale para verificar e confirmar informações, quiçá temendo que sua pesquisa se quedasse desatualizada.

O sociólogo acreditava que essas transformações pontuais nos espaços, nas formas de produção, transporte e energia se desdobrariam, com o passar do tempo, sobre as culturas, retirando-as do tal isolamento. E assim como o migrante que retornava, o Vale apresentava outra categoria populacional que parece difícil de analisar para a sociologia de Pierson, são os chamados “casos individuais” em que o autor dizia ver culturas de folk e culturas sofisticadas se sobreporem, como na moda do uso indiscriminado da penicilina, com conotações “mágico-religiosas”, para várias doenças, sem que fosse conhecido seu princípio terapêutico<sup>297</sup>. Entre o folk e o urbano, essas práticas pareciam aberrantes, apartadas em um tópico particular do texto, talvez por certa dificuldade em equacionar os trânsitos e hibridismos entre os diferentes universos culturais separados pelo autor por meio do trabalho de classificação e hierarquização. Essa separação, aliás, ecoava aquela dos defensores da tradição que creram no discurso da mudança trazida pela modernidade, e a tomaram de forma negativa, como desagregação dos laços e das culturas tradicionais. Mas em relação a esses exemplos de multiplicidade cultural, a dificuldade de pensar os hibridismos é subsidiária desse mesmo pensamento da mudança, da potência do novo, que era atualizado nos anos 1950, e repunha as distinções entre os tempos (atrasado, avançado etc.) em que se moveriam as culturas, pensamento do qual a Antropologia tentou se desviar a seu modo e do qual a Sociologia de Pierson não se isentou. O temor ou a expectativa em relação à implantação de uma nova sociedade dificilmente permitiam considerar que as tais

---

<sup>297</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 290.

novas referências poderiam ser mescladas com as anteriores, baralhando as separações classificatórias<sup>298</sup>.

Para a sociologia de Donald Pierson, talvez algo mais problemático que o hibridismo fosse o acirramento do chamado folk em determinados espaços do Vale do São Francisco, apesar dos indicativos temporais de mudança, o que parecia perturbar as referências teóricas do sociólogo. Assim, um acontecimento, por comum que fosse para a cidade de Xiquexique, na Bahia, chamou constrangedoramente a atenção de Pierson, no começo dos anos 1950: a prática da penitência quaresmal de um grupo local. A princípio, Pierson divide os Penitentes em dois grupos conforme a especificidade da prática: o grupo da Lamentação das Almas, predominantemente feminino e que consistia em procissão com cantos e orações; e o grupo dos Penitentes propriamente ditos, exclusivamente masculino, que se flagelava. Ambos podiam realizar suas práticas religiosas na mesma ocasião, no período da Quaresma e da Semana Santa, nas cidades de Xiquexique e Juazeiro, na Bahia, e Cabrobó, em Pernambuco.

Desde o tomo I, são esboçadas explicações que recorriam a condicionantes naturais e sociais:

Os azares a que estão sujeitas as vidas do pescador e do lameiro nas condições de um meio semiárido, de um rio imprevisível e incontrolável, e de técnicas bastante primitivas de existência, refletem-se nas suas ideias e costumes com referência a misteriosos seres e forças – como a mãe-d'água e o caboclo-d'água – que são continuamente invocados ou aplacados e nas lamentações e autoflagelações, característicos da seita local dos penitentes. [...]. Ao começar nosso trabalho sistemático de campo, uma severa seca assolava a região e iniciara-se um movimento considerável de migração para o Sul [...]<sup>299</sup>.

Por que relacionar aspectos naturais como a seca e o semiárido a técnicas primitivas de existência, para explicar ideias e costumes religiosos? Os conceitos comumente usados pelo autor e cuidadosamente explicados (relações ecológicas e

---

<sup>298</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A feira dos mitos. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 63. Sobre o trabalho teórico da Antropologia em torno desses “descompassos” culturais, cf. as metáforas de movimento temporal em um texto clássico: LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História”. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. Para uma reflexão sobre hibridismos culturais, uma referência usual é: CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>299</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. I. p. 84-85.

sociológicas, configuração associativo-cultural etc.) recuavam. No tomo III, Pierson diz que a peregrinação da lamentação está tão “inserida em concepções e crenças de folk a ponto de os objetivos e o caráter geral da cerimônia terem sido alterados” em relação ao que seria um padrão ortodoxo, pois, “em vez de ser, na mente popular, a comemoração da Paixão de Jesus, veio a ser considerada um esforço da parte dos vivos para auxiliar as almas dos mortos no Purgatório”. A descrição prossegue localizando os estratos sociais que participavam das práticas:

Antes da Semana Santa no ano de nossa pesquisa em Pesqueira [Xiquexique], de 200 a 300 pessoas participaram da lamentação. Durante a Semana Santa, o número aumentou muito até que, na véspera da Sexta-Feira, quando havia sido anunciado na cidade que cerca de 200 penitentes se flagelariam, um observador calculou que de 600 a 700 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças, parte considerável dos quais pertencia à classe intermediária e alguns à elite local, participariam da cerimônia<sup>300</sup>.

Acostumado a buscar apoio de material histórico, Pierson cita outras referências, como os relatos de Auguste de Saint-Hilaire e Euclides da Cunha, e outras menções sobre a ocorrência de penitentes na Europa, na América Hispânica e entre os povos indígenas:

É fato sugestivo e digno de mais investigação que todos esses locais [...] localizam-se [sic] em regiões semi-áridas onde são difíceis as condições físicas de vida e a sobrevivência do homem depende, em grande parte, de forças fora de seu controle e de suas atividades. Lembramo-nos também que os chamados “deterministas geográficos”, como Ratzel e Semple, talvez com demasiada exclusividade, mas ainda com certa dose de verdade, observaram há muitos anos que a maioria das grandes religiões universais, incluindo o judaísmo, o cristianismo e o islamismo tiveram origem em terras desérticas<sup>301</sup>.

Lembremos que a categoria do folk, para Pierson, já trazia um componente espacial, relativo à atribuição da distância relativa entre os grupos sociais observados e os contatos com os espaços do urbano. Mas a reabilitação da verdade que haveria nos discursos de autores de referência do determinismo é incomum na obra de Pierson, inclusive, porque a Geografia brasileira que ele toma como ponto de partida para a compreensão espacial do Vale do São Francisco, à época, já

---

<sup>300</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco. T. III. p. 146-148.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 151.

buscara atenuar essas referências, mesmo permanecendo com suas categorias generalizantes e hierarquizadoras. Mais à frente, outras variáveis culturais, históricas e políticas são consideradas, mas a geográfica retorna:

O funcionamento do culto é atualmente facilitado não apenas pela pressão de costume tradicional, mas também pela tradição de ter Jesus sofrido agonia na cruz, fato comemorado no ritual e nas cerimônias ortodoxas em Pesqueira [Xiquexique] pela Igreja, na mesma oportunidade em que ocorre a flagelação, pelas repetidas missões católicas romanas que costumeiramente viajam pelo interior pregando o arrependimento e a penitência, bem como por sacerdotes locais que, não raro, dão ênfase semelhante em sermões e outros ensinamentos, pelo comportamento político na área, desde que para obter os votos dos pescadores e lameiros alguns políticos de Pesqueira apoiam o movimento, às vezes contra proibições da polícia, e também pelos rigores do meio físico da região, onde a maioria dos participantes acostuma-se desde a infância aos sofrimentos, às privações e à dor física<sup>302</sup>.

É com esse inesperado determinismo geográfico, balanceado pelas recorrências históricas, que Pierson se encontra diante de uma prática que desborda a capacidade explicativa dada por sua formação. Seja por acenar para temporalidades passadas, como a Idade Média ou o período colonial, nas quais ele procura as origens de uma prática que parecia insistir em conviver com aquele momento presente, no qual se quer ver a mudança social; seja por escapar mesmo de sua visão simpática de um Brasil que “estava enfrentando o futuro com confiança”; seja por constrangerem francamente um intelectual estrangeiro vindo da Escola de Chicago, um centro urbano de referência para um saber acadêmico tipicamente ocidental e favorável à intervenção social, a questão é que os Penitentes, em seu ritmo próprio, no que seria um mergulho deliberado na chamada cultura de folk, baralhavam a percepção do sociólogo sobre os espaços, mesmo que ele se colocasse no lugar daquele que sabia que nem sempre era possível construir explicações sobre os aspectos sociais que eram descritos.

Nos últimos capítulos do tomo III, que se detêm sobre a trajetória do indivíduo na sociedade, desde o nascimento até a morte, destaca-se o aspecto da “Preparação formal e informal”, quando se analisa a educação e quando a pesquisa chega a conclusões mais socialmente implicadas. Os pesquisadores perceberam

---

<sup>302</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco. T. III. p. 169.

que em relação à escola e aos professores, as atitudes locais eram de modo geral desfavoráveis – as professoras, por exemplo, tentavam mudar o vestuário e os hábitos de higiene dos alunos –, e havia a tendência a se considerar dispensável a educação formal. O fundamento dessas atitudes seria não apenas o analfabetismo reproduzido durante muito tempo, mas uma reação mais geral de desprestígio e suspeita para com os agentes externos, explicada pelo conceito de cultura de folk. A educação formal é uma das preocupações de Pierson em relação a espaços a respeito dos quais as estatísticas apontavam o número de analfabetos maior que o de alfabetizados, onde os programas oficiais de escolas rurais ainda mal se implantavam, onde se verificava grande evasão escolar, onde muitos professores eram “estranhos sociológicos”, sem formação, sem motivação e contratados por favorecimento político, onde métodos e programas de ensino eram ultrapassados e o material didático era escasso, onde as escolas não tinham estrutura física adequada, onde as crianças viviam longe e, por ajudarem os pais na lavoura, chegavam sempre atrasadas, e os adultos dormiam nas aulas devido à dura rotina de trabalho<sup>303</sup>.

Antes da publicação do Relatório final da pesquisa, Pierson, preocupado com a conexão entre educação e mudança social, publicara um artigo, com Octávio da Costa Eduardo e Levy Cruz, com “hipóteses e sugestões” acerca do ensino no Vale, no qual aparecem algumas das conclusões e indicações reproduzidas no tomo III, como as da citação a seguir:

Talvez a escola constitua um exemplo tão claro como possa existir do fato de que os estranhos à comunidade que procuram alterar um aspecto da situação social local – sobretudo o processo educacional – poderiam muito bem levar em consideração, se querem ser eficazes no trabalho, as possibilidades de alterar todos os demais aspectos da situação social que não a apoiam. Isto porque, a longo prazo, a escola será permanentemente eficaz na medida em que for respaldada por todos os aspectos da cultura local e, em especial, pelas atitudes de pessoas da comunidade que gozam de prestígio aos olhos da criança. Nesta conexão, caberia recordar que no Brasil, [...] pouco há de semelhante àquela tradição de ensino julgada como essencial ao funcionamento da democracia que levou os patriarcas dos Estados Unidos a insistirem, e a implementarem, como apoio efetivo da tradição religiosa, em um sistema de educação universal, cuja iniciativa cabia aos cidadãos de *cada comunidade local*, e não a qualquer governo ou órgão governamental; um sistema que [...] resultou em proporção maior da

---

<sup>303</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco. T. III. p. 334-339. 341-359. 370-380. 394-398.

população total obter não apenas mais educação primária, mas secundária e universitária do que em qualquer outro país. Os líderes do processo educacional, especialmente se estranhos à comunidade local, não podem nutrir a esperança de elevar permanentemente as crianças a que ensinam como que por si mesmas. Esses esforços precisam finalmente encontrar apoio eficaz e permanente na cultura local para que sobrevivam durante longo tempo<sup>304</sup> [itálicos no original].

Esse é um dos únicos pontos em que, ao lado do propósito de intervenção e para além da tão reiterada objetividade descritiva, Pierson deixa explícitos o seu posicionamento político e o peso de sua formação, chegando a comparar a educação no Brasil com a tradição, algo idealizada, de ensino de seu país e a ligação direta com a democracia. A abertura dos laços políticos, inclusive, naquele momento em que ele via com certo entusiasmo o que considerava como crise do patriarcalismo, e a possibilidade do surgimento de uma consciência cultural comum sobre a democracia, teria que passar inevitavelmente não apenas pelo acesso aos novos códigos visuais e sonoros como as revistas, os jornais e o rádio, e pelos contatos com outros espaços, mas por uma educação formal consistente.

Ao final do tomo III, isso será pensado atenciosamente quando, no Apêndice, são dadas “Algumas sugestões sobre o planejamento social”, com o uso de conceitos como “diretrizes”, “sugestões”, “soluções” a serem aplicadas no Vale do São Francisco. E embora o autor pense que “oferecer conselhos” poderia ser algo “presunçoso” da parte de quem foi hóspede no Brasil, aqueles pareceriam úteis para promover a mudança social planejada e orientada, como no exemplo dos Estados Unidos que é citado, e não imposta à “força bruta”, como nos “sistemas absolutistas e autoritários”. Depois de mostrar alguns exemplos de mudanças sociais tentadas de forma malograda ou bem-sucedida mundo afora, Pierson apresenta os 12 “procedimentos sugeridos” por um grupo de pesquisadores das Ciências Humanas com larga “experiência de campo” em vários países, que haviam se reunido na Universidade da Califórnia, para discutir “programas dirigidos de mudança social”.

Apesar de elogiados os esforços dessa pesquisa empírica, tal “proposta dos estudos de comunidade como base para intervenções futuras” já foi chamada de

---

<sup>304</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco. T. III. p. 394-395.

“ingênua”<sup>305</sup>, o que, aliás, se compreende pelo momento e pela missão atribuída às Ciências Sociais e por elas assumida. As sugestões correspondiam tanto à formação acadêmica e cultural do autor, com as referências à cultura de seu país, quanto à moda desenvolvimentista porque passava o mundo, especialmente o Brasil, que definia um modelo de atuação do Estado e implantação de seus projetos de sociedade com vistas a promover o salto econômico-social em direção ao nível dos grandes países capitalistas<sup>306</sup>. Para Pierson, a mudança social deveria dialogar com a imensa herança da chamada cultura de folk, de modo que a passagem ao padrão de vida “urbano e sofisticado”, pensada de maneira quase evolucionista, se daria gradual porém integralmente, atingindo todas as “realidades” constituintes do homem do Vale – daí porque os “híbridos” culturais lhe parecessem difíceis de assimilar, por estarem a meio caminho desse processo.

Em termos da importância estratégica da pesquisa, cumpre lembrar que, apesar de ter enunciado sociologicamente o Vale como espaço de culturas de folk, necessitado das intervenções institucionais, a obra foi malsucedida por sua não publicação imediata – as instituições só vieram a publicar o livro em 1972, malogrando o efeito esperado pelo convênio e pela investigação. Quando a então Superintendência para o Vale do São Francisco (SUVALE), sucessora da CVSF, publicou os três tomos, o uso das duas imagens de Percy Lau com que iniciamos este capítulo, que são datadas dos anos 1940 e foram colocadas nas capas, reforça a conotação da ideia de isolamento e primitivismo, da precariedade das práticas econômicas, das sociabilidades íntimas, familiares e fechadas aos contatos exteriores. No Brasil dos anos 1970, depois de um intervalo de décadas de reconfiguração espacial, a insistência nesses lugares comuns era também um investimento legitimador da continuidade da atuação das instituições que haviam sido criadas em nome do Vale, e, nos anos 1950, em nome do Nordeste – o mesmo tipo de investimento que leva a atual CODEVASF ter a obra de Pierson como estudo de referência. O discurso e a prática de tais instituições e seus projetos

---

<sup>305</sup> LIMA, Roberto C. A. Um rio são muitos – de aventura e antropologia no rio São Francisco. *Tempo Social*. São Paulo: USP, 12(2), nov. 2000. p. 156.

<sup>306</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (Col. O Brasil Republicano; v. 3). p. 158-159.

desenvolvimentistas se consolidaram trabalhando com as discrepâncias espaciais, com a ideia de que muitas temporalidades habitavam e dilaceravam o país, sendo necessário, portanto, negociar com os poderes locais para a aplicação e consolidação das políticas do Estado<sup>307</sup>.

### **3.3 A intervenção do fotojornalismo: o olhar divulgador sobre as culturas do São Francisco**

Situada dentro do campo temático que Donald Pierson chamava de culturas de folk, a penitência quaresmal do Vale do São Francisco sofreu outra intervenção, além da sociológica, no início do ano de 1952, quando a prática foi subitamente alçada à condição de acontecimento digno de notoriedade midiática para outros setores da sociedade brasileira. O veículo que conferiu visibilidade à penitência junto ao grande público de âmbito nacional foi a revista *O Cruzeiro*, a partir da viagem do fotógrafo Flavio Damm e do escritor e jornalista Herberto Sales a Xiquexique, na Bahia. Como se pode perceber, assim como o livro de Wilson Lins sobre o Médio São Francisco, também a referida matéria publicada na mais importante revista ilustrada do país à época foi simultânea à atuação da equipe de pesquisadores chefiada por Pierson, e as circunstâncias e o resultado da reportagem não deixaram de chamar a atenção do sociólogo pelo impacto que causou no pequeno município e pelas próprias fotos e discursos que se produziram sobre a prática.

Como tratado em outro momento deste texto, a historiografia brasileira fez uma ampla abordagem do surgimento e do percurso das revistas ilustradas no século XX, como meio de comunicação privilegiado, durante considerável período, na criação de narrativas visuais dos eventos e da própria construção da cena pública, da

---

<sup>307</sup> Um exemplo dessas negociações estava na criação da SUDENE, em 1959, ano em que Pierson conclui seu relatório, cf. CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. O discurso e a prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992; OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra, 1977. Pertencente inicialmente à Região Leste do Brasil, o Vale do São Francisco logo passará ao Nordeste, na divisão regional de 1970, ficando, portanto, também sob a jurisdição da SUDENE.

política e das transformações culturais por que o país vinha passando<sup>308</sup>. Quando do crescimento urbano, do acirramento da industrialização, da ampliação das classes médias e da demanda por imagens do Brasil a partir dos discursos vigentes que ligavam o desenvolvimento à soberania nacional, a revista *O Cruzeiro* chega, nos anos 1940 e 1950, ao seu período áureo de vendas e de hegemonia das matérias que dessem a conhecer os diferentes espaços do país e seus habitantes, pela tipificação dos agentes sociais com base em atividades econômicas e práticas culturais. Sendo uma marca desse periódico a atribuição de autoria das imagens, e tendo sido relevante naquela geração a presença de fotógrafos como Erno Schneider, José Medeiros, Flavio Damm, Indalécio Wanderley, dentre outros, merece destaque o trabalho do fotógrafo francês Jean Manzon, por sua contribuição para que a revista incorporasse padrões de diagramação e edição atualizados com o mercado internacional, com melhorias no tratamento e disposição de textos e imagens, e diversificasse os pontos de vista dos temas e do público a ser atingido. Ao lado do jornalista David Nasser, Manzon ainda encetará as famosas viagens com traços aventureiros, rumo à descoberta e produção de imagens de um Brasil que trazia o exótico para as dobras de sua identidade, pela incorporação dos índios, sertanejos, pampeiros, baianas, operários, agricultores<sup>309</sup>.

Desde que Manzon e Nasser fizeram a reportagem sobre os índios xavantes, em 1944, e igualmente desde que Arlindo Silva e o fotógrafo José Medeiros publicaram a polêmica matéria sobre uma iniciação no candomblé, a revista gostava de explorar temas desconhecidos ou mesmo chocantes. Por sua vez, o fotógrafo Flavio Damm se havia consagrado ainda muito jovem por sua cobertura do retorno de Getúlio Vargas à política, na *Revista do Globo*, em 1948, enquanto o baiano Herberto Sales era conhecido como escritor regionalista, passando a trabalhar para *O Cruzeiro*, nos anos 1940. Como a dupla mais famosa da revista, Sales e Damm

---

<sup>308</sup> Ver, por exemplo, dentre outras referências, MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. nova série, v. 13, n. 1. p. 133-174. jan.-jun. 2005; KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia*. O efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. Cf. a Parte 2, "Imprensa e História".

<sup>309</sup> COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. p. 139-159, 1998. Para a trajetória de Flavio Damm, ver MAUAD, Ana Maria. Flavio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. In: \_\_\_\_\_. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

também se colocação como personagens na aventura fotojornalística, indo a Xiquexique em busca de ver e dar a ver o “espetáculo de fé primitiva entre canoieiros e pescadores”, e “surpreendê-los em suas práticas sangrentas, reveladas agora nesta reportagem, a primeira que se fez em qualquer tempo sobre o assunto”<sup>310</sup>. Parecia fazer parte das regras implícitas de funcionamento do periódico esse tom de ineditismo e o tratamento espetacularizado de um evento que, entretanto, ocorria anual e regularmente para aqueles grupos sociais.

Em uma nota de rodapé de seu texto, Donald Pierson registrou a expectativa dos praticantes da penitência para com os jornalistas: “[...], apenas 40 penitentes compareceram. Os demais, temerosos de boatos infundados, de possível interferência da polícia ‘ou medidas do governo’ em virtude da presença na cidade naquele ano de repórteres e fotógrafos de uma revista do Rio de Janeiro, retiraram-se para a caatinga em volta da cidade e lá fizeram as flagelações”<sup>311</sup>. Para um sociólogo que fazia um uso controlado das imagens, tomando-as como ferramentas de descrição, essa interferência do fotojornalismo, foi tida como perturbadora para a manutenção de uma prática outrora envolta no segredo<sup>312</sup>.

Problematizamos o discurso e as fotografias de *O Cruzeiro*, para indicar como esses artefatos concorreram para acontecimentalizar essa prática cultural do Vale do São Francisco, naquele início dos anos 1950, contribuindo para o surgimento de um olhar divulgador que incidiu sobre o olhar especializado, ainda que o fotojornalismo proponha outras convenções visuais, outras regras éticas e outras formas de conhecer através das imagens<sup>313</sup>. Posterior à captura das fotos enquanto índices, é a diagramação, em particular, que irá selecioná-las e dispô-las, dando um título exotizador – “Sangue para as almas” – , legendas e um texto, conferindo,

---

<sup>310</sup> SALES, Herberto; DAMM, Flávio. Sangue para as almas: flageladores de Xiquexique, um rito da idade média. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952. p. 13.

<sup>311</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. 148. Nota 99.

<sup>312</sup> Um instigante texto antropológico confronta versões de pesquisadores da equipe de Pierson com o discurso da revista e com depoimentos de penitentes, afirmando que um componente da memória sobre essa prática é a suspeita que paira em Xiquexique, até a atualidade, de que Damm e Sales teriam pago ao líder dos Penitentes, o pescador Manoel Por-Baixo, para obter autorização de fotografá-los. Cf. LIMA, Roberto C. A. Três Nós na memória: narrativas ribeirinhas no Vale do São Francisco (Brasil). *Etnográfica*, Lisboa, 2004, v. VIII, n. 2, p. 209.

<sup>313</sup> Sobre as formas do conhecimento por imagens, cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*, Lisboa: KKYM, 2012 (Coleção Imago). p. 155. Sobre a acontecimentalização via fotojornalismo, ver FONTCUBERTA, Joan. *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen fotoperiodística*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2011. p. 23.

assim dimensão narrativa às fotos, ao passo que a edição, ao trazer a matéria logo no início da revista, surpreende ao leitor, em meio a um conjunto de anúncios publicitários de produtos de higiene, moda e cuidados para a família<sup>314</sup>. O texto de Sales diz que “não se pode *imaginar* o que se passou ali”, apontando para o valor das imagens e o ar de desvendamento que se lhes atribuía, sobretudo por se tratar de uma circunstância noturna e de cenários como a mata e um cemitério antigo em que o uso do *flash* era necessário para que a Rolleiflex de Damm produzisse as fotos com nitidez e forte contraste.

A matéria trabalha com fotos de tamanhos variados: ocupando quase que por inteiro a página de abertura, uma foto mostra, centralizado, um penitente com as costas nuas sangrando à batida do açoite com navalha. Nessa mesma página, colocada acima, uma pequena foto panorâmica da cidade, com o rio ao fundo, que, junto com sua legenda, tem a função localizadora: “Xiquexique, às margens do São Francisco”<sup>315</sup> (Figura 46). Por seu turno, o texto trabalha com uma distinção entre a “Flagelação das Almas” e a “Procissão das Almas”, os dois grupos que a pesquisa sociológica também separou para diferenciar aqueles que se penitenciavam, no cemitério, dos devotos da simples assistência, que apenas peregrinavam.

---

<sup>314</sup> BOLTANSKY, Luc. La retórica de la figura. In: \_\_\_\_\_. BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio*. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003. p. 215-216.

<sup>315</sup> SALES, Herberto; DAMM, Flávio. Sangue para as almas: flageladores de Xiquexique, um rito da idade média. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952. p. 12.

Figura 46



Página de abertura da matéria "Sangue para as almas". *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952.

Um importante recurso retórico é utilizado para conotar ação e movimento a esses grupos, seja ao que se desloca da igreja até às estações da Via Sacra, seja ao que se flagela: é a sintaxe das fotos, num encadeamento que deixa a entender a posição do Flavio Damm e suas opções de enquadramento, estando ao mesmo tempo envolvido pela multidão e tomando distância dela, ele também se movimentando<sup>316</sup>. Essas sequências de fotos dos dois grupos montam uma narrativa quase cinematográfica dos diferentes rituais, os primeiros com poses e gestos de piedade (Figura 47), enquanto os flageladores são iluminados no meio do mato,

<sup>316</sup> Para o papel retórico da sintaxe das fotos, cf. BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 19. Sobre esse deslocamento, nas imagens e nas posições de quem fotografa, um importante fotógrafo documental mencionara, no auge do fotojornalismo: "não podemos permanecer estáticos frente àquilo que se move", cf. CARTIER-BRESSON, Henri apud. FONTCUBERTA, Joan. La fotografía en su contexto. In: \_\_\_\_\_. *Fotografía: conceptos y procedimientos. Una propuesta metodológica*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1990. p. 176 [tradução nossa].

vestidos até a cintura e com os rostos cobertos por panos (Figura 48). As sequências de fotos destes últimos, em concordância com as legendas, que são resumos do texto, narram as mudanças de ritmos da prática. O texto, por sua vez, diz:

Então, a mata como que estremeceu. Houve um rumor confuso de galhos e cerca de cinquenta negros seminus se arrojaram aos pés da cruz, emitindo gritos selvagens e desarticulados. Eram os penitentes. [...]. Depois de beijarem a cruz, recuaram e recomeçaram a saltar como loucos, a fim de agitarem o sangue. Os pés batiam com força no chão, fazendo tremer a terra, e um cheiro de suor se espalhou pelo ar. Não cessavam de gritar um só instante. E seus gritos agudos se chocavam violentamente com as vozes arrastadas dos devotos, dando ao canto fúnebre um toque de animalidade imprevista. De repente, porém, o quadro se modificou por completo. Os penitentes pararam de saltar, curvaram-se para a frente, e fez-se silêncio entre eles<sup>317</sup>.

Figura 47



Sequência de fotos da “Flagelação dos Penitentes”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952.

<sup>317</sup> SALES, Herberto; DAMM, Flávio. Sangue para as almas: flageladores de Xiquexique, um rito da idade média. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952. p. 14. 20.

Figura 48



Seqüência de fotos da “Procissão das Almas”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952.

O texto de *O Cruzeiro* reiterava discursos localizadores, e seus termos (selvagem, louco, animalidade) reforçavam estereótipos sobre irracionalidade e primitivismo dos espaços considerados como interiores do Brasil e de seus habitantes, dando a ver e a ler que também às margens do São Francisco se passavam fenômenos a serem desse modo qualificados<sup>318</sup>. Assim como Pierson apela para adjetivos como “primitivo”, Herberto Sales tenta explicar e localizar temporalmente a prática da penitência usando a expressão “um rito da idade média” como subtítulo da matéria. Por meio da imprensa ilustrada, essas práticas culturais eram trazidas à cena da cultura de massa através de uma mediação complexa que teve repercussões na sua posterior visualização e reinterpretação. A abertura ao tratamento desses temas era contemporânea à investigação sobre práticas religiosas populares efetuada pelas Ciências Sociais no Brasil, e a certa tendência internacional no fotojornalismo, que recorria a “posturas mais pluralistas e democráticas”, naquele período que ficou marcado sob a insígnia do desenvolvimentismo. Diante de tais variáveis culturais, a sociedade brasileira se via formada contraditoriamente também por práticas alheias ao discurso política e culturalmente vencedor sobre seu desenvolvimento<sup>319</sup>.

<sup>318</sup> Ver LIMA, Roberto Alves Cunha de. Escrituras nos corpos, na roça e na cidade: as diferentes penitências no Médio São Francisco. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 105-120, jan.-jun. 2006. O autor relaciona a matéria de *O Cruzeiro* à que referimos de José Medeiros e Arlindo Silva sobre a iniciação no candomblé, como formas de exotização das práticas religiosas populares pelo fotojornalismo.

<sup>319</sup> Para exemplos desse tipo de abertura cultural no fotojornalismo, incluindo a produção e reprodução de estereótipos sobre os grupos sociais, e considerando o papel dos fotógrafos e

Quanto à recepção local da matéria de *O Cruzeiro* e sua repercussão, a reportagem, ao lado de outro texto publicado em livro por pesquisadores da equipe de Pierson, possivelmente alterou as formas de narrar a prática da penitência, afetando, inclusive, a memória de um escritor local, que pinçou eventos e situações nem sempre necessariamente ocorridos, mas já ditos pelos outros observadores<sup>320</sup>. Pierson havia indicado como a recepção da matéria se dava mais sensivelmente nos “grupos de *status* dominantes” de Xiquexique, nos quais alguns indivíduos “alfabetizados e com hábito de ler os jornais das metrópoles, receavam que os penitentes prejudicassem a reputação da cidade aos olhos da parte mais sofisticada da nação”<sup>321</sup>. Produzida e divulgada obviamente sob circunstâncias distintas da situação de pesquisa, a matéria é usada por Pierson como fonte para a caracterização das culturas de folk, o que leva a entender melhor porque, apesar do uso predominantemente descritivo que o pesquisador fazia das imagens, essa reportagem ilustrada inaugurava uma temática que passava a ser vista como fazendo parte do conjunto de práticas culturais próprias às populações do Vale do São Francisco, dando margem a releituras em outros momentos.

A partir da análise de diferentes textos, do pensamento geográfico à investigação sociológica, passando pela intervenção da imprensa ilustrada, esse capítulo pretendeu abordar o surgimento do problema, do conhecimento, da caracterização e do governo dos grupos sociais e das culturas do São Francisco, como parte da definição do recorte espacial de seu Vale. Algumas das imagens e textos que tomamos como documentos compõem os mesmos textos produzidos por aqueles que estavam localizando, medindo as distâncias e segmentando as paisagens; e a verificação de seu funcionamento social disperso na construção de distintos olhares sobre aquelas culturas, nos ajuda a problematizar as formas com que a sociedade brasileira estava delineando as espacialidades e demarcando seu lugar dentro das relações de poder, nos diferentes momentos políticos da história do Brasil no século XX.

---

agências fotográficas, cf. MANJARREZ, Maricela del Rosario G. C. *Juan Guzmán en México: fotoperiodismo, modernidad y desarrollismo en algunos de sus reportajes y fotografías de 1940 a 1960*. Tese (Doutorado). Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México, 2003. p. 96.

<sup>320</sup> LIMA, Roberto C. A. Três Nós na memória: narrativas ribeirinhas no Vale do São Francisco (Brasil). *Etnográfica*, Lisboa, v. VIII, n.º 2. 2004. p. 208-214.

<sup>321</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. III. p. 169.

## CAPÍTULO 4: METAMORFOSES DO OLHAR

No começo dos anos 1970, muitas pessoas acorriam para ver os Penitentes de Juazeiro. Professores, estudantes, jornalistas, artistas, curiosos, e até mesmo turistas. Vinte anos antes, na matéria de *O Cruzeiro*, aqueles homens de anáguas gotejando sangue nos cemitérios, nas noites quaresmais, eram apresentados como agentes de uma prática cultural própria do Vale do São Francisco e incomodamente percebidos como um dos lados do primitivo, do atrasado e da resistência ao desenvolvimento que atravessava a sociedade brasileira. Quais as metamorfoses ocorridas nas formas de ver tais práticas e seus atores e como se deu essa releitura?

Para começar este capítulo, visualizemos uma dessas metamorfoses. Uma mesma tomada fotográfica foi submetida a um tratamento, na revelação, que resultou em um curioso procedimento estilístico: com leve diferença de enquadramento do corpo do penitente fotografado, as imagens abaixo têm suas cores trocadas, numa brecha experimental na prática de documentação fotográfica daquele grupo religioso (Figuras 49 e 50). Por participar de outro momento e responder a outras questões sociais, essa prática de documentação serve de abertura para a problematização que propomos.

As imagens são de autoria de Eivaldo Macedo Filho e faziam parte de um de seus vários projetos de investigação fotográfica das culturas populares. Elas foram usadas como capa e contracapa de um livro de folclore chamado *Penitentes: uma chama de fé*, publicado em 1978, pela professora Izabel Marques de Souza, e que consistia na transcrição de cantos e orações dos praticantes<sup>322</sup>. De saída, entendemos que é preciso colocar em discussão o que se procurou conhecer através de tal visualização, considerando os vários sentidos e implicações éticas envolvidas, segundo nos parece, nas opções estéticas do fotógrafo em borrar o rosto e o corpo do fotografado, em não mostrar feridas ou sangue, fazendo antes um jogo visual e metafórico com os significados religiosos do preto-e-branco. Embora

---

<sup>322</sup> SOUZA, Izabel Marques de. *Penitentes: uma chama de fé*. Juazeiro: Biblioteca Pública Aristóteles Pires de Carvalho, 1978.

Macedo Filho tenha feito exposições artísticas com imagens da penitência, ao problematizar o suporte que é o livro, percebemos o investimento de sentido que as pôs para circular ao lado do gesto de transcrição de Izabel Marques, e que compõe inescapavelmente sua marca de vestígio, produzido pela sociedade com determinados fins<sup>323</sup>. Como muitos observadores constatavam, fotografar os penitentes, em especial, exigia uma negociação, pois interferia na dimensão da invisibilidade, tanto da noite quanto do anonimato e do segredo da prática desses habitantes da sombra, segredo paradoxalmente verbalizado nos discursos.

Figura 49



Figura 50



Fotos de Euvaldo Macedo Filho para capa e contracapa do livro *Penitentes: uma chama de fé*.

---

<sup>323</sup> Cf. LIMA, Roberto Alves Cunha de. Escrituras nos corpos, na roça e na cidade: as diferentes penitências no Médio São Francisco. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 105-120, jan.-jun. 2006. O autor discute as implicações antropológicas do fotojornalismo, por exemplo, que foram perturbadoras para os agentes sociais da penitência, mas não se detém na análise das imagens e de seu circuito social mais amplo.

O exemplo dessa justaposição entre imagens e discursos, de origens, autores e propósitos distintos, para enunciar determinadas práticas culturais e agentes sociais, fazia parte de uma busca por tradições e referências por parte dos intelectuais, artistas e, eventualmente, políticos daquela sociedade. Entre os emissores de tais textos, estavam os que faziam o jornal RIVALE, em cujas páginas se tentava alçar a heterogeneidade das culturas aos selos do local, do regional, do típico, do “sanfranciscano”, seguindo a mesma apropriação da grande categoria espacial construída para o Vale do São Francisco. Isso significava tomar um recorte de cunho político-administrativo que efetuará uma subdivisão regional – o que a Geografia recortou como Submédio – pelo espaço mais amplo do Vale inteiro, inclusive em virtude da disputa que se travava pela manutenção da já declinante liderança geopolítica, econômica e cultural da cidade de Juazeiro.

Assim, o material histórico, as práticas culturais das classes populares, as lendas, o artesanato, as festas foram trazidos ao âmbito dos discursos e das imagens que compuseram diferentes registros e formas de expressão e, longe de se isolarem, frequentemente se interpenetraram. Do político ao folclórico, do jornalístico ao artístico, os textos sobre determinados grupos sociais, como os artesãos, as lavadeiras, os vaqueiros, os agricultores e os penitentes, procuraram interpretar as práticas e inscrevê-las em diferentes formas. É preciso não esquecer, ainda, que aquele era um momento de grandes mudanças espaciais no Vale do São Francisco, como abordamos, e de variada emissão sônica corrente na sociedade brasileira, depois do surgimento da imagem televisiva e da crise do nacionalismo na produção cultural.

O presente capítulo indaga sobre as mutações na forma de enunciar e visualizar os grupos sociais, especialmente aqueles denominados de “populares”, e sua relação com outras práticas, como as intervenções sobre as paisagens urbanas e rurais e seu reordenamento, tomando, para tanto, novamente os enunciados da matéria da revista *Realidade*, dos textos do jornal RIVALE e os entrecruzando com outros artefatos elaborados à época, como os produtos da prática fotográfica do estúdio Foto Santo Antônio e de Euvaldo Macedo Filho, sem deixar de atentar para os lugares sociais de seus emissores. Antes, porém, procuraremos enfrentar o problema narrando sua aparição a partir do ângulo espinhoso do político, nas

circunstâncias da transferência de cerca de setenta e dois mil moradores dos municípios que iam ser inundados por ocasião do enchimento da Barragem de Sobradinho. Os agentes sociais dos espaços apareciam, então, como delicado problema administrativo, a ser solucionado e pacificado pelas instituições.

#### 4.1 O “barranqueiro”, problema político

Num dos relatórios tidos como confidenciais e enviados à Eletrobrás, quando do seu envolvimento nas polêmicas trazidas pela Barragem, o engenheiro Eunápio Peltier, da CHESF, informava a seus superiores:

O problema agrava-se, entretanto, ao considerarmos o habitante da região, especialmente o tipo rural, extremamente pobre e subdesenvolvido conhecido por “barranqueiro”.

Geralmente, ele não é proprietário de terra. Ocupa-se por “simples posse”, por “uso comum” decorrente da fragmentação de antigas sesmarias, por “arrendamento” às Prefeituras ou a proprietários, ou pelo regime de “parceria”. Existe ainda a posse reconhecida ou consentida de lagoas, carnaubais, etc. Sua qualificação profissional limita-se ao trabalho nas lavouras e subsistência, na pesca para uso próprio e em pequenas atividades extrativas.

Seus instrumentos de trabalho são o ramo, a enxada e o facão.

O barranqueiro é o homem totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e autossuficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício de comunicações de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, – sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor ao desconhecido. Assim, agarram-se ao rio, que lhe assegura a sobrevivência, e às crenças, que o confortam. – Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com o seu rio, por afeição – o VELHO CHICO.

Socialmente, é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente, do resto do país<sup>324</sup> [maiúsculos no original].

Detenhamo-nos nas implicações desse texto. O problema referido era o impacto social da obra e os deslocamentos. Por que Eunápio Peltier evoca tais blocos de conceitos para descrever aqueles grupos sociais, remetendo a temas de

---

<sup>324</sup> Relatório de Eunápio Peltier de Queiroz enviado ao Presidente da Eletrobrás, Mário Penna Bhering, citado em DISCURSO proferido pelo Deputado Jayro Sento-Sé, em sessão realizada no dia 5 de abril de 1973. *RIVALE*. ano II, n.º 30, 15 de abr. de 1973. p. 5. (Caderno Especial Sobradinho em Debate).

outros momentos: a pobreza, o subdesenvolvimento, a qualificação profissional limitada, a falta de propriedade e de instrução, o isolamento espacial e cultural, o condicionamento geográfico, a mentalidade não evoluída, o primitivismo, o sentimentalismo? O engenheiro da CHESF se insere na tradição dos seus colegas engenheiros do passado que, ao se encontrarem na tarefa de pensar e eventualmente planejar os espaços, esbarravam em quem neles habitava e parecia obstaculizar a chegada das mudanças. Mas o lugar ocupado agora não é mais da especulação, da observação, tampouco apenas do planejamento; é uma posição pragmática e decisiva, do administrador de uma das principais intervenções fluviais no Brasil dos anos 1970: Peltier está prestando contas para outra instituição do Estado sobre a grande obra, legitimando esse impacto como uma necessidade. No limite, os aspectos culturais e econômicos da vida daqueles grupos sociais que o engenheiro avalia de maneira depreciativa seriam motivos para uma intervenção como a Barragem, em virtude da contribuição civilizacional que ela traria.

Mas na medida em que o Relatório de Peltier foi citado no discurso do deputado Jayro Sento-Sé à Assembleia Legislativa baiana, quando da polêmica sobre os destinos dos habitantes das quatro cidades que ficavam na área a ser inundada, ele era aceito pelo representante político como sinal de “sensibilidade e preocupação” oficial, e conseqüentemente anexado a uma Carta do mesmo engenheiro, para a composição de seu discurso e para publicação no Caderno Especial Sobradinho em Debate, de RIVALE. Ou seja, em pelo menos dois usos subseqüentes, o político e o jornalístico, esse Relatório conservador, hierarquizador, evolucionista, determinista e anacrônico em relação a várias revisões epistemológicas, foi legitimado por sua citação, por sua circulação, ou, pelo menos, pelo assentimento silencioso sobre seu conteúdo. Era mais um discurso desenvolvimentista esvaziador das experiências culturais daqueles grupos sociais, feito para dar sentido a uma prática, também desenvolvimentista, justificada pelos benefícios diversos que traria, pela colocação daqueles espaços e de seus habitantes na ordem do que se entendia por História.

Por essa época, Eunápio era chamado a prestar esclarecimentos sobre a obra para diversos interlocutores, como os políticos, os grupos afetados, a imprensa, de modo que os vestígios da polêmica em documentos como a revista *Realidade* e o

jornal RIVALE permitem a interpretação de que a necessidade de “transferência populacional” foi objeto de tensões, as quais parecem ter tomado a CHESF de surpresa e provocado mais cuidado com essa questão no planejamento da Barragem. Talvez por isso as soluções só tenham sido claramente apresentadas com o surgimento de outra possibilidade para as transferências e a constante veiculação da notícia das novas habitações, no ano de 1975, como diz a coluna Sobradinho é Notícia:

#### RELOCAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Representantes da CHESF, do INCRA, da SUDENE e ANCARBA mantiveram recentemente contatos com as autoridades municipais e o povo em geral de Remanso, Casa Nova e Sento Sé sobre a relocação de populações rurais que serão transferidas da área do reservatório de Sobradinho.

Na oportunidade, os representantes dos diversos órgãos fizeram exposição sobre a alternativa de ocupação de uma área com aproximadamente 250.000 hectares situada às margens do Rio Correntes, no município de Bom Jesus da Lapa.

[...] [maiúsculos no original]<sup>325</sup>.

RIVALE noticia essas negociações na forma de um congraçamento entre as instituições e os habitantes, o que poderia fazer esquecer que, dentro do Nordeste, a Barragem era de elevada importância estratégica para o regime autoritário de então e que sua execução tinha o imperativo de ser levada a termo apesar das contrariedades. Entretanto, quando levamos em consideração o lugar social do jornal e a missão que ele assumira, entendemos que a feitura desses discursos que prestavam satisfações à sociedade e sua circulação junto a classes alfabetizadas daqueles espaços não correspondia, por certo, à aceitação tranquila das proposições da CHESF por parte de outros grupos sociais. Um indício do ar de insatisfação que pairava é a convocação, em 1975, por iniciativa do bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, de uma reunião com a presença de diferentes autoridades, grupos e instituições para discutir os desdobramentos da construção da Barragem:

Convocada por D. José Rodrigues de Souza, M. D. Bispo Diocesano de Juazeiro, realizou-se uma reunião no Centro Catequético com debates

---

<sup>325</sup> RELOCAÇÃO da população rural. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 137, 19/20 de abr. 1975. p. 4 (Coluna Sobradinho é notícia).

sobre a problemática tão decantada pela imprensa, ou seja – localização das populações residentes nas áreas que serão inundadas pelo lago, e também, quanto a métodos e critérios de pagamento de indenizações devidas pela Cia. Hidrelétrica do São Francisco aos proprietários de terras, benfeitorias, edificações residenciais e de outros tipos.

Contando com a presença do Deputado Honorato Viana de Castro, especialmente convidado, a reunião foi honrada, pois, com o beneplácito do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, cuja atuação em favor dos ribeirinhos tem sido eficiente e sincera. Os prefeitos de Casa Nova e Remanso compareceram pessoalmente e os municípios de Sento Sé e Pilão Arcado mandaram representantes.

[...].

A maioria dos habitantes das quatro cidades e povoados distritais não quer se afastar para lugares mais distantes, recusando-se a maioria, por exemplo, a mudar-se para terras em Bom Jesus da Lapa, conforme plano dos órgãos federais encarregados do assunto.

Com referência a outros assuntos, como por exemplo, as estradas de comunicação que vão ser construídas, há também muitas reclamações, apontando-se inconvenientes nos traçados já definidos, que precisam ser modificados. Isto em face do desconhecimento por parte dos engenheiros planejadores, das condições do terreno. [...].

Estas e outras objeções foram feitas objetivamente pelos interessados diretos na questão, prefeitos, vereadores e líderes locais, que veem nos projetos inconvenientes que merecem revisões a bem do interesse da coletividade<sup>326</sup>.

A interferência da Igreja Católica inaugurava um posicionamento incisivo dessa instituição na grande política, ultrapassando a simples relação de mediação entre Estado e sociedade, para indicar um redirecionamento de determinados setores católicos, que se decepcionaram com as expectativas desenvolvimentistas, diante da ameaça dos abusos nos reassentamentos, e aderiam ao que ficou conhecido como Igreja Popular, inclinada à Teologia da Libertação, em termos doutrinários, e contrária às elites locais. Tal posicionamento denota também certo acirramento das questões, em virtude, ainda, da preocupação dos grandes proprietários de terra com o pagamento das indenizações<sup>327</sup>.

Como implicação da insatisfação que, então, pairava, os discursos que falam explicitamente em nome da CHESF procuram contornar as críticas, não veicular os referidos erros dos engenheiros, exaltar as práticas ligadas à educação, à saúde e à assistência social já efetivadas em Bom Jesus da Lapa, mesmo que uma parte dos habitantes tenha se recusado a migrar para destino tão distante dos municípios

---

<sup>326</sup> A BARRAGEM do Sobradinho em debates. Uma reunião de grande proveito. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 145, 14/15 de jun. 1975. p. 2.

<sup>327</sup> SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura militar na Bahia*. Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: UFBA, 2009. V. 1. p. 241-258.

originais, situado a centenas de quilômetros. Não à toa, o tema do sacrifício econômico que a sociedade deveria fazer pelo progresso, que, como vimos, era recorrente, ficava em suspenso quando se tratava de enunciar os benefícios da transferência. E RIVALE, como de costume, se faz de porta-voz da instituição, elaborando retoricamente os eventos e dando amiúde o ponto de vista oficial sobre o que se passava:

Estamos apreciando as grandes defesas ao bem-estar econômico dos barranqueiros sanfranciscanos. E não deixamos de louvar as críticas construtivas, bem como as benignas ações de “revisões” por tudo que já foi pago em indenizações, somando alta importância.

[...].

Agora, em se tratando de realocações, tem sido bem distinto o assunto, pois bem poucos têm sido os que se retiraram, mormente após a criação de agrovilas em BOM JESUS DA LAPA e CORRENTINA, que a CHESF, em convênio com o INCRA, está colocando todos os retirantes em lugares propícios e até superiores aos em que se encontravam, encontrando sobretudo o extermínio de certos problemas complicados para os filhos e familiares, como seja a educação, saúde e assistência de bem-estar social e até trabalho remunerado, para menores acima de 10 anos. Portanto, como se vê, é mais um ponto de realce e de louvor o benéfico trabalho da Companhia Hidrelétrica do São Francisco<sup>328</sup> [maiúsculos no original].

Cerca de dois anos e meio depois, será publicado outro texto na mesma coluna “Sobradinho é Notícia”, em que a CHESF procura se isentar dos equívocos na escolha, por parte da população, do melhor lugar onde se restabelecer:

A criação do reservatório de Sobradinho traz consigo uma experiência das mais importantes em relação ao respeito à liberdade do homem.

É sabido que a população ribeirinha residente na área deveria receber ofertas de alternativas para o seu deslocamento, dando margem à escolha daquela entendida como melhor, dentro do seu nível de percepções.

[...].

O Projeto de Colonização Serra do Ramalho, no Município de Bom Jesus da Lapa, a cargo do INCRA, constitui quase a única possibilidade de melhoria com o mínimo de riscos.

Observa-se, porém, a preferência dominante pela reinstalação na borda do futuro lago, independentemente da qualidade dos solos, do esforço dispendido na construção de nova habitação e roças, do irregular período de chuvas na região impedindo a garantia de produção, da falta de assistência médica e escolar, da crise de água potável para alimentação.

Tal desejo expresso pela maioria das famílias rurais está sendo respeitado e só o futuro dirá do acesso intuitivo.

---

<sup>328</sup> ESTAMOS apreciando... RIVALE. Juazeiro, ano IV, n.º 146, 21/22 de jun. 1975. p. 6 (Coluna Sobradinho é notícia).

Restará ainda a disposição dos Órgãos Federais, aguardando que o dia a dia comprove ou desminta o lógico, e o Projeto Serra do Ramalho receberá com o mesmo sentido de realidade os resultados de hoje<sup>329</sup>.

Para a instituição, embora fossem respeitadas as opções mais convenientes, as famílias preferiam o *intuitivo* ao *lógico* que só o planejamento era “capaz de ver”. Essa incapacidade de aceitar o lógico seria explicável pelos qualificativos que Eunápio Peltier atribuía aos chamados barranqueiros? Também RIVALE escolherá mostrar a transferência dos grupos que teriam optado pelo tal lógico. Em 1976, era anunciada a transferência de 30 famílias, e para isso o material editado e publicado pelo jornal lança mão de uma diagramação que colocava duas fotografias ao lado do texto escrito. A sintaxe proposta articulava as duas imagens, posicionadas uma embaixo da outra, com as respectivas legendas e o texto escrito, de modo a conotar o trabalho de transporte fluvial do grupo de pessoas (Figura 51) através do vapor (Figura 52), numa época de revalorização da navegação e da sua utilidade. O discurso, por sua vez, dizia:

O primeiro grupo de famílias será transferido, sem ônus para a população, via fluvial, no dia 28 de abril, para as primeiras 30 casas construídas na Agrovila número 5, em Bom Jesus da Lapa. Essas famílias são oriundas do distrito de Santana do Sobrado e do distrito de Intãs, ambos pertencentes ao município de Casa Nova. Formam um grupo de 160 pessoas, crianças e adultos, e seguiram para o Projeto no Vapor São Salvador, fretado da C. N. S. F. Esse vapor rebocava uma balsa onde foram transportados todos os pertences das famílias; os animais pertencentes às famílias transferidas foram transportados em balsas adaptadas a este tipo de carga<sup>330</sup>.

---

<sup>329</sup> A CRIAÇÃO do reservatório... RIVALE. Juazeiro, ano VI, n.º 257, 19 de nov. 1977. p. 4 (Coluna Sobradinho é notícia).

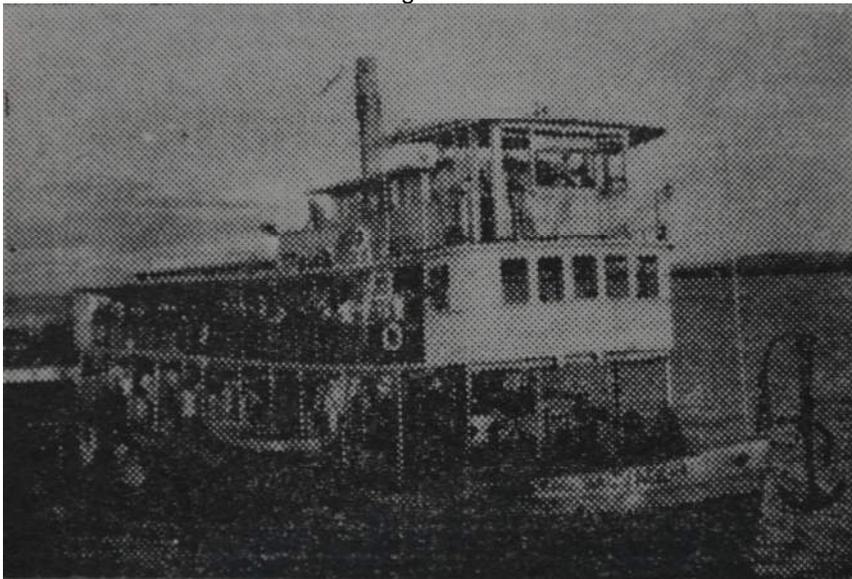
<sup>330</sup> 30 FAMÍLIAS transferidas. RIVALE. Juazeiro, ano V, n.º 182, 10 de abr. 1976. p. 7.

Figura 51



“O primeiro grupo” de famílias deslocadas. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 182, 10 de abr. 1976.

Figura 52



“O vapor São Salvador”. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 182, 10 de abr. 1976.

Ora, em que pese a indecisão do texto entre os tempos verbais conjugados (pretérito, presente, futuro, no mesmo pequeno trecho), e a dificultosa análise que isso acarreta, a Figura 51 mostra a simbólica posição de braços cruzados das

pessoas que aparecem aglomeradas na margem do rio. Essa posição talvez se referisse, efetivamente, a sua incômoda situação de espera pela viagem, deles próprios e de seus bens. A legenda diz apenas que se trata do “primeiro grupo” sem indicar temporalmente a notícia do evento – estaria ele ainda por acontecer, se atentarmos para o uso do futuro no início do texto? Houve erro tipográfico na grafia da conjugação verbal de “seguiram”? Assim sendo, teria sido a foto aproveitada de outra ocasião, como no despacho dos pertences, e reutilizada com outro sentido, de “futuridade”? De todo modo, a publicação terminou por conotar, mesmo que o índice fotográfico não lhe corresponda, o *tempo da espera* das famílias, que se encontravam na encruzilhada dos debates institucionais sobre seus destinos, sobre a recomposição de sua vida social e a reelaboração das memórias sobre seus lugares de origem. E apesar disso, essa espera parecia buliçosa, como se via na tentativa da CHESF de lidar com as recusas das famílias para irem para a Serra do Ramalho, não obstante as vantagens propaladas<sup>331</sup>.

Em outra direção, caberia investigar mais a fundo os mecanismos de inserção, de apropriação e de uso, por parte dos habitantes, das práticas desenvolvimentistas dos anos 1970. Certamente, vemos que seu lugar aí não é exatamente o de meras vítimas de um processo avassalador, na medida em que táticas como a recusa, ainda que veiculadas de maneira indireta em discursos dominantes como o do jornal, indicam que a hegemonia social na produção dos espaços era, se não contestada, pelo menos desviada em relação aos projetos iniciais – o que, para uma instituição como a CHESF, poderia ser visto como uma relutância em virtude do “condicionamento” geográfico do rio sobre a vida daqueles agentes sociais. Na investigação sobre os discursos, sobre as imagens e suas possibilidades de testemunho a respeito das práticas, percebemos que nem sempre era conveniente ou permitido mostrar determinadas variáveis sociais que terminavam por não fazer parte do que era hegemonicamente visível. Aquela reconfiguração espacial punha

---

<sup>331</sup> Para a abordagem do tempo de espera pelo deslocamento espacial forçado dos grupos sociais e da tentativa de recomposição de sua experiência social, com o surgimento de uma tensa relação com o Estado, ver VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 10-11. 78-79. 84.

em jogo, portanto, um campo de disputa não-pensado pelos próprios representantes do Estado<sup>332</sup>.

Em nossa abordagem, assinalamos de saída esse registro do político porque exatamente ele será o mais evitado nos outros textos sobre esses grupos sociais, que se deterão, grande parte deles, sobre aquilo que for considerado mais representativo do aspecto cultural ou, conforme o caso, do que for tido como folclórico dos ditos povos ribeirinhos. Sobretudo para os textos produzidos por membros das elites, como os de RIVALE, o político não é apenas o silenciado, mas sua aparente negação se torna uma estratégia de esvaziamento das questões que fervilhavam entre as classes populares e cujas demandas eram tratadas com dificuldade pelas instituições que mobilizavam os projetos de desenvolvimento. Passaremos, então, à discussão dos outros registros e dos universos de linguagem em que eles operavam.

#### **4.2 Da denúncia ao anedotário: a visão de *Realidade***

Como já foi dito, podemos considerar a reportagem de capa da revista *Realidade* de março de 1972 como um painel sobre o Vale do São Francisco, produzido, editado, diagramado em conexão com diversas demandas sociais daquele momento. Neste tópico, destacamos a contribuição dessa matéria para se visualizar os chamados grupos ribeirinhos, barranqueiros, sertanejos, a partir da mobilização de formas e conceitos constantes dos espaços de experiência da sociedade brasileira sobre o que era considerado o rural, o interiorano e o próprio rio São Francisco, e atentando para o lugar destinado a esses personagens na grande narrativa desenvolvimentista que enfeixa a matéria.

Iniciamos com a foto das páginas 41 e 42, a que o fotógrafo Jean Solari chamou de “tétrica”<sup>333</sup> (Figura 53). Encerradas no mesmo plano fotográfico,

---

<sup>332</sup> Sobre a dimensão indireta dos testemunhos e como ela permite dar conta de determinadas formas de política, cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012 (Coleção Imago). p. 132-133. Sobre as táticas como resistência, cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 97-103.

imobilizadas pela captura da câmera, os seres vivos de caminhar lento e as peles mortas de grandes dimensões compõem a cena juntos, sombreados. Não apenas a natureza, mas também as culturas – de acordo com a velha expressão “civilização do couro”, de Capistrano de Abreu, mencionada na legenda – são enunciadas como estacionadas em outro tempo, que é demarcado de maneira posicional como sendo componente desses espaços distantes da parcela da sociedade brasileira que era o principal público leitor de *Realidade*.

Figura 53



A “civilização do couro”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 41-42.

Não são apenas essa legenda e esse tipo de foto que operam uma reificação da pecuária como atividade econômica e simbólica, mas toda a primeira parte da matéria se dedica ao que seria o polo ainda não desenvolvido de uma linha diegética que culminaria no progresso, mostrando-se tributária das narrativas historicistas e nacionalistas do passado. Essa reificação se desdobra na exotização das figuras

<sup>333</sup> SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema: 10 de jul. de 2012. p. 21.

sociais consideradas típicas. Uma seção da matéria é dedicada a alguns desses personagens: o termo “barranqueiros” aparece como designação genérica para distintas classes sociais: “pescador, vaqueiro, tripulante de gaiola, barqueiro, agricultor de lameiro [...] proprietário ou agregado”, o “povo do rio”, enfim. O título que é dado à sessão – “Eles vivem à margem” – é outra metáfora posicional, usada para explorar os sentidos da “marginalidade” social, temporal e espacial dos barranqueiros. Retomando essa metáfora e se atribuindo o poder de definir onde estaria localizada a categoria, Audálio Dantas também dará o título “À margem” ao texto republicado de sua matéria sobre o São Francisco, explicando o “duplo sentido”: do “chão” em que viviam os ribeirinhos e de suas condições sociais<sup>334</sup>.

Nesse trecho da revista, as imagens se alinham à sutil fronteira editorial que passou a caracterizar *Realidade*: dentro do propósito de dar a conhecer que fundamentaria o realismo do periódico, as fotos parecem tensionadas entre o anedótico e a denúncia midiática das condições sociais dos barranqueiros<sup>335</sup>. A organização da matéria contribui para isso: o texto menciona a mendicância nas cidades do Vale, mas igualmente convoca as imagens para mostrar um casal de ilhéus, voltando para casa num barco com as vestes da cerimônia de casamento, na altura do município de Belém do São Francisco, em Pernambuco, o que parecia algo extraordinário. Os repórteres se diziam igualmente atentos às práticas culturais, ao “bate-papo [dos tripulantes], feito de histórias do rio, lendas de *caboclo-d’água*, de *mãe-de-ouro*, do *pé-de-gancho*, de capetas em todas as formas, de milagres do São *Bom Jesus da Lapa*” [grifos no original], num universo que parecia cheio de crenças, de sanfonas, canções e versos antigos<sup>336</sup>.

A indecisão é ainda mais realçada visualmente, com a recuperação do gênero do retrato por Solari, para a qual o fotógrafo segue a tradição da fotografia documental que deslocou o gênero dos estúdios para a rua, o campo e os espaços de trabalho, e, em sua reivindicada espontaneidade, opta frequentemente por captar

---

<sup>334</sup> DANTAS, Audálio. *Tempo de reportagem*. Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012. p. 209.

<sup>335</sup> Cf. GROBET, Lourdes. Imágenes de miseria: folclor o denuncia. In: MARZO, Jorge Luis (ed.) *Fotografía y activismo*. Textos y prácticas (1979-2000). Barcelona: Gustavo Gili, 2006. Sobre a tipificação dos agentes sociais através das imagens, cf. BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004. p. 145-151.

<sup>336</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 57. 66.

os olhares dos indivíduos que encaram sua câmera de soslaio e de frente<sup>337</sup>. Como elemento definidor dentro do circuito social dessas imagens, o trabalho de diagramação, de organização do texto e das legendas se encarregará de direcionar o sentido como mais propriamente anedótico, caricato mesmo, para as imagens, impedindo-as de chegarem à denúncia. Por exemplo, a legenda de um dos retratos diz: “num barranco qualquer, triste como tantas outras, a menina vê o rio passar” (Figura 54). Noutro conjunto de fotos, destaca-se uma com cenário composto por casa de taipa e palha: uma mulher usa roupas simples e segura um bebê nos braços; a legenda diz: “Laudelina e seu menino novo. Espera uma vida melhor para ele” (Figura 55). Os olhares ambíguos dos retratos nos mostram que o Vale do São Francisco tinha rostos, feições, miradas que devolviam o golpe de vista, e a presença do fotojornalismo seria um desvendamento que projetaria essas faces para além dos espaços em que os retratos haviam sido captados<sup>338</sup>. Por outro lado, a que se pode atribuir essa projeção retórica da tristeza, da precariedade e da desolação, se não à criação da expectativa da tal “vida melhor”, indicadas na palavra “esperança”, central para o texto desde a capa, que criara o epíteto “o Vale da Esperança”?

---

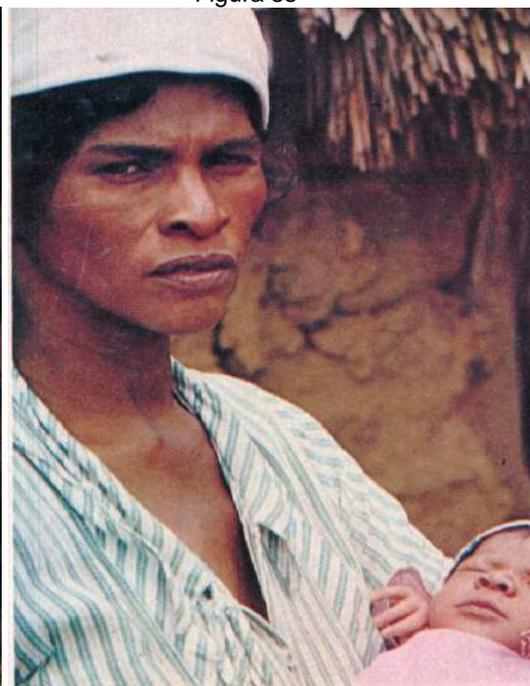
<sup>337</sup> A respeito da recuperação do gênero do retrato no fotojornalismo, ver DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. *Rodrigo Moya. Una mirada documental*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Estéticas (UNAM); El Milagro; La Jornada, 2011. p. 155-164.

<sup>338</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 59. 60. 62. 71. Sobre o sujeito retratado inverter e “devolver o olhar” que pretende capturá-lo, ver DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 183-184.

Figura 54



Figura 55



“Num barranco qualquer, triste como tantas outras, a menina vê o rio passar” e “Laudelina e seu menino novo. Espera uma vida melhor para ele”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 60. 62.

Assim como a diagramação e as legendas das fotos de paisagens, na matéria, atuam como ferramentas de localização e homogeneização, também no caso dos retratos, mesmo não posados, indivíduos separados nos espaços por longas distâncias, como os pescadores de Alagoas e Minas Gerais, são aproximados: afinal, eles não pertenceriam ao mesmo Vale, por pescarem no mesmo rio? (Figura 56). O efeito de localização ocorre igualmente em dois retratos de vaqueiros, sendo que as legendas reiteram o estereótipo do sertanejo, que habitaria um sertão vasto e disponível, como nas noções recorrentes sobre o sertão e a importância histórica da pecuária para sustentar as práticas econômicas de outros espaços, como a agricultura da cana-de-açúcar, em Pernambuco e na Bahia, e a mineração, em Minas Gerais (Figuras 57 e 58). Sobre um vaqueiro, de nome Dioclides, o texto diz:

Está sem o gibão, a armadura de couro que usa para correr boi no meio da caatinga. Faz dias que não pode vaquejar porque da última vez, quando foi atrás de um garrote “arrelioso” feriu o pé numa ponta de galho, infeccionou, está uma ferida feia. Dioclides veste roupa comum, calças de brim ordinário com enormes rasgões que vão da barra até os joelhos. Não lembra em

nada o herói descrito em mil páginas de livros. Assim como está, sem seu gibão e sem seu cavalo, é um barranqueiro comum. Valente ele é, que tem muita coragem no seu correr de léguas pelos matos cheios de espinho. Um herói, mesmo. Mas um herói em andrajos<sup>339</sup>.

E, entretanto, contrariando o texto, vemos Dioclides posando para o retrato com seu gibão e chapéu. Teria ele se vestido de vaqueiro para ser visto pela câmera? Isso nos indica que a elaboração do anedótico, por vezes, não cabia apenas às etapas posteriores à tomada fotográfica no circuito social, mas, antes, também à própria concepção da imagem, dentro do universo de um visível possível que se preocupava com a reprodução do que já seria supostamente conhecido sobre esse grupo social e, por isso, fazia questão do traje que tipificaria o herói, apesar dos andrajos e valorizando-os.

Figura 56



“Pescador em Penedo, AL” e “Pescador em Piumhi, Minas”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 62.

<sup>339</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 68.

Figura 57



“O vaqueiro Dioclides na porta de sua casa. É um herói em andrajos”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 61.

Tal tipificação do vaqueiro, e sua correlação retórica com o espaço, é afirmada, ainda, numa série fotográfica, da qual apenas uma imagem foi selecionada na edição (Figura 58). Ao retomarmos novamente o depoimento de Solari sobre a elaboração da matéria, temos que:

Essa ideia foi toda uma sequência de fotos [em] que eles se transformavam como um cavaleiro, com uma armadura, sabe? Botavam todas as roupas, e ia crescendo aqui, e a única foto [selecionada] é [a que mostra] ele em pé, imponente e tudo. Mas essa foto demonstra mais a secura da região, você vê não tem nada, tem uma arvorezinha verde lá<sup>340</sup>.

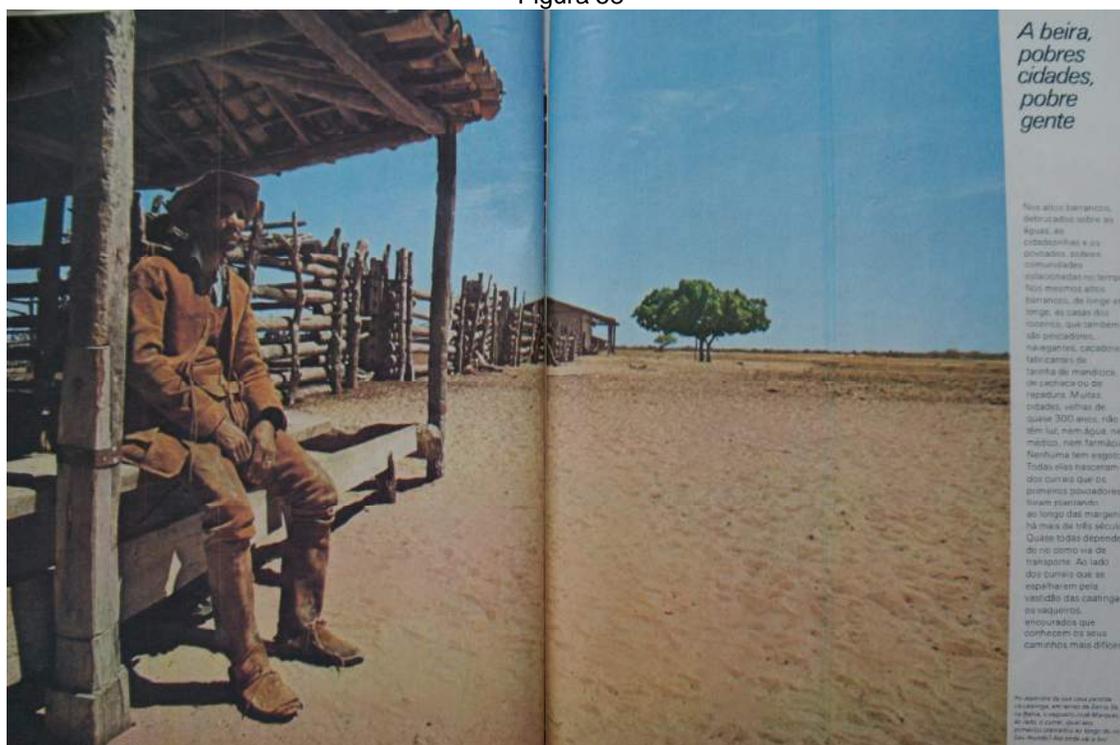
Esse relato do fotógrafo ecoa a legenda colocada, repondo não apenas a suspensão temporal e espacial efetuada pela captura da foto, mas reiterando as

---

<sup>340</sup> SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema: 10 de jul. de 2012. p. 16.

noções de vazio, de marginalidade do Vale do São Francisco, ao longo da história e dentro do país, que se manteria até aquele momento. Assim como a prática econômica da pecuária é novamente reificada nesses retratos, a própria terra, dominante sobre o indivíduo na paisagem, visualizada com profundidade de campo, também o é; pouco se fala em proprietários, em fazendeiros, que certamente não são esses vaqueiros, pois o texto menciona, apenas de passagem, as relações de trabalho a que eles estavam submetidos, baseadas no quinto do gado produzido, por sua vez, trocado pela subsistência<sup>341</sup>. Avançar em direção à denúncia social e à problematização das relações econômico-políticas, nesses espaços rurais, era uma opção documental, mas parecia não ser conveniente para a revista *Realidade*, e, para não escapar ao sentido proposto, o trabalho editorial sobre as imagens era fundamental.

Figura 58



“No alpendre de sua casa perdida na caatinga, em terras de Sento Sé, na Bahia, o vaqueiro José Marques. Ao lado, o curral, igual aos primeiros plantados ao longo do rio. Seu mundo? Até onde vai o boi”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 48-49.

<sup>341</sup> Segundo essa relação de trabalho entre proprietário e vaqueiro, este teria direito à quinta parte do gado produzido, como remuneração por seu trabalho na fazenda.

A apropriação dos espaços de experiência do passado, fosse de discursos dispersos dos escritores do século XX sobre a relação do Vale do São Francisco com a história do Brasil, fosse de imagens do século XIX da cachoeira de Paulo Afonso, tenta justamente situar para o leitor, nessa perspectiva temporal, tanto a peculiaridade daqueles espaços quanto o que caracterizaria seus grupos sociais, suas culturas. Nessa mobilização das camadas de tempo, numa narrativa que remete a narrativas, que retoma enunciados sobre a unidade ou integração nacional, que reproduz interpretações com um objetivo divulgador, *Realidade* atualiza, por exemplo, o discurso da mestiçagem do brasileiro, a qual teria se processado mais claramente nesses espaços chamados de interiores e deixado evidências nos traços dos indivíduos. Para tanto, o rio teria integrado os elementos formadores do ser brasileiro: “enquanto o litoral durou português muitos anos, o vale do São Francisco foi nossa primeira experiência de nacionalidade”<sup>342</sup>. Um dos grandes problemas da sociedade brasileira, exemplificado naquele recorte espacial específico, teria sido o esquecimento da gente e das tais possibilidades de desenvolvimento do interior em proveito de tudo o que vinha de fora e que era celebrado com prazer nas capitais litorâneas. Assim, o mesmo “país do São Francisco”, visto como anedótico, se convertia na “primeira experiência de Brasil”, desvalorizado pelos brasileiros, mas cheio de potencialidades econômicas e culturais<sup>343</sup>.

Mas a transição da experiência do passado, indicada nos tipos sociais vistos como estacionados, rumo ao “tempo depois do sonho”, carecia também de uma mediação imagética. Para visualizar isso, recortemos e aproximemos uma página da matéria que já citamos, em nosso texto. Acima da foto da hidrelétrica de Paulo Afonso, sem que seja exatamente um retrato posado, há uma imagem de dois jovens de uniforme, o mais velho usa capacete e opera uma máquina. A legenda joga com termos que podiam ser tidos como contraditórios: jovem e velho, currais, sertanejo e máquina. Não é à toa que essa imagem surgiu nesse lugar da matéria, numa sessão que celebrava a transformação das paisagens pela hidrelétrica, pelas

---

<sup>342</sup> *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 95.

<sup>343</sup> *Idem, ibidem*. p. 94-99; FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 28. 38. 118.

indústrias e, em seguida, pela agricultura irrigada. Depois de vários grupos sociais terem sido mostrados de forma tipificada e até mesmo exótica, não era interessante seguir apelando para os estereótipos de sertão, pois a matéria queria conotar seu reverso: o progresso exequível, palpável, passível de ser agarrado pelas mãos como a máquina e assumido pelos chamados sertanejos, especialmente por um jovem, metáfora da abertura ao novo, e que, na foto, estaria ensinando o trabalho ao mais moço (Figura 59).

Figura 59



“No velho rio dos Currais, o jovem sertanejo e a máquina”. *Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. mar. 1972. p. 98.

Essa imagem talvez realizasse o sonho de muitos idealizadores do passado, que apostavam no que chamavam de capacidade industriosa da gente do São Francisco, a que bastaria aplicar os planos de desenvolvimento que facilmente se ajustariam. Ainda assim, *Realidade* não se detém nessa temática. Lembremos, então, da figuração humana das fotos que dão a ver a agricultura (Figuras 22 e 23): são personagens envolvidos pela caatinga irrigada ou pelo “campo experimental”, não interessa seu olhar, seu rosto, suas vestes, diante do que mais deve chamar a atenção: a novidade dos canais de irrigação e o que daí se poderia produzir. Os indivíduos, fotografados ao longe, não interessam para criar um tipo social, nem

mesmo um tipo social emergente, de modo que, apesar das mudanças noticiadas, o que deveria permanecer no imaginário sobre os grupos sociais do Vale era o já conhecido através das tais mil páginas de livros e, dessa vez, repostas nas páginas da revista.

Temos, portanto, uma ideia de porque, depois de algo como a série “Tipos e Aspectos do Brasil”, da *Revista Brasileira de Geografia*, que tematizou os sertanejos, nos anos 1940, “a representação, 30 anos depois permanecerá praticamente a mesma”<sup>344</sup>. A representação não é prática nem teoricamente a mesma porque as imagens – inútil dizer que uma fotografia não é um desenho –, os textos, o suporte, o circuito social e o momento não são os mesmos. Como temos analisado, essa aparente repetição não é aleatória, nem da parte do referente, nem da parte dos enunciados, e sua colocação em circulação tampouco é desprezível, no sentido de apenas conotar a harmonia entre homem e meio geográfico.

#### **4. 3 A redescoberta do popular pela imprensa local**

O jornal RIVALE também participou da construção de textos e imagens sobre os grupos sociais do Vale do São Francisco e suas práticas culturais, em particular através de suas crônicas e colunas regulares, bem como da veiculação de notícias sobre eventos que agenciavam práticas culturais das classes populares, com o registro do folclórico, do pedagógico e do cívico. Práticas do passado e sua importância para aquele momento, ou práticas ainda vigentes, realizadas por camadas frequentemente distantes, social e espacialmente, do grupo de intelectuais que compunha o jornal e mesmo do público que o lia, foram enunciadas numa busca pelo que seria próprio àquela cidade ribeirinha em decadência, vinculando-a a outros espaços abrangidos como parte do Vale do São Francisco.

Inicialmente, pontuemos quais eram os personagens privilegiados e seu lugar social. O comerciante, ex-militar e líder da União dos Barqueiros, Ermi Ferrari,

---

<sup>344</sup> ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na *Revista Brasileira de Geografia* e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n. 2, p. 21-72. jul-dez. 2005. p. 42.

importante colaborador do periódico, trazia títulos que tipificavam aqueles grupos a partir de suas ocupações socioeconômicas: os vaporzeiros, os barqueiros, os remeiros, os coronéis barranqueiros, dando uma contraparte discursiva nostálgica ao embate que vinha ocorrendo em outros textos e práticas sobre as formas de organização social no Vale que estavam em declínio, particularmente, sobre a navegação. Como muitos discursos do período, estes igualmente remetem a interpretações de autores anteriores, mas às vezes acessadas apenas fragmentariamente, pois não carregam o ar de exotismo divulgador nem a pretensão científica, e, sim, a marca memorialista do cronista. Vejamos uma das crônicas sobre barcas e barqueiros:

Essas barcas de velas latinas por longo tempo foram o suporte do desenvolvimento do barranco. Na minha juventude, vezes sem conta as contemplei e vi chegando e saindo do nosso porto, coxias levando carregadas no máximo, quando subindo, com sal, querosene, açúcar etc. e quando descendo com rapaduras, peixe seco – as tradicionais olaias – a carne cheirosa de Remanso e produtos do rio de cima. [...] Velhas barcas de outrora que hoje já não existem [...] que o progresso extinguiu; não voltarão jamais, porém viverão sempre na lembrança de todos quantos na região têm ligação com o rio.

[...].

Homens incansáveis e que diferiam dos demais habitantes do barranco, pelo falar e geralmente solene aspecto, graves e sempre de paletó de pijama que eu conheci e com os quais convivi por muito tempo. Entre os barqueiros, muito firmaram fama no “beradão”<sup>345</sup>.

A sequência da crônica diz:

Falemos agora dos REMEIROS. Os pobres e aviltados “pés pubos” do início da navegação, época em que se alugavam por uma viagem redonda Juazeiro-Januária, com duração que chegava a 90 dias, por uns míseros dez mil-réis [...]; lhes negavam na descida a alegria de trazer umas rapaduras, magros litros de feijão e farinha, dados no caso pelo barqueiros, a título de recompensa pelo enorme esforço na viagem e que, mesmo assim, ainda constituía motivo de alegria enorme da família que aqui ficara<sup>346</sup> [maiúsculos no original].

É importante atentar que tal elaboração da memória da navegação era construída do ponto de vista de quem administrava o negócio das barcas, chegando, por isso, a engrandecer o heroísmo dos remeiros e naturalizar suas difíceis

---

<sup>345</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. Barcas – barqueiros – remeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 35, 20 de mai. 1973. p. 7.

<sup>346</sup> Idem. Barcas, barqueiros e remeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 37. 03 de jun. de 1973. p. 7.

condições de trabalho, como as feridas físicas provocadas pelo esforço físico. Embora Ermi, quando patrão, já tivesse atuado com o uso das barcas a vapor, ele mobiliza suas lembranças para trazer esses personagens à narrativa do recorte regional e de seu desenvolvimento. Paradoxalmente, o mesmo desenvolvimento, materializado na execução dos projetos para o rio São Francisco, como a construção da Barragem de Sobradinho, estava prestes a prescindir da navegação:

Já não existem mais remeiros. No beradão, já não se ouve loas nem o linguajar estranho. Já não se ouve mais cantigas dolentes animando o tapa de gato na descida das barcas.

A época pioneira e heroica das barcas a vara e pano desapareceu – o progresso da região assim o exigiu – às Barcas, barqueiros e remeiros, a nossa homenagem pelo muito que deram de cooperação pelo desenvolvimento da região, pois foram os precursores da navegação e do aproveitamento do rio como meio de transporte<sup>347</sup>.

Ironia da história, em breve, chegaria o momento de se dizer que também já não haveria mais barqueiros, como mais uma imposição do progresso exigente. E a sucessão de desaparecimento de personagens fazia parte da retórica do sacrifício do jornal RIVALE, quando necessário, e da construção de suas narrativas desenvolvimentistas lineares. Para isso, as figuras populares, como os remeiros, são lembradas, frequentemente idealizadas, por sua capacidade poética, pelos versos que eram capazes de compor para cantar durante o trabalho. Segundo Ermi, eram esses versos que deveriam permanecer para os jovens de então, embora eles desconhecassem as práticas econômicas do passado. O que se propunha: separar artefatos culturais de suas circunstâncias sociais de produção – não era esse um procedimento parecido com aquele que presidira a criação do Museu Regional?

Em outra série de crônicas intituladas “Barranqueiros e beradeiros”, Ermi faz uma distinção: a partir das repetidas categorias localizadoras e naturalizadoras da “margem” e do rio como recurso disponível, o beradeiro seria o pequeno agricultor das vazantes, “à margem da vida, na margem do grande rio de riquezas imensas e totalmente inexploradas”, “triste e desanimado, vendo a família crescer, sem uma escola para os seus filhos frequentar, sem um médico e um dentista para dar assistência e sem nenhuma presença governamental”; e o barranqueiro – de

---

<sup>347</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. Barcas, barqueiros e remeiros. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 38, 10 de jun. de 1973. p. 5.

maneira ainda mais genérica que o discurso de *Realidade*, ignorando as diferenças políticas e econômicas –, “somos todos nós que vivemos, nos povoados, vilas e cidades ribeirinhas”<sup>348</sup>. A série se encerra com a profissão de fé no trabalho das instituições desenvolvimentistas:

A antiga Comissão do Vale e atualmente a SUVALE têm realmente trabalhado pelo desenvolvimento do Vale, porém esse desenvolvimento, por razões difíceis de explicar, ainda não teve a sua engrenagem em funcionamento, de modo que o progresso e o desenvolvimento que se verifica em outros Vales e outras regiões do País seja visível [sic] e apresente os frutos do benefício geral para as populações. Podem até dizer que isto não acontece, em decorrência do espírito acomodaticio do barranqueiro, e, em princípio, até concordo, porém causas outras devem existir e precisam ser estudadas e localizadas, para seu alijamento do esquema, a fim de que o Vale, principalmente o Médio São Francisco e seus afluentes, entre de fato no bojo do desenvolvimento que está transformando o nosso País em verdadeira potência<sup>349</sup>.

A espera pela atuação das instituições, o horizonte de expectativa do Brasil-potência, construído pela propaganda do regime e comungado pelas elites da época, são reiterados nesse apoio aos textos e às práticas desenvolvimentistas da parte do ex-militar e do periódico que veicula seu discurso. O desenvolvimento, para ser pleno, deveria retirar seus obscuros impedimentos, entre os quais, o referido espírito acomodaticio do barranqueiro. Considerando a generalização dessa categoria pelo cronista, estariam as elites, a que pertencia Ermi, incluídos nesse uso pejorativo? A caracterização dos tipos sociais pelo cronista serve apenas ao seu uso anedótico e passadista, quando, por outro lado, a política deveria promover o progresso acima de todos os interesses e conflitos, à custa da desapareição de determinados segmentos socioprofissionais. Foi com esse propósito “apaixonado”, aliás, que Ermi decidiu representar seu decadente grupo social, o dos barqueiros, junto à CHESF, no pedido vitorioso de indenizações pela falência de sua atividade econômica, quando da conclusão da Barragem<sup>350</sup>.

---

<sup>348</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. Barranqueiros e beradeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 46, 04/05 de ago. 1973. p. 8; Idem. Barranqueiros e beradeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 47, 11/12 de ago. 1973. p. 8; Idem. Barranqueiros e beradeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 48, 18/19 de ago. 1973. p. 8.

<sup>349</sup> Idem. Barranqueiros e beradeiros. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 50, 01/02 de set. 1973. p. 8.

<sup>350</sup> BARQUEIROS do S. Francisco terão a sua vez. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 216, 16 de jan. 1977. p. 1.

Além da tipificação, outra forma de enunciar determinados grupos sociais e suas práticas culturais, produzindo uma mediação delas na escrita dos intelectuais, eram as notícias sobre festas populares, como o carnaval de Juazeiro e as festas juninas, vinculadas a uma dimensão cívica. Agindo de maneira estratégica, o civismo, por um lado, buscava domesticar as manifestações populares, colocando-as sob o rótulo do saber conservador do folclore, e, por outro lado, afirmava o domínio do regime também na produção cultural, na captura das festividades para induzir a uma conciliação ainda mais efetiva, patriótica, entre as hierarquias sociais: entre proprietários de terras, lavradores e vaqueiros; entre instituições, barqueiros, tripulantes e grupos deslocados; entre comerciantes, pescadores, lavadeiras e governantes; e especialmente a maior delas – entre o Estado e a sociedade<sup>351</sup>. A Semana do Folclore, em torno do dia 22 de agosto, o Sete de Setembro, a Semana da Criança, eram datas aproveitadas pedagogicamente para o estímulo a celebrações que seriam o espelho de uma sociedade que se via a si mesma como pretendiam construir suas elites, enquanto culturalmente rica, ciosa de suas tradições e civicamente respeitosa: para isso, serviam as apresentações, nas escolas, de “números folclóricos, baseados nos antigos grupos que se exibem na cidade – Congos, Penitentes, Rodas de São Gonçalo, etc.”<sup>352</sup>. Em outras datas, multiplicavam-se as festas e seus espaços, como as conhecidas comemorações dos aniversários da “Revolução de 1964” e as celebrações realizadas pela CHESF na recém-criada Vila São Francisco, onde residiam os operários da Barragem de Sobradinho e onde fora construído um estádio de futebol chamado Apolônio Sales – tudo era noticiado com fervor por RIVALE, muitas vezes nas suas primeiras páginas.

Nascido da investigação de intelectuais ligados, por laços familiares e políticos, às elites tradicionais, em especial no Nordeste, e contribuindo para a naturalização desse recorte regional, desde o começo do século XX, o folclore conhecia grande recrudescimento nos anos 1970. Constante da agenda da produção cultural oficialmente patrocinada em diversos Estados do país, esse saber foi beneficiado pela publicação de livros e pela realização de eventos, cursos, exposições, nas

---

<sup>351</sup> DOURADO, Walter. Festas tradicionais, comemorações cívicas e manifestações populares – Folclore. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 50, 1º/2 de set. 1973. p. 8 (Coluna, História, Tradições, Comentários e Sugestões).

<sup>352</sup> SEMANA do Folclore. *RIVALE*. Juazeiro, ano VI, n.º 246, 27 de ago. de 1977. p. 1; SEMANA da Criança – Semana do Folclore. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 56, 17 de out. de 1973. p. 1.

quais distintos artefatos intitulados como produtos da “arte”, “folclore” e “cultura” eram homogeneizados dentro do mesmo agenciamento<sup>353</sup>.

Da mesma forma que surgiam os autoproclamados historiadores locais, também apareciam os folcloristas, vindos do mesmo estrato social elitista, como a professora e cronista Layse de Luna Brito. Ela ministrou, em 1973, o “Curso Folclore do Nordeste Brasileiro”, patrocinado pela Secretaria de Educação e Cultura de Juazeiro, com temas “baseados em tipos regionais, repentistas, Literatura de Cordel, Filosofia dos para-choques e seu desenvolvimento, consubstanciado nas credices, superstições, farmacopeia, Gírias, Hábitos, Danças, Horóscopo, Adivinhações e Orações, interpretações dos sonhos, etc.” e tratando, ainda, sobre Antonio Conselheiro, Padre Cícero, Lampião e o cangaço<sup>354</sup>. A partir do fôlego abrangente e pretensioso da professora, que a situa na esteira generalista dos folcloristas, entendemos que também para o Vale do São Francisco se procurava elaborar uma cultura popular, nordestina, oral, num momento em que, paradoxalmente, uma impactante prática de transformação dos espaços como a eletrificação permitia a lenta, mas cada vez mais efetiva, chegada de outros códigos de comunicação e de outros signos culturais aos espaços rurais, através, por exemplo da televisão<sup>355</sup>.

Dentro de semelhante ideia colecionista e generalista, a criação do Museu Regional, por iniciativa do colunista Walter Dourado, previa o recolhimento do material folclórico das cidades a ser inundadas, antes de sua desapareição. Em uma crônica publicada em sua coluna regular, a qual trazia os termos “história” e “tradição” no título, ele aglutinara, sob o conceito de folclore, o cívico, o popular e o tradicional, e elencara a disposição das festas no calendário anual<sup>356</sup>. Em outro momento, o cronista ainda procurava definir:

---

<sup>353</sup> Sobre a produção do folclore, no Brasil, e em particular sua atribuição como nordestino, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A feita dos mitos. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013. Abordamos o recrudescimento do folclore, no mesmo período, em outros espaços, em RABELO, Elson de Assis. *A História entre Tempos e Contratempos*. Dissertação (Mestrado). UFRN. Natal, 2008. p. 135-136.

<sup>354</sup> CURSO Folclore do Nordeste Brasileiro. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 54, 29/30 de set. 1973. p. 1.

<sup>355</sup> NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, Lilian M. (org.) *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 4). p. 562-574.

<sup>356</sup> Cf. DOURADO, Walter. Festas tradicionais, comemorações cívicas e manifestações populares – Folclore. *RIVALE*. Juazeiro, ano II, n.º 50, 1º/2 de set. 1973. p. 8 (Coluna, História, Tradições, Comentários e Sugestões).

Aqui, em nossa cidade, cultiva-se o folclore através de exibições diversas, nos diferentes setores do campo sociológico. Então, poderemos ver no Carnaval, os índios da antiga Aldeia Canindé, durante a Semana Santa, os célebres penitentes, única aglomeração típica sobrevivente, dada a idade secular de sua prática. Durante o mês de junho, temos a exibição das quadrilhas circunscritas ao perímetro suburbano, objeto de apoio e proteção do Departamento de Turismo, que faz inclusive a classificação das melhores apresentações, com prêmios e incentivos de ajuda econômica. [...] a 15 deste mês [julho] comemora-se o Dia da Cidade, com festas empolgantes, desfiles, inaugurações e apresentações folclóricas, por ser feriado municipal<sup>357</sup>.

E aqui o turismo, que, por outro lado, estava ressignificando os espaços transformados pela Barragem de Sobradinho, se insere como mais um agenciamento que toma práticas culturais heteróclitas sob a mesma ideia de exibição, o que adentrava em uma questão delicada, do ponto de vista antropológico, diríamos: diferente dos índios, trazidos de modo anedótico à exibição, os penitentes se recolhiam à escuridão, aos espaços ermos dos cemitérios e matas para a realização de sua prática religiosa. Na direção contrária, o colunista e desenhista Sanduarte celebrava a visibilidade adquirida pela prática, devida em especial à atuação do fotojornalismo:

Jornais e revistas do Brasil e do exterior já começam a escrever a respeito do mais tradicional grupo que se caracteriza pelo ritual de autoflagelação, em nome da salvação eterna, através da “alimentação das almas”. [...]. E o Departamento Municipal de Turismo tem recebido visitas de jornalistas, estudiosos ou simples curiosos que procuram sentir a profundidade, e principalmente a dimensão dos atos litúrgicos da “quinta-feira maior”<sup>358</sup>.

Estamos diante de uma mediação curiosa, que procura capturar uma prática outrora considerada abjeta, classificada nas categorias deterministas e evolucionistas como atrasada, datada como fora do tempo do desenvolvimentismo, e que, apesar disso, era objeto da curiosidade folclórica e turística. Para que essa metamorfose tivesse ocorrido, sem dúvida fora fundamental a abertura do olhar proposta pelo Cinema Novo, ao abordar temáticas como a das práticas religiosas populares, nos anos 1960 – o que Euvaldo Macedo Filho veio a considerar como uma de suas referências artísticas. Por sua vez, o jornal RIVALE sempre trazia

---

<sup>357</sup> DOURADO, Walter. O folclore ou cultura popular. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 155, 23/24 de ago. 1975. p. 4 (Coluna H. T. C. S.).

<sup>358</sup> SANDUARTE [DUARTE FILHO, Sandoval]. Os Penitentes. *RIVALE*. Juazeiro, ano IV, n.º 131, 08/09 de mar. 1975. p. 3 (Coluna Sociedade).

anualmente textos dedicados à penitência, em suas colunas. O mesmo Walter Dourado valoriza os aspectos ditos primitivos como constituintes da prática, mas demonstrava suas reservas:

[...].

Foi a única organização talvez que resistiu às transformações que se operou [sic] na região, conservando-se com suas primitivas práticas, alheia ao progresso social e ao desenvolvimento socioeconômico.

[...].

O sigilo é observado com rigor. Até bem pouco tempo não se sabia o que se sabe hoje, a respeito deles. Conservando-se no seu mutismo secular, nada transpirava que pudesse ser descoberto pelos neófitos. Hoje, porém, ao que parece, devido ao *ingresso de pessoas de boa compreensão*, e também, por causa das insistentes procuras dos repórteres de jornais e revistas que aqui têm vindo para fazer entrevistas, já temos algum subsídio [para] apresentar aos leigos, baseado no que eles disseram. [...].

Em face do exposto, compreende-se logicamente que a prática não pode ser controlada por quem quer que seja. A forma "sui generis" não comporta um entrosamento por exemplo com o Turismo, uma vez que eles não consideram seus atos como uma manifestação folclórica. O Departamento de Turismo da Prefeitura, por exemplo, coloca em seu calendário a exibição exótica, que pode ser presenciada por pessoas que nos visitem e tenham interesse em apreciá-los. Nunca, porém, isto poderá ser feito em caráter oficial<sup>359</sup> [itálico nosso].

O folclore tido como conteúdo cultural e definidor dos espaços é reabilitado nessa forma com que se apresentava a prática do turismo, pelo incentivo às viagens, pela indicação dos espaços a serem conhecidos e das práticas culturais que seriam típicas. Pertencente a uma empresa que tinha o turismo entre suas atividades, e voltado para a divulgação das reconfigurações do Vale do São Francisco, para as novas relações e experiências espaciais que adviriam da agricultura irrigada, da eletrificação e do acesso crescente a outros meios de comunicação, o jornal RIVALE era um grande interessado na revalorização das culturas locais sob a chave do folclore. Podemos dizer que isso é uma mostra de um lugar ambíguo por parte do periódico e daqueles que o faziam, pois as transformações espaciais divulgadas inescapavelmente afetariam as práticas culturais que eram enunciadas com celebração e nostalgia. Histórias e práticas que se dizia virem de muito tempo atrás poderiam resistir à sanha desenvolvimentista abraçada hegemonicamente por esses grupos sociais?

---

<sup>359</sup> DOURADO, Walter. Os Penitentes de Juazeiro. *RIVALE*. Juazeiro, ano V, n.º 179, 06/07 de mar. 1976. p. 3 (Coluna História, Tradições, Comentários e Sugestões).

Assim, considerando o investimento que o jornal dizia haver na mediação da prática da penitência para quem não era familiarizado, quem seriam as pessoas ditas como de “boa compreensão” e que estavam promovendo o conhecimento da penitência e nomeando-a como folclore do Vale do São Francisco? De acordo com a proposta do livro *Penitentes, uma chama de fé*, a professora Izabel Marques de Souza poderia ser localizada nesse grupo; o livro era uma compilação dos cantos e orações dos Penitentes, que pretendia salvá-los do esquecimento através da escrita. Também o ilustrador da capa do livro, Euvaldo Macedo Filho, vinha investigando, não apenas junto aos Penitentes, mas em uma diversidade de práticas culturais das classes populares, formas para a produção artística, com o objetivo de ressignificar suas referências culturais. Integrante de uma geração de artistas e figura inquieta entre os fotógrafos, também ele deixou, através de sua obra e com intenso diálogo com as transformações espaciais, uma contribuição importante para se visualizar as culturas tidas como próprias ao Vale do São Francisco.

#### **4.4 A inscrição dos agentes sociais na prática fotográfica e documental**

Euvaldo Macedo Filho fazia parte de uma geração dispersa de artistas, de várias idades e trajetórias, que atuavam em distintos campos de linguagem artística, incluindo o desenhista Sanduarte, o pintor e escultor Antônio Carlos Coelho de Assis, o pintor Celestino Gomes, dentre vários outros. Com algumas diferenças de lugares sociais e de projetos de sociedade, esse grupo é contemporâneo à Associação dos Universitários de Juazeiro, ligada ao grupo que criou o jornal RIVALE e promotora de festivais de música e teatro. Em meados dos anos 1970, esses jovens filhos de classes médias urbanas criaram dois coletivos artísticos, o Grupo Êxodus, onde se discutia teatro e música, celebrando a projeção internacional do juazeirense João Gilberto e procurando dar continuidade ao que já se considerava como tradição musical, e o Círculo de Convivência Cultural, onde se discutia poesia. Aos poucos, os artistas visuais, vão se definir a partir das

contribuições dos coletivos e de suas próprias experiências estéticas, especialmente quando Euvaldo descobre a prática fotográfica<sup>360</sup>.

À parte esse ambiente artístico relativamente movimentado, Euvaldo começou a fotografar e fazer revelações em casa com seu irmão Hugo, utilizando a câmera do pai. Com o passar do tempo, ele veio a se interagir também com os fotógrafos locais, frequentando seus estúdios comerciais para fazer experimentos de revelação em cores e ampliações de cópia. Quais eram, então, os espaços dessa prática fotográfica, em Juazeiro? Como entreposto da navegação, a cidade abrigava, durante a primeira metade do século XX, grande número de casas comerciais, de todo uma diversidade de gêneros, especialmente roupas, louças, artigos de luxo e determinados víveres que chegavam de Minas Gerais e do Oeste baiano nos barcos a vapor. Nessa cidade portuária, nos anos 1940, foram abertos os primeiros estúdios fotográficos, o Foto Fialho, de Antônio Fialho, e o Foto Hispania, de um comerciante espanhol chamado Angelo Perez, que iriam começar a produzir e fornecer fotos das mais variadas circunstâncias sociais para toda a faixa territorial das cidades circunvizinhas, dos lados baiano e pernambucano.

Como vimos, no final dos anos 1950, Manoel Domiciano abre seu estúdio, o ArtFoto Paulista. Posteriormente, outros estúdios surgiram, como o Foto Oliveira, o Foto Tavares e, especialmente, o Foto Santo Antônio, do qual tomaremos brevemente um grupo de imagens para nossa análise. Como no exemplo dos cartões postais com imagens da Barragem de Sobradinho, esses estúdios testemunharam e eventualmente documentaram as reconfigurações não apenas dos espaços do Vale, mas de uma série de práticas da vida política, dos padrões de comportamento e de conduta social. Por outro lado, eles foram responsáveis pela ampliação do mercado fotográfico, pelo incremento da qualidade dos equipamentos empregados e das imagens produzidas, com a introdução de câmeras mais ágeis, como a Rolleiflex e a Nikon, a substituição das placas de vidro por negativos plásticos e a introdução da fotografia em cores.

O ex-sapateiro Antônio Bernardo Gomes aderira à prática da fotografia a instâncias da esposa, Victalina de Carvalho Gomes, que aprendera os processos de

---

<sup>360</sup> ASSIS, Antonio Carlos Coelho de. *Euvaldo Macedo Filho: um olhar para além da fotografia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais). UNIVASF. Juazeiro, 2014.

revelação quando havia trabalhado com retoques de retratos em placas de vidro para o ArtFoto Paulista e para o Foto Fialho, e, posteriormente ensinara o ofício ao marido, dando início, juntos, ao seu estúdio. O crescimento da prática fotográfica estava atrelado às demandas por imagens vindas de diversos estratos sociais, entre os quais famílias, instituições do Estado, a imprensa, a Igreja Católica. Foi por isso que, nos anos 1970, o Foto Santo Antônio teve grande êxito em sua prática, tornando-se um dos principais estúdios da cidade, chamado para produzir diversos gêneros de fotos: de acidentes de trânsito, de campos de agricultura, de carnavais, e, por encomenda da prefeitura de Juazeiro, de reformas urbanas.

Uma série fotográfica em particular, que foi digitalizada décadas depois pela Prefeitura de Juazeiro, foi feita a pedido da chamada Ótica Brasil, trazendo o tema do que seriam os tipos populares locais, como o pescador, o vaqueiro, o sertanejo e a lavadeira (Figuras 60, 61, 62 e 63). Por meio de mais um jogo visual, um estabelecimento comercial voltado para a venda de artefatos para a visão, escolhia ver e dar a ver, na ilustração de suas paredes, fotos que reproduziam o anedotário tipificado, com uma figuração encenada, praticamente hierática, que sequer mira a câmera e se encontra imobilizada, em sua relação com o meio<sup>361</sup>.

---

<sup>361</sup> CANCLINI, Néstor García. A encenação do popular. In: \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 205-254.

Figura 60



Pescador. Estúdio Foto Santo Antônio (Foto Santo Antonio). VVAA. [Sem título]. 1 DVD. Juazeiro: Gerência Municipal de Cultura, [s/d]. Fotografias. [Tomada em cerca de 1977-1978].

Figura 61



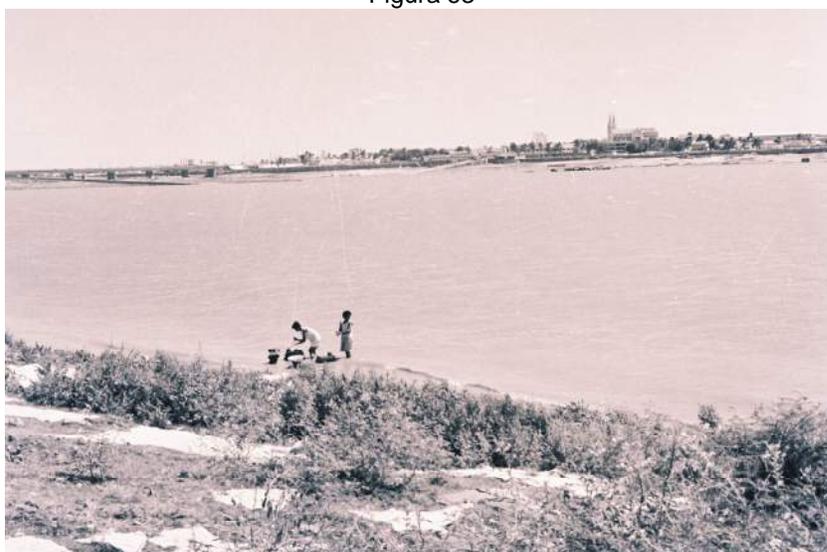
Vaqueiro. Estúdio Foto Santo Antônio (Foto Santo Antonio). VVAA. [Sem título]. 1 DVD. Juazeiro: Gerência Municipal de Cultura, [s/d]. Fotografias. [Tomada em cerca de 1977-1978].

Figuras 62



Sertanejo. Estúdio Foto Santo Antônio (Foto Santo Antonio). VVAA. [Sem título]. 1 DVD. Juazeiro: Gerência Municipal de Cultura, [s/d]. Fotografias. [Tomada em cerca de 1977-1978].

Figura 63



Lavadeiras. Estúdio Foto Santo Antônio (Foto Santo Antonio). VVAA. [Sem título]. 1 DVD. Juazeiro: Gerência Municipal de Cultura, [s/d]. Fotografias. [Tomada em cerca de 1977-1978].

Do repertório de imagens produzidas por Antônio Bernardo, conservadas e levadas à digitalização, essas são as únicas que privilegiam a figuração. Nos enquadramentos, os cenários, vestimentas e objetos de trabalho perfazem a elaboração dos tipos sociais rurais por parte de uma camada social urbana, à qual pertenciam o fotógrafo e os proprietários do estabelecimento comercial. É também a partir desse mesmo lugar social e geográfico que se entende – através da captura do signo fotográfico e de sua inscrição pública – a reprodução de enunciados tipificadores e em grande medida conservadores, apesar dos grandes impactos culturais e espaciais trazidos, no mesmo momento, por uma prática social como a eletrificação<sup>362</sup>.

No que diz respeito à prática fotográfica e documental de Eivaldo Macedo Filho sobre os habitantes do Vale do São Francisco, esta se inscreve num projeto mais amplo e multifacetado de documentação das práticas culturais como matérias para a investigação sobre formas para o olhar – como no caso do que foi feito com a imagem do penitente, para o livro de Izabel Marques. Paradoxalmente, a produção de Eivaldo se encontra mais bem arquivada do que a de seus colegas que atuaram durante décadas no circuito comercial. Tendo produzido intensamente num curto período de tempo que foi de meados dos anos 1970 – quando começou a fotografar e quando ganhou de presente o livro *Antropologia Visual*, de John Collier Jr. –, até sua morte, em 1982.

Filho de pai médico, numa família de classe média, Eivaldo havia abandonado o curso de Economia, e vinha se dedicando à leitura e à poesia, no período em que integrou os coletivos de arte. Em seguida, fez cursos de fotografia e documentarismo, em Salvador, no Rio de Janeiro e em Brasília. De volta a Juazeiro, sua prática fotográfica se inserirá na busca por reencontrar as culturas dos espaços do rio São Francisco, no sentido de estetizá-las a partir do cruzamento com outras referências artísticas. E estas eram muitas: dentre vários outros exemplos, aparecem nos numerosos manuscritos de Eivaldo a literatura de Guimarães Rosa e

---

<sup>362</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 171-174.

João Cabral de Melo Neto, a música de João Gilberto que era mitificada por toda aquela geração de jovens, e, no campo das imagens, o cinema de Glauber Rocha, e a fotografia de Henri Cartier-Bresson e de André Kertész. A viúva de Euvaldo, a professora Odomaria Macedo, assim se lembra do início da sua trajetória:

Tínhamos apenas vinte e poucos anos e muitos sonhos quando nos encontramos em Juazeiro da Bahia, nossa cidade natal, para onde estávamos retornando após sair da universidade em Salvador, aonde vivemos parte do ambiente dado naquele clima da época.

Deparamos um com o outro ao buscarmos recriar no nosso ponto de partida, local de onde alçamos nossos primeiros voos, um novo lugar para nós. Nas rodadas entre os amigos Ele era chamado de “cabeça de poeta”. Era então uma pessoa considerada especialmente como antenada - sujeito capaz de perceber coisas incomuns nos aspectos mais simples do cotidiano mais comum, que via sempre muito além da mesmice aparente, detalhes, sutilezas, minúcias<sup>363</sup>.

Tal recriação de seu ponto de partida levava o fotógrafo a se interessar pela captura de imagens de vários agentes sociais e experiências espaciais: músicos, prostitutas, feirantes, romeiros de festas de santos, viajantes de barcas, e dois exemplares de categorias temporais profundamente metafóricas, a infância e a velhice. Podemos situar Euvaldo na encruzilhada das várias referências artísticas reivindicadas, mas só um trabalho de investigação e cotejamento específico sobre seus manuscritos, sobre a vastidão de negativos não-revelados, revelações não catalogadas, anotações a respeito de imagens já feitas, poderia discernir sobre quais projetos foram concluídos, que formas se impuseram ou tenderam a se tornar mais dominantes.

De início, sua primeira exposição foi nomeada de “Tristes Margens”, com fotos de lavadeiras do bairro dos Angaris, situado na periferia de Juazeiro e na beira do rio. Embora, hoje, não se saiba ao certo quais imagens foram inclusas nessa exposição, a partir de fotos como a Figura 64, podemos dizer que Euvaldo parecia, em determinado momento, preocupado com cuidados técnicos, como a nitidez e a definição dos planos nas fotos, e interessado na tipificação social que, como vimos, era comum a vários textos escritos e visuais, incluindo a imprensa e a prática fotográfica de Antônio Bernardo. As lavadeiras, por seu turno, já tinham se tornado

---

<sup>363</sup> MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. Conheci Euvaldo no clima dos “anos 70”... In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Catálogo da Exposição “Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho”*. Petrolina: SESC, 2014.

um grupo socioprofissional tipificado, aparecendo como tema para outros textos, como na descrição que Donald Pierson fizera: “Um espetáculo pitoresco que o viajante encontra ao longo do São Francisco e seus tributários e, de fato, em quase todas as correntes ou fontes primárias de água é formado pelas lavadeiras, a ‘castigar’, conforme diz Wells [...], ‘as pedras chatas com suas roupas’<sup>364</sup>. Uma edição do jornal RIVALE, do final de 1973, trazia, dentre outras “imagens do ano”, a foto de um grupo de lavadeiras (Figura 65), sem sequer mostrar os rostos daquelas agentes sociais, apenas sua sombra contra a parca luz. A imagem conota que o tal “espetáculo” permanecia em uma cidade que se entendia em franco desenvolvimento, nos anos 1970. Como os demais grupos sociais espacialmente afastados das principais práticas desenvolvimentistas, incluindo os penitentes e os vaqueiros, as lavadeiras eram tomadas, pelos intelectuais e pela imprensa, como sinal de que Juazeiro mantinha seus tipos tradicionais, apesar das transformações. Os agentes sociais subalternos, como de costume, atrelados retoricamente à tradição, ao passado, à permanência.

Figura 64



“Lavadeiras”. In: MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira; ASSIS, Antonio Carlos Coelho; EGÍDIO, Chico. *Euvaldo Macedo Filho – Fotografias*. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2004.

---

<sup>364</sup> PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. T. II. p. 319.

Figura 65



1973/1974 [Fragmento]. RIVALE. Juazeiro, ano II, n.º 1967, 30/31 de dez. 1973.

Entretanto, em diferentes facetas de um trabalho que ele chamava de documentação, Eivaldo passará a se interessar não apenas ou exatamente pela tipificação. Os artefatos produzidos por sua prática vieram a se aproximar, então, daquilo que foi dito sobre o Cinema Novo, o qual teria se colocado num “nível [...] de avaliação do homem brasileiro como objeto de análise antropológica”<sup>365</sup>. E nesse sentido, além de fotógrafo das paisagens, especialmente daquelas produzidas como espacialidades que seriam naturais, com destaque para o rio, ou que remeteriam ao universo da navegação – isto é, destoantes das práticas desenvolvimentistas dos anos 1970 –, Eivaldo se mostra um formidável retratista dos agentes sociais. É difícil, nesse sentido, situar o fotógrafo entre o anedotário e a denúncia social, especialmente se lembrarmos que a maior parte das fotos produzidas foram deixadas apenas em negativo, sem ter circulado nos anos 1970 e, portanto, sem ter sofrido maiores investimentos retóricos para além da própria estetização promovida por Eivaldo em seus manuscritos, como no texto a seguir, uma de suas muitas poesias em prosa, de inspiração modernista e concretista:

---

<sup>365</sup> GALVÃO, Maria Rita; BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica*. São Paulo: Brasiliense; Embrafilme, 1983 (O nacional e o popular na cultura brasileira). p. 155.

tudo começou quando? por acaso como pinta uma foto que a gente nem espera. o segundo. tudo. Muito como eu sei que é tudo. tudo é mágico como viver é muito tudo. o olho e o relâmpago: clic. o bater das pálpebras, a batida do coração, etc. olhar e ver são duas coisas muito diferentes. olhar até ver até crer. fé. ou um lance de olho de lince.  
fotografar: sensibilidade, bom gosto, etc. etc.  
fotografia, magia, ato de bruxo, bruxaria de amor. como vê a natureza o olho de deus? fotolhar, fotografar, fotografar, mostrar o.  
a câmera – para mim é – é um instrumento mágico onde gravo a fuga dos instantes no tempo. fotografia: o mágico encanto. não sei se era claudel quem dizia que, se o mundo havia de ser salvo, seria pelos poetas. o grande defeito da fotografia é que ela foi inventada muito tarde. você não gostaria de ver a cara de napoleão depois de waterloo?<sup>366</sup>

A poesia acima dá a entender um pouco da relação que Euvaldo estabelecia entre a imagem fotográfica e o tempo do instantâneo (a batida das pálpebras, o coração, o clic e o relâmpago, a fuga), no que o próprio fotógrafo fazia referência a Henri Cartier-Bresson. E, no entanto, suas fotos conotam outras variáveis temporais para além do instantâneo, pois Euvaldo muitas vezes lançava mão da pose, e, do ponto de vista da composição temática, mesmo nos instantâneos, ele fazia as temporalidades se implicarem mutuamente, como a infância e a idade adulta nas fotos das lavadeiras (Figura 64). Os retratos, em particular, escavam a densidade dessas camadas de tempo, pelo privilégio dado à infância e à velhice. A presença do tema da infância na fotografia de Euvaldo nos remete à dimensão metafórica que esse tema adquirira, por exemplo, na fotografia de Jean Solari, no texto e na edição da revista *Realidade*: no sentido civilizacional, os espaços do São Francisco eram considerados infantilizados, o rio havia sido historicamente “o menino de recado” do Brasil.

Quando Euvaldo Macedo se fixa nos olhares dos retratados, na ludicidade infantil dos brinquedos e brincadeiras, nas expressões psicológicas dos idosos, ele também recupera o gênero do retrato, mas os personagens retratados frequentemente são isolados do seu entorno social, há poucos indícios de cenários

---

<sup>366</sup> MACEDO FILHO, Euvaldo. Tudo começou quando?... In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Catálogo da Exposição “Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho”*. Petrolina: SESC, 2014.

que seriam típicos, excetos nas fotos de feiras e nas de lavadeiras, e muitos indivíduos não correspondem a tipos que teriam vestimentas ou instrumentos de trabalho padronizados (Figuras 66, 67, 68 e 69). Isto é, paradoxalmente, embora o fotógrafo se deslocasse espacialmente, de acordo com o pressuposto de uma investigação antropológica, em busca dos lugares onde estariam as situações e agentes sociais a serem fotografados, nem sempre sua fotografia se interessará pela encenação anedótica especificamente<sup>367</sup>. Efetuando um rasgão deliberado no regime de discursos e imagens desenvolvimentistas, e abrindo outras possibilidades dentro desse regime, pela elaboração de uma visualidade um tanto romântica e deslumbrada pelos poderes de pesquisa temática da fotografia, Euvaldo dizia pretender alçar as formas visuais das práticas e agentes sociais do São Francisco à beleza da interpretação do canto de João Gilberto.

Figura 66



Figura 67



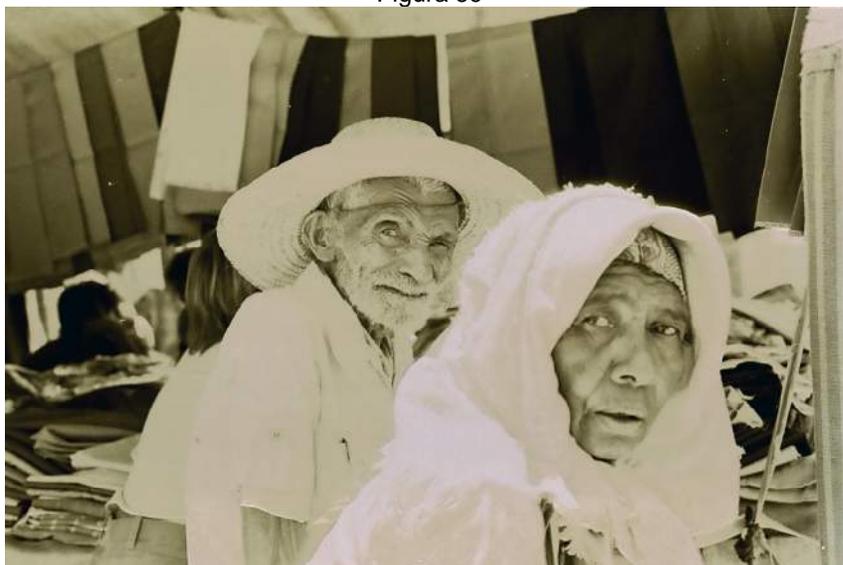
Figura 68



Retratos de Euvaldo Macedo Filho. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Catálogo da Exposição "Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho"*. Petrolina: SESC, 2014.

<sup>367</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 25-41. 129-133; ANDRADE, Rosane de. *Fotografia e antropologia: olhares foradentro*. São Paulo: EDUC; Estação Liberdade, 2002. p. 65-73.

Figura 69



Retrato de Euvaldo Macedo Filho. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Catálogo da Exposição "Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho"*. Petrolina: SESC, 2014.

Tomemos, entretanto, outro artefato que pode ser considerado excepcional em relação ao que Euvaldo vinha produzindo e que problematizou, acirradamente, a enunciação dos agentes sociais: um filme em bitola super-8 de 23 minutos de duração, que captou imagens das barcas e pessoas estacionadas no Porto de Juacema, durante o enchimento da Barragem de Sobradinho. Com um título que trazia uma metáfora espacial, *Curral das Barcas*, e com edição póstuma, o filme conotava, também nas imagens, a prática de levar o gado para ser abatido nos currais. A navegação, igualmente, parecia estar ali à espera de seu derradeiro abatimento.

Euvaldo acompanhara notícias da trajetória do poeta e cineasta marginal piauiense Torquato Neto, que, pouco antes da morte, em 1972, deixara uma pequena obra ficcional em super-8, dentro de seu propósito de experimentação estética e existencial sobre a linguagem que impactou toda uma geração de superoitistas<sup>368</sup>. Mas ainda em relação a Torquato, o olhar de Euvaldo é distinto: *Curral das Barcas* não é uma crítica a valores burgueses ou a seus códigos culturais dominantes, sua opção, antes, é por filmar o reverso da Barragem de Sobradinho e

---

<sup>368</sup> CASTELO BRANCO, Edwar. Destruir a linguagem e explodir com ela. In: \_\_\_\_\_. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

fazer a câmera se aproximar do tempo do tédio daqueles agentes sociais. O pequeno filme sequer pode ser chamado de marginal, tendo em vista que o campo de enunciados em que Euvaldo opera (o do documental, da análise antropológica) não é criticado desde dentro, mas testado em uma situação social específica.

Numa breve descrição, poderíamos dizer que o filme não tem um roteiro claro. Euvaldo parece apenas fazer *travellings* por entre as numerosas barcas, aplicando o *zoom* sobre o rosto das pessoas no seu interior, as quais lhe devolvem o olhar curioso. A câmera se detém para individuar as numerosas barcas, grandes e pequenas, movidas a vela e a vapor; ela as torna personagens, sobretudo as que têm nomes, os quais são recortados em quadros: Marta Rocha, Yemanjá, Ypiranga, Abaeté, Nova Olinda, Nina, Santa Maria, Igarité, Cruzeiro do Sul, Duas Américas, e uma que seria representativa do tempo da espera até que a CHESF indenizasse aqueles indivíduos e lhe desse um destino – Deus Dará (Figura 70).

Em duas tomadas sucessivas, embora não haja um figurante, e talvez por isso mesmo, a câmera de Euvaldo se detém, sobre um objeto considerado simbólico: um gibão de vaqueiro, largado no chão (Figura 71). Junto à desagregação de um tão celebrado tipo social, o ribeirinho que praticava a navegação, o filme joga com outro signo tornado símbolo dos estereótipos de sertão, como vimos no retrato do vaqueiro Dioclides, feito por Jean Solari e inscrito na retórica da revista *Realidade*, e na foto de Antônio Bernardo. Também esse símbolo parecia sofrer uma derrota. Barranqueiros, vaqueiros, tripulantes, os tipos sociais são negados nesse olhar documental pela indicação de sua transitoriedade, de seu aspecto passageiro diante de transformações espaciais das quais eles sofreriam o impacto negativo, e não gozariam apenas dos benefícios propagandeados da eletrificação, da regularização do rio etc. É por isso também que os indivíduos e mesmo as famílias e grupos que estão nas barcas aparecem, no filme, dormindo, conversando, espreguiçando-se em uma rede, ou seja, destituídos dos aparatos que os tipificariam (Figuras 72 e 73).

Figura 70



Figura 71



Recorte de letreiro com nome de uma barca e recorte de imagem de um gibão de vaqueiro. In: CURRAL das Barcas. Dir.: Eivaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color. [Captação original em 197?, Super-8].

Figura 72



Figura 73



Recortes de imagens: o sono e a conversa. In: CURRAL das Barcas. Dir.: Eivaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color. [Captação original em 197?, Super-8].

Na enunciação fílmica dos agentes sociais do São Francisco, Eivaldo Macedo Filho desenvolve uma noção complexa de documento, difícil de classificar, inclusive, pela crítica especializada. O super-8 nascera para documentar a vida íntima e familiar das classes médias e de seu universo de consumo, e isso lhe rendeu a alcunha de ser um “simples documento”, por dispensar créditos na sua exibição e não constituir nem obra nem mensagem<sup>369</sup>. E, no entanto, nessa trajetória em

<sup>369</sup> ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação*. São Paulo: USP, ano 39, n.º 37. 2012. p. 23.

particular, na qual o ato fotográfico de Euvaldo parecia buscar se completar de forma tateante no ato cinematográfico, podemos ver um indicativo de que nenhum documento é simples documento, seja ele uma fotografia, seja um “documentário” ou um filme com “instrução documentária” – ambos artefatos aos quais foram atribuídos os preconceitos da “servidão ao supostamente documental”<sup>370</sup>. O filme de Euvaldo conota a problemática dos espaços e de seus grupos sociais no que se vê na imagem e no que não se vê, na dimensão imaginária e testemunhal, por vários motivos: no gibão do vaqueiro, no letreiro “Deus Dará”, na imagem de uma carranca ao lado da bandeira brasileira pintada em um barco, e em especial nas opções de enquadramento que mantêm relações inequívocas com o não-enquadrado, o fora de campo<sup>371</sup>. Mais obviamente, o primeiro não-enquadrado a que as imagens remete é o próprio Euvaldo, constrangedoramente inquirindo o sono dos homens deitados nos convés e que devolvem a mirada incomodados. Como opção estética, e em alguma medida política, o grande não-enquadrado, aqui, quando se decide enquadrar barcas e pessoas, é a Barragem de Sobradinho, situada em algum outro lado distante do Porto de Juacema e apenas suposta, tendo em vista que fora sua construção que ocasionara o estacionamento das barcas naquele curral. A opção de enquadramento de Euvaldo é também política, efetua um corte, um levantamento, um destacamento, porque faz relativizar e desviar a visão do que merece ser documentado: o reverso do olhar, seu ponto cego, é a prática desenvolvimentista mais celebrada da época; o privilégio do olhar, seu ponto de *zoom*, são rostos, conversas, tédios e sonos humanos.

Bem poderíamos dizer que essa noção de documento quer se processar “no olho da história”, em vários sentidos: no sentido visual, porque se propõe mostrar, no tempo em que ocorrem, os processos sociais, mais ou menos como as manchetes do jornal RIVALE; acontecimental, porque elabora o evento a partir de uma linguagem, de um projeto e o dispõe em sua angulosidade, em sua potência de movimentar e problematizar a configuração social dos espaços e suas práticas constituintes, como a navegação e a Barragem; testemunhal, porque pretende

---

<sup>370</sup> MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 159. 174.

<sup>371</sup> Sobre o enquadramento como corte espacial, na fotografia e no cinema, cf. DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 179-180.

participar em alguma medida, ética, estética, política, do que está sendo mostrado, e, nesse sentido, Euvaldo continua não se incomodando em constranger, quando a câmera se fixa, durante quase dois minutos, sobre um rapaz, sobre seus gestos que conotam desocupação e parecem dar a ver um tempo improdutivo; vestigial, enfim, porque esse fragmento de imagem, que o fotógrafo deixou sem edição ao morrer, remete a práticas sociais mais amplas, ainda que deliberadamente não exibidas, e que provocaram tudo o que está se passando diante da câmera. Nesse marcador vestigial, o filme toca na mesma dimensão do propósito da criação do Museu Regional do São Francisco, qual seja, de exibir aquilo que ia se perder através de sua inscrição e registro em outra linguagem, mas os conceitos de documentação de Euvaldo não necessariamente reificam a cultura enquanto artefato, ou isso é criticado na imagem do gibão, e, além disso, são feitas operações de segmentação e corte baseadas em outros critérios e pontos de vista sociais, que não o colecionismo ou o folclore<sup>372</sup>.

Antimoderno, com alguma tendência esquerdizante, melancólico para com a navegação, ou antropologicamente preso a culturas do passado e lamentando sua desagregação, talvez haja um pouco de tudo isso, atenuado justamente pelo entrecruzamento de perspectivas do fotógrafo. Seus textos escritos e, sobretudo, suas imagens sobre as experiências espaciais dos habitantes do Vale as viam como profundamente atravessadas pela historicidade, embora algumas figuras insistissem em permanecer, provocar e renovar o olhar, como os penitentes.

Este capítulo pretendeu acompanhar metamorfoses nas formas de enunciar, em imagens e textos, os agentes sociais do Vale do São Francisco e suas práticas, nos anos 1970. A partir de uma relação intensa com a reconfiguração desses espaços, estabelecida com ampla envergadura e impacto social e ambiental, de que é exemplo a construção da Barragem de Sobradinho, as figuras consideradas como sendo do passado, mas ainda tipificadas como próprias a esses espaços, foram revalorizadas numa tensão com a presença inequívoca de outras variáveis de experiências espaciais. O trabalho de tipificação visual e discursiva parecia ser uma necessidade de nomear e submeter esses grupos sociais, e ainda de repor a

---

<sup>372</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012 (Coleção Imago). p. 49-60.

atribuição do protagonismo das práticas de transformação às instituições, protagonismo que, embora se pretendesse efetivo, foi eventualmente questionado.

## Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos problematizar determinadas categorias, discursos, imagens e práticas de espacialização, por meio das quais foi configurado o Vale do São Francisco, acentuadamente em pelo menos dois momentos distintos da história do Brasil contemporâneo, em que se intensificaram tais práticas: o período do Estado Novo e a ditadura militar. Nossa análise passou pela delimitação geopolítica desse recorte espacial à sua apropriação desenvolvimentista, discutindo, ainda, o problema da enunciação dos agentes sociais daqueles espaços. De saída, uma observação possível, perspectivista e limitada ao nosso *corpus* documental e ao nosso universo de abordagem, é a de que o Vale do São Francisco foi recortado, tido como *habitat* das chamadas populações sanfranciscanas e sofreu amplas transformações, de modo privilegiado em períodos autoritários da história recente. Isso é revelador dos enfrentamentos e silenciamentos sociais que concorreram a que se cognominasse, atualmente, uma parte considerável desses espaços de “Califórnia brasileira”.

Paradoxalmente, a imagem da Califórnia estadunidense progressista, culturalmente liberada e de luta por direitos sociais das minorias não cabe nesses espaços de tradição política familiar, de latifúndio e de domínio das instituições do Estado. A Califórnia selecionada para as comparações, nesse caso, é a de um paraíso da agricultura irrigada, de tropicalidade contornada e aproveitada economicamente, de valorização do espaço sem conflitos, com vistas ao desenvolvimento, mas com a manutenção de determinadas relações de poder, de propriedade da terra e da tipificação dos agentes sociais<sup>373</sup>.

Mesmo que não se localize exatamente no campo da história ambiental, esse trabalho não se fechou ao diálogo com a produção desse campo, em particular quanto às temáticas e conceitos empregados no que diz respeito à relevância do estudo das formas de investimentos sobre a natureza e sobre a elaboração dos espaços<sup>374</sup>. É nesse sentido que nossa inserção no debate contemporâneo pode começar pela problematização dos lugares onde se situaram os agentes, as práticas

---

<sup>373</sup> Nesse sentido, ver LÓCIO, Airson Bezerra. *Além da Califórnia*. Brasília: [s;e], 1999

<sup>374</sup> DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

e os enunciados que investiram nessa espacialização, sejam eles de que ordem for – políticos, institucionais, científicos, midiáticos. Em nossa mirada ao passado, conforme as questões levantadas e as tentativas de respostas construídas pela narrativa, com o apoio dos vestígios, salta aos olhos a constatação de que a participação de uma variedade de atores nas configurações sociais autoritárias teve abrangência nacional e estratégica. Tais configurações se caracterizaram pela veiculação de enunciados conservadores e por intervenções impositivas, como parte do que muitos analistas já apontaram como sendo a tradição autoritária mais ampla da própria cultura política brasileira, desdobrada na produção de seus espaços, na gestão das atividades econômicas e no ordenamento dos grupos sociais. A Nação mesma se mostrou frequentemente como projeto antidemocrático, arranjo político que equilibrava ou constringia os focos espaciais de tensão, mas reproduzindo desigualdades e violências. Com os espaços aos quais foram atribuídos a “base física” da nacionalidade, caso do São Francisco, não foi diferente.

Ao problematizarmos, nos textos de engenheiros e geógrafos as categorias com que foi pensado e delimitado o Vale, nossa principal expectativa, nesse sentido, foi a de contribuir para que seja desnaturalizada a relação entre história e espaços pelo abandono dos olhares deslumbrados pela disponibilidade do rio, pela fertilidade da terra, pela força hidráulica, que atualizaram as mitologias sobre o país ter uma natureza farta e hiper-adjetivada, as quais, desde o período colonial, escamoteiam as relações sociais de apropriação e disputa pelos espaços e por seu domínio. Igualmente, essa problematização espera que seja superada a ideia oposta, mas baseada numa lógica parecida, de que os espaços do São Francisco e seus componentes naturais são permanentes reservas intocáveis, fundos territoriais, como se não fosse possível, no passado ou no presente, produzir espaços e fazer usos sociais da natureza que não a condenem necessariamente à destruição.

A enunciação dos espaços, no entanto, não se deu sem divergências, como a objeção levantada, por exemplo, por Jorge Zarur e Donald Pierson, de que o São Francisco não era fundamental para a chamada integração nacional, pois a categoria do isolamento, em que, segundo eles, estava encerrado o Vale, contrariava a integração pela dificuldade de contatos, o que, desse modo, suscitava a implantação de projetos e a produção de mais saberes a respeito de e em relação

a seus habitantes. Foi nos limites desses saberes, como a Geografia Utilitária e a Sociologia de Pierson, que buscamos operar, na análise dos conceitos que foram mobilizados, especialmente a respeito dos agentes sociais, como os de primitivo e de culturas de folk, por suas implicações epistemológicas, culturais e políticas.

Nossa crítica ao trabalho de enunciação do Vale do São Francisco pela mídia fotojornalística também pretendeu se inserir no denso debate sobre o conceito de desenvolvimento, fetichizado na história dos países periféricos do capitalismo internacional. Ao hierarquizar espaços e tempos, grupos e práticas sociais, entre distintos espaços, o desenvolvimentismo e seus enunciados acirraram pressupostos etnocêntricos e dominadores que impuseram mutações avassaladoras nos espaços e nas experiências espaciais. Essas mutações, muitas vezes, partiam da própria negação daquelas experiências anteriores, consideradas responsáveis pelos chamados subdesenvolvimento, atraso ou retardamento. O desenvolvimento econômico, assim pensado, seria aquele impulso vigoroso que automaticamente elevaria todas as variáveis culturais a um padrão civilizacional comum e aceitável, como se a mesma economia não tivesse relação com as forças políticas locais e nacionais que medeiam entre os ideais de progresso, ainda que supostamente benevolentes, e sua concretização. A construção da Barragem de Sobradinho – totem da eletrificação – e a rede de textos e práticas que locupletaram o espaço gerado por esse problema social, dos quais apenas determinados veios puderam vazar pelas eclusas de enunciados, é bastante indicadora do sonho desenvolvimentista acalentado por dados grupos sociais, e vivido como pesadelo por outros.

Por outro lado, nossa crítica às sucessivas maneiras de enunciação sobre os agentes sociais dos espaços gostaria de instigar a que sejam ultrapassadas as ideias de que esses agentes sociais são emanações do solo, adereços da paisagem do rio, joias da adaptação possibilista, tipificações encenadas e justapostas, recorrências antropogeográficas exotizadas ou mitificadas, como o típico, o barranqueiro, o beradeiro, o ribeirinho. Das supostamente despreziosas metáforas organicistas, como a do sertanejo árido, passando pelo ar sério do pensamento determinista, e ainda da Geografia moderna ou da Sociologia empirista que se proclamaram mais autorizados porque teriam maior lastro científico, tais

perspectivas corroboraram determinados enunciados localizadores e dominadores, muitas vezes independente dos lugares sociais de quem os emitiu – por exemplo, embora fossem favoráveis à mudança e à abertura das relações sociais daqueles espaços, Zarur e Pierson não se afastaram de um olhar hierarquizador, ao chamar às culturas e práticas habitantes do Vale do São Francisco de “primitivo” ou de “folk”. Para uma instituição que nascia e que foi acusada, posteriormente, de ter mantido privilégios políticos, como a CVSF, essa hierarquização e exotização dos grupos sociais, repunha o caráter conservador dos laços de poder, por conferir ao braço institucional a origem e a centralidade das mudanças apontadas como necessárias.

Tais conceitos e imagens trouxeram as práticas e agentes para a linguagem, fixando-os no anedotário, classificando-os em esquemas conceituais que depreciaram suas experiências espaciais, para propor a urgente superação de sua condição, em nome do que o Estado, as instituições e os intelectuais teriam a lhes oferecer. Superação a qual, sabemos e reiteramos, nem sempre ocorreu, dentre outros motivos, porque, aí também, as elites políticas desses espaços gozaram do benefício dessas enunciações e dos planejamentos ditos redentores e recuperadores, e modularam as intervenções espaciais, no sentido de que as mudanças, como a exemplar agricultura irrigada, não afetassem negativamente sua posição, seu patrimônio, sua preeminência, na sociedade, no mercado, na memória. Que, já nos anos 1970, os grupos sociais continuassem sendo entendidos como os mesmos tipos, que as elites às vezes até gostassem de se identificar também como “barranqueiros”, faz parte da estratégia de fabricar e imprimir uma coesão social e cultural que superaria hierarquias, calaria vozes discordantes.

Hoje, uma sociedade que se entende como democrática, e que está rememorando de modo delicado seu passado político ditatorial, teria condições de criar e promover outras experiências espaciais que prescindissem do autoritarismo e da imposição de práticas, discursos e imagens vindos de fora dos espaços em questão ou propostos a partir de lugares de poder privilegiados? As demandas por inclusão, representação, participação, políticas públicas, gestão de memórias plurais, podem ser atendidas considerando-se a dimensão espacializada da vida social, as diferenças de trajetórias e pontos de vistas relativos aos espaços específicos e as necessidades territoriais de um leque heterogêneo de sujeitos e

grupos? É à atualidade dessas questões que a leitura desse trabalho quer fazer com que se voltem nossas práticas e nosso pensamento sobre o presente, embora este texto não se pretenda prognosticador ou direcionador das mesmas práticas. Em nossa compreensão, a escrita da História contemporânea teria como uma de suas tarefas, construir a legibilidade e a visibilidade possíveis sobre os eventos, que, convocados para nossos textos, possam fazer o passado questionar as escolhas do presente, problematizar o rumo de seus direcionamentos, assumindo o risco de se tornar *inatual* para uma sociedade que busca, ao contrário, estar em dia com seu próprio tempo, por vezes decidindo pelo esquecimento, pelo apagamento selecionado do passado<sup>375</sup>.

Para além da articulação de linguagem e de práticas em torno do rio São Francisco que discutimos, acumulou-se, no tempo, um caudal de memórias, de atividades e de artefatos discursivos, musicais, pictóricos, gestuais, cênicos, festivos, religiosos, artísticos, enfim, que, por serem tão heteróclitos, pareceram irreduzíveis à geopolítica determinista, desenvolvimentista, nacionalista, regionalista. Diversos foram os observadores que, em que pese os pressupostos específicos de seus campos de linguagem, notaram a multiplicidade de práticas culturais ocorridas nesses espaços, indicando que tal multiplicidade muitas vezes pulula na vida social à revelia do que se pretendeu por unidade, uniformidade, coesão, enfeixamento. Dizemos isso porque vislumbramos e desejaríamos provocar o surgimento de tantas outras práticas e procedimentos artísticos, científicos, midiáticos, que tomem os temas, os problemas e as matérias desses espaços, seja os considerados naturais, seja os culturais, e lhes deem outras leituras, outras experiências sensoriais e epistemológicas de ver, ouvir, sentir e produzir espacialidades.

Que sejam, enfim, desgastadas e transformadas ainda mais as categorias localizadoras de sertão e interior, de sertanejo e de ribeirinho, de isolado e de folk; que as espacialidades não se afirmem pelo culto a um passado que teria a forma de objetos estereotipados ou mortos, referidos a momentos desconhecidos, como cabeças de carrancas sem corpo e sem processo de criação, ou peças de navio descontextualizadas; que surjam novas espacialidades, nas quais as memórias não estejam apenas em função da nostalgia das elites; espacialidades em que a

---

<sup>375</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.

natureza não seja apenas a “base” para certa integração efetuada sob mãos de ferro, mas que um rio, suas margens, sua dinâmica de águas, ritmos, indivíduos, grupos e, inclusive, seus conflitos sejam o mote para a dispersão, para a aleatoriedade de práticas que rasguem a visão ciclópica – para reler uma metáfora usada no texto –, e a façam se mover por outros campos do visível e do sensível.

## VESTÍGIOS E BIBLIOGRAFIA

### Vestígios:

#### 1. Periódicos

*Renovação e Integração do Vale* (RIVALE), Juazeiro, 1972-1978, jornal de circulação diária.

*Realidade*. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972.

#### 2. Artigos e livros

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-margem-da-historia-do-brasil>> Acesso em 17 de jun. 2013.

CARVALHO, Delgado. Subindo o rio São Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 62, v. 6, mai. 1948.

CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional*. O São Francisco (Reportagem ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, v. 91).

\_\_\_\_\_. O rio São-Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano III, n. 31, v. 2, out. 1945.

CUNHA, João Fernandes da. *Memória histórica de Juazeiro*. Juazeiro, s. e., 1978 [Versão digitalizada por OLIVEIRA, Albano de Souza. Salvador, 2012].

DANTAS, Audálio. *Tempo de reportagem*. Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012.

DOURADO, Walter. *Pequena história da navegação*. Salvador: Beneditina, 1973.

FLEMMING, Thiers. Pelo Brasil unido: limites, territórios federais e símbolos nacionais face à Constituição de 1946. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 51, v. 5, jun. 1947.

GEISEL, Ernesto. Improviso em Petrolina – PE. Por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/47.pdf/download>>. Acesso em 15 de jan. 2014.

- GOMES, Pimentel. Vale do São Francisco: um império a conquistar. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano V, n. 50, v. 5, mai. 1947.
- \_\_\_\_\_. O rio da unidade nacional. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano V, n. 49, v. 5, abr. 1947.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr-jun. 1941.
- LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1983.
- LOPES, Lucas. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955.
- MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira; ASSIS, Antonio Carlos Coelho; EGÍDIO, Chico. *Euvaldo Macedo Filho – Fotografias*. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2004.
- MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no rio São Francisco*. 3. ed. São Paulo: P&A, 2009.
- MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco*. Como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, v. 62).
- PRESTON, James. A bacia do São Francisco: um sertão brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 1, v. 11, jan-mar. 1949.
- NOVAES, Manoel. *Memórias do São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 1989.
- ORLANDI, José de Oliveira. O arquivo fotográfico do geógrafo. In: CUSTÓDIO, Vanderli (org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)*. São Paulo: AGB, 2012.
- PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da antropologia e outras ciências. In: CORRÊA, Mariza (org.). *História da antropologia no Brasil (1930-1960) – Testemunhos*. v. 1, Donald Pierson e Emílio Willems. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. 3 Tomos. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972.
- REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1936.
- ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SALES, Apolônio. *Companhia Hidroelétrica do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.

SALES, Herberto; DAMM, Flávio. Sangue para as almas: flageladores de XiqueXique, um rito da idade média. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26 de abr. 1952.

*São Francisco: o rio da unidade, a river for unity*. 2. ed. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1978.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Catálogo da Exposição "Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho"*. Petrolina: SESC, 2014.

SILVA, Moacir M. F. A propósito da palavra "sertão". *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 90, set. 1950.

\_\_\_\_\_. *Geografia dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

SOUSA, Antônio José Alves de. Problemas do São Francisco. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 90, set. 1951.

SOUZA, Izabel Marques de. *Penitentes: uma chama de fé*. Juazeiro: Biblioteca Pública Aristóteles Pires de Carvalho, 1978.

VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 2, v. 6, abr.-jun. 1944.

ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

### **3. Fotografia**

ARTFOTO PAULISTA. Vista parcial da Barragem do Sobradinho. Juazeiro, [197?]. Cartão postal. 15x10,5cm.

\_\_\_\_\_. Vista aérea da Barragem do Sobradinho. Juazeiro, [197?]. Cartão postal. 15x10,5cm.

VVAA. [Sem título]. 1 DVD. Juazeiro: Gerência Municipal de Cultura, [s/d]. Fotografias.

### **4. Entrevista**

SOLARI, Jean. *Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo*. Saquarema: 10 de jul. de 2012.

## 5. Filmes e vídeos

BRASIL Hoje. n. 236. Produção da Agência Nacional. Brasil, 1978, Formato FLV (7:55 min) , color. Disponível em:

<<http://video.rnp.br/portal/VMSResources/video.action;jsessionid=BCE1C549A372807F0D50EBE5F82FFC56?idItem=4297>> Acesso em 15 de jan. 2014.

CURRAL das Barcas. Dir.: Euvaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color. [Captação original em 197?, Super-8].

## Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A feira dos mitos*. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. *“O morto vestido para um ato inaugural”*: procedimentos e práticas de estudos de folclore e da cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *Nos destinos de fronteira*. Recife: Bagaço, 2008.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. São Paulo: Contexto; Recife: FJN, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008

ALMEIDA, Roberto Schimidt de. A Geografia do IBGE: um esboço histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, p. 79-99, 2003.

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever*. São Paulo: EDUSP, 1999.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Rosane de. *Fotografia e Antropologia*. Olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia

(1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n. 2, p. 21-72. jul-dez. 2005.

ARRAIS, Raimundo Pereira A. *O pântano e o riacho*. São Paulo: Humanitas; USP, 2004.

ASSIS, Antonio Carlos Coelho de. *Euvaldo Macedo Filho: um olhar para além da fotografia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais). UNIVASF. Juazeiro, 2014.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).

\_\_\_\_\_. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. In: \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BLACK, Jeremy. *Maps and politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mapas e história*. Construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005.

BOLTANSKY, Luc. La retórica de la figura. In: \_\_\_\_\_. BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio*. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL, Vanessa M. O São Francisco: a base física da unidade nacional do Império. *Revista Mosaico*, v.1, n.2, p.133-142, jul./dez., 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: UNESP, 2005.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANGUILHEM, Georges. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista *Vida Doméstica*. *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. sem. 2009.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n.1. mar. 2011.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008. (Col. Texto & Arte).

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. O discurso e a prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y fuentes orales*. Barcelona, Asociación Historia y Fuente Oral; Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, n. 38, 2007.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

- CHILCOTE, Ronald H. *Power and ruling classes in northeast Brazil: Juazeiro and Petrolina in transition*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *A experiência etnográfica*. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da Nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; EDUSP, 2012.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. *Ideas*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2009.
- COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27. p. 139-159, 1998.
- DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. *Rodrigo Moya*. Una mirada documental. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Estéticas (UNAM); El Milagro; La Jornada, 2011.
- \_\_\_\_\_. La memoria histórica y los usos de la imagen. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, n. 1, p. 87-101, jan-jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la Ciudad de México (1880-1920)*. Ciudad de México: El Colegio de México; Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012 (Coleção Imago).
- \_\_\_\_\_. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: 34, 1998.
- \_\_\_\_\_. *La invención de la histeria*. Madrid: Cátedra, 2007.
- DINIZ, Clélio Campolina. Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: s/e. v. XLIV, p. 82-96. s/d.
- DOURADO, Pompílio Torres. *Walter de Castro Dourado*. Escritor. Historiador. Jornalista. Juazeiro: [s/e], 1998.
- DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

DUTRA, Eliana de Freitas. A Nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: \_\_\_\_\_. ; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Annablume, 2006.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Col. O Brasil Republicano. vol. 4).

ECKERT, Cornélia & MONTE-MOR, Patrícia (orgs.). *Imagem em foco*. Novas perspectivas em Antropologia. Porto Alegre: Universidade Federal de Porto Alegre, 1999.

ERMAKOFF, George. *Genevieve Naylor*. Uma fotógrafa americana no Brasil. An american photograph in Brazil. 1940-1942. s/l: G. Ermakoff Casa Editorial, 2013.

FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva, 2000. Col. Estudos.

FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTCUBERTA, Joan. *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen fotoperiodística*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2011.

\_\_\_\_\_. *Fotografía: conceptos y procedimientos*. Una propuesta metodológica. Barcelona: Gustavo Gilli, 1990.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 (Ditos & Escritos, III). p. 411-422.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003 (Ditos & escritos, IV).

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de poder*. R: Graal, 1988.

FREUND, Gisele. *La fotografía como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GALVÃO, Maria Rita; BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica*. São Paulo: Brasiliense; Embrafilme, 1983 (O nacional e o popular na cultura brasileira).

GAUTHEROT, Marcel. *O Brasil de Marcel Gautherot*. fotografias. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

GOMES, Ângela de C. Economia e trabalho no Brasil Republicano. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

\_\_\_\_\_. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. A "cultura histórica" do Estado Novo. *Projeto História*. São Paulo, n. 16, fev. 1998.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Territórios em disputa: escritos geográficos e cartografias brasileiras. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GROBET, Lourdes. Imágenes de miseria: folclor o denuncia. In: MARZO, Jorge Luis (ed.) *Fotografía y activismo*. Textos y prácticas (1979-2000). Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. sér. v.15. n. 2. p. 11-30. jul-dez. 2007.

GUIMARÃES, Rafael E. M.. Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. et. al. *História, diversidade, desigualdade*. Santa Catarina: UFSC; Recife: UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. Práticas de pesquisa e escrita: espaços e tempos entrecruzados nas histórias (Reflexões sobre os espaços de ocupação na Amazônia). In: MONTENEGRO, Antônio Torres. et. al. *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: UFPE; Cuiabá: UFMT, 2008.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os tempos da fotografia*. O efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História”. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

LIMA, Marcos Costa. Teorizar a questão regional. In: \_\_\_\_\_. *Região & desenvolvimento no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2011.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_. ; RANGEL, Tamara. A capital federal nos altiplanos de Goiás – medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 24. n. 47, p. 29-48. jan-jun. 2011.

LIMA, Roberto C. A. Escrituras nos corpos, na roça e na cidade: as diferentes penitências no Médio São Francisco. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 105-120, jan.-jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Três Nós na memória: narrativas ribeirinhas no Vale do São Francisco (Brasil). *Etnográfica*, Lisboa, v. VIII, n.º 2. 2004.

\_\_\_\_\_. *Um rio são muitos*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, UnB. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Um rio são muitos – de aventura e antropologia no rio São Francisco. *Tempo Social*. São Paulo: USP, 12(2), nov. 2000.

LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008. (Col. Texto & Arte).

LÓCIO, Airson Bezerra. *Além da Califórnia*. Brasília: [s;e], 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos impressos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: \_\_\_\_\_. CASTRO, Iná Elias de; GOMES,

Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. As ideias no lugar. *Terra Brasilis* [Online], 2, 2000. Disponível em <<http://terrabilis.revues.org/298;DOI:10.4000/terrabilis.298>> Acesso em 15 de jan. 2014.

MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores da mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.º 2, p. 529-561. maio-ago. 2009.

MANJARREZ, Maricela del Rosario G. C. *Juan Guzmán en México: fotoperiodismo, modernidad y desarrollismo en algunos de sus reportajes y fotografías de 1940 a 1960*. Tese (Doutorado). Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México, 2003.

MARQUES, Sylvana. Construção e consumo de uma paisagem: Aberta a temporada turística na praia de Ponta Negra. *Informe Geográfico*, v. 19, p. 01-08, 2010.

MARTINS, André Luiz de Miranda. Visões da “insuficiência”: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, v. 3, p. 69-88, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. Ensaios sobre história e fotografias. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

\_\_\_\_\_. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n.º 49, p. 43-75. jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. nova série, v. 13, n. 1. p. 133-174. jan.-jun. 2005.

MENDES, Edcarlos; GERMANI, Guiomar Inez. Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, ano XII, dez. 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 15, n. 2. p. 117-123. jul.-dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*. Niterói: UFF, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003.

MESQUITA, Gustavo Rodrigues. A nova divisão regional do Brasil: entre a experiência do federalismo oligárquico e a expectativa do desenvolvimento nacional. *Anais eletrônicos do XXVI Seminário Nacional de História: ANPUH 50 Anos*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revista: o caso da Editora Abril*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. O Sertão. *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5, 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/341;DOI:10.4000/terrabrasilis.341>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (Col. O Brasil Republicano; v. 3).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho". O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 195-214. jun. 2007.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração*. Os remeiros do rio São Francisco. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, Lilian M. (org.) *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998 (História da vida privada no Brasil; 4).

ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação*. São Paulo: USP, ano 39, n.º 37. 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. *BIB 23*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1987.

- OLIVEIRA, Nemuel da Silva. *Estudos de Comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/FIOCRUZ (Dissertação de Mestrado), 2010.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e Cidade. *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, Instituto de História, v. 10, n. 16, jan-jun. 2008.
- RABELO, Elson de Assis. *Os usos da fotografia e o retrato nas viagens pelo interior do Brasil*. Petrolina, 2013. Digitado.
- \_\_\_\_\_. *A História entre Tempos e Contratempos*. Dissertação (Mestrado). UFRN. Natal, 2008.
- RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- SANTOS, Andréa Cristina. Mapeamento dos periódicos de Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1901-1999). *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2924-1.pdf>> Acesso em 13 de ago. 2013.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Jaílson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: UFPE, 2010.
- SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura militar na Bahia*. Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: UFBA, 2009. V. 1.
- SILVA, Pedro Carlos Gama da. *Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA*. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2001.
- SIQUEIRA FILHO, José Alves de. A extinção inexorável do rio São Francisco. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História natural e conservação*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: 34, 2002.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *Hist. Cienc. Saúde*. Manguinhos, v. 18, n. 1, p. 191-223. mar. 2011.

TAGG, John. *El peso de la representación*. Ensayos sobre fotografías e historias. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Vega, 1998.

YATES, Steve (ed.). *Poéticas del espacio: antología crítica sobre la fotografía*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

**Endereços eletrônicos:**

<http://www.codevasf.gov.br/principal>

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

<http://scielo.br/>

## ANEXOS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE IMAGENS  
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

1. Pelo presente documento, VICTALINA DE CARVALHO GOMES, brasileira, carteira de identidade nº 3.297.139, emitida por SSP-BA, CPF nº 0.24.133.735-60, residente e domiciliada em Av. Adria F. n.º 163 - Ilhéus - BA

....., cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo, à Universidade Federal do Vale do São Francisco a totalidade dos seus direitos patrimoniais sobre as fotografias, incluindo diapositivos, imagens impressas e digitalizadas, produzidas pelo Arte Foto Santo Antonio, para fins exclusivos de uso em atividades acadêmicas e científicas.

2. Na forma preconizada pela Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 14, "O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor", de sorte que sempre será citada a autoria por ocasião da utilização.

3. Fica, pois, a Universidade Federal do Vale do São Francisco plenamente autorizada a utilizar as referidas imagens, no todo ou em parte, editadas ou integrais.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Juazeiro, 06 de dezembro de 2011

Victalina de Carvalho Gomes

Victalina de Carvalho Gomes

(DETENTORA DOS DIREITOS SOBRE AS IMAGENS)

Elson de Assis Rabelo

Elson de Assis Rabelo

(Pesquisador – Professor do Colegiado de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco)

TESTEMUNHAS:

Rosimary de Carvalho Gomes

Nome legível:

CPF: 360.448.865-49

Rosângela de Carvalho Gomes Vieira

Nome legível:

CPF: 636.881.825-53

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE IMAGENS  
PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS E CIENTÍFICAS

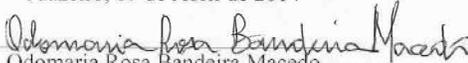
1. Pelo presente documento, ODOMARIA ROSA BANDEIRA MACEDO, brasileira, carteira de identidade nº 916 254, emitida por Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, CPF nº 073594895-04, residente e domiciliada em Juazeiro- Bahia, à Rua 15 de Novembro, nº 1160, Centro- CEP- 48-905-090, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo, a ELSON DE ASSIS RABELO a totalidade dos seus direitos patrimoniais sobre as fotografias e material em vídeo, incluindo diapositivos, imagens impressas e digitalizadas, produzidas por Euvaldo Macedo Filho, para fins exclusivos de uso em atividades acadêmicas e científicas.

2. Na forma preconizada pela Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 14, "O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor", de sorte que sempre será citada a autoria por ocasião da utilização.

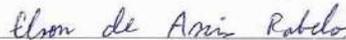
3. Fica, pois, o pesquisador ELSON DE ASSIS RABELO plenamente autorizada a utilizar as referidas imagens, no todo ou em parte, editadas ou integrais.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Juazeiro, 09 de Abril de 2014

  
Odomaria Rosa Bandeira Macedo

(DETENTORA DOS DIREITOS SOBRE AS IMAGENS)

  
Elson de Assis Rabelo

(Pesquisador – Professor do Colegiado de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco)

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome legível:  
CPF:

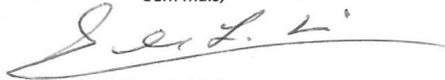
\_\_\_\_\_  
Nome legível:  
CPF:

Saquarema, 21 de outubro de 2012.

## AUTORIZAÇÃO

Eu Jean Leopold Solari, CPF 007.346.918-15, RG 3.997.042 SSP/SP, brasileiro, casado, residente à Rua Pitatunga, 1187 – Itaúna – Saquarema-RJ, AUTORIZO o Sr. Elson Rabelo o uso da gravação, realizada em minha residência no dia 10 de julho de 2012, e da transcrição da mesma para fins exclusivamente acadêmicos como o desenvolvimento de sua tese sobre o Rio São Francisco.

Sem mais,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jean Solari', with a long horizontal flourish extending to the right.

Jean Leopold Solari